

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)
DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934
Para o exercício findo em **31 de dezembro de 2005**
Número de registro na Comissão: **001-15030**

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em seu Estatuto Social)

VALE OVERSEAS LIMITED

(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em seu Estatuto Social)

República Federativa do Brasil

(Jurisdição de constituição ou organização)

Ilhas Cayman

Avenida Graça Aranha, nº 26
20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
(Endereço da sede social)

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(b) da Lei:

<u>Título de cada classe</u>	<u>Nome de cada Bolsa de Valores onde as ações foram registradas</u>
Ações preferenciais classe A da CVRD, sem valor nominal por ação	Bolsa de Valores de Nova Iorque*
Ações de Depósitos Americanos (conforme evidenciadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação preferencial classe A da CVRD	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Ações Ordinárias da CVRD, sem valor nominal	Bolsa de Valores de Nova Iorque*
Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação ordinária da CVRD	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Bonus Garantidos de 8,25% com vencimento em 2034, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova Iorque
Bonus Garantidos de 6,25% com vencimento em 2016, emitidos pela Vale Overseas	Bolsa de Valores de Nova Iorque

* As ações não estão listadas para negociação, mas apenas em correspondência com o registro das Ações de Depósitos Americanos registradas de acordo com as exigências da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(g) da Lei: **Nenhum**

Títulos para os quais existe a obrigação de apresentação de relatório em conformidade com a Seção 15(d) da Lei: **Nenhum**

O número de ações em circulação de cada classe da CVRD em 31 de dezembro de 2005 foi de:

735.803.919 ações ordinárias, sem valor nominal
415.716.278 ações preferenciais classe A, sem valor nominal
3 ações preferenciais de classe especial, sem valor nominal

Marque com um “X” se o solicitante do registro for um emitente conhecido e com experiência, conforme definido na Norma 405 do Ato de Garantias.

CVRD: Sim ☒ Não ☐
Vale Overseas: Sim ☐ Não ☒

Se este relatório for anual ou de transição, marque com um “X” se não for necessário que o solicitante do registro archive relatórios, conforme a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934.

CVRD: Sim ☐ Não ☒
Vale Overseas: Sim ☐ Não ☒

Marque com um X se o solicitante do registro (1) arquivou todos os relatórios cujo arquivamento seja exigido pela Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os últimos 12 meses (ou um período mais curto no qual o solicitante do registro tivesse a obrigação de arquivar tais relatórios) e (2) ficou sujeito a tais exigências de arquivamento nos últimos 90 dias .

CVRD: Sim ☒ Não ☐
Vale Overseas: Sim ☒ Não ☐

Marque com um X se o solicitante do registro for um *large accelerated filer* (a) apresentação acelerada para empresas de grande capitalização), um *accelerated filer* (b) apresentação acelerada) ou um *non-accelerated filer* (c) apresentação normal). Veja as definições de “apresentação acelerada” e “apresentação acelerada para empresas de grande capitalização” na Norma 12b-2 da Lei Mercado de Capitais. (Marque um):

CVRD: (a) Large accelerated filer ☒ (b) Accelerated filer ☐ (c) Non-accelerated filer ☐
Vale Overseas: (a) Large accelerated filer ☐ (b) Accelerated filer ☐ (c) Non-accelerated filer ☒

Marque com um “X” o item das demonstrações contábeis que o solicitante do registro decidiu seguir.

CVRD: Item 17 ☐ Item 18 ☒
Vale Overseas: Item 17 ☐ Item 18 ☒

Se este for um relatório anual, marque com um “X” se o solicitante do registro for uma companhia *offshores* (conforme estabelecido na Norma 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais).

CVRD: Sim ☐ No ☒
Vale Overseas: Sim ☐ No ☒

INDICE

	<u>Página</u>
Glossário	5
Apresentação das Informações Contábeis	8
Apresentação das Informações Relativas às Reservas	9
Expectativa de Tendências (<i>Forward-Looking Statements</i>)	9
PARTE I	
Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores	10
Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto	10
Item 3. Informações-chave	10
Informações Financeiras Seleccionadas	10
Taxas de Câmbio	11
Fatores de Risco	12
Item 4. Informações sobre a Companhia	21
Visão Geral da Atividade	21
Segmentos de Negócio	27
Regulamentação	51
Investimentos	55
Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas	58
Visão Geral	58
Resultados de Operações—2005 Comparados a 2004	62
Resultados de Operações—2004 Comparados a 2003	68
Liquidez e Recursos de Capital	74
Debêntures do Acionista	76
Obrigações Contratuais	76
Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial	76
Estimativas e Práticas Contábeis Críticas	77
Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Funcionários	80
Conselho de Administração	81
Diretoria Executiva	83
Conselho Fiscal	86
Comitês de Assessoramento	87
Remuneração dos Conselheiros, Diretores Executivos, Membros do Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento	88
Funcionários	89
Item 7. Acionistas Majoritários e Transações com Partes Relacionadas	90
Acionistas Majoritários	90
Transações com Partes Relacionadas	93
Item 8. Informações Financeiras	93
Processos Judiciais	93
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	95
Item 9. Oferta e Registro em Bolsa de Valores	96
Histórico dos Preços das Ações	96
Negociações de Ações	97
Item 10. Informações Adicionais	97
Documentos Constitutivos e Estatuto Social	97
Ações Ordinárias e Preferenciais - <i>Direitos de Preferência</i>	98
Contratos Relevantes	104
Controles de Câmbio e outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários	104
Tributação	105
Documentos Exigidos	110
Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas Sobre Riscos de Mercado	110
Risco de Taxa de Câmbio e Taxa de Juros	112
Risco de Preço de Produto	114
Risco de Crédito	115
Item 12. Descrição dos Títulos Mobiliários Exceto Títulos Patrimoniais	115

PARTE II

Item 13. Descumprimentos, Dividendos Atrasados e Inadimplências.....	116
Item 14. Modificações Relevantes aos Direitos dos Detentores dos Títulos Mobiliários e Uso dos Recursos.....	116
Item 15. Controles e Procedimentos.....	116
Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação	116
Mudanças nos Controles Internos.....	116
Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria	116
Item 16B. Código de Ética	116
Item 16C. Principais Honorários e Serviços do Auditor.....	116
Honorários do Contador Auditor.....	117
Políticas e Procedimentos Pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria	117
Item 16D. Isenções das Normas para Registro - para Comitês de Auditoria	117
Item 16E. Compras de Títulos Patrimoniais pelo Emitente e Comprador Afiliado	117

PARTE III

Item 17. Demonstrações Contábeis.....	117
Item 18. Demonstrações Contábeis.....	117
Item 19. Anexos	118
Assinaturas.....	119
Índice das Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	F

GLOSSÁRIO

Alumina.....	Óxido de alumínio. É o principal componente da bauxita, extraído do minério de bauxita em um processo de refino químico. Trata-se da principal matéria-prima no processo eletro-químico, a partir do qual o alumínio é produzido.
ANEEL.....	Agência Nacional de Energia Elétrica
Antracito.....	O tipo de carvão mais duro que contém um percentual alto de carbono fixo e um percentual baixo de matéria volátil. O antracito é o carvão de maior classificação, com aproximadamente 90% de carbono fixo - mais do que qualquer outra forma de carvão. O antracito possui um lustro semimetálico e pode queimar produzindo pouca fumaça. É usado principalmente para fins de metalurgia.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
Bauxita.....	Rocha composta basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, matéria-prima da qual o alumínio é produzido.
Beneficiamento	Uma variedade de processos pelos quais o minério extraído da mineração é reduzido a partículas que podem ser separadas em minério e resíduo, sendo que o minério é adequado para futuro processamento ou uso direto.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Carvão	O carvão é uma substância combustível preta e sólida, formada pela decomposição de matéria vegetal sem acesso ao ar. A classificação do carvão, que inclui o antracito, o carvão betuminoso (ambos chamados de carvão-duro), o carvão sub-betuminoso e o linhito, baseia-se no carbono fixo, na matéria volátil e no valor calorífico.
Coque.....	É o carvão processado em forno de coque, utilizado como agente redutor em alto-forno e em fundições para transformação do minério de ferro em ferrogusa.
Carvão metalúrgico	É um carvão betuminoso de consistência dura. Sua qualidade permite a produção do coque. O carvão metalúrgico é normalmente usado em alto-fornos para fins metalúrgicos.
Concentração.....	Um processo físico, químico ou biológico utilizado para aumentar o teor do metal ou mineral desejado.
Cobre	Um elemento metálico, de cor marrom avermelhada. O cobre é extremamente condutivo, tanto de modo térmico como elétrico. É altamente maleável e dúctil, podendo ser facilmente laminado e utilizado em fios.
Concentrado de cobre	Material produzido através da concentração de minerais de cobre, contidos no minério de cobre. É a matéria-prima utilizada pelas fundições para produzir metal de cobre.
DR.....	Direct Reduction (redução direta). Processo que retira oxigênio do minério de ferro utilizando gás natural. O produto resultante possui um conteúdo de ferro de 90% a 92%.
DRI.....	Ferro diretamente reduzido. Minério de ferro processado (granulado ou pelletizado) por meio do processo de Redução Direta, utilizado

principalmente como substituto da sucata na fabricação de aço em fornos elétricos.

DWT	<i>Deadweight ton.</i> (Tara). A capacidade de um navio em toneladas métricas de 1.000 kg para transportar cargas, óleo combustível, depósitos e tripulação. O peso útil (dwt) de um navio corresponde ao peso total que o mesmo pode conter quando na linha de carregamento.
Unidade de ferro	Medida de ferro contido no minério de ferro equivalente a 1% do ferro presente em uma tonelada de minério de ferro.
Ferroligas	Ferroligas são ligas de ferro que contêm um ou mais elementos químicos. Essas ligas são utilizadas para adicionar outros elementos ao metal fundido, utilizado na fabricação de aço. As ferroligas principais são cromo, minério de manganês e silício.
FOB.....	<i>Free-on-board.</i> (Livre a bordo). Indica que o comprador paga pelo transporte, seguro e todos os demais encargos associados ao transporte de mercadorias até o seu destino.
Ouro	Um metal precioso às vezes encontrado livre na natureza ou normalmente misturado com outros metais como prata, quartzo, calcita, chumbo, telúrio, zinco e cobre. É o metal mais maleável e dúctil. É um bom condutor de calor e eletricidade e não sofre com ações do ar e a maioria dos reagentes.
Graduação	A proporção metal ou mineral presente em uma onça ou em qualquer outro material hospedeiro.
HBI.....	Ferro briquetado. Ferro diretamente reduzido, processado em briquetes. Como o DRI (ferro diretamente reduzido) pode entrar em combustão espontaneamente durante o transporte, o HBI tem a preferência quando o material metálico precisar ser armazenado ou transportado.
Caulim.....	Uma argila branca fina de silicato de alumínio usada como agente de revestimento, obturador, expansor e absorvente pelas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica.
Minério granulado	Minério de ferro ou de manganês cujas partículas mais grossas variam de 6,35 mm a 50 mm de diâmetro, mas que apresentam pequenas variações entre as diferentes minas e minérios.
Manganês	Um elemento metálico, duro e quebradiço, encontrado principalmente nos minerais pirolusita, hausmanita e manganato. O manganês é essencial para a produção de praticamente todo o tipo de aço e é importante para a produção de ferro fundido.
Metanol.....	Um combustível alcoólico amplamente utilizado na produção de componentes químicos e plásticos.
Depósitos minerais ou materiais mineralizados	Refere-se a um corpo mineralizado que foi objeto de interseção por um número suficiente de perfurações de sondagem espaçadas o mínimo possível umas das outras e/ou amostras subterrâneas/ de superfície para suportar tonelagem suficiente e teor de metais ou minerais de interesse para garantir exploração-desenvolvimento futuros.
Níquel	Metal branco prateado que aceita um alto polimento. É um metal duro, maleável, levemente ferromagnético e condutor razoável de calor e eletricidade. Pertence ao grupo de metais do ferro-cobalto e é especialmente valioso para as ligas que ele forma, como aço

inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.

Ntk.....	Tonelada líquida (o peso das mercadorias sendo transportadas menos o peso do vagão) por quilômetro.
Mineração a céu aberto.....	Método de extração de pedras ou minerais de uma mina a céu aberto. As minas a céu aberto para a extração de minério são utilizadas quando depósitos de minerais e pedras comercialmente viáveis são encontrados próximos à superfície, ou seja, onde o capeamento (material de superfície que encobre o depósito de valor) é relativamente fino ou o material de interesse é estruturalmente inadequado para a mineração subterrânea.
Óxidos	Compostos de oxigênio com um outro elemento. Por exemplo, a magnetita é um mineral de óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Ultrafinos de minério de ferro - PFF (pellet feed).....	Minério de ferro ultrafino (menos de 0,15 mm) geradas pela mineração e classificação. Este material é agregado em pelotas através de um processo de aglomeração.
Pelotas	Partículas ultrafinas aglomeradas de minério de ferro, com tamanho e qualidade apropriada para processos específicos em siderurgia. O tamanho de nossas pelotas varia de 8 mm a 18 mm.
Ferrogusa.....	Produto da fundição do minério de ferro com coque e calcário em alto-forno.
Potássio.....	Um composto de cloreto de potássio, especialmente KCl, utilizado como fertilizante simples e na produção de mistura fertilizante.
Alumínio primário	Metal branco obtido do processo eletroquímico da redução do óxido de alumínio.
Reservas prováveis	Reservas para as quais a quantidade e o teor e/ou qualidade são computados a partir de informações semelhantes às usadas para reservas provadas (medidas), mas que os locais para inspeção, amostragem e medição estão demasiadamente distantes ou ainda inadequadamente espaçados. O teor de certeza, embora mais baixo que nas reservas provadas (medidas), é alto o suficiente para se assumir a continuidade entre os pontos de observação.
Reservas provadas	Reservas para as quais (1) a quantidade é computada a partir de dimensões reveladas em afloramentos, cortes na terra, furos de broca ou de trabalho; (2) o teor e/ou qualidade são computados a partir de resultados de amostras detalhadas; e (3) os locais para inspeção, amostragem e medição estão tão claramente determinados e a característica geológica está tão bem definida que o tamanho, a forma, a profundidade e o teor mineral das reservas podem ser bem estabelecidos.
Reserva	Refere-se à parte da jazida mineral que poderia ser legal e economicamente extraída ou produzida no momento da determinação da reserva.
Run-of-mine “ROM”	Minério em seu estado natural (não processado), da maneira como é minerado, antes de ser britado.
Mercado Transoceânico	Compreende o comércio de minério de ferro global (exportação) entre os países por meio de navios de carga.
Finos de minério de ferro (sinter feed)	Refere-se ao minério de ferro com partículas que variam de 0,15 mm

a 6,35 mm de diâmetro. Utilizado para sinterização.

Sinterização	Refere-se à aglomeração de pequenas partículas em uma massa uniforme mediante aquecimento sem fusão.
Placas	O tipo mais comum de aço semi-acabado. As placas medem comumente 25,5 cm (10”) de espessura e 76 a 2,15 m (30-85”) de largura (aproximadamente 6 metros em média), enquanto a produção das “placas finas” recém-fundidas é de aproximadamente 5 cm) Após a fundição, as placas são enviadas ao laminador de tiras a quente, onde são transformadas em bobinas e chapas.
Carvão térmico	Refere-se ao tipo de carvão mineral adequado para a geração de energia após suas propriedades de vaporização - para uso em usinas de energia térmica.
Ton.	Tonelada métrica equivalente a 1.000 kg.
Onça troy.....	Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.
Mineração subterrânea	Exploração mineral na qual as operações de extração são realizadas sob a superfície terrestre.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Elaboramos nossas Demonstrações Contábeis que aparecem neste relatório anual em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (definidos como “US GAAP”), os quais diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (definidos como “BR GAAP”). Os princípios contábeis brasileiros estão determinados na Lei No. 6404, de 15 de dezembro de 1976, e seus aditivos (Legislação Societária Brasileira), e as normas e os regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira, ou CVM. Publicamos também as Demonstrações Contábeis no Brasil em conformidade com os princípios contábeis brasileiros, às quais nos referimos como nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Brasileira. Utilizamos nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Brasileira para:

- relatórios aos acionistas brasileiros;
- arquivamento na CVM;
- determinar o pagamento de dividendos; e
- determinar as obrigações tributárias.

Nossas Demonstrações Contábeis e outras informações contábeis que aparecem neste relatório anual foram convertidas de reais brasileiros para dólares norte-americanos nos termos explanados na Nota Explicativa 3 de nossas Demonstrações Contábeis, salvo indicado de outra maneira.

Referências aos termos “real”, “reais” ou “R\$” são para reais brasileiros (plural) e para o real brasileiro (singular), a moeda oficial do Brasil. Referências aos “dólares norte-americanos”, “dólares” ou “US\$” são para os dólares norte-americanos.

Exceto onde especificado o contrário, utilizamos unidades métricas como, por exemplo, o termo “toneladas”, que se refere a toneladas métricas.

As referências à “CVRD” são à Companhia Vale do Rio Doce. Referências à “Vale Overseas” estão relacionadas à Vale Overseas Limited. Os termos “nosso” ou a “nós” referem-se à CVRD, suas controladas consolidadas.

Referências as nossas “ADSS” ou Ações de Depósito Americano incluem tanto as nossas Ações Ordinárias de Depósito Americano (nossas ADSS ordinárias), cada uma representando uma ação ordinária da CVRD, e nossas Ações Preferenciais de Depósito Americano (nossas ADSS preferenciais), cada uma representando uma ação preferencial classe

A da CVRD. As ADSs são representadas pelos recibos de depósito americano (ADRs) emitidos pelo JPMorgan Chase Bank, como depositário.

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RESERVAS

As estimativas das reservas provadas e prováveis de nossas minas e suas estimativas de vida útil, em 31 de dezembro de 2005, incluídas neste relatório anual, foram calculadas de acordo com as definições técnicas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América, ou SEC. Nossa equipe de geólogos experientes prepara a estimativa de nossas reservas. As estimativas da vida útil das minas descritas neste relatório anual são calculadas a partir da estimativa de tais reservas. Periodicamente contratamos consultores independentes da área de mineração e geologia para revisarem as estimativas de nossas reservas minerais. Nossas estimativas para as reservas de minério são ajustadas com as perdas de extração e recuperação metalúrgica durante a extração dos depósitos de manganês e bauxita. Nossas reservas estimadas de ferro, caulim, cobre e potássio são registradas com as toneladas em seu lugar de origem e ajustadas pelas perdas na diluição e na mineração. Consulte o *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Nosso Negócio* para obter uma descrição dos riscos relativos às reservas e as estimativas das reservas. Exceto se indicado o contrário, a AMEC E&C Services, Inc. (AMEC) auditou as estimativas de reservas provadas e prováveis a partir de 31 de dezembro de 2005 apresentadas neste relatório anual.

EXPECTATIVAS DE TENDÊNCIAS (FORWARD-LOOKING STATEMENTS)

Este relatório anual contém expectativas de tendências (*Forward-Looking Statements*) de acordo com o significado do *U.S. Private Securities Litigation Reform Act* de 1995. Muitas das expectativas contidas neste relatório anual podem ser identificadas pelo uso de palavras com conotação futurista tais como “antecipamos”, “acreditamos”, “poderia”, “esperamos”, “deveria”, “planejamos”, “pretendemos”, “estimamos” e “potencial”, entre outras. Essas declarações aparecem diversas vezes neste relatório anual e dizem respeito à nossa intenção, crença ou projeções atuais com relação:

- à nossa administração e operação futura;
- à implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nossa participação potencial em privatizações, aquisições ou transações com *joint ventures* ou outras oportunidades de investimentos;
- aos nossos planos de aquisições ou venda de investimentos;
- à implementação de nossa estratégia financeira e aos planos de investimentos de capital;
- à implementação de nosso programa de excelência operacional;
- à exploração das reservas minerais e desenvolvimento de instalações de mineração;
- ao esgotamento e à exaustão das minas e das reservas minerais;
- à declaração ou ao pagamento de dividendos;
- as tendências da indústria, incluindo a direção dos preços e dos níveis estimados de oferta e demanda;
- aos outros fatores ou tendências que afetem nossa condição financeira ou o resultado das operações; e
- aos fatores discutidos no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*.

Alertamos que tais expectativas não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem divergir significativamente daqueles propostos por diversos fatores, incluindo aqueles identificados no *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*. Estes riscos e incertezas incluem fatores relacionados à economia brasileira e mercado de capitais, os quais exibem volatilidade e podem ser negativamente afetados por acontecimentos em outros países, fatores relacionados com o negócio de minério de ferro e sua dependência da indústria siderúrgica global, que é de natureza cíclica, e fatores relacionados às indústrias altamente competitivas nas quais operamos. Para obter informações adicionais sobre os fatores que poderiam ocasionar de nossos resultados reais serem diferentes daqueles de nossas expectativas propostas, Consulte o *Item 3. Informações-Chave—Fatores de Risco*, e nossos relatórios arquivados na SEC. As expectativas de tendências valem somente para a data em que são feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las à luz de novas informações ou fatos futuros.

PARTE I

Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores

Não aplicável.

Item 2. Estatísticas da Oferta e Cronograma Previsto

Não aplicável.

Item 3. Informações-Chave

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O quadro abaixo apresenta informações financeiras consolidadas levantadas nos períodos indicados. Estas informações devem ser lidas juntamente com nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas que aparecem neste relatório anual.

Dados de Declaração de Renda

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2001	2002	2003	2004	2005
	(em milhões de US\$)				
Receitas operacionais líquidas.....	US\$ 3.935	US\$ 4.123	US\$ 5.350	US\$ 8.066	US\$ 12.792
Custo dos produtos e serviços.....	(2.272)	(2.263)	(3.128)	(4.081)	(6.229)
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(241)	(224)	(265)	(452)	(583)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(43)	(50)	(82)	(153)	(277)
Participação dos empregados nos lucros.....	(38)	(38)	(32)	(69)	(97)
Outras despesas.....	(379)	(119)	(199)	(188)	(175)
Lucro operacional.....	962	1.429	1.644	3.123	5.432
Receitas (despesas) não-operacionais:					
Receitas (despesas) financeiras.....	(200)	(248)	(249)	(589)	(437)
Perdas monetárias e cambiais, líquidas.....	(426)	(580)	242	65	299
Ganho na venda de investimentos.....	784	—	17	404	126
Subtotal.....	158	(828)	10	(120)	(12)
Lucro antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participação minoritária.....	1,120	601	1,654	3,003	5,420
Imposto de renda.....	218	149	(297)	(749)	(880)
Equivalência patrimonial em controladas e <i>joint ventures</i> e variação da provisão por perdas de investimentos.....	(53)	(87)	306	542	760
Participação minoritária.....	2	17	(105)	(223)	(459)
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuidade de uso de ativos.....	—	—	(10)	—	—
Lucro líquido.....	US\$ 1.287	US\$ 680	US\$ 1.548	US\$ 2.573	US\$ 4,841
Total de dividendos distribuídos aos acionistas (1)..	US\$ 1.066	US\$ 602	US\$ 675	US\$ 787	US\$ 1,300

(1) O total de dividendos distribuídos aos acionistas consiste no pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos dos acionistas durante o período.

Dados por Ação – Ganhos e Dividendos

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2001	2002	2003	2004 (1)	2005
	(Em US\$ exceto os dividendos registrados e os juros sobre o capital próprio por ação em reais e número de ações)				
Lucro básico por ação ordinária e preferencial classe A (1).....	US\$ 1,11	US\$0,59	US\$ 134	US\$ 2,23	US\$ 4,20
Lucros diluídos entre Ações Ordinárias e Preferenciais Classe A (1).....	US\$ 1,11	US\$0,59	US\$ 1,34	US\$ 2,23	US\$ 4,20
Distribuição de juros sobre o capital próprio por ação em US\$ (2).....	US\$ 0,88	US\$0,56	US\$ 0,59	US\$ 0,68	US\$ 1,14
Distribuição de juros sobre o capital próprio por ação em reais (2).....	R\$ 1,88	R\$1,66	R\$1,68	R\$ 1,95	R\$ 2,68
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares):					

Ações ordinárias (1)	749.592	749.592	734.804	735.804	735.804
Ações preferenciais classe A (1)	405.126	405.126	415.714	415.716	415.716
Total.....	<u>1.154.718</u>	<u>1.154.718</u>	<u>1.151.518</u>	<u>1.151.520</u>	<u>1.151.520</u>

- (1) Em agosto de 2004 foi realizado um desdobramento acionário três por um. As quantias de ações e por ações para todos os períodos dão efeito ao desdobramento acionário. O número de ações nesta tabela não dá o efeito para o desdobramento de dois para um aprovado pelos acionistas em abril de 2006.
- (2) Cada ação ordinária de depósito americano representa uma ação ordinária e cada ação preferencial de depósito americano representa uma ação preferencial classe A.
- (3) Nossas distribuições aos acionistas podem ser na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. De 1997 a 2003, todas as distribuições têm sido na forma de juros sobre o capital próprio. De 2004 a 2005, parte da distribuição foi feita na forma de juros sobre o capital próprio. O valor demonstrado representa distribuições pagas durante o exercício.

Dados do Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro,

2001	2002	2003	2004	2005
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

(em milhões de US\$)

Balanço Patrimonial

Ativo circulante.....	US\$ 2.638	US\$ 2.589	US\$ 2.474	US\$ 3.890	US\$ 4.775
Imobilizado, líquido.....	3.813	3.297	6.484	9.063	14.166
Investimentos em controladas, <i>joint ventures</i> e outros investimentos.....	1.218	732	1.034	1.159	1.672
Outros ativos.....	1.839	1.337	1.442	1.603	2.031
Total do ativo.....	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>	<u>US\$ 11.434</u>	<u>US\$ 15.715</u>	<u>US\$ 22.644</u>
Passivo circulante.....	1.921	1.508	2.253	2.455	3.325
Exigível a longo prazo (1).....	772	774	1.201	1.867	2.410
Empréstimos e financiamentos de longo prazo (2).....	2.170	2.359	2.767	3.214	3.714
Total do passivo.....	<u>4.863</u>	<u>4.641</u>	<u>6.221</u>	<u>7.536</u>	<u>9.449</u>
Participação minoritária.....	5	27	329	788	1.218
Patrimônio Líquido:					
Capital social.....	2.211	2.446	2.869	3.209	5.868
Capital integralizado excedente ao valor nominal.....	498	498	498	498	498
Reservas e lucros acumulados.....	1.931	343	1.517	3.684	5.611
Total do patrimônio líquido.....	<u>4.640</u>	<u>3.287</u>	<u>4.884</u>	<u>7.391</u>	<u>11.977</u>
Total do passivo e patrimônio líquido.....	<u>US\$ 9.508</u>	<u>US\$ 7.955</u>	<u>US\$ 11.434</u>	<u>US\$ 15.715</u>	<u>US\$ 22.644</u>

(1) Exclui os empréstimos e os financiamentos de longo prazo.

(2) Exclui a parcela no circulante de empréstimos de longo prazo.

TAXAS DE CÂMBIO

O Banco Central do Brasil (o Banco Central) permite que a taxa de câmbio real/dólar norte-americano flutue livremente e, o Banco Central ocasionalmente vem intervindo para controlar a instabilidade nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a deixar o real flutuar livremente ou intervirão no mercado de câmbio através de um sistema de banda cambial ou de qualquer outra forma. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano no futuro. Para obter mais informações sobre esses riscos, consulte *Item 3 Informações-Chave - Fatores de Risco—Riscos Relacionados ao Brasil*.

Antes de 14 de março de 2005, sob as normas brasileiras, as transações de moeda estrangeira eram realizadas tanto no mercado de câmbio de taxa comercial quanto no mercado de taxa flutuante. As taxas nos dois mercados eram basicamente as mesmas. A tabela utiliza a taxa comercial de venda antes de 14 de março de 2005.

O quadro abaixo mostra a evolução da taxa cambial de venda, expressa em reais por dólar norte-americano (R\$/US\$) para os períodos indicados.

<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>	<u>Final do Período</u>	<u>Média por Período (1)</u>	<u>Mínima</u>	<u>Máxima</u>
2001.....	R\$ 2,320	R\$ 2,353	R\$ 1,936	R\$ 2,801
2002.....	3,533	2,998	2,271	3,955
2003.....	2,889	3,060	2,822	3,662
2004.....	2,654	2,917	2,654	3,205
2005.....	2,341	2,412	2,163	2,762
<u>Mês</u>				
Dezembro de 2005.....				
Janeiro de 2006.....	2,341		2,180	2,373
Fevereiro de 2006.....	2,216		2,212	2,346
Março de 2006.....	2,136		2,118	2,222
Abril 2006.....	2,172		2,107	2,224
Maio 2006 (até 23 de maio).....	2,260		2,059	2,288

(1) Média das taxas de cada período, usando-se as médias das taxas de câmbio do último dia de cada mês para cada período.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em 23 de maio de 2006, a taxa de venda era de R\$ 2,260 por US\$ 1,00.

FATORES DE RISCO

Riscos Relacionados ao Nosso Negócio

Devido à nossa dependência da indústria siderúrgica global, oscilações na demanda de aço podem afetar adversamente nossa atividade.

Os preços e volumes de vendas no mercado de minério de ferro transoceânico dependem do nível da demanda existente e esperada de minério de ferro gerada pela indústria mundial de aço. A indústria mundial de aço é cíclica. Uma série de fatores, sendo o mais importante deles o nível existente de demanda mundial por produtos siderúrgicos, influenciam a indústria global de aço. Durante períodos de estagnação ou de declínio do crescimento econômico regional ou global, a demanda por produtos siderúrgicos geralmente se retrai, o que normalmente leva a correspondentes reduções na demanda por minério de ferro.

Impulsionado principalmente pela forte demanda dos fabricantes chineses de aço, junto com uma expansão modesta em outros mercados, o comércio transoceânico global de minério de ferro registrou alta demanda e crescimento nos preços de minério de ferro e pelotas em 2005. Não podemos prever por quanto tempo essa demanda permanecerá nos níveis atuais ou o direcionamento de preços futuros. Reduções prolongadas nos preços dos contratos mundiais ou no volume de vendas de minério de ferro podem ter efeitos adversos significativos em nossas receitas.

A indústria de mineração é altamente competitiva e podemos encontrar dificuldades para concorrer eficazmente com outras companhias mineradoras no futuro.

A indústria mundial de minério de ferro é caracterizada pela competição intensa. Competimos com grandes companhias mineradoras. Alguns de nossos concorrentes possuem importantes jazidas de minério de ferro localizadas próximas aos nossos principais clientes asiáticos e europeus. A competição entre produtores de minério de ferro pode nos levar a perda de mercado e receitas. Nossas atividades de alumínio, manganês, cobre concentrado e outras, também estão sujeitas à intensa competição e a riscos similares.

A demanda por minério de ferro e pelotas em períodos de pico pode ultrapassar nossa capacidade produtiva, nos tornando incapazes de atender a demanda dos clientes.

Nossa capacidade em aumentar rapidamente a capacidade produtiva para satisfazer aumentos na demanda por minério de ferro é limitada. Em períodos em que a demanda dos clientes excede nossa capacidade de produção, geralmente atendemos o excesso de demanda dos clientes revendendo minério de ferro e pelotas comprados das *joint ventures* ou de terceiros. Se formos incapazes de atender a demanda dos clientes mesmo comprando das *joint ventures* ou de terceiros, poderemos perder clientes. Da mesma forma, uma vez que o aumento da capacidade de produção exige muito tempo, talvez não consigamos completar os projetos de expansão da capacidade produtiva de minério de ferro em

tempo hábil e nos beneficiar de sua alta demanda atual por minério de ferro. Além disso, a operação na capacidade máxima ou acima poderá nos expor a custos mais altos, incluindo taxas por atraso devido a limitações da capacidade em nossas minas, ferrovias e portos.

Desenvolvimentos econômicos adversos em nossos mercados principais, especialmente a China, poderiam reduzir a demanda por nossos produtos, levando a uma diminuição de receitas e lucratividade.

A economia mundial é o principal impulsionador da demanda pelo comércio transoceânico de minério de ferro e pelotas. Nos últimos anos, a China tem sido o principal responsável pelo aumento de nossas vendas. Em 2005, 20,0% de nossa receita bruta de minério de ferro e pelotas foi atribuída a clientes na China, que foram responsáveis por 15,0% de nossa receita operacional bruta consolidada. Durante o mesmo período, 14,2% de nossa receita bruta consolidada foi atribuída a clientes de países asiáticos além da China e 28,4% resultantes de vendas a clientes europeus. Uma economia global debilitada ou em mercados específicos onde vendemos nossos produtos, como a China, poderia reduzir a demanda, resultando na queda de receita e rentabilidade.

O alumínio e o cobre são comercializados ativamente em bolsas de mercadorias mundiais e seus preços estão sujeitos a flutuações significativas.

O alumínio e o cobre são comercializados em um mercado mundial ativo em bolsas de mercadorias, como a Bolsa de Metal de Londres e a New York Mercantile Exchanges (NYMEX). Os preços desses metais estão sujeitos a grandes flutuações e são influenciados por muitos fatores, como condições econômicas e políticas globais atuais e esperadas, níveis de oferta e procura, disponibilidade e custo de substitutos, níveis de inventário mantidos por produtores, investimentos por fundos de *commodity* e outros, e ações de participantes nos mercados de *commodities*. Os preços desses metais são mais voláteis que os do minério de ferro e pelotas, pois respondem mais rapidamente às mudanças reais e esperadas nas condições de mercado.

Uma redução de demanda global por aço e/ou produtos agrícolas poderia reduzir a demanda interna por nossos serviços de logística.

Os setores de agricultura e aço atualmente são os principais impulsionadores da demanda por serviços de logística para clientes. Em 2005, aproximadamente 78,6% de nossa receita de logística foi atribuída a estes mercados. Uma redução na demanda mundial por aço e/ou produtos agrícolas brasileiros poderia reduzir a demanda por serviços de logística e prejudicar a rentabilidade de nossos negócios de logística.

Nossas estimativas de reservas podem ser significativamente diferentes das quantidades de minério que podemos realmente recuperar; nossas estimativas de vida útil das minas podem se mostrar inadequadas e as flutuações dos preços de mercado e as alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar certas reservas de minério ou depósitos minerais economicamente inviáveis para exploração.

Nossas reservas de minério e depósitos minerais reportados são quantidades estimadas de minério e minerais, os quais têm o potencial a ser economicamente minerados e processados para extração de seu conteúdo mineral. Há inúmeras incertezas inerentes na estimativa das quantidades de reservas e em projeção de taxas potenciais futuras de produção mineral, incluindo muitos fatores que vão além do nosso controle. A medição de reserva é um processo subjetivo de estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos de maneira exata e a acurácia de qualquer estimativa de reserva é função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e do julgamento geológico e de engenharia. Estimativas de diferentes engenheiros podem ser diferentes e os resultados de nossa mineração e produção subsequentes à data de uma estimativa podem levar a revisão dessas estimativas. As estimativas de reservas e de vida da mina podem requerer revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, oscilações nos preços de mercado de minérios e metais, taxas de recuperação reduzidas ou custos de produção crescentes devido à inflação ou a outros fatores podem tornar as reservas provadas e prováveis com teores mais baixos de minério economicamente inexploráveis e podem resultar em ajuste das reservas.

Talvez não possamos renovar nossas reservas, o que poderia afetar adversamente nossas perspectivas de exploração.

Nossa atuação em exploração mineral, a qual é de natureza altamente especulativa, envolve muitos riscos e freqüentemente não é produtiva. Nossos programas de exploração, os quais envolvem significativos investimentos de capital, podem não resultar na expansão ou na substituição de reservas exauridas pela produção corrente. Se não desenvolvermos novas reservas, não seremos capazes de sustentar o nível atual de produção além da vida remanescente das minas hoje existentes.

Mesmo que descobramos depósitos minerais, permanecemos sujeitos aos riscos de perfuração e produção, o que pode afetar adversamente o processo de mineração.

Uma vez que reservas minerais são descobertas, pode-se levar anos a partir da fase inicial de perfurações até que a produção seja possível, período no qual a viabilidade econômica da produção pode mudar. São necessários gastos substanciais e tempo para:

- estabelecer reservas através das perfurações;
- determinar processos metalúrgicos apropriados para otimizar a recuperação de metais contidos no minério;
- obter licenças ambientais e demais licenças;
- construir instalações de processamento de mineração e infra-estrutura necessárias para novos projetos; e
- obter o minério ou extrair seus metais.

Se um projeto provar não ser economicamente viável no momento que estivermos aptos a explorá-lo, podemos incorrer em baixas substanciais. Além disso, mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos que surjam durante a vida do projeto podem causar aumento nos custos e tornar o projeto economicamente inviável.

Podemos nos deparar com atrasos, custos acima do esperado, dificuldades em obter licenças ambientais e outros obstáculos durante a implementação de nossos projetos de investimento.

Estamos investindo pesado para aumentar nossa capacidade de produção e de logística e para ampliar o escopo dos minerais que produzimos. Nossos projetos de expansão e mineração estão sujeitos a diversos riscos os quais podem torná-los menos sucedidos do que o antecipado, como:

- atrasos ou custos acima do esperado para obter o equipamento ou serviços necessários e construir e operar nossos projetos;
- possível falha, atraso ou custos acima do esperado na obtenção de licenças ambientais necessárias para desenvolver nossos projetos;
- mudanças nas condições de mercado podem tornar nossos projetos menos rentáveis do que o previsto no momento em que iniciamos o trabalho no projeto; e
- condições adversas de mineração podem atrasar e atrapalhar nossa capacidade de produzir as quantidades esperadas de minerais.

Se não conseguirmos gerenciar tais riscos com sucesso, nossas previsões de crescimento e lucro podem ser comprometidas.

Nos deparamos com crescentes custos de extração na medida em que as jazidas se exaurem.

Reservas se esgotam gradativamente no curso normal de uma dada operação de mineração. Na medida que a exploração progride, as distâncias para o britador primário e os depósitos de estéril se tornam maiores e as cavas mais íngremes. Conseqüentemente, ao longo do tempo, temos nos deparado com crescentes custos unitários de extração para cada mina. Várias de nossas minas já operam há muito tempo e, provavelmente, enfrentaremos altos custos unitários dessas operações.

Aumentos nos custos de combustíveis podem afetar negativamente nossas atividades.

Nossas operações dependem, em parte, de óleo e gás, que representaram 10,1% dos nossos custos de mercadorias vendidas em 2005. Os custos com combustível são o componente principal do total de custos com logística e de produção de pelotas e afetam indiretamente diversas áreas de negócio, como mineração e produtos relacionados ao alumínio. Um aumento nos preços de óleo e gás afeta adversamente as margens de lucro nas áreas de logística, de pelotas de mineração e negócios ligados ao alumínio.

Estamos envolvidos em processos de antitruste que podem resultar em desinvestimentos, multas ou outras restrições que poderiam prejudicar nossos negócios.

Atualmente, estamos envolvidos em sete processos perante o *Conselho Administrativo de Defesa Econômica*, ou CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Cinco destes processos envolvem a análise de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures* e abrangem quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os outros dois processos são de natureza administrativa que alegam que praticamos concorrência desleal em nossos negócios com logística. Temos a intenção de nos defender vigorosamente nesses processos, mas não podemos prever o resultado dos mesmos. Se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de multas elevadas.

O CADE recentemente apresentou a decisão referente à sua análise pós-transação de nossas aquisições da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI pela CVRD, e o acordo para o descruzamento das participações recíprocas entre nós e a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN. Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu uma decisão aprovando estas aquisições, sujeita a certas condições. Mediante as condições colocadas na decisão do CADE, devemos (i) ceder completamente nossos direitos de preferência relacionados ao minério de ferro da mina Casa de Pedra e reestruturar nossa participação acionária na Logística MRS ou (ii) vender nossos ativos que foram anteriormente pertencentes a Ferteco Mineração S.A., uma empresa que adquirimos em 2001 e consolidamos em agosto de 2003. Para maiores informações veja item 8. *Informações Financeiras Processos Judiciais*. Se tivermos que implementar os passos necessários na decisão do CADE, nossas operações em minério de ferro e logística podem ser prejudicadas.

Nosso principal acionista pode ter influência significativa sobre nossa Companhia.

Em 30 de abril de 2006, Valepar possui 53,3% de nossas ações ordinárias em circulação e 32,3% de nosso capital total em circulação. Para obter uma descrição sobre nossa composição acionária, consulte o Item 7. *Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas—Principais Acionista—Principal Acionista*. Como resultado de sua participação acionária, a Valepar pode controlar o resultado de qualquer ato que requeira aprovação dos acionistas, exceto pela indicação dos conselheiros e membros de nosso conselho fiscal. Ainda, o governo brasileiro possuía três ações preferenciais de classe especial da CVRD que lhe dão o direito de veto sobre certas medidas que podemos propor. Para obter uma descrição detalhada do direito de veto dado ao governo brasileiro por conta de suas ações preferenciais de classe especial, consulte o Item 10. *Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais—Geral*.

Muitas de nossas operações dependem de joint ventures e poderiam ser afetadas adversamente caso nossos sócios nessas joint ventures não cumpram seus compromissos.

Atualmente operamos partes importantes de nossos negócios de pelletização, energia elétrica, alumínio, bauxita e siderurgia através de *joint ventures* com outras companhias. Nossas previsões e planos para estas *joint ventures* nos levam a crer que nossos respectivos sócios cumprirão suas obrigações de fazer contribuições de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer talento gerencial. Se algum de nossos sócios não cumprir seus compromissos, a *joint venture* correspondente pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios ou talvez tenhamos que aumentar o nível de nossos investimentos para atender a tais planos. Para obter mais informações sobre nossas *joint ventures*, consulte o Item 4. *Informações sobre a Companhia—Segmentos de Negócio*.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco pode não ser eficaz.

Estamos expostos a riscos de mercado tradicionais, tais como flutuações de taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities*. Para nos proteger parcialmente da volatilidade do mercado, Nosso Conselho de Administração aprovou a política de gerenciamento de risco. Consulte o Item 11. *Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Riscos de Mercado*. Nossa estratégia de proteção pode não ser bem-sucedida em minimizar a exposição do nosso fluxo de caixa a estas flutuações e podemos não conseguir identificar correlações entre os diversos riscos de mercado aos quais estamos expostos. Além disso, até o ponto em que utilizamos as transações de proteção parcialmente para nossa exposição a preços de *commodity*, podemos limitar os benefícios futuros que teríamos caso os preços das *commodities* aumentassem.

Falha em manter controle interno eficaz sobre o relatório contábil pode prejudicar a confiança do investidor na integridade de nossas informações contábeis, o que poderia ter um impacto adverso sobre o preço de negociação de nossos títulos.

Consoante com a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, com início do nosso Relatório Anual no Formulário 20-F para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, teremos que apresentar um relatório preparado pela administração sobre controle interno dos relatórios contábeis. Tal relatório conterá, entre outros assuntos, uma avaliação da eficácia de nosso controle interno sobre o relatório contábil a partir do fim do exercício, incluindo uma declaração que revele se o controle interno sobre o relatório contábil é ou não eficaz. Esta avaliação deve incluir a divulgação de quaisquer fraquezas relevantes em nosso controle interno sobre o relatório contábil identificadas pela administração. Tal relatório também

conterá uma declaração que nossos auditores emitiram um relatório de validação sobre a avaliação da administração de tais controles internos.

Se identificarmos fraquezas materiais em nosso controle interno sobre o relatório contábil e não formos capazes de corrigi-los em tempo hábil, nossa administração pode não ser capaz de concluir em seu relatório de controle interno que nosso controle interno sobre o relatório contábil é eficaz, o que poderia afetar a confiança do investidor sobre a integridade de nosso relatório contábil, levando a uma diminuição no preço de negociação de nossos títulos ou limitar nossa capacidade de acessar mercados de capital.

Podemos não ter cobertura adequada de seguros para alguns riscos da atividade os quais podem nos trazer conseqüências econômicas prejudiciais.

Nossas atividades estão geralmente sujeitas a uma série de riscos e danos, incluindo:

- acidentes industriais;
- acidentes ferroviários;
- reclamações trabalhistas;
- desabamentos;
- danos ambientais;
- interrupções no fornecimento de energia;
- falhas em equipamentos ou embarcações; e
- severas condições climáticas e outros fenômenos naturais.

Estes eventos podem causar danos ou destruições de propriedades minerais, instalações produtivas, instalações de transportes, equipamentos ou embarcações. Eles podem também resultar em danos pessoais ou morte, danos ambientais, desperdício de recursos ou produtos intermediários, atrasos ou interrupções nas atividades de mineração, produção ou transporte, perdas monetárias e possíveis passivos legais. O seguro que mantemos contra riscos, que são típicos em nossa atividade, pode não oferecer uma cobertura adequada. Os seguros contra alguns riscos (incluindo responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades) podem não estar disponíveis a um custo razoável ou mesmo não existirem. Conseqüentemente, acidentes ou outros fatos negativos podem causar um efeito material adverso em nossas operações.

Se não formos capazes de administrar com sucesso os riscos à saúde e segurança, aos quais nossa atividade expõe nossos funcionários, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

Operamos em regiões onde as doenças tropicais prevalecem e desenvolvemos uma operação potencial de mineração de carvão em Moçambique, onde a AIDS, a malária e outras doenças contagiosas endêmicas naquela região constituem uma questão de saúde e preocupação pública. Se não formos capazes de proteger adequadamente nossos funcionários destas doenças ou não formos capazes de assegurar a saúde e segurança de nossos funcionários, nossos negócios podem ser afetados adversamente.

Podemos nos deparar com a deficiência em nosso fornecimento de equipamentos de mineração devido ao aumento do consumo por empresas mineradoras que excedam a capacidade do fornecedor.

Embora os fabricantes de equipamentos de mineração e perfuração tenham aumentado suas capacidades nos últimos dois anos, tais aumentos não foram suficientes para compensar o aumento significativo na demanda por equipamento de mineração. As previsões do aumento do tempo de execução na entrega podem resultar em custos mais altos e atrasos de nossa produção.

Particularmente, desde o início de 2004, o setor global de mineração passou por carência de pneus fora de estrada. Há apenas cinco fabricantes de pneus radiais no mundo e cada um deles está trabalhando com capacidade total. Apesar dos três maiores fornecedores terem anunciado mais que US\$300 milhões em investimentos para aumentar a capacidade nos próximos três anos, estes aumentos não devem reduzir significativamente o risco de nova escassez antes do final de 2007. Em atenção a esta escassez, os participantes do setor de mineração estão estudando alternativas como os pneus diagonais (de lonas cruzadas), que apresentam taxas mais baixas de performance comparadas aos pneus radiais. Se não

conseguirmos fornecer pneus fora de estrada ou alternativos o suficiente para manter nossas operações, poderemos sofrer reduções temporárias em nossa capacidade produtiva.

Ações de protestantes, incluindo de comunidades indígenas que moram próximos às nossas minerações podem dificultar nossas operações com mineração e logística.

Protestantes, incluindo de comunidades indígenas que moram nas proximidades de nossas áreas de operação podem tomar medidas para interromper nossas operações com o intuito de nos persuadir em continuarmos ou aumentarmos o nível de apoio que oferecemos a tais comunidades. Além disso, os protestantes de tais comunidades podem tomar medidas para atrapalhar as operações de algumas de nossas ferrovias, em um esforço para influenciar outros órgãos governamentais locais ou prefeituras respondam às suas reivindicações. Possíveis ações de protestantes para atrapalhar nossas operações podem ter um impacto adverso nos resultados de nossas operações.

Riscos relacionados ao Brasil

Historicamente o governo brasileiro exerceu e vem exercendo forte influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras têm impacto direto em nossas atividades e no valor de mercado de nossos títulos.

O governo brasileiro freqüentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente faz mudanças significativas na política, como ocorre continuamente nas economias emergentes. No passado, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram controles de salários e preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites às importações, entre outras medidas. Nosso negócio, condição financeira e resultados das operações podem ser adversamente afetados por fatores no Brasil, que incluem:

- volatilidade da moeda;
- aceleração da inflação;
- política monetária e aumentos nas taxas de juros;
- política fiscal e mudanças tributárias;
- política de comércio internacional, incluindo barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias;
- controles do câmbio;
- racionamento de energia; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

Inflação e medidas do governo para inibi-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade no mercado brasileiro de capitais o que, conseqüentemente, pode afetar adversamente o valor de mercado de nossos títulos.

O Brasil viveu, no passado, experiência com taxas de inflação extremamente altas e taxas anuais que chegaram a 2.567% em 1993 (conforme o Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice IGP-M). Mais recentemente, as taxas de inflação no Brasil foram de 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005 e 0,27% nos quatro meses que terminaram em 30 de abril de 2006 (conforme medido pelo índice IGP-M Index). A inflação, as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre os possíveis atos futuros geraram efeitos adversos sobre a economia brasileira no passado, e têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e para elevar a volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários. Se o Brasil apresentar alta inflação no futuro, nossos custos poderão subir, nossas margens operacional e líquida poderão diminuir e, se a confiança do investidor diminuir, o valor de mercado de nossos títulos poderá cair. As pressões inflacionárias podem restringir nossa capacidade de acesso aos mercados financeiros globais e podem levar a uma intervenção do governo na economia, o que poderia envolver a introdução de políticas governamentais que poderiam afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo.

Flutuações do valor do real frente ao dólar norte-americano podem resultar em incertezas na economia brasileira e no mercado brasileiro de capitais, podendo causar um efeito adverso sobre o nosso lucro líquido e fluxo de caixa.

Historicamente, a moeda brasileira vem sofrendo freqüentes desvalorizações. No passado, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações durante as quais a freqüência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados de câmbio paralelo. Embora em longos períodos a depreciação da moeda brasileira geralmente tenha correlação com o diferencial entre a taxa de inflação no Brasil em comparação com a taxa de inflação nos EUA, a depreciação em períodos mais curtos tem resultado em flutuações significativas nas taxas de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras.

O real se valorizou em 11,8% em relação ao dólar norte-americano em 2005, e se valorizou em 10,7% durante os primeiros quatro meses de 2006. A taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano pode continuar a flutuar e pode subir ou cair substancialmente em relação aos níveis atuais.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano reduz o valor em dólares norte-americanos das distribuições e dos dividendos de nossos Recibos de Depósitos Americanos. Tentamos dirimir nossos riscos fixando nossos dividendos em dólares norte-americanos. Contudo, os acionistas ainda estão expostos ao risco de volatilidade da moeda por um período de no mínimo duas semanas, uma vez que o valor dos dividendos em dólar norte-americano é convertido para reais no mínimo duas semanas antes de sua distribuição devido a requerimentos operacionais para processar o pagamento dos dividendos. Volatilidade da taxa cambial pode ter um impacto no preço de nossas ações e notas e pode ter um impacto significativo no nosso lucro líquido. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode resultar no registro de significativas perdas cambiais e monetárias com relação à dívida em dólar norte-americano, ao passo que a valorização do real geralmente conduz ao efeito oposto. Os ganhos ou perdas cambiais e monetárias podem ser significativos, o que pode fazer com que haja volatilidade nos lucros de um período quando comparado com o próximo. As flutuações de taxa de câmbio também têm um enorme impacto sobre nossas receitas e custos, pois a maioria das receitas está vinculada aos dólares norte-americanos e a maioria dos custos aos reais. Como resultado, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano resulta geralmente em receitas menores e custos mais altos, o que pode afetar nossa rentabilidade operacional. As flutuações da taxa de câmbio também influenciam a economia brasileira e as taxas de inflação, que podem levar o governo brasileiro a adotar políticas com impacto adverso em nossas atividades. Para obter mais informações sobre as taxas de câmbio históricas, consulte o *Item 3. Informações-Chave—Taxas de Câmbio*.

Acesso e custo da captação de recursos para companhias brasileiras em mercados internacionais de capital são influenciados pela percepção do investidor dos riscos relacionados ao Brasil e de outras economias emergentes, que podem afetar a capacidade de financiamento de nossas operações a um custo aceitável ou reduzir o preço de negociação dos nossos títulos.

Os investidores internacionais geralmente consideram o Brasil um mercado emergente. Como consequência, as condições econômicas e de mercado em outros mercados de países emergentes, especialmente os da América Latina, influenciam o mercado de títulos emitidos por empresas brasileiras. As crises econômicas em um ou mais países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores globais em títulos emitidos por mercados emergentes. Crises econômicas ocorridas em mercados emergentes no passado, como as do Sudeste Asiático, Rússia e Argentina, resultaram em substancial saída de dólares norte-americanos do Brasil e fizeram as empresas brasileiras enfrentarem custos mais altos para a captação de fundos, tanto no país como no exterior, e impediu o acesso a mercados internacionais de capital por longos períodos. Não podemos assegurar que mercados internacionais de capitais permanecerão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros nestes mercados nos serão vantajosas. Além disso, crises financeiras futuras em países de mercados emergentes poderão ter impacto negativo nos mercados brasileiros, o que poderia afetar adversamente o preço de nossos títulos.

As políticas do governo brasileiro no setor de energia podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para nossas operações de produtos relacionados ao alumínio e ferroligas.

Somos um importante consumidor de energia elétrica e respondemos por 4,4% do consumo total no Brasil em 2005. Os custos de energia são um fator importante no custo de produção de alumínio e ferroligas e representaram 7,3% do nosso custo total de mercadorias vendidas em 2005.

O Brasil enfrentou escassez de energia elétrica durante a segunda metade de 2001, o que resultou em um programa de racionamento de energia elétrica com a diminuição do consumo em pelo menos 20%. Como consequência deste programa, passamos por uma redução temporária em nossa produção de alumínio e de ferroligas, as quais consomem significativa quantidade de energia. Embora a escassez de energia elétrica tenha findado no final de 2001, com a suspensão das restrições do uso de energia em março de 2002, não podemos assegurar que o Brasil não sofrerá escassez de energia elétrica futuramente. A escassez de energia no futuro e as políticas do governo para responder ou evitar a

escassez podem ter um impacto adverso sobre o custo ou o fornecimento de energia para operações de produção de alumínio e ferroligas.

A atividade brasileira de geração de energia depende das concessões dadas pelo governo, e é regulada e supervisionada pela ANEEL. Uma nova lei para o setor de energia foi aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2004 e estabeleceu leilões públicos com o objetivo de comercializar o excesso de energia elétrica disponível no mercado. Preços mais baixos estabelecidos nestes leilões podem desencorajar os investimentos na obtenção de maior capacidade de geração, o que aumentaria o risco de escassez de energia no futuro. Mudanças nas leis, regulamentos ou políticas governamentais relativas ao setor de eletricidade ou requerimentos de concessão poderiam reduzir os retornos esperados para os investimentos na geração de energia. Para obter mais informações sobre as regulamentações referentes a nossa produção de energia, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação*.

Nossas atividades de mineração e logística dependem de autorizações das agências reguladoras e mudanças nos regulamentos podem causar efeito negativo em nossa atividade.

Nossas atividades de mineração e logística no Brasil dependem de autorizações e concessões dadas pelas agências reguladoras do governo brasileiro. Nossas atividades de exploração, mineração, processamento mineral e logística também estão sujeitas às leis e regulamentos brasileiros, que podem mudar a qualquer momento. Se estas leis e regulamentos sofrerem alteração no futuro, nossas tecnologias e operações talvez precisem ser alteradas, o que nos obrigaria a fazer investimentos não previstos. Para obter detalhes sobre as autorizações e as concessões das agências reguladoras do governo brasileiro, das quais nossas atividades de mineração e logística dependem, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Regulamentação*.

As leis ambientais brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios de mineração e energia.

Nossas operações freqüentemente envolvem o uso, o manejo, a baixa e a descarga de materiais perigosos no meio ambiente ou o uso de recursos naturais e, portanto, estão sujeitas às leis e regulamentos ambientais do Brasil. A regulamentação ambiental no Brasil tornou-se mais rigorosa nos últimos anos e é possível que mais regulamentos ou exigências mais agressivas nos afetem adversamente através de restrições impostas a nossas atividades, criando-se novas exigências para emissão ou renovação de licenças ambientais, elevando nossos custos ou exigindo que incorramos em reclamações onerosas.

Nossos projetos exigem freqüentemente a obtenção ou renovação de nossas licenças ambientais. Dificuldades na obtenção dessas licenças podem atrasar as construções ou aumentar custos e, em alguns casos, podem levar ao abandono de um projeto.

Estamos também sujeitos à recente legislação ambiental brasileira que exige que companhias responsáveis por projetos causadores de impacto ambiental significativo paguem uma taxa de "compensação ambiental" no valor de pelo menos 0,5% sobre o investimento total da empreitada. Há várias incertezas sobre como essa lei será aplicada na prática. Se o índice efetivamente cobrado for superior aos 0,5%, isso significará um aumento em nossos custos e, dependendo da magnitude das taxas envolvidas, poderia representar um efeito adverso sobre nossa liquidez e retorno sobre investimentos. As incertezas relacionadas ao cálculo ou pagamento dessas taxas podem causar tensões com as autoridades ambientais brasileiras ou levar a atrasos na obtenção das permissões ambientais necessárias.

As leis brasileiras restritivas ao desenvolvimento na bacia do rio do Amazonas com propósitos de reserva legal podem impor limites sobre nossa capacidade de expandir algumas operações e explorar completamente nossos direitos aos minerais naquelas regiões. Consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia – Questões Reguladoras – Questões Ambientais*

Muitos estados brasileiros onde operamos estão atualmente considerando a implementação de taxas para o uso da água de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isto pode exigir que paguemos taxas no futuro pelo direito do uso da água que atualmente utilizamos gratuitamente, o que poderia aumentar consideravelmente nossos custos nas regiões onde os recursos hídricos são escassos.

Além disso, atualmente somos réus em uma ação judicial impetrada pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais, que alega que nossas operações de minério de ferro causam danos ambientais e sociais em Itabira. Se não vencermos esta ação, poderemos incorrer em uma despesa significativa. Para obter informações sobre as leis ambientais e os desafios legais que enfrentamos, consulte o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Questões Reguladoras – Questões Ambientais* e *Item 8. Informações Financeiras – Processos Judiciais*.

Riscos relacionados às Ações de Depósitos Americanos (ADSs)

Restrições no movimento de capital para fora do Brasil poderão se tornar obstáculos à capacidade dos seus detentores de receber dividendos e distribuições sobre as Ações de Depósitos Americanos, e recursos provenientes de qualquer venda de Ações de Depósitos Americanos.

O governo brasileiro pode impor restrições à saída de recursos sempre que haja um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razão para prever um grave desequilíbrio. Isto dificultaria ou privaria o custodiante que age em nome do depositário das Ações de Depósitos Americanos de converter os recursos provenientes de ações lastreadas pelas Ações de Depósitos Americanos em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior.

O governo brasileiro impôs restrições para remessas por aproximadamente seis meses entre 1989 e o início de 1990. Se aprovadas no futuro, restrições semelhantes poderiam dificultar ou privar a conversão de dividendos, distribuições ou recursos provenientes de qualquer venda de ações de reais para dólares norte-americanos e a remessa de dólares norte-americanos para o exterior. Neste caso, o custodiante, agindo em nome do depositário, ficará com os reais que não poderão ser convertidos para a conta dos detentores dos Recibos de Depósitos Americanos, que não receberão seus fundos. O depositário não investirá os reais e não estará propenso a participação sobre esses valores. Além disso, quaisquer reais então retidos estarão sujeitos ao risco de desvalorização.

Se você trocar Ações de Depósitos Americanos por ações subjacentes, você corre o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e as vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro de ações que lastreiam as Ações de Depósitos Americanos obterá um registro eletrônico do Banco Central para tornar-se apto a remeter dólares norte-americanos para o exterior para pagar dividendos e outras distribuições relacionadas às ações de lastro das nossas Ações de Depósitos Americanos ou na venda das ações subjacentes. Se você optar por trocar suas Ações de Depósitos Americanos por ações subjacentes, você será obrigado a continuar a confiar, por cinco dias úteis a partir da data da troca, no registro eletrônico do custodiante. Portanto, você pode não ser capaz de obter e remeter dólares norte-americanos para o exterior no caso de venda ou distribuições relacionadas às ações, a não ser que você obtenha seu próprio registro eletrônico através do cadastro de seu investimento nas ações sob a Resolução No. 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que habilita investidores estrangeiros a comprar e vender títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, ou BOVESPA. Para obter mais informações referentes aos controles cambiais, consulte o *Item 10. Informações Adicionais—Controles de Câmbio e Outras Limitações que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários*. Se você tentar obter seu próprio registro eletrônico, você poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de aplicação, o que poderia postergar sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relativas às ações ou ao retorno de seu capital em tempo hábil. Não podemos lhe assegurar que o registro eletrônico do custodiante ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por você não será afetado por alterações futuras da legislação, ou que outras restrições aplicáveis a você, a venda de ações ou o repatriamento dos recursos provenientes da venda não serão impostos no futuro.

Tendo em vista que não somos obrigados a arquivar a declaração de registro referente aos direitos de preferência relativos a nossas ações, há a possibilidade de você não conseguir exercer estes direitos.

Os detentores de Recibos de Depósitos Americanos residentes nos Estados Unidos podem não conseguir exercer seus direitos de preferência ou outros direitos relacionados a ações subjacentes. A habilidade de exercer os direitos de preferência não é garantida sem que um relatório de registro seja efetivo com respeito àqueles direitos ou que uma dispensa das exigências de registro do Ato de Garantias esteja disponível. Não somos obrigados a arquivar a declaração de registro relativo aos direitos de preferência referentes às ações subjacentes ou tomar medidas necessárias para tornar o registro disponível, e não podemos assegurar que arquivaremos qualquer declaração de registro ou tomaremos as medidas para tal. Caso alguma declaração não seja arquivada e não exista uma dispensa do registro, o JP Morgan Chase Bank, como depositário de nossas Ações de Depósitos Americanos, tentará vender os direitos e você será designado para o recebimento dos resultados da venda. Entretanto, os direitos de preferência irão expirar se o depositário não puder vendê-los. Para obter uma descrição mais completa dos direitos de preferência relativos às ações subjacentes, consulte o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais – Direitos de Preferência*.

Detentores de nossas Ações de Depósitos Americanos podem encontrar dificuldades em exercer os direitos de voto.

Os detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A estão aptos a votar sobre assuntos relacionados aos acionistas. Você pode ter dificuldades em exercer alguns de seus direitos como acionista caso possua Ações de Depósitos Americanos em vez de ações subjacentes. Por exemplo, se não conseguirmos fornecer ao depositário materiais para voto em tempo hábil, você pode não conseguir instruir o depositário sobre como votar por você.

Nossos assuntos corporativos são governados pelo nosso Estatuto e pela legislação societária brasileira; os quais diferem dos princípios legais que seriam aplicáveis se fôssemos sujeitos a jurisdição dos Estados Unidos ou qualquer

lugar fora do Brasil. Pela legislação societária brasileira, detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A podem ter poucos e menos direitos bem definidos para proteger seus interesses relativos às ações tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pela Valepar em comparação às leis de outras jurisdições fora do Brasil.

Embora a lei brasileira imponha restrições contra informações privilegiadas ou manipulação de preços, o mercado de capital brasileiro não é tão regulamentado e supervisionado como os mercados de capitais norte-americanos ou os mercados de outras jurisdições. Além disso, regras e políticas contra negociações com ações próprias e aquelas relacionadas à preservação dos interesses dos acionistas minoritários podem ser menos desenvolvidas e cumpridas no Brasil do que nos Estados Unidos, o que potencialmente poderá deixá-lo em desvantagem como detentor das ações locais e Ações de Depósitos Americanos. Por exemplo, quando comparada à legislação societária de Delaware, a legislação societária brasileira tem regras menos detalhadas e não tão bem estabelecidas, e precedentes judiciais relativos à revisão das decisões da administração sobre os padrões do dever de zelo e padrões de lealdade no contexto de reestruturações societárias, transações com partes relacionadas e transações de venda de negócios. Além disso, acionistas de empresas brasileiras normalmente não têm o hábito de instituir uma ação de classe.

Além disso, como emissor privado estrangeiro, não somos obrigados a seguir muitas das regras de governança corporativa, aplicáveis a emissores norte-americanos com títulos à venda na Bolsa de Valores de Nova Iorque (ou NYSE). Para obter mais informações relativas à nossas políticas de governança corporativa, consulte o Item 6, *Conselheiros, Diretores Executivos e Funcionários*.

Item 4. Informações sobre a Companhia

VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

Visão geral

Somos os maiores produtores e exportadores mundiais de minério de ferro e pelotas, a maior companhia de metais e mineradora das Américas e uma das maiores companhias do setor privado na América Latina por *market capitalization*. Possuímos direitos de exploração que cobrem 8,7 milhões de hectares (21,5 milhões de acres) no Brasil e 19,8 milhões de hectares (48,9 milhões de acres) na Angola, Argentina, Austrália, Chile, Gabão, Guinéa, Mongólia, Moçambique, Peru e África do Sul. Operamos grandes sistemas de logística incluindo ferrovias e portos que são integrados com nossas operações de mineração. Diretamente e através de controladas e de *joint ventures*, temos importantes investimentos nos negócios relacionados aos produtos relacionados ao alumínio, energia e aço. Estamos investindo na exploração de cobre, níquel e carvão e nossa primeira mina de cobre iniciou suas operações em junho de 2004.

Nossos principais segmentos de negócio são:

- *Minerais ferrosos (75% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2005)*. Operamos dois sistemas integrados de classe mundial no Brasil para produção e distribuição de minério de ferro (Sistema Norte e Sistema Sul), cada qual consistindo de minas, ferrovias e portos e terminais marítimos, além de um terceiro sistema que consiste em minas e instalações portuárias da MBR. Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos um total de 7.981 milhões de toneladas de reservas de minério de ferro provadas e prováveis nos três sistemas no Brasil, com uma média de teor de 52,1% de ferro no Sistema Sul e 66,8% no Sistema Norte e 59,8% nas minas de minério de ferro da MBR. Também operamos dez usinas de produção de pelotas, seis das quais *joint ventures* com parceiros e temos 50% de participação em uma *joint venture* que possui e opera duas usinas de pelotização. Somos um dos maiores produtores mundiais de minério de manganês e ferroligas.
- *Minerais não-ferrosos (5,4% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2005)*. Somos o terceiro maior produtor de caulim e o único produtor brasileiro de potássio. Nossa mina de cobre de Sossego, em Carajás, no estado do Pará, Brasil, começou a produção de cobre concentrado em junho de 2004 e é o maior produtor de cobre do Brasil.
- *Produtos relacionados ao alumínio (10,5% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2005)*. Através de controladas e *joint ventures*, conduzimos operações de produção da cadeia de alumínio. Elas incluem:
 - o *Mineração de bauxita*, conduzida através da participação de 40,0% na Mineração Rio do Norte S.A., ou MRN, que possui reservas substanciais de bauxita com baixa relação estéril versus minério e alta taxa de recuperação. MRN, uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, possui capacidade de produção nominal de 16,3 milhões de toneladas ao ano e produziu 17,2 milhões de toneladas de bauxita em 2005. Estamos desenvolvendo uma mina de bauxita de propriedade da CVRD na região de Paragominas, no estado do Pará, cujo início da produção comercial é esperado para o primeiro semestre de 2007.

- o *Refino de alumina*, conduzido através de nossa participação de 57,0% em nossa controlada de refino de alumina - Alumina do Norte do Brasil S.A., ou Alunorte, que tem capacidade nominal de produção de 4,4 milhões de toneladas de alumina por ano, incluindo a mais recente expansão através da construção dos estágios 4 e 5, que adicionou 1,8 milhões de toneladas à capacidade anual da fábrica. Atualmente estamos desenvolvendo outros dois estágios, programados para início até 2008, a qual espera-se fará com que a fábrica atinja a capacidade anual de 6,3 milhões de toneladas. Também estamos negociando os termos de uma potencial *joint venture* com a Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) para a construção de uma nova refinaria de alumina no estado do Pará.
- o *Fundição de alumínio*, conduzidas através de nossa controlada, Albras - Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, que produz lingotes de alumínio e na qual temos 51,0% de participação e nossa *joint venture* Valesul Alumínio S.A., ou Valesul, que produz lingotes, tarugos e ligas de alumínio, na qual temos participação de 54,5%. Estas empresas têm capacidade produtiva combinada de aproximadamente 540.000 toneladas de alumínio por ano.
- *Logística (9,1% das receitas operacionais brutas consolidadas em 2005)*. Somos o principal fornecedor de serviços de logística no Brasil, oferecendo transporte ferroviário, linhas de cabotagem e operações portuárias. Cada um de nossos complexos de minério de ferro dos Sistemas Norte e Sul incorpora uma rede ferroviária integrada ligada às instalações portuárias automatizadas e instalações de terminais e são projetados para fornecer transporte para nossos produtos minerais, carga geral e passageiros, armazenar cargas e realizar serviços de carga de navios para nós e terceiros. Em 2005, nossas ferrovias transportaram aproximadamente 66% da tonelagem total de frete transportado pelas ferrovias brasileiras, ou aproximadamente 146,5 bilhões de tku (toneladas quilômetros útil) de carga, das quais 119,6 bilhões de tku foram nosso minério de ferro e pelotas.
- *Outros investimentos*. Além de nossas atividades principais de mineração, investimos atualmente em três companhias siderúrgicas e nosso Conselho de Administração aprovou recentemente uma *joint venture*, a Ceará Steel, entre a siderúrgica coreana Dongkuk e a Danieli, uma italiana fornecedora de equipamentos. Esta fábrica de placas será localizada no estado do Ceará e a CVRD investirá US\$ 25 milhões. Nosso Conselho de Administração aprovou um investimento na Companhia Siderúrgica do Atlântico, uma *joint venture* com a ThyssenKrupp Stahl AG para construir uma fábrica de placas no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Investiremos um total de US\$ 200 milhões na Companhia Siderúrgica do Atlântico. Estamos conduzindo um estudo de viabilidade para determinar a implementação de *joint ventures* com a Baosteel Shanghai Group Corporation (Baosteel), a Arcelor Group (Arcelor) e a Posco para construir e operar usinas de placas em São Luís, no estado do Maranhão. Também temos participação em oito projetos de usinas hidrelétricas com capacidade projetada total de 2,509 MW (da qual nossa parte corresponde a 991,4 MW), sendo que seis já iniciaram suas operações e as demais estão previstas para iniciar operações nos próximos quatro anos.

Através de nossas atividades de prospecção e produção de minérios no Brasil, adquirimos vasta experiência em técnicas e processos de exploração e mantemos um ativo programa de exploração mineral no Brasil e em outros países. Em 2005, nossos esforços de exploração mineral se concentraram no cobre, ouro, níquel, minério de manganês, minério de ferro, caulim, bauxita, potássio, fosfato, carvão, diamante e metais do grupo da platina.

CVRD e Vale Overseas

CVRD

A denominação jurídica e legal da CVRD é Companhia Vale do Rio Doce. A CVRD é uma sociedade anônima, ou *sociedade por ações*, devidamente constituída em 11 de janeiro de 1943 e existente sob as leis da República Federativa do Brasil.

A CVRD foi privatizada em três fases entre 1997 e 2002, começando pela venda pelo governo brasileiro de ações majoritárias da CVRD para a Valepar em 1997. A última fase da privatização aconteceu em 2002, quando o governo brasileiro vendeu o restante das participações minoritárias em ações ordinárias através de ofertas públicas globais (*global equity*). A CVRD foi constituída por prazo indeterminado. A sede da CVRD está localizada na Avenida Graça Aranha, No. 26, CEP 20030-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e o telefone é 55-21-3814-4540.

Vale Overseas

A Vale Overseas é uma companhia financeira integral de propriedade da CVRD. Foi registrada e constituída como uma companhia com isenção fiscal nas Ilhas Cayman, com responsabilidade limitada, em 3 de abril de 2001. A Vale Overseas foi constituída por prazo indeterminado. Seu escritório oficial é em Walker House, P.O. Box 908 GT, Mary

Street, Georgetown, Grand Cayman, Cayman Islands. Os negócios da Vale Overseas visam a emissão de títulos de dívida para financiamento das atividades da CVRD. A empresa não possui outras operações ou funcionários.

Estratégia de Negócio

Nosso objetivo é fortalecer nossa competitividade entre as principais companhias mineradoras globais com ênfase no crescimento diversificado em mineração, principalmente através de crescimento orgânico. Estamos buscando um crescimento disciplinado de administração de capital, buscando maximizar o retorno sobre o capital investido e o retorno total aos nossos acionistas. Embora enfatizemos um crescimento orgânico em nossas principais atividades, podemos fazer aquisições estratégicas visando criar valor para nossos acionistas.

Nos últimos anos, temos desenvolvido um processo de planejamento estratégico de longo prazo mais robusto. Temos planos ambiciosos de largo espectro em cada um de nossos principais negócios, inclusive significativos investimentos em crescimento orgânico até 2012.

Os parágrafos a seguir descrevem os principais pontos das nossas maiores estratégias.

Manter Nossa Posição de Liderança no Mercado de Minério de Ferro

Em 2005 continuamos a consolidar nossa liderança no mercado transoceânico de minério de ferro, com uma participação estimada em 32,2% do total de 670 milhões de toneladas negociadas no ano. Estamos comprometidos a manter nossa posição no mercado global de minério de ferro fortalecendo relacionamentos com nossos clientes, concentrando-nos na linha de produtos desenvolvidos sob medida para capturar tendências industriais, aumentando nossa capacidade produtiva em função do crescimento da demanda e controlando custos. Acreditamos que o forte relacionamento com nossos principais clientes (corroborado por contratos de longo prazo), juntamente com produtos customizados e de alta qualidade nos ajudarão a atingir este objetivo.

Também estamos tomando medidas para encorajar diversos fabricantes de aço a desenvolver fábricas de placas voltadas para exportação no Brasil de modo a criar demanda adicional para nosso minério de ferro.

Aumentar Nossos Negócios de Logística

Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e nossos vários anos de experiência como operadores de ferrovias e portos, juntamente com a falta de eficiência na área de transporte nacional de carga geral no Brasil, nos posicionam como líderes em logística no Brasil. Também estamos expandindo a capacidade de nossas ferrovias através da compra de mais locomotivas e vagões para atender a necessidade crescente de nossos negócios e de nossos clientes.

Aumentar Nossas Atividades Relacionadas ao Alumínio

Planejamos desenvolver e aumentar a capacidade de produção de nossas operações da cadeia de alumínio, focando no início da cadeia produtiva, desenvolvendo projetos de baixo custo de bauxita e alumina. Temos grandes reservas não desenvolvidas de bauxita de alta qualidade e oportunidades para expansões a baixo custo em nossa refinaria de alumina. Estamos trabalhando no desenvolvimento destas oportunidades. Também estamos investindo na exploração mineral para aumentar nossas reservas de bauxita. Podemos buscar aquisições e/ou parcerias na produção de alumínio primário para garantir a demanda por nossa alumina.

Desenvolver Nossos Recursos em Cobre

Acreditamos que nossos projetos de cobre, todos situados na região de Carajás, no estado do Pará, podem estar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo de investimento por tonelada de minério. Nossas minas de cobre serão beneficiadas pelas instalações de infra-estrutura do nosso Sistema Norte.

Investir em Níquel e Carvão

Estamos envidando diversas oportunidades para nos tornarmos um grande participante global nos negócios de níquel e carvão. Como um importante fornecedor de matérias primas para a indústria do aço, níquel e carvão metalúrgico irá complementar nosso *portfolio* de produtos.

Globalização dos Esforços de Exploração Multi-Commodity

Estamos comprometidos em um programa de exploração de ativos minerais, com presença em vários países e regiões do mundo, como Angola, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Gabão, Guinéia, Moçambique, Mongólia, Peru e África do Sul. Buscamos principalmente novos depósitos de cobre, ouro, minério de manganês, minério de ferro, níquel, caulim,

bauxita, fosfato, potássio, carvão, diamante e metais do grupo da platina. A prospecção mineral é uma parte importante de nossa estratégia de crescimento orgânico.

Desenvolver Projetos de Geração de Energia

O gerenciamento de energia e seu fornecimento eficiente tornaram-se prioridade para nós. Estimulada por mudanças estruturais no segmento e incertezas regulatórias, bem como pelo risco de aumento nos preços da energia e programas de racionamento, investimos em sete consórcios para desenvolver oito usinas hidrelétricas e planejamos utilizar a energia gerada por esses projetos para atender a necessidades internas. Como somos grandes consumidores de energia, esperamos que, investindo no setor de energia, estaremos nos protegendo da volatilidade dos preços de energia.

Aquisições Recentes, Baixas e Mudanças Significativas

A discussão a seguir descreve as aquisições, disposições e outras mudanças significativas em nossos negócios em 2005 e 2006 até agora.

Minério de Ferro e Pelotas

Projeto de expansão Brucutu. Planejamos ampliar a capacidade de nossa mina Brucutu em duas fases. A fase I do projeto de expansão Brucutu tem previsão para ser concluída no terceiro trimestre de 2006, que deve aumentar a capacidade de produção nominal para 12 milhões de toneladas por ano. A Fase II tem previsão para ser concluída no terceiro trimestre de 2007, que deve aumentar a capacidade para 24 milhões de toneladas por ano. Atualmente estamos conduzindo estudos em consideração ao aumento da capacidade de produção em Brucutu para 30 milhões de toneladas por ano.

Expansão de Carajás. Estamos aumentando a capacidade de produção de minério de ferro de Carajás para 100 milhões de toneladas por ano. Este projeto está na fase do planejamento detalhado para a engenharia e os processos relacionados ao fornecimento de equipamentos, maquinário e serviços. Esperamos que nosso investimento total para este projeto seja de aproximadamente US\$366 milhões. A conclusão deste projeto está marcada para 2007.

Expansão da Samarco. Estamos aumentando a capacidade de produção de pelotas em Samarco, nossa *joint venture* de 50% com a BHP Billiton. A expansão na Samarco está programada para somar 7,6 milhões de toneladas por ano de capacidade e envolve um investimento de US\$ 1.183 milhões, incluindo a construção de uma usina de concentração de minério de ferro, uma usina de pelotização e um mineroduto secundário. A Samarco traçou meta para início na primeira metade de 2008. A Samarco obterá seu próprio financiamento para o projeto.

Mina de minério de ferro de Fábrica Nova. Nossa mina de minério de ferro de Fábrica Nova, com capacidade de 15 milhões de toneladas por ano, começou operações no segundo trimestre de 2005 e produziu 7,8 milhões de toneladas em 2005.

Projeto Itabiritos. Estamos construindo uma fábrica de concentração (com capacidade de 10 milhões de toneladas por ano), um mineroduto (4 km de comprimento) e uma unidade peletizadora com capacidade para produzir 7 milhões de toneladas de pelotas por ano, com um custo estimado de US\$ 759 milhões e meta para início para 2008.

Aquisição da Rio Verde Mineração. Em janeiro de 2006, adquirimos os recursos minerais, propriedade e equipamento de mineração da Rio Verde Mineração por US\$ 47 milhões. A Rio Verde Mineração está localizada na região do Quadrilátero Ferrífero do estado de Minas Gerais, perto das operações da MBR no município de Nova Lima.

Incorporação de ações com a CAEMI. Em maio de 2006 concluímos a incorporação de ações da nossa empresa controlada CAEMI. De acordo com a incorporação de ações, todas as ações preferenciais da CAEMI de posse de seus acionistas minoritários foram trocadas por ações preferenciais emitidas por nós, e a CAEMI tornou-se nossa subsidiária integral. A taxa de câmbio foi de uma ação da CAEMI por 0,04115 ação preferencial classe A da CVRD.

Operações Relacionadas ao Alumínio

Projeto Paragominas. Estamos desenvolvendo uma nova mina de bauxita de nossa propriedade integral localizada em Paragominas, no estado do Pará. A Paragominas está prevista para começar sua produção comercial na primeira metade de 2007 com uma capacidade inicial de 5,4 milhões de toneladas ao ano e um investimento de US\$ 352 milhões. Até 2008, sua capacidade atingirá 9,9 milhões de toneladas ao ano, o que exigirá um investimento adicional de US\$ 196 milhões. A bauxita produzida em Paragominas será utilizada para suprir as necessidades de expansão da Alunorte. A qualidade da bauxita será similar à da MRN e o projeto utilizará o método *strip mining* de extração, e possuirá uma usina de beneficiamento que incluirá um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros de extensão.

Expansão da Alunorte. Estamos aumentando a capacidade de produção de alumina em nossa refinaria na Alunorte e esperamos aumentar a capacidade de 4,4 para 6,2 milhões de toneladas por ano, num investimento estimado de US\$ 846 milhões. Este projeto está programado para iniciar em 2008.

Projeto da Refinaria ABC. Estamos conversando com a Chalco um potencial investimento conjunto para uma nova refinaria de alumina no estado do Pará, próximo às instalações existentes da Alunorte no Brasil (Refinaria ABC), com capacidade inicial esperada em 1,8 milhão de toneladas por ano. A bauxita para o projeto seria fornecida por nossa mina de bauxita de Paragominas. Se os termos do projeto forem aceitos, o primeiro estágio da refinaria deve estar concluído e operacional dentro de três anos. Assinamos um acordo estrutural e dois memorandos de entendimento com a Chalco, mas o projeto permanece sujeito à negociação da documentação final e recebimento de aprovações dos Conselhos de Administração das duas companhias e do governo brasileiro.

Cobre

118. Planejamos desenvolver o projeto de mineração de cobre 118, localizado no estado do Pará. Em 2005, de acordo com nosso Contrato de Risco Mineral com o BNDES, estabelecemos um acordo específico sob o qual nós pagaremos ao BNDES uma porcentagem variável de qualquer receita líquida produzida pelo projeto 118. Atualmente estimamos que os investimentos para o projeto podem chegar a US\$ 232 milhões e programamos o início para a primeira metade de 2008. A capacidade estimada de produção do projeto é de 36.000 toneladas de catodo de cobre por ano.

Níquel

Vermelho. Em julho de 2005, nosso Conselho de Administração aprovou o investimento para desenvolver o projeto do níquel Vermelho. O projeto do níquel Vermelho está localizado na região de Carajás, no estado do Pará, 70 km ao sul de nossas minas de minério de ferro Carajás e 15 km ao leste de nossa mina de cobre de Sossego. Conforme planejado recentemente, sua capacidade estimada de produção é de 46.000 toneladas por ano de níquel metálico e 2.800 toneladas por ano de cobalto metálico. Estimamos que nosso investimento total para desenvolver o projeto chegue a aproximadamente US\$ 1,2 bilhões e planejamos que o projeto inicie no quarto trimestre de 2008.

Onça Puma. Na série de transações no final de 2005 e início de 2006, compramos as ações da Canico por aproximadamente US\$ 800 milhões. A Canico é dona do projeto de níquel laterítico Onça Puma, um depósito de níquel-ferro localizado no estado brasileiro do Pará. Conforme o estudo de viabilidade, a fábrica terá uma capacidade nominal de produzir 58.000 toneladas de níquel por ano e seu desenvolvimento exigirá investimentos de US\$ 1,1 bilhão. A produção está programada para começar em 2008. Estamos desenvolvendo o projeto de engenharia e estudo para avaliar sinergias entre o projeto níquel Onça Puma e o níquel Vermelho.

Potássio

Em setembro de 2005, completamos nosso projeto de expansão de capacidade na mina de potássio de Taquari-Vassouras, aumentando sua capacidade de 600.000 toneladas por ano para 850.000 toneladas por ano. Esperamos um aumento significativo na produção em 2006.

Fosfatos. Em março de 2005, a CVRD ganhou um processo de licitação internacional para explorar o depósito de fosfato de Bayóvar, localizado na região de Piura, no Peru. A CVRD terá o direito de avaliar e desenvolver um terminal marítimo de uso geral na região de Piura para embarcar fosfato e alavancar outros projetos no norte do Peru. O estudo de viabilidade deve estar concluído dentro no segundo trimestre de 2007.

Carvão e Coque

Estamos envidando diversos esforços no sentido de nos tornarmos um importante participante global no negócio de carvão.

- *Estudo de viabilidade da mina de carvão em Moçambique.* Em novembro de 2004, a CVRD venceu um leilão internacional para explorar jazidas de carvão na região de Moatize, ao norte de Moçambique, por US\$ 122,8 milhões dólares norte-americanos. Obtivemos 95% do consórcio vencedor; American Metals & Coal International (AMCI), um produtor de carvão americano, é proprietário dos 5% restantes. Acredita-se que Moatize tenha reservas de carvão que possam permitir a extração de carvão metalúrgico e térmico. O estudo conceitual do projeto foi concluído e o estudo de viabilidade deve ser concluído no segundo semestre de 2006. Se o projeto prosseguir, o investimento total estimado incluirá os custos do desenvolvimento da mina e a construção de um terminal marítimo para carregamento de navios, investimentos relacionados e projetos sociais.
- *Projetos Shandong de Coque e Carvão.* Em julho de 2004, concordamos em adquirir uma participação de 25% em uma *joint venture* com o Yankuang Group (Yankuang), um dos maiores produtores de carvão na China e

com a Itochu Corporation, uma empresa comercial japonesa. Nosso compromisso de investimento foi de aproximadamente US\$ 26 milhões. O propósito da *joint venture* é operar uma unidade na cidade de Jining, província de Shandong, China, que produziria 2,0 milhões de toneladas de coque e 200.000 toneladas de metanol por ano. Em dezembro de 2004, o governo chinês aprovou a incorporação da *joint venture*, a qual recebeu o nome de Shandong Yankuang International Coking Company Limited. Após a incorporação, fizemos uma contribuição inicial de US\$ 10,6 milhões. Atualmente, detemos uma participação de 25%, a Yankuang detem 70% e a Itochu os 5% restantes. Conforme recentemente planejado, a usina começaria a operar no quarto trimestre de 2006 e temos direitos de retirar aproximadamente 25% de sua produção, que será exportada principalmente para o Brasil. Também estamos verificando com a Yankuang a possibilidade de participar de uma *joint venture* para desenvolver uma nova mina de carvão na Cidade de Zhaolou, Província de Shandong, China. A mina de Zhaolou tem capacidade de produção esperada de aproximadamente 3,0 milhões de toneladas por ano e, se o projeto seguir adiante, espera-se que a mina inicie operações em 2007.

- *Belvedere*. Em julho de 2005 assinamos um contrato com as companhias de mineração australianas Aquila Resources Limited e AMCI Holdings para um estudo de exploração do projeto Belvedere Coal Underground, ou Belvedere. O Belvedere é um recurso de carvão coque duro estimado em 2,7 bilhões de toneladas localizado no estado de Queensland, na Austrália. Na conclusão do estudo de pré-viabilidade, temos a opção de adquirir uma participação de 51% na Belvedere pelo valor de US\$ 90 milhões. Temos mais opções para elevar nossa participação no projeto para 100%, através da compra da participação de nossos parceiros pelo valor de mercado determinado na época do nosso exercício de cada opção.

Aço e Metálicos

Estudo de viabilidade para usina de placas. Estamos tomando medidas para incentivar diversas siderúrgicas fabricantes de aço a desenvolverem usinas de placas voltadas para a exportação no Brasil de modo a agregar valor e criar demanda adicional para o nosso minério de ferro.

- *Ceará Steel*. Em novembro de 2005, concordamos em adquirir uma participação minoritária da Ceará Steel, um projeto de chapas de alumínio orientados para exportação no estado do Ceará, Brasil, com capacidade nominal de 1,5 milhão de toneladas de placas por ano. Os principais acionistas são a Dongkuk Steel, uma siderúrgica coreana, e a Danieli, uma fornecedora italiana de equipamento e iremos investir US\$ 25 milhões. O investimento total no projeto será de US\$ 750 milhões e seremos o fornecedor exclusivo de pelotas para a Ceará Steel. A fábrica deve começar a produção em 2009 e teremos opção de compra para renunciar a nossa participação no futuro.
- *ThyssenKrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico*. Em dezembro de 2004, assinamos um memorando de entendimentos com a ThyssenKrupp Stahl A.G., uma das principais fabricantes de aço da Europa, para a construção de uma usina de placas de aço integrada de 4,4 milhões de toneladas, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. O projeto foi formalmente aprovado pela ThyssenKrupp Stahl A.G. e pela CVRD, e está agora em processo de implementação. O comissionamento da fábrica está previsto para 2009 e nosso Conselho de Administração aprovou um investimento de US\$ 200 milhões na CSA. Temos a intenção de ter a opção de compra para renunciar a nossa participação no futuro.
- *Baosteel*. Em fevereiro de 2004, fizemos um acordo com a Baosteel, principal fabricante de aço da China, para estudar a viabilidade de uma *joint venture* para construir e operar uma usina de placas de aço para produzir 4 milhões de toneladas de placas por ano em São Luís, no estado do Maranhão. O estudo de engenharia básica e de viabilidade formal para o projeto foi concluído, mas questões relacionadas licenças ambientais atrasaram a decisão final sobre este projeto. A Arcelor também participou do estudo de viabilidade, contudo, não se chegou a um acordo em relação a sua participação potencial no projeto.
- *Posco*. Em setembro de 2004, assinamos um memorando de entendimentos com a Posco, a principal fabricante de aço coreana, para realizar um estudo de pré-viabilidade para a construção de uma usina de placas integrada em São Luís, no estado do Maranhão, Brasil. O estudo de pré-viabilidade foi concluído e submetido à Posco. O projeto ainda depende de aprovação pela Posco para continuar.

Energia

Usina hidrelétrica de Aimorés. Em julho de 2005, a usina hidrelétrica de Aimorés começou suas operações com o início de sua primeira turbina. A fábrica atingiu sua operação total em dezembro de 2005 com o início da terceira turbina.

Início da Capim Branco I. O projeto Capim Branco I obteve sua licença operacional em dezembro de 2005, que tornou possível a cobertura do reservatório. Este fato permitiu que o processo começasse suas operações comerciais em fevereiro de 2006.

Aquisições de Energia. De acordo com os novos regulamentos do setor de energia, fizemos uma licitação de sucesso para compra de energia em um leilão do governo em agosto de 2005 para o fornecimento de energia para várias de nossas unidades. Fechamos também um contrato de fornecimento de energia a longo prazo às unidades peletizadoras do Complexo de Tubarão, no estado do Espírito Santo, para os próximos 10 anos. Os dois acordos devem nos gerar economias de aproximadamente US\$ 80 milhões.

Disposições e Vendas de Ativos

Coerentes com nossa estratégia, decidimos reduzir nossas participações em ativos não-estratégicos. Resumimos a seguir nossas principais alienações e vendas de ativos desde o início de 2005.

QCM. Em julho de 2005, nossa subsidiária CAEMI vendeu suas participações na Quebec Cartier Mining Company, ou QCM, uma produtora de minério de ferro e pelotas com operações em Quebec e Canadá, por US\$ 126 milhões, para a Dofasco Inc. Esta transação honrou o comprometimento requeridos pelas autoridades antitruste da União Européia em relação à aquisição da CAEMI.

Projetos da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó e Santa Isabel. Em fevereiro de 2006, vendemos para Furnas Centrais Elétricas por aproximadamente R\$ 10 milhões nossa participação de 40% no consórcio para construir e operar a usina hidrelétrica de Foz do Chapecó. O fechamento desta transação está sujeito a certas condições precedentes, que inclui a aprovação da ANEEL para a transferência de controle e a revisão da programação para o projeto. Estamos também dando continuidade a nossos esforços para devolver as concessões para o projeto da hidrelétrica Santa Isabel para a ANEEL devido às dificuldades relacionadas á questões ambientais.

Nova Era Silicon. Em fevereiro de 2006, vendemos para nosso sócio JFE Steel Corporation, nossa participação de 49% na Nova Era Silicon, um produtor de ferrosilicon com operações no estado de Minas Gerais, Brasil, por US\$ 14 milhões.

SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Nossos principais segmentos de negócio consistem em mineração e logística. Também investimos em energia para suprir parte de nosso consumo. Para fins de gerenciamento interno, agrupamos nossas operações de produtos relacionados ao alumínio com as nossas demais participações relevantes em outras companhias.

O mapa a seguir mostra a localização de nossas atuais operações no Brasil.

Mineração

Minerais Ferrosos

Nosso segmento de extração de minerais ferrosos inclui a produção de minério de ferro, pelotas, mineração de minério de manganês e produção de ferroligas.

O quadro abaixo indica nossas receitas brutas de minerais ferrosos por categoria para os períodos indicados.



	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de					
	2003(1)		2004		2005	
			(Em milhões de US\$)			
Receitas brutas classificadas por categoria						
Minério de ferro.....	US\$	2.662	US\$	3.995	US\$	7.396
Pelotas.....		838		1.148		2.083
Minério de manganês e ferroligas.....		349		701		571
Total.....	US\$	3.849	US\$	5.844	US\$	10.050

(1) As operações da MBR estão refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, data que adquirimos e consolidamos suas operações.

Minério de Ferro

Conduzimos nosso negócio de minério de ferro basicamente no nível da controladora e através de nossas controladas Urucum Mineração S.A., ou Urucum, e MBR.

Reservas

O quadro abaixo mostra informações relativas às nossas reservas provadas e prováveis de minério de ferro e datas de exaustão projetadas em 31 de dezembro de 2005. As datas de exaustão previstas são baseadas em nossas estimativas dos níveis de produção futura.

Mina (1)	Operações Iniciadas	Data Projetada /Real de Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de			Reservas Provadas e Prováveis em 31 de dezembro de 2005	
			2003	2004	2005	Tonelagem de minério (Em milhões de tons)	Teor (% Fe)
Sistema Sul							
Itabira:							
Cauê(3)	1942	2005	22,3	22,0	23,5	—	—
Conceição(4).....	1957	2023	20,8	21,6	22,2	395,6	54,4
Minas do Meio(5).....	1976	2023	—	—	—	635,7	54,8
Minas Centrais							
Água Limpa / Cururu(6).....	2000	2013	4,0	4,1	3,9	63,8	45,0
Gongo Soco (7).....	2000	2013	3,2	5,4	5,7	96,2	64,0
Brucutu(8).....	1994	2027	1,6	6,0	7,2	736,6	51,8
Baú(9).....	2006	2029	—	—	—	37,1	55,6
Maquiné(10).....	2009	2029	—	—	—	278,7	58,3
Córrego do Meio (11)...	2000	2005	1,2	1,9	0,9	—	—
Andrade (19).....	2005	2027	—	—	1,5	129,2	59,0
Minas de Mariana							
Alegria(12).....	2000	2029	9,9	12,2	12,3	281,8	50,4
Fábrica Nova(12).....	2005	2023	—	—	7,8	946,3	46,8
Fazendão(13).....	1976	2032	0,3	0,6	0,8	351,3	50,0
Timbopeba(14).....	1984	2008	5,8	6,2	4,6	81,7	55,0
Capanema/Ouro Fino(15)	1982	2003	6,4	—	—	—	—
Minas do Oeste							
Córrego do Feijão(16)...	2003	2014	7,2	7,7	8,1	51,3	66,5
Segredo/João Pereira(17).....	2003	2025	9,9	11,1	11,5	501,5	50,7
Total Sistema Sul.....			92,6	98,8	109,9	4.586,8	52,1
Urucum	1993	2024	0,8	0,7	1,1	64,3	61,1
Sistema Norte (18)							
Serra Norte							
N4W.....	1994	2020	13,2	19,4	21,9	601,2	66,4
N4E.....	1984	2017	21,4	21,9	27,2	438,8	66,7
N5W.....	1998	2023	6,1	5,0	8,4	325,4	66,3
N5E.....	1998	2017	17,9	21,7	12,7	55,7	67,3
N5E-N.....	2003	2016	0,3	1,4	2,4	28,2	65,9
N5S.....	2006	2024	—	—	—	607,0	67,5
Serra Leste	2007	2037	—	—	—	60,8	66,2
Total Sistema Norte			58,9	69,4	72,5	2.117,1	66,8
Sistema MBR							
Complexo Pico:							
Pico / Sapecado.....	1942	2030	12,6	13,1	14,1	662,0	54,6
Galinheiro (20).....							
Complexo Vargem Grande							
Tamanduá (21).....	1993	2016	10,2	10,5	9,1	99,3	66,5
Capitão do Mato (21)....	1997	2016	10,2	10,8	9,6	147,5	66,2
Abóboras (21).....	2004	2024	—	0,2	2,5	32,2	66,0
Complexo Paraopeba							
Jangada (21).....	2001	2017	3,0	3,6	4,0	92,8	66,0
Capão Xavie (21).....	2004	2021	—	4,2	11,1	179,8	65,6
Total Sistema MBR.....			35,9	42,4	50,4	1,213,6	59,8
Total CVRD			188,3	211,3	233,9	7.981,8	57,2

(1) Minas a céu aberto. A participação da CVRD nas minas é de 100%, exceto quando indicado o contrário.

(2) Reservas úmidas, toneladas métricas *run-of-mine*, exceto em contrário.

(3) As reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina. A usina de Cauê beneficia o minério de ferro das minas Minas do Meio.

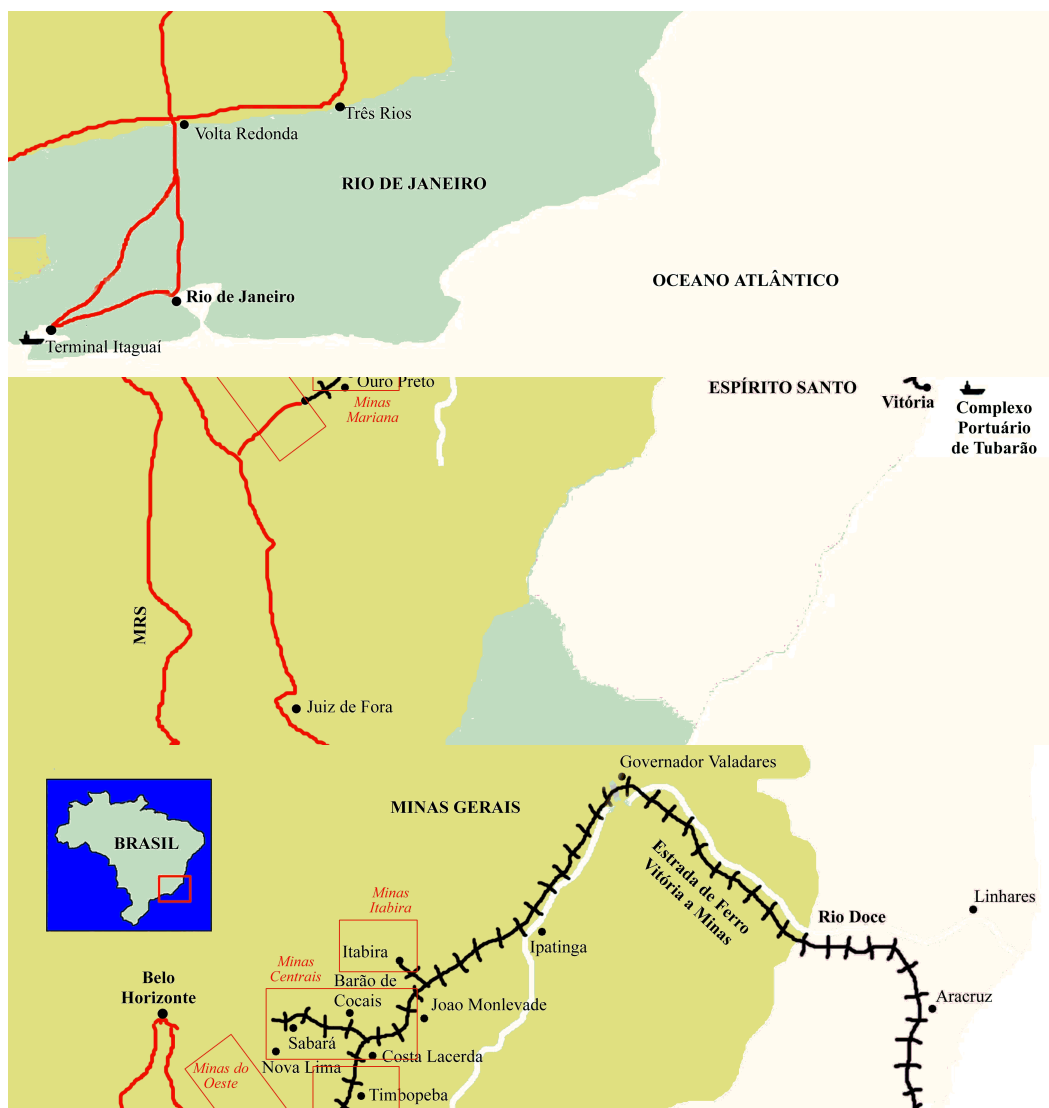
(4) A recuperação média do produto após o beneficiamento é de 76,2%. A usina de Conceição beneficia o minério de ferro da Mina de Conceição e das minas Minas do Meio.

- (5) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 73,2%. O *run of mine* é enviado a Usina de Concentração de Cauê e Usina de Concentração de Conceição. A produção é informada em Cauê e Conceição.
- (6) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 73,8%.
- (7) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 84%.
- (8) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto).
- (9) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto).
- (10) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 84%.
- (11) As reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina.
- (12) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 71,5%.
- (13) A recuperação média do produto é de 100% (embarque direto).
- (14) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 77,8%.
- (15) A participação da CVRD é de 51%. As reservas não foram informadas em 2005 devido ao estado de exaustão da mina.
- (16) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 79%.
- (17) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 70%. O *run-of-mine* é enviado à Usina de Concentração de Fábrica.
- (18) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 92%.
- (19) A recuperação média do produto após beneficiamento é de 100% (embarque direto). Em 2004 entramos em um acordo para arrendar a mina de minério de ferro do Andrade, mas apenas começamos operações em janeiro de 2005.
- (20) A recuperação média do produto após beneficiamento para Pico e Sapecado é de 82%. A recuperação média do produto após beneficiamento para Galinheiro é de 81%.
- (21) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 81%.

Sistemas Integrados

Nossas minas de minério de ferro e operações correspondentes estão concentradas em três sistemas no Brasil, o Sistema Sul, o Sistema Norte e o Sistema MBR. O Sistema Sul situa-se nos estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e o Sistema Norte situa-se nos estados do Pará e do Maranhão. Cada um dos sistemas Norte e Sul inclui reservas de minério de ferro e outros depósitos minerais, minas, instalações para processamento do minério e transportes por ferrovias e terminais de transporte integrados. Nossas estradas de ferro conectam as minas do Sistema Norte ao Complexo do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e as minas do Sistema Sul ao Complexo do Terminal Marítimo de Tubarão. Uma pequena parte do minério de ferro produzido em nosso Sistema Sul é transportada através da MRS Logística, uma companhia ferroviária na qual temos, direta e indiretamente, 37,2% do capital votante e 40,5% do capital total, pelo Terminal Marítimo CPBS (Terminal de Sepetiba) de nossa propriedade. A operação destes sistemas separados, cada um com sua própria capacidade de transporte, aumenta a confiabilidade dos serviços para nossos clientes. Também operamos o Sistema MBR, o qual da mesma forma contrata serviços de transporte da MRS Logística para transportar toda a produção de suas minas na região do Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba no estado do Rio de Janeiro.

Sistema Sul



O Sistema Sul é um sistema integrado constituído por minas de minério de ferro, a ferrovia Vitória a Minas e o Terminal Marítimo de Tubarão (localizado em Vitória, no estado do Espírito Santo). As minas de minério de ferro do Sistema Sul estão divididas em quatro áreas de mineração (Itabira, Minas Centrais, Mariana e Minas Oeste) e localizadas em uma região chamada Quadrilátero Ferrífero no estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. O Sistema Sul é acessível por rodovias ou por desvios da ferrovia na estrada de ferro Vitória-Minas. O transporte de minério de ferro produzido no Sistema Sul é discutido abaixo no *Item 4. Informações da Companhia—Segmentos de Negócios—Logística*.

O minério de ferro no Sistema Sul é extraído pelo método de mineração a céu aberto. Essas reservas de minério possuem altas concentrações de minério de itabirito, em comparação ao minério de hematita. Itabirito é uma rocha de quartzo-hematita com teor de médio de ferro que varia de 35% a 60%, requerendo concentração para alcançar o teor para embarque, o qual é superior a 64% do teor médio de ferro. A hematita é um minério de ótima qualidade com um conteúdo de ferro de aproximadamente 66%. As minas do Sistema Sul normalmente processam seu minério natural por meio de *run-of-mine* para obtenção de britagem padrão, classificação e concentração, produção de *sinter feed*, minério granulado e *pellet feed* nas usinas de beneficiamento localizadas nas minas.

Em 2005 produzimos 53% da energia elétrica consumida no Sistema Sul em nossas usinas hidrelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga e Aimorés.

Sistema Norte



O Sistema Norte é um sistema integrado, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério, na região de Carajás, no estado do Pará, a ferrovia Carajás e o Terminal de Ponta da Madeira, no estado do Maranhão. As minas estão localizadas no norte do Brasil (na bacia do rio Amazonas), em terras públicas para as quais temos concessões para mineração. As reservas do Sistema Norte estão entre os maiores depósitos de minério de ferro do mundo. Estas reservas estão divididas em duas sessões principais (norte e sul), afastadas aproximadamente 35 quilômetros. As atividades de extração de minério de ferro no Sistema Norte estão atualmente sendo conduzidas na sessão norte, a qual é dividida em cinco corpos principais de mineração (N4E, N4W, N5W, N5E e N5EN). As operações industriais em escala industrial começaram em 1985.

Devido ao alto teor de ferro (66,8% em média) no Sistema Norte, não temos de operar uma usina de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento consiste simplesmente em classificar os produtos por tamanho, incluindo peneiramento, hidrociclone, moagem e filtragem. Isto nos permite produzir minério de ferro comercializável no Sistema Norte a um custo mais baixo que no Sistema Sul. A produção do processo de beneficiamento consiste de granulados (*sinter feed* e *pellet feed*) e finos de minério especiais para processos de redução direta e minério granulado. Após o processo de beneficiamento, nossa estrada de ferro Carajás transporta o minério de ferro do Sistema Norte ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.

Nosso complexo em Carajás é acessível por transportes rodoviário, aéreo e ferroviário. Adquire energia elétrica a taxas de mercado das fornecedoras regionais. Para auxiliar nossas operações de Carajás, oferecemos moradia e outras instalações em um vilarejo nas proximidades.

Sistema MBR



Operamos algumas de nossas atividades na produção de minério de ferro através de nossa controlada MBR. A MBR opera suas minas no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e embarca através de seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, na Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro. A MRS Logística tem um papel importante nas operações da MBR, transportando todo o minério de ferro da MBR destinado para o terminal marítimo da Ilha de Guaíba.

A MBR opera, atualmente, três importantes complexos de mineração:

- O complexo do Pico, que inclui as minas de Pico, Sapecado e Galinheiro, com uma fábrica principal e três secundárias;
- O complexo de Vargem Grande, que compreende as minas de Tamanduá, Capitão do Mato e Abóbodas, com uma fábrica de beneficiamento; e
- O complexo de Paraopeba, que compreende as minas de Jangada (com uma usina de beneficiamento) e Capão Xavier (mina de Mutuca).

Todas as minas MBR são servidas pela MRS Logística. O minério granulado, finos de minério de ferro (sinter feed) e ultrafinos de minério de ferro (pellet feed), além da hematitina, um produto utilizado essencialmente por produtores nacionais de ferrogusa, são produzidos principalmente através do processo de beneficiamento do *run-of-mine* das operações de mineração a céu aberto.

Mina de Minério de Ferro Casa de Pedra

Em março de 2001, como parte da negociação de descruzamento acionário com CSN, nos concedeu os direitos de preferência abaixo, relacionados à mina de minério de ferro Casa de Pedra, de sua propriedade, cada um por um período de 30 anos:

- o direito de adquirir, a preços de mercado, qualquer minério de ferro produzido pela mina que esteja além das necessidades internas da CSN,
- o direito de comprar ou arrendar a mina, caso a CSN decida vendê-la ou arrendá-la; e
- o direito de nos tornarmos sócios de uma eventual *joint venture*, caso a CSN decida constituir uma *joint venture* com outra empresa para pelletização do minério de ferro produzido pela mina.

Em 10 de agosto de 2005, CADE emitiu decisão aprovando certas aquisições, as quais nos impõem certas condições, incluindo uma completa renúncia de nosso direito de retirada relativo a mina de minério de ferro de Casa de Pedra. Veja item 3. *Informações-chave – Fatores de Risco – Estamos envolvidos em processos de antitruste que podem resultar em desinvestimentos, multas ou outras restrições que poderiam prejudicar nossos negócios.*

Pelotas

O quadro abaixo mostra informações relativas a produção de pelotas de nossas usinas e das *joint ventures* em 30 de abril de 2006 e a nossa produção total de pelotas e das nossas *joint ventures* nos períodos indicados.

	Sistema	Nossa participação direta ou indireta no capital		Sócios	Produção Total de Pelotas (1) para o Exercício findo em 31 de dezembro			Capacidade Nominal
		Votante	Total		2003	2004	2005	
		%			(Em milhões de tons)			
CVRD.....	Tubarão, Fábrica e São Luis	n.d.	n.d.	----	13,0	16,3	16,4	16,7
GIIC.....	Bahrain	50,0	50,0	GIC	3,7	3,7	4,0	4,0
Hispanobrás.....	Tubarão	51,0	50,9	Arcelor	3,6	3,6	4,2	3,8
Itabasco.....	Tubarão	51,0	50,9	Ilva	3,3	3,3	3,9	3,3
Kobrasco.....	Tubarão	50,0	50,0	Posco	4,4	4,5	4,9	4,3
Nibrasco.....	Tubarão	51,1	51,0	Nippon Steel Sumitomo JFE Steel Kobe Steel Nisshin Steel SOJITZ Corp.	7,7	8,3	9,0	8,4
Samarco	Ponta do Ubú	50,0	50,0	BHP Billiton	13,3	13,8	13,7	14,0
Total.....					49,0	54,1	56,1	54,5

(1) Produção total por *joint venture*.

Em março de 2006 suspendemos temporariamente as operações de nossa usina de pelotização de São Luiz. Enquanto continuamos a ver um persistente excesso de demanda global de minério de ferro fino e granulado, com expansão dirigida principalmente pela Chian, a demanda transoceânica por pelotas, a qual é mais concentrada na América do Norte e Europa tem declinado. Esperamos retomar as nossas operações da nossa usina de pelotização de São Luiz logo que o nível de excesso de estoque acabar.

Vendemos minério fino para nossas *joint ventures* de pelotização com base nos preços de mercado. Historicamente, temos atendido todas as necessidades de minério de ferro de nossas unidades peletizadoras e de nossas *joint ventures*, exceto a Samarco e GIIC a quem suprimos parte de suas necessidades. Além das pelotas de alto forno (BF), parte das pelotas que nós e nossas *joint ventures* peletizadoras produzimos são pelotas de redução direta, utilizadas em usinas siderúrgicas que usam a tecnologia de forno de arco elétrico no lugar de altos-fornos.

Somos o operador das *joint ventures* peletizadoras localizadas na área portuária de Tubarão. Em 2005 recebemos US\$ 66 milhões como receita em taxas pela operação destas operações.

O quadro abaixo apresenta informações relacionadas às nossas vendas de minério de ferro para nossas *joint ventures* de pelotas para os períodos indicados.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2003	2004	2005
	(Em milhões de tons)		
GIIC.....	2,7	3,5	4,0
Hispanobrás.....	3,8	4,2	4,5
Itabasco	3,5	3,7	4,1
Kobrasco.....	4,7	4,8	5,2
Nibrasco.....	7,1	7,1	7,9
Samarco.....	2,0	2,0	2,0
Total.....	23,9	25,3	27,7

Clientes, Vendas e Marketing (Minério de Ferro e Pelotas)

Direcionamos todo nosso minério de ferro e pelotas (incluindo a nossa parte na produção de pelotas das *joint ventures*) para suprir a indústria siderúrgica. Os níveis de demanda atuais e esperados para produtos siderúrgicos afetam a demanda por nosso minério de ferro e pelotas. A demanda por produtos siderúrgicos é influenciada por muitos fatores, tais como as taxas esperadas de crescimento econômico.

A maior parte de nosso minério de ferro e pelotas é embarcada para a Ásia e Europa, com clientes na China, Japão, Coreia do Sul, França e Alemanha representando aproximadamente 48,7% do nosso total de exportações de minério de ferro e pelotas em 2005. Em 2005 China correspondeu a 21,2% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas, o Brasil foi responsável por 22,6% e a Europa por 28,7%. Nossos dez maiores clientes juntos compraram 125 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 49,2% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em 2005 e 49% de nossas receitas totais de minério de ferro e pelotas. Com exceção da Arcelor, que foi responsável por 13,3% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em 2005, nenhum cliente sozinho representa mais que 10% de nossas vendas de minério de ferro e pelotas em nenhum dos três anos findos em 31 de dezembro de 2005.

Enfatizamos o serviço a clientes para melhorar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para entender seus principais objetivos e fornecer nosso minério de ferro para atender as necessidades específicas dos clientes. Para fornecer um produto customizado, aproveitamos a nossa grande quantidade de minas de minério de ferro e usinas de pelotização para produzir produtos múltiplos de minério de ferro com diferentes teores de ferro, sílica e alumina, e várias propriedades físicas. Acreditamos que nossa capacidade de fornecer aos nossos clientes com uma solução completa de minério de ferro e a qualidade de nossos produtos constituem vantagens muito importantes. Estas vantagens nos ajudam a melhorar nossa competitividade em relação aos concorrentes, que talvez estejam geograficamente melhor posicionados do que nós. Além de oferecer assistência técnica a nossos clientes, a CVRD opera escritórios de suporte de vendas em Tóquio, Japão; Saint Prex, Suíça; Nova Iorque, EUA e Xangai, China. Estes escritórios nos permitem manter um contato mais estreito com nossos clientes, monitorar suas necessidades e nosso desempenho contratual, e garantem que nossos clientes recebam os produtos conforme planejado. Nosso escritório central de vendas no Rio de Janeiro coordena as atividades destes escritórios. Os escritórios de suporte de vendas da MBR estão localizados em The Hague, Holanda e Xangai China.

Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)

Nossa participação e operação dos sistemas de transportes desenhados para um eficiente transporte de produtos de minério de ferro complementam nosso negócio de mineração de minério de ferro nos Sistemas Norte e Sul. Operamos uma rede de ferrovias e terminais integrados em cada um de nossos Sistemas Norte e Sul. Estas redes transportam nossos produtos de minério de ferro das minas localizadas no interior para os terminais marítimos e clientes brasileiros. Para mais detalhes sobre as redes, veja - *Logística* abaixo.

Não possuímos nem operamos um sistema de transporte integrado ao Sistema MBR. Em vez disso, contratamos frete junto a MRS para transportar nossos produtos de minério de ferro a taxas de mercado das minas da MBR ao terminal marítimo da Ilha de Guaíba.

Concorrência (Minério de Ferro e Pelotas)

Em geral, o mercado internacional de minério de ferro é altamente competitivo. Vários grandes produtores operam neste mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade, tipos de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de transporte. Em 2005, o mercado asiático (principalmente China, Japão e Coreia do Sul) e o mercado europeu foram os principais mercados para o nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem subsidiárias e afiliadas da BHP Billiton PLC e Rio Tinto Ltd. Embora os custos de frete para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes na Ásia sejam normalmente mais baixos que os nossos em virtude da proximidade geográfica, acreditamos que somos capazes de nos manter competitivos no mercado asiático por duas principais razões. Primeiro, os produtores de aço normalmente procuram pelos tipos (ou blendagens) de minério de ferro que podem originar o produto final pretendido de maneira mais eficiente e econômica. Nosso minério de ferro tem níveis baixos de impurezas e outras propriedades, o que geralmente nos leva a custos de processamento mais baixos. Por exemplo, o teor de alumina em nosso minério de ferro é muito baixo se comparado com o minério da Austrália. Nosso minério também tem alto teor de ferro, melhorando a produtividade nos altos-fornos, o que é importante em períodos de alta demanda. Segundo, as usinas siderúrgicas freqüentemente desenvolvem relacionamentos de vendas baseados em um suprimento confiável de mix específico de minério de ferro. Temos uma política de marketing voltada ao cliente e alocamos pessoal especializado no contato direto com nossos clientes para determinar o tipo de mistura que melhor se adapta a cada cliente em particular. Vendemos a maior parte de nossos produtos FOB (*Free on Board*) de nossos portos, o que significa que o preço na fatura inclui os custos somente até os portos. Em geral, nos Sistemas Norte e Sul, nossa participação no processo de transporte de minério de ferro até os portos ajuda a assegurar que os produtos chegam no tempo previsto e a custos competitivos.

Somos competitivos no mercado europeu pelas razões descritas acima, bem como pela proximidade das instalações portuárias de Ponta da Madeira e Tubarão com os clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- Kumba Resources (África do Sul);
- Luossavaara Kiirunavaara AB - LKAB (Suécia);
- Société Nationale Industrielle et Minière - SNIM (Mauritânia);
- Rio Tinto PLC (Reino Unido), Rio Tinto Ltd (Austrália) e suas controladas e coligadas; e
- BHP Billiton (Austrália) e suas controladas e coligadas.

O mercado brasileiro de minério de ferro é competitivo e há uma série de pequenos produtores e produtores de aço integrados tais como a CSN e Mannesmann. Embora preço seja relevante, a qualidade e a confiabilidade também são fatores competitivos importantes. Acreditamos que nossos sistemas de transportes integrados, o minério de alta qualidade e os serviços técnicos, nos tornam fortes concorrentes nas vendas nacionais. Os preços para os clientes brasileiros são baseados nos preços de referência global descontados pelos custos mais baixos de transporte até suas instalações. Assim, os preços para estes clientes são mais baixos do que para os consumidores localizados fora do Brasil.

Minério de Manganês e Ferroligas

Nossos negócios de manganês e ferroligas são conduzidos por quatro controladas: a Rio Doce Manganèse Europe (RDME), a Rio Doce Manganese Norway AS (RDMN), a Rio Doce Manganês S.A. (RDM) e a Urucum Mineração S.A. (Urucum). In 2005 fomos um dos maiores produtores no mercado transoceânico global, com total de embarques de aproximadamente 907 mil toneladas de minério de manganês e 529 mil toneladas de ferroligas. Tivemos receitas brutas de US\$ 571 milhões em 2005, referente às vendas de minério de manganês e ferroligas.

Produzimos produtos de minério de manganês na mina do Azul, na região de Carajás, no estado do Pará, e na mina de Urucum, na região do Pantanal, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Operamos usinas de beneficiamento tanto na mina do Azul como na mina de Urucum. Ambas as minas são acessíveis por rodovias e têm energia elétrica a preços de mercado das fornecedoras regionais. Operamos também cinco minas secundárias nos estados de Minas Gerais e Bahia.

Nossas minas de manganês produzem três tipos de produtos de manganês:

- minério metalúrgico usado principalmente para a produção de ferroligas;
- dióxido de manganês natural utilizado na manufatura de baterias eletrolíticas; e
- minério químico usado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e alimento para animais, e usados como pigmentos na indústria de cerâmica.

O quadro abaixo apresenta informações relativas às minas de manganês e à produção de minério de manganês para os períodos indicados. Detemos 100% de todas as minas.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro, Em milhões de toneladas			Reservas Provas e Prováveis		
			2003	2004	2005	Tipo	Tonelagem de Minério (1)	Teor(2)
Azul (3).....	1985	2017	1,5	2,0	2,2	Céu aberto	45,7	35,7
Urucum(4).....	1976	2020	0,4	0,4	0,4	Subterrânea	8,2	45,3
Morro da Mina (5)...	1902	2030	0,1	0,2	0,3	Céu aberto	9,6	23,0
Minas Bahia (6)	1972	n.d.	0,2	0,1	0,1	Céu aberto	n.d.	n.d.
Total.....			2,2	2,7	3,0		63,5	35,0

(1) Reservas reportadas como toneladas líquidas de *run-of-mine*, em milhões de toneladas.

(2) Reportado como o teor Mn% de *run-of-mine*.

- (3) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 78% das toneladas *run-of-mine*.
- (4) A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 75% das toneladas *run-of-mine*.
- (5) Mina do Morro da Mina está localizado no estado de Minas Gerais. A recuperação média de produto após o beneficiamento é de 88% das toneladas *run-of-mine*.
- (6) Não há reservas de manganês provadas e prováveis nas minas localizadas no estado da Bahia.

Atualmente operamos oito usinas que produzem ferroligas e ligas especiais: Santa Rita, Barbacena, Ouro Preto, São João del Rey (todas localizadas no estado de Minas Gerais), Simões Filho (no estado da Bahia), Corumbá (no estado de Mato Grosso do Sul), RDM E (em Dunkerque, França) e RDMN (em Mo I Rana, Noruega). A produção de ferroligas consome quantias significativas de energia, correspondendo a 11,8% de nosso consumo total de 2005. Para informações sobre os riscos associados a potenciais deficiências de energia, veja o *Item 3. Informações-chave—Fatores de Risco*. O quadro abaixo apresenta informações sobre nossa produção em 2005:

	Capacidade Produtiva (Em milhares de tons por ano)	Produção em 2005 (Em milhares de tons)
Rio Doce Manganês Europe (RDME).....	136	118
Rio Doce Manganese Norway (RDMN)	110	77
Rio Doce Manganês S.A. (RDM)	368	347
Urucum Mineração S.A.	20	22
Nova Era Silicon S.A. (NES) (1).....	45	38
Total.....	651	602

(1) Venda em fevereiro de 2006.

Devido ao excesso de fornecimento global resultante dos estoques acumulados e queda de preços de ferroliga, decidimos fechar nossa usina de ferroliga na Noruega entre agosto e novembro de 2005. Também decidimos operar a usina de ferroliga na França abaixo de sua capacidade nominal. Conforme os estoques foram consumidos e os preços estabilizados, retomamos a capacidade total das operações das nossas usinas na Noruega e França em dezembro de 2005. Por outro lado, dada a fraca demanda brasileira por ferroliga, decidimos fechar temporariamente três fornos na nossa usina de Simões Filho, no estado da Bahia, Brasil, desde janeiro de 2006.

Concorrência (Minério de Manganês e Ferroligas)

Os mercados de minério de manganês e ferroligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de manganês ocorre em dois segmentos. O minério de manganês de alto teor (40% de Mn ou mais) compete no mercado transoceânico global enquanto o minério de baixo teor compete regionalmente. Para a produção de determinados tipos de ferroligas de alto teor é obrigatório, ao passo que, para outros, é complementar. Além do teor de manganês, o custo e as características físico-químicas têm um papel importante na concorrência (por exemplo, blendagem, impurezas). Os principais fornecedores de minério de alto teor (AT) estão localizados na África do Sul, Gabão e Austrália. Os principais produtores de minério de baixo teor (BT) estão localizados na Ucrânia, China, Gana, Cazaquistão, Índia e México. A CVRD é uma das maiores fornecedoras de minérios de manganês do mundo, com minas de minério de AT em nossas minas de Azul e Urucum e minérios de BT produzidos em minas menores nos estados de Minas Gerais e da Bahia. O mercado de ferroligas é caracterizado por um grande número de participantes, que competem basicamente em termos de preço (que é uma função de custos mais baixos). A CVRD produz vários tipos de ferroligas, como as ligas de manganês ferro-silicone (SiMnFe), ligas de alto carbono de ferro-manganês (HCFMn), ligas médio carbono de ferro-manganês (MCFMn) e *cored wire* (ligas especiais). Os principais fatores competitivos neste mercado são os custos do minério de manganês, eletricidade, logística e carbono. Competimos tanto com produtores individuais como com produtores integrados, que também processam seu próprio minério. Nossos concorrentes estão localizados principalmente em países produtores de minério de manganês ou aço.

Carvão

Temos uma participação de 25% na Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd. (Longyu), uma *joint venture* com a Yongcheng Coal & Energy Co, um dos maiores produtores de carvão na China, e a Baosteel International, o maior produtor de aço na China. A Longyu está localizada na província chinesa de Henan, China. Esperamos que a Longyu produza em torno de 4,5 milhões de toneladas por ano de carvão quando estiver completamente operacional. Investimos US\$ 86,4 milhões por uma participação de 25% na Longyu, e temos o direito de retirar 25% do carvão produzido pela *joint venture*. Em Janeiro de 2006, CVRD recebeu seu primeiro embarque de carvão, aproximadamente de 40 mil toneladas, da China para o Brasil.

Minerais não-ferrosos

Nosso segmento de negócio de minerais não-ferrosos inclui a produção de caulim, potássio, cobre e ouro. O quadro abaixo apresenta informações sobre as receitas brutas de minerais não-ferrosos para os períodos indicados.

Receitas brutas classificadas por categoria	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro				
	2003(2)		2004		2005
			(Em milhões de US\$)		
Ouro.....	US\$	21	US\$	-	US\$ —
Potássio		94		124	149
Cobre.....		-		201	391
Caulim.....		96		164	177
Total.....	US\$	211	US\$	489	US\$ 717

- (1) As operações da CADAM são refletidas na tabela acima a partir de setembro de 2003, a data na qual adquirimos e começamos a consolidar suas operações.

Caulim

Conduzimos nossos negócios de caulim através da CADAM S.A. (“CADAM”), que iniciou suas operações em 1976, e a Pará Pigmentos S.A., (“PPSA”), que iniciou suas operações em agosto de 1996. A PPSA e a CADAM são subsidiárias da CAEMI. CAEMI possui 82,04% do capital total da PPSA e 61,48% do capital total da CADAM. Estas companhias produzem caulim para o revestimento de papéis e conduzem pesquisas e desenvolvimento de outros usos para produtos de caulim, visando criar um portfólio mais diversificado.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Findos em 31 de dezembro, (em tons por ano)			Reservas Provasdas e Prováveis				
			2003	2004	2005	Tipo	Tonelagem de Minério	Teor (%)		
								Brilho	Pureza	PSD
Morro do Felipe(1)	1976	2013	711,2	750,0	701,0	Céu aberto	36,7	86,7	n.d.	n.d.
Rio Capim (2).....	1996	2008	423,0	460,1	517,0	Céu aberto	33,5	82,8	34,5	66,6
Total.....			1.134,2	1.210,1	1.218		70,2	-	-	-

- (1) Exposto como toneladas métricas de minério seco *in situ*.

- (2) A recuperação média do produto Century após o beneficiamento é de 55% das toneladas de minério.

A PPSA vendeu aproximadamente 515 mil toneladas de caulim em 2005, gerando receitas de US\$ 68 milhões. A mina a céu aberto de Rio Capim e a usina de beneficiamento da PPSA estão localizadas em IPIXUNA, no estado do Pará. Essas operações são ligadas às instalações terrestres e às portuárias de Barcarena, também no estado do Pará, através de um mineroduto de 180 km. O caulim beneficiado é bombeado através de um mineroduto. Em 2005, a PPSA atingiu a capacidade de produção de 600.000 toneladas por ano, o que aumenta o portfólio de produtos que pode ser oferecido aos clientes. Em julho de 2004, a PPSA assinou um contrato com a International Paper, a maior produtora mundial de papel, para o fornecimento de 110.000 toneladas de caulim por ano, entre 2005 e 2009. As vendas pelo contrato começaram em julho de 2005. A PPSA produz os seguintes produtos: Century, Century S Paraprint, Paraplate e Paralux. Eles são vendidos principalmente no mercado europeu, asiático e norte americano.

A CADAM vendeu aproximadamente 703 mil toneladas de caulim em 2005, gerando receitas de US\$109 milhões. A CADAM está situada na fronteira dos estados do Pará e Amapá, na região Amazônica no Norte do Brasil. As reservas da CADAM estão concentradas principalmente na mina a céu aberto Morro do Felipe, em Mazagão, no estado do Amapá. A usina de beneficiamento e o porto privado estão situados na margem esquerda do rio Jari, em Munguba, no estado do Pará.

Potássio

Administramos nossas operações de potássio na controladora. Arrendamos da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a companhia brasileira de petróleo estatal, uma mina de potássio (mina Taquari Vassouras) em Rosário do Catete, no estado de Sergipe, Brasil. O arrendamento foi assinado em 1991 por um período de 25 anos, renováveis por outros 25 anos. A mina é a única mina de potássio do Brasil e atualmente possui capacidade nominal de 850.000

toneladas por ano. A Taquari – Vassouras é uma mina subterrânea cuja profundidade varia de 430 a 640 metros. Em 2005, produzimos 641 mil toneladas de potássio e vendas de 640 mil toneladas, e tivemos um faturamento de US\$ 149 milhões. Todas as vendas da mina Taquari – Vassouras são destinadas ao mercado brasileiro.

	Arrendada Desde	Data Projetada para Exaustão	Produção para os Exercícios Fintos em 31 de dezembro (Em milhares de tons por ano)			Reservas Provasdas e Prováveis		
			2003	2004	2005	Tipo	Tonagem de Minério	Teor
Taquari – Vassouras (1)...	1992 (2)	2012	658	638	641	Subterrânea	19,2	31,0
Total.....							19,2	31,0

- (1) Expresso como toneladas métricas secas *in situ* equivalente a 5,9 Mt de KCl. A média de extração de mineração é de 46% de minério *in situ*, dando 8,8 Mt de minério recuperável e 2,7 MT de KCl recuperável.
- (2) A mina iniciou suas operações em 1986.

Cobre

Sossego é nossa primeira mina de cobre e começou produção comercial de cobre concentrado em junho de 2004. A mina de cobre de Sossego está localizada em Carajás, no estado do Pará. Conduzimos nossa operação de Sossego na controladora. Em 2005, embarcamos 398 mil toneladas de cobre concentrado e alcançamos receita bruta de US\$ 391 milhões.

A mina de cobre de Sossego possui duas jazidas principais: a Sossego e a Sequeirinho. O minério de cobre é extraído a céu aberto e o minério bruto é processado pelo método padrão de britagem primária e transporte em correia, SAG (uma moagem semi-autógena que utiliza um grande moinho revolvente cheio de minério, água e esferas de aço de moagem que transforma o minério em pasta) e moinho de bolas, flotação de cobre concentrado, remoção de impureza, espessamento do concentrado, filtragem e carregamento. A capacidade operacional anual projetada é de 15 milhões de toneladas brutas para produzir uma média de 140 mil toneladas de cobre concentrado contido (teor de 30%). A operação ainda está no processo inicial, que deverá continuar durante o ano de 2006. A fase inicial tem demorado mais do que o previsto, por motivos de desafios operacionais que exigem mudanças de equipamentos. O cobre concentrado é transportado em caminhões até um terminal de armazenagem em Parauapebas para então ser transportado pela ferrovia Carajás até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no estado do Maranhão.

	Operações Iniciadas	Data Projetada para Exaustão	Produção de cobre contido em concentrado(ton) para o ano findo em		Reservas Provasdas e Prováveis		
			2004	2005	Tipo	Tonagem de Minério	Teor
Sossego	2004	2021	73.000	107.000	Céu aberto	225,1	0,98% Cu e 0,271% Au (GPT)

Construímos uma estrada de 85 quilômetros ligando Sossego à Carajás e uma linha de transmissão de energia que nos permite comprar energia elétrica a preços de mercado. Temos um contrato de longo prazo para o fornecimento de energia com a Eletronorte, que nos vende energia da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins.

Temos quatro projetos para o cobre: Salobo, Cristalino, Alemão e 118. O Salobo, que detemos participação de 100%, tem um estudo de viabilidade em andamento, Cristalino, no qual detemos participação de 50%, tem um estudo de pré-viabilidade concluído e o Alemão, no qual detemos 67%, está com estudo de pré-viabilidade em andamento. O BNDES é nosso parceiro nos projetos Cristalino e Alemão. Além disso, nós e o BNDES prospectamos na região de Carajás para novos projetos de exploração de cobre. Consulte o Item 4. *Informações da Companhia—Segmentos de negócio—Mineração—Contrato de Risco Mineral*.

Estamos construindo uma usina semi-industrial para processar o cobre usando a rota hidro-metalúrgica. O objetivo desta usina, que terá a capacidade de produzir 10.000 toneladas de catodos de cobre por ano, é testar uma nova rota tecnológica para produzir metal a partir de concentrados de sulfídeo de cobre. Utilizaremos o concentrado de cobre da mina de Sossego para alimentar a usina, a qual deverá iniciar suas operações no segundo trimestre de 2007 e funcionar por dois anos. Estimamos que este período seja suficiente para provar a viabilidade da produção industrial através da rota

hidro-metalúrgica, apoiando a construção de uma usina maior para processar minério de cobre de outros depósitos da CVRD, inclusive do projeto Salobo. O orçamento para a construção desta usina semi-industrial chega a US\$ 58 milhões.

Em outubro de 2005, nosso Conselho de Administração aprovou nosso investimento no projeto 118 de mineração de cobre, localizado no estado do Pará. Em 2005, em conformidade com o Contrato de Risco Mineral que temos com o BNDES, assinamos um contrato específico com o BNDES, que estabelece que a CVRD deverá pagar ao BNDES uma porcentagem específica das receitas líquidas de 118, variável de acordo com os preços no mercado do cobre. Como exemplo, se o preço de cobre no London Metal Exchange for de US\$ 1,00 por Pound, nos deveríamos pagar 3,8% das receitas líquidas do 118 ao BNDES. Estimamos que o investimento de capital para o projeto deve chegar a aproximadamente US\$232 milhões e prevemos o início da primeira fase para metade de 2008. A capacidade estimada de produção do projeto é de 36.000 toneladas de cobre catodo por ano.

Prospecção Mineral e Desenvolvimento

Como parte de nossas atividades de prospecção mineral e desenvolvimento no Brasil, adquirimos larga experiência em técnicas de exploração e processos especificamente desenhados para uso em regiões tropicais do mundo. Nossos esforços de exploração mineral atuais estão principalmente na Angola, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Gabão, Guinéia, Moçambique, Mongólia, Peru e África do Sul e se concentram principalmente em cobre, ouro, níquel, minério de manganês, caulim, bauxita, carvão, potássio, fosfatos, diamante e metais do grupo da platina.

Entre a grande variedade de projetos nos quais estamos envolvidos com estudos conceituais e de viabilidade, os mais importantes são:

- projeto de exploração de cobre em Salobo, Cristalino e Alemão, localizado no estado do Pará, Brasil;
- um projeto de exploração de fosfatos no depósito de Bayóvar, localizada no departamento de Piura, no Peru;
- um projeto de exploração de potássio na província de Neuquen, nos bancos do rio Colorado na Argentina;
- projetos de exploração de cobre na região de Moatize, no norte de Moçambique (Projeto Moatize), e no estado de Queensland, na Austrália (Projeto Belvedere); e
- um projeto de exploração de bauxita na região de Pitinga, no estado do Amazonas, Brasil.

Estudos de viabilidade foram concluídos para os seguintes projetos, para os quais investimentos já aprovados pelo nosso Conselho de Administração no:

- Projeto de níquel do Vermelho, localizado no estado do Pará, Brasil; e
- Projeto 118 de cobre, também localizado no estado do Pará, Brasil.

Para o projeto de níquel de Onça Puma, estamos revisando o estudo de viabilidade preparado pela Caniço Resources Corp. antes de obter aprovação para maiores investimentos do Conselho de Administração.

Os custos de exploração e estudos de viabilidade são reconhecidos como despesa até que a viabilidade econômica das atividades de mineração seja estabelecida (consulte a Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis). O investimento orçado para a exploração mineral (incluídas no orçamento de pesquisa e desenvolvimento) para 2006 é de US\$ 491 milhões.

Contrato de Risco Mineral

Nós e o BNDES celebramos um Contrato de Risco Mineral em março de 1997, relacionado às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e a exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinados depósitos minerais inexplorados em aproximadamente 2,5 milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, que fazem parte do Sistema Norte, além da participação proporcional em quais quer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. Os depósitos de minério de ferro e manganês já identificados e sujeitos a desenvolvimento, foram especificamente excluídos do Contrato de Risco Mineral.

Conforme o Contrato de Risco Mineral, concordamos com o BNDES, em disponibilizar US\$ 205 milhões cada, que representa metade dos US\$ 410 milhões em investimentos estimados como necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de projetos de recursos minerais na região. Em abril de 2004, o Contrato de

Risco Mineral foi renovado por um período adicional de cinco anos ou até que o valor total de US\$ 410 milhões seja gasto (incluindo desembolsos já feitos, os quais somavam US\$ 392,8 milhões em 31 de dezembro de 2005) o que ocorresse primeiro.

Supervisionaremos esses projetos e o BNDES nos adiantará metade de nossos custos trimestralmente. Sob o Contrato de Risco Mineral, em 31 de março de 2006, as contribuições remanescentes voltadas para as atividades de exploração e desenvolvimento totalizaram US\$ 5 milhões. O contrato prevê que qualquer uma das partes poderá optar por não contribuir e ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no Contrato de Risco Mineral for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido em relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá todos os direitos e benefícios fornecidos no mesmo e qualquer valor previamente investido em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em compensar-nos por nossa contribuição aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio de um *finder's fee - royalty* de produção sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão *finder's fee* é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de ouro, prata e metais do grupo da platina, e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, e excluindo o ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, estado do Pará, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

Operações de Produtos Relacionados ao Alumínio

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas receitas brutas consolidadas de bauxita, alumina e alumínio para os períodos indicados. Estes valores não incluem as receitas de nossas *joint ventures* não consolidadas.

	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro		
	(Em milhões de US\$)		
	2003	2004	2005
Receitas classificadas por categoria			
Bauxita.....	37	53	54
Alumina	495	458	531
Alumínio	320	739	823
Total.....	US\$ 852	US\$ 1.250	US\$ 1,408

Operamos nossos negócios relacionados ao alumínio através das seguintes controladas e *joint ventures*, com base em 30 de abril de 2006:

	Negócio	Nossa Participação Direta ou Indireta no Capital (Votante, Total)		Sócios
		Votante	Total	
		(%)		
Albras-Alumínio Brasileiro S.A. (Albras)	Alumínio	51,00%	51,00%	Nippon Amazon
Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) (!)	Alumina	59,53	57,03	Companhia Brasileira de Alumínio – CBA JAIC Mitsui Mitsubishi Nippon Amazon Norsk Hydro
Mineração Rio do Norte S.A. (MRN).....	Bauxita	40,00	40,00	Abalco Alcoa Alcan AWA BHP Billiton Metais Companhia Brasileira de Alumínio — CBA Norsk Hydro
Valesul Alumínio S.A. (Valesul).....	Alumínio	54,51	54,51	BHP Billiton Metais

(!) Os percentuais refletem nossas ações diretas ou indiretas no capital da Alunorte e se referem ao capital integralizado.

Estas controladas e *joint ventures* atuam em:

- mineração de bauxita,
- refino de bauxita em alumina, e
- fundição de alumina para produzir alumínio primário e ligas de alumínio.

Bauxita

MRN. MRN, a maior operação de bauxita do mundo, produz bauxita para vender a nossos sócios nessa *joint venture* e a nós. O excesso da produção pode ser vendido a clientes. A MRN opera três minas a céu aberto que produzem bauxita de alta qualidade. Além disso, a MRN controla recursos adicionais substanciais de bauxita de alta qualidade que acreditamos poder ser produzida economicamente no futuro. A MRN teve receitas brutas de US\$ 432 milhões e lucro líquido de US\$ 160 milhões em 2005. As minas da MRN estão localizadas na região norte do estado do Pará.

O quadro abaixo dá informações sobre as reservas de bauxita da MRN em 31 de dezembro de 2005.

		Reservas Provadas e Prováveis(1)		
	Data Projetada para Exaustão	Tipo	Tonelagem de Minério (Em milhões de tons)	Teor(2) (% Al ₂ O ₃)
Mineração Rio do Norte S.A.				
Almeidas.....	2009	Céu aberto	11,7	51,2
Aviso.....	2012	Céu aberto	48,2	51,1
Bacaba.....	2009	Céu aberto	6,2	53,1
Saracá V.....	2010	Céu aberto	5,7	47,2
Saracá W.....	2015	Céu aberto	17,1	50,3
Total			88,9	50,8 (3)

- (1) Informado como produto recuperável, com teor de umidade de aproximadamente 12% na forma úmida. CVRD é proprietária de 40% das reservas de bauxita da MRN.
- (2) Expresso como disponível Al₂O₃.
- (3) Expresso como toneladas métricas de produto seco. Recuperação do produto seco da bauxita seca *run-of-mine* varia de 69 a 82%, dependendo do depósito, com peso médio de 74%.

As operações nas minas da MRN tiveram início em 1979. Em 2003, 2004 e 2005, a produção chegou a 14,4, 16,7, e 17,2 milhões de toneladas respectivamente.

MRN opera instalações de beneficiamento em suas minas, que são ligadas por ferrovia a um terminal de cargas e a instalações portuárias no rio Trombetas. O rio Trombetas é um afluente do rio Amazonas e as instalações portuárias da MRN podem manusear embarcações de até 60.000 DWT. A MRN possui e opera a ferrovia e as instalações portuárias que atendem às suas minas. As minas de bauxita da MRN são acessíveis por rodovia a partir da área do porto e obtêm eletricidade de sua própria estação de energia termoeletrica. A MRN completou a expansão de sua capacidade, passando de 11 milhões de toneladas para 16,3 milhões de toneladas anuais em 2003.

Nossa *joint venture* de bauxita MRN produz bauxita para vender como compromisso firmado (*take-or-pay*) a nós e nossos sócios a um preço determinado por uma fórmula vinculada aos preços do alumínio para contratos de três meses no London Metal Exchange e o preço de alumina exportada da Austrália. Nossa subsidiária de alumina Alunorte, a qual passamos a consolidar em julho de 2002, compra toda a bauxita de que necessita da MRN.

Projeto Paragominas. Temos direitos de mineração na região de Paragominas, no estado do Pará, onde a nova mina de bauxita iniciará sua produção comercial no primeiro semestre de 2007 para fornecer à nova expansão da Alunorte 5,4 milhões de toneladas por ano de bauxita com umidade a 12%. A qualidade da bauxita será similar à da MRN e o projeto utilizará o método de extração *strip mining*, e possuirá uma usina de beneficiamento que incluirá um moinho e um mineroduto com 244 quilômetros. Esperamos que os investimentos totais de capital neste projeto somem aproximadamente US\$ 352 milhões. Além disso, nosso Conselho de Administração aprovou uma expansão na Paragominas, que irá requerer um investimento adicional de aproximadamente US\$ 196 milhões para produzir outros 4,5 milhões de toneladas. Após a conclusão destes dois estágios de expansão, esperamos que a mina Paragominas alcance uma capacidade de produção nominal de 9,9 milhões até 2008.

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas às reservas de bauxita em Paragominas em 31 de dezembro de 2005.

	Reservas Provadas e Prováveis (1)	
	Tonelagem de Minério (milhões de toneladas)	Teor (% Al ₂ O ₃)
Miltonia 3	204,9	49,4
Miltonia 5	98,6	47,3
Total	303,5	48,7

(1) Expresso como toneladas métricas de produto seco. Recuperação planejada do produto é de 70% das toneladas secas *run-of-mine*.

Alumina

A Alunorte iniciou as operações em julho de 1995 e produz alumina pelo refinamento da bauxita fornecida pela MRN. A fábrica da Alunorte concluiu sua primeira expansão de capacidade (estágio 3) em 2003 e sua segunda expansão (estágios 4 e 5) no primeiro trimestre de 2006, atingindo uma capacidade de produção nominal de 4,4 milhões de toneladas de alumina por ano, tornando-se a maior refinaria de alumina do mundo. Em 2005, a Alunorte produziu 2,6 milhões de toneladas. A Alunorte vende alumina para a Albras, Valesul e clientes não afiliados. A planta da Alunorte fica na cidade de Barcarena, no estado do Pará, perto das instalações de produção de alumínio da Albras. Isto permite à Alunorte e seu principal cliente, Albras, dividir infra-estrutura e outros recursos. Alunorte registrou receitas brutas de US\$ 625 milhões e lucro líquido de US\$ 121 milhões em 2005. Esta refinaria possui um dos custos de conversão mais baixos do mundo (US\$ 79,16 por tonelada em 2005).

Cada sócio da *joint venture* Alunorte deve comprar em bases de compromisso firmado toda a alumina produzida pela Alunorte na proporção de suas respectivas participações. Cada sócio paga o mesmo valor, que é determinado por uma fórmula que se baseia no preço do alumínio para contratos de três meses no London Metal Exchange.

A tabela abaixo apresenta as informações relativas à produção de alumina da Alunorte para os períodos indicados.

	Para o exercício Findo em 31 de dezembro de		
	2003	2004	2005
		(milhões de toneladas)	
Produção Alunorte.....	2,323	2,548	2,570

Estamos atualmente investindo em mais uma expansão com a construção dos estágios 6 e 7, que exigirão investimentos de US\$ 846 milhões e adicionarão 1,8 milhões de toneladas por ano de capacidade à unidade. A capacidade da Alunorte deve atingir 6,2 milhões de toneladas até o ano de 2008.

Alumínio

Albras e Valesul, cada uma, produzem alumínio com a alumina fornecida pela Alunorte. Alunorte atendeu todas as necessidades de alumina da Albras e 54,5% das necessidades de alumina da Valesul em 2005. A Albras produz lingotes de alumínio e a Valesul produz lingotes, placas, barras, tarugos e ligas de alumínio. O alumínio é produzido a partir da alumina, através de um processo eletro-químico contínuo que envolve um alto consumo de eletricidade.

Albras. A unidade industrial da Albras é uma das maiores nas Américas, com capacidade nominal para produzir 445.000 toneladas de alumínio por ano. A Albras iniciou suas operações em 1985 em uma unidade industrial localizada em Barcarena, no Estado do Pará. A Albras teve receitas brutas de US\$ 808 milhões e lucro líquido de US\$ 101 milhões em 2005.

Com base no contrato *take-or-pay* firmado entre as partes, os sócios da Albras se obrigam a adquirir todo o alumínio produzido pela Albras na proporção de suas participações acionárias. Normalmente comercializamos nosso alumínio nos mercados globais para clientes da indústria de alumínio.

O quadro abaixo mostra informações referentes aos recentes volumes de produção da Albras.

	Para o Exercício Findo em 31 de dezembro		
	2003	2004	2005
		(Em milhares de toneladas)	
Produção da Albras.....	432,1	435,0	445,8

A Albras consome energia elétrica fornecida pela Eletronorte, uma empresa estatal. A Eletronorte gera eletricidade na usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no rio Tocantins. Em toda a região, essa usina é a única fonte de energia elétrica nas quantidades requeridas pelas operações da Albras. Albras consome cerca de um quarto da produção de energia da Tucuruí no período de demanda normal.

Em maio de 2004, a Albras realizou com sucesso de um leilão que lhe dará o direito de adquirir eletricidade por um período de 20 anos. Esse contrato passou a valer a partir de junho de 2004. O preço básico da aquisição é de R\$ 53,00 MWh, indexado pelo índice geral de preços do mercado (IGP-M) calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Além do preço básico, é pago um ágio que está vinculado à quantia pela qual o preço do alumínio primário exceder a US\$ 1.450,00 por tonelada na Bolsa de Metais de Londres - LME. Vide *Item 4. Informações da Companhia—Questões Reguladoras—Energia*.

Valesul. A Valesul iniciou suas atividades em 1982 e opera uma planta localizada no estado do Rio de Janeiro com capacidade nominal produtiva de 95.000 toneladas por ano. A Valesul produz alumínio primário e ligas de alumínio na forma de lingotes e tarugos. Os produtos de alumínio da Valesul são vendidos basicamente no mercado brasileiro ao preço à vista vigente no mercado. Em 2004 a Valesul atingiu receitas brutas de US\$ 229 milhões, resultando em lucro líquido inferior a US\$ 1 milhão em 2005. A Valesul realiza vendas diretas a seus clientes. Valesul produziu 92,6, 95,8 e 94,0 toneladas de alumínio e ligas de alumínio e reciclou 11,7, 14,4 e 16,7 toneladas de sucata de alumínio para terceiros em 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

Atualmente, a Valesul adquire parte da energia elétrica que precisa de quatro pequenas usinas hidrelétricas de sua propriedade no estado de Minas Gerais, parte da hidrelétrica de Machadinho, no estado de Santa Catarina, na qual tem participação acionária de 7,28%, o restante, de outras empresas a preços de mercado. Valesul tem capacidade de gerar 40% da energia elétrica de que necessita e está atualmente engajada em litígio em relação às taxas que a Light – Serviços de Eletricidade S.A., ou Light, a empresa de distribuição de energia do estado do Rio de Janeiro, cobra dela pela transmissão de eletricidade. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Processo judiciais*.

Concorrência no Mercado de Bauxita, Alumina e Alumínio

O mercado internacional de alumínio é altamente competitivo. Os maiores produtores são Alcoa, Rusal, Alcan, Norsk Hydro, BHP Billiton e a Chalco. Os mercados de alumina e bauxita também são competitivos, porém bem menores, porque várias das principais empresas produtoras de alumínio integraram as operações de bauxita, alumina e alumínio.

Bauxita. A maior parte da produção de bauxita não é comercializada, pois se destina a refinarias integradas de alumina. A concorrência no mercado de bauxita se baseia em dois fatores chave: qualidade da bauxita e confiabilidade nas entregas. Acreditamos que a MRN se mantém competitiva em seu mercado por causa da alta qualidade da bauxita brasileira e de nosso sistema de produção de alumínio, que garante o consumo interno de nossa produção de bauxita. Utilizamos grande parte de nossa quota na produção de bauxita da MRN para o fornecimento à Alunorte.

Alumina. A concorrência no mercado de alumina baseia-se principalmente na qualidade, confiabilidade do fornecimento e preço, que está diretamente ligado a custos mais baixos. Acreditamos que a Alunorte é competitiva no mercado de alumina em virtude da alta qualidade de sua alumina, suas vantagens em escala e tecnologia, baixo custo de conversão, de suas eficientes instalações portuárias e do firme compromisso de seus acionistas de adquirir significativa parte de sua produção anual. Utilizamos boa parte de nossa quota de alumina, produzida pela Alunorte, para atender ao mercado brasileiro (Albras e Valesul) e vendemos o restante para clientes em outros países como Canadá, Argentina e Noruega.

Alumínio. Como o alumínio primário é uma *commodity*, a concorrência neste mercado se baseia principalmente na economia de transporte e custos de produção. Acreditamos que a Albras é competitiva no mercado de alumínio em virtude de suas instalações portuárias relativamente eficientes e acessíveis e de seus vigentes custos de produção que, em geral, são mais baixos. Normalmente comercializamos o alumínio com clientes na Ásia e Europa.

Logística

Nossos negócios em logística compreendem o transporte de produtos de clientes e passageiros. Estes negócios são conduzidos no nível da controladora, que opera as ferrovias de Vitória a Minas e Carajás, o complexo do porto de Tubarão, o terminal marítimo Inácio Barbosa e o terminal marítimo de Ponta da Madeira, bem como pelas subsidiárias. Entre as nossas subsidiárias estão a Cia. Portuária Baía de Sepetiba, ou CPBS e o Terminal de Vila Velha S.A., ou TVV,

que opera portos e terminais; a Navegação Vale do Rio Doce S.A. – Docenave, ou Docenave e a DCNDB Overseas S.A., ou DCNDB, que presta serviços de transporte marítimo; e a Ferrovia Centro-Atlântica S.A., ou FCA, que opera ferrovias. Detemos também, diretamente e indiretamente 37,2% do capital votante e 40,5% do capital total na MRS Logística S.A., uma ferrovia de *joint venture* com indústrias de aço brasileiro.

O quadro abaixo apresenta nossa receita bruta com serviços de logística através de nossas terceirizadas para os períodos indicados.

	Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro					
	2003(1)		2004		2005	
Receitas classificadas por categoria:						
Ferrovias.....	US\$	373	US\$	612	US\$	881
Portos.....		144		173		230
Navios.....		87		92		105
Total.....	US\$	604	US\$	877	US\$	1,216

(1) As operações da CAEMI e FCA são apresentadas na tabela acima a partir de setembro de 2003, data em que adquirimos e começamos a consolidar suas operações.

Ferrovias

Ferrovia Vitória-Minas. A ferrovia Vitória-Minas liga as minas do Sistema Sul no Quadrilátero Ferrífero, no estado de Minas Gerais ao Porto de Tubarão, em Vitória, no estado do Espírito Santo. Operamos esta ferrovia de 905 quilômetros sob uma concessão renovável de 30 anos, que expira em 2027. A ferrovia Vitória-Minas consiste em duas linhas ferroviárias que se estendem por 601 quilômetros para permitir viagens ferroviárias contínuas em direções opostas, e ramificações ferroviárias simples de 304 quilômetros. Empresas industriais estão localizadas nas proximidades desta área e as principais regiões agrícolas estão adjacentes e acessíveis à ferrovia Vitória-Minas. A Vitória-Minas tem capacidade diária de 312.000 toneladas de minério de ferro. Em 2005, a ferrovia Vitória-Minas transportou um total de 68,7 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 18,3 bilhões de tku, ou 26,7%, consistiram em cargas transportadas para terceiros). A ferrovia Vitória-Minas também transportou aproximadamente 1,1 milhão de passageiros em 2005.

As principais cargas da ferrovia Vitória-Minas consistem em:

- minério de ferro e pelotas, transportados para nós e para clientes;
- aço, carvão, ferrogusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para clientes com usinas siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- produtos agrícolas, como grãos e farinha de soja; e
- outras cargas gerais tais como materiais de construção, polpa, combustíveis e produtos químicos.

Cobramos valores de mercado (que são limitados pelas tarifas fixadas pela ANTT) pelo frete a terceiros, incluindo pelotas originárias das *joint ventures* e outras empresas nas quais não detemos 100% de participação no capital. Os preços de mercado variam com base na distância transportada, tipo de produto e peso da carga.

Ferrovia Carajás. Operamos a ferrovia Carajás por uma concessão renovável de 30 anos que expira em 2027. Esta ferrovia, situada no Sistema Norte, inicia-se com nossa mina de minério de ferro em Carajás, no estado do Pará, e estende-se por 892 quilômetros até as instalações do complexo de terminal Marítimo de Ponta da Madeira, localizado nas proximidades do Porto de São Luís, no estado do Maranhão. A ferrovia Carajás consiste em uma linha ferroviária com desvios para permitir a passagem de trens em direções opostas. A ferrovia Carajás tem capacidade diária de 200.000 toneladas de minério de ferro. Em 2005, a ferrovia Carajás transportou um total de 69,5 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas (das quais 5,0 bilhões de tku, ou 7,2%, consistiram em cargas transportadas para terceiros, incluindo clientes brasileiros de minério de ferro). A ferrovia Carajás também transportou aproximadamente 369 mil passageiros em 2005. A principal carga da ferrovia Carajás é o minério de ferro, transportado principalmente para nós. No terceiro trimestre de 2006, também pretendemos iniciar as operações do trem de maior capacidade da América Latina. Este trem, o qual terá 312 vagões, 3,2 quilômetros de comprimento e 319 toneladas brutas em peso, irá nos ajudar a atender à crescente demanda pelos recursos da ferrovia de Carajás.

Ferrovia Centro-Atlântica. Nossa controlada FCA opera a rede ferroviária do Centro-Leste do sistema ferroviário nacional brasileiro por uma concessão renovável de 30 anos concedida em 1996. A rede centro-leste contém aproximadamente 7.000 quilômetros de trilhos estendendo-se pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, Brasília, o Distrito Federal, Brasil. Ela se conecta com a nossa ferrovia Vitória-Minas nas proximidades das cidades de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais e Vitória, no estado do Espírito Santo. A FCA opera com trilhos de mesma bitola que a nossa ferrovia Vitória-Minas. O trecho da rede da Ferrobán – Ferrovias Bandeirantes S.A. (Ferrobán) entre Araguari e a estação ferroviária de Vale Fértil, próxima à cidade de Uberaba, no estado de Minas Gerais, tem sido operado pela FCA desde 1998 e, em janeiro de 2002, a FCA começou a operar também o trecho entre Vale Fértil, no estado de Minas Gerais, e Boa Vista, no estado de São Paulo, Brasil. Essa conexão permite que a FCA chegue até o Porto de Santos, no estado de São Paulo. Em novembro de 2005, FCA consolidou a porção de ativos da Ferrobán relacionados as operações no trecho entre o Araguaia, no estado de Minas Gerais, e Boa Vista Nova, no estado de São Paulo. Como resultado da consolidação, FCA detém diretamente a concessão ferroviária relacionada ao trecho e não detém mais sua participação no capital da Ferrobán. Em 2005, a FCA transportou um total de 10,7 bilhões de tku de carga para clientes.

MRS. Detemos, diretamente e indiretamente, 37,2% do capital votante e 40,5% do capital total da MRS. A MRS é uma ferrovia de 1.674 quilômetros, que liga os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e que transportou 107 milhões em 2005. A MRS opera sob concessão renovável de 30 anos obtida em 1996. Como resultado de nossas aquisições da CAEMI e Ferteco, nossa atual participação no capital votante da MRS é maior que o limite de 20% fixado na época da questão pela concessão para a ferrovia da MRS. O CADE aprovou estas aquisições sujeito a certas condições, incluindo a reestruturação de nossa participação na MRS. Atualmente estamos contestando certos efeitos processuais na decisão do CADE. Veja *Item 3. Fatores de Risco – Riscos Relacionados aos Nossos Negócios – Estamos envolvidos em processos de antitruste que podem resultar em desinvestimentos, multas ou outras restrições que poderiam prejudicar nossos negócios* e *item 8. Informações Financeiras – Processo judiciais*. Em 13 de abril de 2006, ANTT publicou uma resolução nos requerendo (i) vender aquelas ações ordinárias que detemos na MRS como resultado de nossa aquisição e consolidação da Ferteco, as quais estão cobertas no Acordo de Acionistas da MRS; ou (ii) (a) fazer os acionistas da MRS aprovarem certas mudanças na estrutura de capital da MRS, ou (b) renúncia aos nossos direitos de veto e voto especificamente em relação às ações da MRS que detemos como resultado de nossa aquisição e consolidação da Ferteco. A resolução da ANTT também recomenda que atendamos ao CADE a decisão que unifiquemos nossa participação na MRS em um único bloco. Em 10 de maio de 2006, informamos a ANTT nossa decisão de desistir dos direitos de voto e veto em relação às ações da MRS acima mencionadas, as quais representam 10,9% do capital total e 19,3% do capital votante da MRS. Veja *item 4 – Informações sobre a Companhia – Assuntos Regulamentares – Ferrovias*.

Portos e Terminais

Operamos portos e terminais principalmente como meio de finalizar a distribuição de nosso minério de ferro e pelotas para as embarcações transoceânicas que atendem ao mercado de exportação. Consulte *Item 4. Informações da Companhia – Segmentos de Negócios – Mineração – Minerais Ferrosos – Pelotas – Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)*. Usamos também os nossos portos e terminais para o manejo de cargas de terceiros. Em 2005, 19% da carga manejada em nossos portos e terminais representaram cargas de terceiros.

Porto de Tubarão. O Porto de Tubarão, que cobre uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está situado próximo ao Porto de Vitória no estado do Espírito Santo. O terminal marítimo de minério de ferro localizado nessa área possui dois píers. O Píer I acomoda dois navios de uma vez, um de até 170.000 DWT no lado sul e um de até 200.000 DWT no lado norte. O Píer II acomoda uma embarcação de até 360.000 DWT por vez, com limite de calado de 20 metros. No Píer I, há dois carregadores de navio, que podem carregar até 14.000 toneladas por hora. No Píer II, há dois carregadores de navio que trabalham alternadamente e cada um pode carregar até 16.000 toneladas por hora. Em 2005, 84,1 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram embarcadas pelo terminal para nós. O Terminal de Praia Mole, também localizado no Terminal de Tubarão, é principalmente um terminal de carvão e manejou 11,3 milhões de toneladas em 2005. Operamos um terminal de grãos chamado de Terminal de Produtos Diversos, na área de Tubarão, que movimentou 5,5 milhões de toneladas de grãos e fertilizantes em 2005. Operamos também um terminal de granel líquido, que movimentou 1,1 milhões de toneladas em 2005.

Porto de Vitória. Até setembro de 2006, a CVRD está autorizada a operar o terminal de Paul, especializado no manuseio de ferrogusa, localizado próximo do Porto de Vitória, no Espírito Santo. Este terminal tem um pier que pode acomodar um navio de até 75.000 DWT, que por sua vez pode carregar até 900 toneladas por hora. O terminal de Paul manejou 2,2 milhões de toneladas de ferrogusa em 2005.

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está situado próximo ao porto de São Luís no estado do Maranhão. As instalações do porto de Ponta da Madeira podem acomodar três embarcações. O Píer I pode acomodar embarcações com capacidade de até 420.000 DWT. O Píer II pode acomodar embarcações de até 155.000 DWT. Cada ancoradouro tem capacidade máxima de descarga de 16.000 toneladas por hora no Píer I e 8.000 toneladas por hora no Píer II. Em fevereiro de 2004, o Píer III iniciou suas operações. O Píer III pode acomodar

embarcações de até 220.000 DWT e possui capacidade máxima de embarque de até 8.000 toneladas por hora em cada ancoradouro.

A carga embarcada através do nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira consiste basicamente na nossa produção de minério de ferro. Outras cargas incluem minério de manganês e cobre concentrado produzido por nós e ferrogusa e soja para terceiros. Em 2005, 70,1 milhões de toneladas foram manejadas através do terminal pra nós e 4,3 milhões de toneladas para clientes.

Terminal marítimo Inácio de Barbosa (TMIB). Desde novembro de 1994, a CVRD opera o terminal marítimo de Inácio Barbosa localizado no estado de Sergipe. Esse terminal foi construído pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S. A. e transferido para a Sergiportos, uma empresa estatal. Em dezembro de 2002, a Petrobrás assumiu o controle do terminal marítimo de Inácio Barbosa em troca do cancelamento de dívidas com o estado do Sergipe. A CVRD e a Petrobrás assinaram contrato em dezembro de 2002 que permitirá que a CVRD administre esse terminal por um período de 10 anos, que terminará em dezembro de 2012. Em 2005, 954 toneladas de combustível e produtos agrícolas e aço foram embarcadas pelo terminal marítimo Inácio Barbosa.

Terminal de Vila Velha S.A. (TVV). Em maio de 1998, arrendamos por 25 anos o terminal marítimo de Capuaba em Vitória, no estado do Espírito Santo. Para administrar o terminal, a CVRD criou a empresa Terminal de Vila Velha S.A. (TVV). O TVV é um terminal para carga e descarga de contêineres, além de ser uma alternativa de carga geral e de operações com automóveis no sudeste e no centro-oeste do Brasil. Está conectado com a ferrovia Vitória a Minas e com fácil acesso às auto-estradas BR101 e BR262. O terminal é formado pelos ancoradouros 203 e 204 no cais de Capuaba e tem uma área de ancoragem de 450 metros e uma área de fundos medindo cerca de 100 mil metros quadrados. Tem uma área coberta de armazenagem de 13.300 metros quadrados e um pátio com capacidade para 3.300 contêineres. O TVV está equipado com dois guindastes de cais, dois portêineres e quatro transtêineres. Em 2005, o TVV 165,6 mil contêineres e 54 mil toneladas de carga geral foram embarcadas pela TVV.

Cia. Portuária Baía de Sepetiba (CPBS) – terminal marítimo de Itaguaí, CPBS é uma subsidiária integral que opera o terminal de Itaguaí, no Porto de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro. O terminal marítimo de Itaguaí tem um píer que permite o carregamento de navios de até 18,1 metros e até 230.000 DWT. Em 2005, o terminal embarcou aproximadamente 21 milhões de minério de ferro.

Terminal marítimo Ilha de Guaíba. MBR tem o seu próprio terminal marítimo na Ilha de Guaíba, também no Porto de Sepetiba. O terminal de minério de ferro tem um píer que permite o carregamento de navios de até 300.000 DWT. Em 2005, o terminal carregou aproximadamente 39 milhões de toneladas de minério de ferro.

Navegação

Operamos em três áreas diferentes de navegação: transporte de navegação marítima a granel, serviços de cabotagem e rebocadores.

No serviço de transporte de navegação marítima a granel, transportamos 4.325 milhões de toneladas de carga seca a granel, gerando receitas brutas de US\$ 30 milhões em 2005. O quadro abaixo apresenta informações sobre o volume transportado em nosso serviço de navegação de carga seca a granel nos períodos indicados.

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro		
	2003	2004	2005
	(Em milhares de tons)		
Minério de ferro:			
CVRD.....	4.386	5.291	1.981
Terceiros.....	1.860	312	148
Carvão.....	256	306	-
Outros.....	2.819	830	2.196
Total.....	9.321	6.739	4.325

Para o transporte da carga acima em 2005 operamos uma frota de embarcações a granel que inclui três navios tipo *capsize* que nos pertencem, além de um outros poucas embarcações panamax e outro do tipo *capsize*, fretados à vista. Nossas embarcações *capsize* têm comercializado mundialmente, carregando principalmente minério de ferro. As embarcações fretadas (duas *capsize* e duas panamax) têm sido contratadas para o transporte de minério de ferro do terminal marítimo de Ponta da Madeira, no estado de Maranhão, para o Terminal de Praia Mole, no Porto de Tubarão, no estado de Espírito Santo. Planejamos vender nossas embarcações *capsize* restantes no final de 2006.

A atividade de contêineres é operada por cinco embarcações fretadas, a qual cobre a costa leste da América do Sul de Buenos Aires, na Argentina para Fortaleza, no estado do Ceará, no nordeste do Brasil, provendo serviços semanais. Este serviço gerou receitas brutas de US\$ 75 milhões com 93.813 unidades equivalentes (TEUS) transportados em 2005.

Também operamos uma frota de dezesseis rebocadores (sete próprios e nove fretados) nos portos de Vitória no estado do Espírito Santo, Trombetas no estado do Pará, São Luís no estado do Maranhão e Aracaju, no estado de Sergipe. Estes serviços em Vitória e Trombetas geraram receitas brutas de US\$ 26 milhões.

Concorrência na indústria de logística. Nossas ferrovias competem com o transporte rodoviário, inclusive caminhões, sendo os principais fatores custo, segurança e tempo de transporte. Também temos muitos concorrentes internacionais no transporte de containeres (cabotagem).

Investimentos em Siderurgia

Com base em 30 de abril de 2006, temos investimentos nas seguintes *joint ventures* do setor siderúrgico:

	Nossa participação direta ou indireta no capital (Votante — Total)		Sócios	Receitas líquidas em 2005		Principais produtos
	Votante	Total		(em milhões de US\$)		
	(%)					
CSI (Califórnia, Estados Unidos).....	50,00%	50,00%	JFE Steel	US\$	1.234	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; tubos de aço
Siderar (Argentina).....	4,85	4,85	Ternium Empregados Outros		1.454	Placas de aço; aço laminado a quente; aço laminado a frio; aço galvanizado; folhas de flandres
Usiminas (Brasil).....	22,9	11,46	Nippon Usiminas Previ Caixa dos Empregados da Usiminas Outros		5.548	Aço laminado a quente; aço laminado a frio; chapas de aço grossas; aço eletro-galvanizado

Em 31 de dezembro de 2005, o valor de mercado de nossos investimentos na Usiminas e Siderar, ambas de capital aberto, eram respectivamente de US\$ 566 milhões e US\$ 142 milhões. Nessa mesma data, o valor contábil líquido total desses investimentos era de US\$ 423 milhões. O valor líquido contábil total de todos os nossos investimentos em empresas do setor siderúrgico (incluindo a CSI, uma empresa privada) era de US\$ 584 milhões. No ano de 2005 recebemos US\$ 90 milhões em dividendos desses investimentos.

Desde o terceiro trimestre de 2005, nós e a Nucor Corporation operamos conjuntamente um projeto de produção de ferrogusa ecologicamente correto na região norte do Brasil. O projeto utiliza dois mini alto-fornos convencionais que produzirão aproximadamente 380.000 toneladas métricas de ferrogusa por ano, utilizando o minério de ferro extraído de nossas minas em Carajás, norte do Brasil. A fonte de carvão vegetal constitui-se exclusivamente de árvores de eucaliptos plantadas e cultivadas numa área aproximada de 82.000 acres, sendo que o todo o projeto envolve aproximadamente 200.000 acres. Nós e a Nucor Corporation constituímos uma companhia chamada Ferrogusa Carajás S.A. para operar a unidade. Temos 50% do *take* da Ferro Gusa Carajás S.A. Entre aproximadamente 78% e 22% do capital votante é controlado pela CVRD e pela Nucor, respectivamente.

Investimento em Energia

Em 2005 consumimos 16,9 TWh de energia elétrica. A administração e a eficiente distribuição dos recursos energéticos se tornaram prioritárias para nós em virtude das incertezas relativas às mudanças nos regulamentos, que fizeram aumentar o risco de aumento de preços e de racionamento de energia elétrica, como a que ocorreu no Brasil no segundo semestre de 2001. Percebemos oportunidades favoráveis de investimento no setor de energia elétrica do Brasil e as aproveitamos investindo em oito projetos hidrelétricos de geração de energia, descritos na tabela abaixo. A nossa intenção é utilizar a energia elétrica produzida por estes projetos para atender às nossas necessidades internas. É possível que haja atraso no desenvolvimento de certos projetos de geração em virtude de questões ambientais ou legais, o que poderia resultar em aumento dos custos. A análise de viabilidade e dos investimentos de cada projeto dependerá das

novas leis e normas aplicáveis do setor elétrico, que estão sendo analisadas pelo Governo Federal, e do impacto delas na distribuição e nos preços da energia elétrica. Como grandes consumidores de energia elétrica, esperamos que o investimento em projetos de geração de energia ajudará na redução de custos e nos protegerá contra possíveis flutuações de preços de energia.

Atualmente temos seis usinas hidrelétricas em operação e duas em construção. Nossa previsão de investimento total para estes projetos está estimada em aproximadamente US\$ 1 bilhão. Não podemos garantir que o custo agregado não irá aumentar ou que os projetos serão concluídos dentro do cronograma previsto. Detemos também 43,85% de um consórcio que tem o direito de concessão para construir a usina hidrelétrica de Santa Isabel no rio Araguaia, Brasil. Em 2005, continuamos com nossos esforços para devolver as concessões do projeto da hidrelétrica de Santa Isabel para a ANEEL devido há dificuldades em obter a licença ambiental necessária para dar início à sua construção. Além disso, algumas de nossas coligadas geram parte de sua própria energia elétrica. O quadro abaixo contém informações sobre nossos projetos de geração de energia com base em 30 de abril de 2006:

	Localização	Nossa Partici- pação	Sócios	Início das Operações	Capacidade Real e Projetada	Nosso Investimento	
		(%)			(em MW)	Em dez. de 2005 (em milhões de US\$)	Total Projetado (em milhões de US\$)
Aimorés	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	51,00%	Cemig	Julho de 2005	330	US\$ 136,5	US\$ 141
Candonga	Bacia do rio Doce, no estado de Minas Gerais.	50,00	Novelis	Setembro de 2004	140	46,0	-
Capim Branco I (3)	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig Capim Suzano Votorantim	Fevereiro de 2006	240	87,1	90
Capim Branco II (3)	Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.	48,42	Cemig Capim Suzano Votorantim	Dezembro de 2006 (2)	210	63,0	90
Estreito	Rio Tocantins, na fronteira dos estados do Maranhão e Tocantins.	30,00	Suez Alcoa Camargo Correia	Agosto de 2009(2)	1.087	4,3	355
Funil	Rio <i>Rio Grande</i> , no estado de Minas Gerais.	51,00	Cemig	Dezembro de 2002	180	49,0	-
Igarapava	Rio Grande, na fronteira dos estados de São Paulo e Minas Gerais.	38,10	Votorantim CSN Cemig Anglo-American	Janeiro de 1999	210	88,1	-
Porto Estrela	Rio Santo Antônio, no estado de Minas Gerais.	33,30	Cemig Coteminas	Setembro de 2001	112	20,0	-

(1) Em fevereiro de 2006 vendemos para Furnas Centrais Elétricas por aproximadamente US\$ 10 milhões nossa participação de 40% no consórcio para construir e operar a usina hidrelétrica de Foz do Chapecó. O fechamento da transação está sujeito a certas condições precedentes, incluindo a aprovação da ANEEL para transferência do controle.

(2) Data de projeção para começo da primeira unidade deste projeto.

(3) Capim Branco I e Capim Branco II são duas unidades distintas operadas pelo mesmo consórcio.

Em julho de 2005, a Aimorés iniciou suas operações com a ativação de três turbinas. Possui uma capacidade instalada de 330 MW e capacidade de geração média de 172 MW, equivalente a 1.560.720 MWh por ano.

O projeto Capim Branco I obteve sua licença operacional no mês de dezembro de 2005, que permite o enchimento da reserva. Este fato permitiu que o processo começasse suas operações comerciais em fevereiro de 2006.

QUESTÕES REGULAMENTARES

Mineração

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem ao governo brasileiro. A Constituição Brasileira especifica que as companhias mineradoras devem ser constituídas de acordo com as leis brasileiras.

A Constituição Brasileira e o Código de Minas impõem às mineradoras várias restrições legais relativas, entre outras coisas:

- a maneira como os depósitos minerais são explorados,
- a saúde e segurança dos funcionários,
- a proteção e recuperação do meio ambiente,
- a prevenção de poluição, e
- ao apoio às comunidades locais onde estão as minas.

No Brasil, as mineradoras só podem prospectar e lavrar recursos minerais de acordo com as licenças de prospecção ou concessões de lavra outorgadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM, um órgão do Ministério das Minas e Energia do governo brasileiro. O DNPM outorga licenças de prospecção a uma parte solicitante por um período inicial de três anos. Essas licenças são renováveis a critério do DNPM, por mais um período que pode variar de um a três anos, desde que a parte requisitante consiga provar que a renovação é necessária para a conclusão adequada das atividades de prospecção. As atividades de prospecção no local devem iniciar dentro de 60 dias, a partir da publicação oficial da emissão da licença de prospecção. Concluídas as atividades de prospecção e exploração geológicas no local, a empresa concessionária deverá apresentar um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de um depósito mineral economicamente explorável, a empresa concessionária terá, a partir da aprovação do relatório pelo DNPM, o prazo de um ano (que pode ser prorrogado pelo DNPM) para requerer uma concessão de lavra, ou transferir seu direito de requerê-la para outra empresa interessada. Uma vez outorgada uma concessão de lavra, a concessionária deverá iniciar os trabalhos de lavra no local dentro de seis meses. O DNPM outorga concessões de lavra por um período de tempo indeterminado que perdura até se esgotar o depósito mineral. Os minerais extraídos, especificados no termo de concessão, pertencem à empresa concessionária. Com a aprovação prévia do DNPM, a proprietária de uma concessão de lavra pode transferi-la para outra empresa qualificada para obter concessões. Em alguns casos, as concessões de lavra são contestadas por outras empresas.

De acordo com o Artigo 20, da Constituição Brasileira de 1988, e amparado pela Lei 8.001/1990, o governo brasileiro nos cobra um *royalty*, conhecido como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), sobre as receitas da venda de minerais por nós lavrados, líquido de impostos, custos de seguro e transporte. As taxas anuais pagas sobre nossos produtos são:

- bauxita, potássio e minério de manganês, 3%;
- minério de ferro, caulim, cobre, níquel e fertilizantes, 2%; e
- ouro, 1% .

O Código de Mineração e suas respectivas leis de mineração e regulamentação também nos impõem outras obrigações financeiras. Por exemplo, as companhias mineradoras devem compensar os proprietários das terras pelos danos e perdas de receita causadas pelo uso e ocupação da terra (seja para prospecção ou exploração) e devem também dividir com os proprietários das terras os resultados da exploração, à base de 50% da CFEM. As mineradoras devem também compensar o governo pelos danos causados às terras públicas. Uma grande maioria de nossas minas e concessões de lavra está em terras de nossa propriedade ou em terras públicas para as quais temos concessões de lavra.

Estamos atualmente envolvidos em processo judiciais administrativos e outros alegando que falhamos em coletar uma quantia adequada de CFEM. Além disso, estamos discutindo com DNPM a taxa de CFEM adequada para o potássio. Uma vez que o potássio é usado como fertilizante, acreditamos que a taxa aplicável é de 2%, taxa aplicável aos fertilizantes, mas o DNPM entende que o CFEM deveria ser aplicável a todos os produtos do potássio, sem importar como são usados, pela taxa máxima de 3% que é geralmente aplicada aos produtos de potássio. Veja *item 8 – Informações Financeiras – Processo judiciais*.

Ferrovias

O governo brasileiro, através do Ministério dos Transportes e da ANTT, regulamenta e supervisiona as políticas do setor de transporte ferroviário. O Governo Federal pode fazer concessões a empresas privadas para a construção, operação ou exploração comercial de ferrovias. Os contratos de concessão de ferrovias outorgados pelo Governo Federal impõem certos limites de propriedade aos acionistas. Para a FCA e a MRS, o contrato de concessão dispõe que cada acionista só poderá deter até 20% do capital votante da concessionária, a menos que permitido de outra forma pela ANTT. O limite de participação de 20% não se aplica a nossas ferrovias Vitória a Minas e Carajás. Estamos em conformidade com as exigências impostas pelos contratos de concessão para nossas operações de ferrovia da FCA, pelos quais recebemos uma autorização da ANTT para a nossa atual participação de 99,99% na FCA.

O contrato de concessão da MRS prevê que cada acionista poderá ter apenas até 20% do capital votante da concessionária, a menos que permitido pela ANTT. Contudo, como resultado de nossas aquisições da CAEMI e Ferteco em 2003, aumentamos nossa participação na MRS para 37,2% do capital com direito a voto e 40,5% do capital total. Em 13 de abril de 2006, ANTT publicou uma resolução nos requerendo (i) vender aquelas ações ordinárias que detemos na MRS como resultado de nossa aquisição e consolidação da Ferteco, as quais estão cobertas no Acordo de Acionistas da MRS; ou (ii) (a) fazer os acionistas da MRS aprovarem certas mudanças na estrutura de capital da MRS, ou (b) *waive* nossos direitos de veto e voto especificamente em relação às ações da MRS que detemos como resultado de nossa aquisição e consolidação da Ferteco. A resolução da ANTT também recomenda que atendamos ao CADE a decisão que unifiquemos nossa participação na MRS em um único bloco. Em 10 de maio de 2006, informamos a ANTT nossa decisão de desistir dos direitos de voto e veto em relação às ações da MRS acima mencionadas, as quais representam 10,9% do capital total e 19,3% do capital votante da MRS. Veja *item 4 – Informações sobre a Companhia – Assuntos Regulamentares – Ferrovias* e *item 8 – Informações Financeiras – Processo judiciais*.

Ao adquirir a CAEMI em setembro de 2003, aumentamos nossa participação na MRS para 37,2% do capital com direito a voto e 29,4% do capital total. Atualmente estamos discutindo a estrutura de participação acionária com a ANTT e nossos parceiros na MRS de forma a cumprirmos com as exigências aplicáveis. Vide o *Item 4. Informações da Companhia—Segmentos de Negócios—Logística* e o *Item 8 Informações Financeiras -Processo judiciais*. A limitação de propriedade não se aplica nos casos das Estradas de Ferro Vitória-Minas e Carajás.

A ANTT também estabelece diferentes limites tarifários para cada concessionária de serviços ferroviários e cada um dos vários produtos transportados. Uma vez respeitados esses limites, os preços praticados podem ser negociados diretamente com os usuários de tais serviços.

Energia Elétrica

O setor elétrico no Brasil é regulamentado pelo próprio governo federal através do Ministério de Minas e Energia e da ANEEL. O papel da ANEEL é implementar e manter em vigor as políticas e normas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia visando organizar e regulamentar o setor elétrico e as empresas do ramo. A ANEEL deve garantir aos consumidores um eficiente e econômico fornecimento de energia fazendo valer os regulamentos e monitorando os preços e a eficiência operacional das empresas elétricas.

De acordo com as leis que regem o setor elétrico, as concessões garantem direitos exclusivos de geração e transmissão ou distribuição de energia elétrica em uma área específica, por um determinado período, que seja suficiente para a concessionária recuperar seus investimentos. As concessões de geração de energia são garantidas por até 35 anos e podem ser renovadas, a critério do Governo Federal, por mais até 35 anos. As concessionárias (distribuidoras) devem fornecer energia elétrica aos serviços públicos, de modo contínuo, com quantidade suficiente e dentro de um padrão de qualidade aceitável.

Em virtude da natureza hidrológica e integrada da matriz brasileira de geração de energia elétrica, decreto nº 2655/1998 criaram o Mecanismo de Realocação de Energia, conhecido como MRE, um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico e, conseqüentemente, de redução da volatilidade no processo de geração de todas as empresas geradoras. Para implantar o MRE, a ANEEL determina para cada empresa geradora, a cada cinco anos, um nível de produção de energia conhecido como Cota de Energia. A Cota de Energia é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média de chuvas na região em questão, na vazão dos rios e nos níveis de água no reservatório de cada unidade medidos ao longo de muitos anos. Cada empresa geradora pode assinar contratos de venda de até 100% de sua Cota de Energia. Desde que uma empresa geradora tenha assinado contratos para a venda de sua Cota de Energia e se os membros do MRE, em geral, puderem atender aos níveis da Cota de Energia, ela será remunerada com base nos termos contratuais, não importando seu nível de geração neste caso. Se todos os membros do MRE atenderem seus níveis de energia contratada, e ainda houver energia excedente, a energia gerada excedente será distribuída entre empresas geradoras de diferentes regiões e essa energia excedente poderá ser vendida no mercado atacadista.

Todos os contratos de compra e venda de energia no atacado são atualmente registrados no mercado atacadista, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou CCEE. O CCEE é uma entidade privada sem fins lucrativos, sujeita à autorização, regulamentação e supervisão da ANEEL, e é responsável pela operação do mercado atacadista de energia e tem a função de garantir que as transações de energia no mercado de curto prazo sejam liquidadas e consolidadas com eficiência. Basicamente, o CCEE foi criado para efetuar a liquidação das diferenças entre a quantidade de energia contratada com base em contratos bilaterais dos diversos agentes de mercado (empresas geradoras, distribuidores, *traders* e grandes consumidores) e a quantidade de energia realmente produzida e consumida. A liquidação é efetuada de acordo com os preços vigentes no CCEE, expressos em R\$/MWh, e são calculados para cada período de liquidação de cada sub-mercado.

Em março de 2004, o governo brasileiro aprovou a Lei 10.848/2004, para o setor de energia. Embora a lei não tenha sido totalmente regulamentada, e algumas condições sejam regulamentadas pelo Decreto nº 5.163 de 2004, esta lei criou um setor ainda mais regulamentado, especialmente no segmento de geração de energia. A nova lei transfere a jurisdição de algumas áreas reguladoras da ANEEL para o Ministério de Minas e Energia. De acordo com essa nova lei, todos os consumidores de energia elétrica, inclusive os grandes consumidores como a CVRD, devem contratar a aquisição de toda sua energia necessária através de contratos, estando previstas penalidades no caso de erros acima de 5% da energia consumida. Essa lei criou dois mercados paralelos de energia: um mercado regulamentado, no qual um distribuidor fará acordos para fornecer energia a seus clientes regulamentados sujeitos a preços controlados; e um mercado não regulamentado, no qual um consumidor livre fará acordos com produtores independentes de energia a preços vigentes no mercado. Os consumidores regulamentados poderão migrar para o mercado não regulamentado. Entretanto, os consumidores devem esperar até o vencimento de seus contratos de longo prazo.

A comissão de comercialização de energia - CCEE, criada pela nova lei para substituir ao Mercado Atacadista de Energia, ou MAE, será responsável pela liquidação de todas as transações de energia entre empresas distribuidoras, consumidores, negociadores e geradoras. Além da substituição do MAE pelo CCEE, no mercado atacadista de energia, não esperamos grandes mudanças nos procedimentos de liquidação referentes às transações de curto prazo. Outros fatores, que ainda não foram determinados, incluem contribuições setoriais inclusas nos preços regulados que a ANEEL cobrará das empresas auto-geradoras pela utilização das linhas de transmissão e a maneira como os projetos de energia serão leiloados.

Em 2005, o novo formato regulatório foi consolidado com o regulamento de questões especialmente relevantes para a CVRD. Dentre elas estão a Resolução 166, que isenta auto-produtores como a CVRD de certas taxas regulatórias cobradas sobre a energia utilizada pelos próprios produtores, e o Decreto 5.597, que permite que as unidades industriais optem entre o acesso dos sistemas de transmissão, direta ou indiretamente através de um distribuidor. O Decreto 5.597 é de especial importância para nossas operações, pois nos permite melhor eficiência do nosso fornecimento de energia, incidindo em custos menores e melhor qualidade.

Outros fatos importantes foram alcançados em 2005, como os leilões de compra de energia para as empresas de distribuição e os leilões de concorrência para as licenças da nova geração. O leilão para licenças de nova geração deverão nos ajudar no fornecimento para mais alguns anos, mas ainda há insegurança na confiabilidade do fornecimento depois de 2010.

Como a regulamentação do setor é relativamente recente e ainda não está totalmente implementada, ainda não podemos avaliar todas os impactos materiais dessa nova lei sobre nossas atividades no setor elétrico. As mudanças relativas às normas e regulamentos poderão afetar adweramente nossos investimentos no setor elétrico. A Valesul está atualmente engajada em litígio em relação às taxas que a Light cobra da Valesul para a transmissão de energia. Ver *Item 8. Informações Financeiras—Processo judiciais*.

Questões Ambientais

As leis federais, estaduais e municipais contêm dispositivos relativos ao controle e proteção do meio ambiente no Brasil. Essas leis regem o uso de recursos naturais, a recuperação e restauração de áreas lavradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento de efluentes industriais e também o uso, manuseio e descarte de materiais perigosos, além do controle de recursos hídricos de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, que define os direitos de uso da água e as taxas aplicáveis a esse uso. É possível que as normas ambientais sejam mais rígidas no futuro. Qualquer endurecimento dessas leis poderá elevar mais os custos relacionados ao cumprimento das exigências ambientais.

Para que possamos conduzir nossas atividades de mineração, geração de energia e industriais, devemos elaborar estudos de impacto ambiental e submetê-los às autoridades responsáveis pelas concessões de licenças relativas ao meio ambiente. Procuramos atender todas as exigências legais e alcançar boas relações ambientais com as partes interessadas, especialmente com as comunidades dos lugares onde desenvolvemos nossas operações. Nosso sistema de gestão ambiental foi desenvolvido de modo a garantir um tratamento adequado às questões ambientais.

De acordo com a Lei Federal 9.605/1998, a não observância das leis e normas ambientais pode resultar em penas criminais, como detenção e outras restrições de cunho pessoal (aplicadas inclusive a diretores, executivos e gerentes de empresas) e multas, e prestação obrigatória de serviços públicos pelas empresas envolvidas. As penas administrativas vão desde advertências e multas até a suspensão das atividades da empresa, podendo incluir também a perda ou redução de incentivos e até o cancelamento ou interrupção de concessões de crédito oferecido por instituições governamentais.

Expedição de licenças ambientais. Para construir, desenvolver, expandir e operar unidades que utilizam recursos naturais ou que possam poluir o meio ambiente é necessário solicitar licenças ambientais. Para cada uma de nossas instalações e desenvolvimento de nossas atividades buscamos obter as respectivas licenças exigidas por lei. Em alguns casos, este processo exige um significativo tempo para a preparação e avaliação de relatórios ambientais completos, bem como para o estabelecimento de programas adequados de educação ambiental das comunidades que vivem em áreas em que são desenvolvidos os projetos propostos. No que diz respeito às nossas unidades em que foram detectadas não-conformidades ambientais, estabelecemos um acordo com o governo federal e estadual através do qual nos comprometemos a fazer com que essas unidades atendam às exigências.

Compensação ambiental. A Lei Ambiental 9.985/2000 exige que paguemos às autoridades federais e estaduais uma “compensação ambiental” para que sejam criadas e mantidas áreas de proteção ambiental. Os valores pagos devem corresponder a pelo menos 0,5% do investimento total de cada empreitada com um impacto ambiental material. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação desta lei, como a taxa a ser aplicada pelos órgãos federais e estaduais de controle ambiental, como essa taxa será aplicada e com que base um investimento será avaliado.

Reserva legal. De acordo com a mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, a exploração de atividades econômicas na bacia amazônica só pode envolver 20% da área geográfica do projeto. Temos vários projetos na região legal amazônica (composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão), bem como as regiões de mineração da CVRD, MRN, PPSA e CADAM. Atualmente, estamos abaixo do limite de exploração em todos esses projetos. Entretanto, algumas de nossas minas poderão atingir esse limite quando expandirmos nossas operações. Ainda há muitas incertezas em relação à abrangência e aplicação da mais recente versão do Código Florestal Brasileiro, particularmente quando a empresa já possui unidades pré-existentes, como é caso de nossa atual unidade de mineração.

Medidas de prevenção e controle ambiental. Nossas políticas ambientais visam, também, prevenir, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por nossas operações. Para que isso seja possível, fizemos importantes investimentos em nossas instalações e em programas de treinamento de funcionários dirigidos à questão ambiental (aproximadamente US\$ 44,5 milhões em 2005). Estamos também investindo no desenvolvimento de projetos ambientais dirigidos às comunidades que vivem nas imediações de nossas unidades (aproximadamente US\$ 9 milhões em 2005).

Uso dos recursos hídricos. Fazemos uso intensivo de água em onze estados com recursos hídricos, desde aqueles com grande disponibilidade de água, como o estado do Amazonas, até os que apresentam certa escassez, como os estados do nordeste do Brasil. O Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos, que está sendo implementado em toda a CVRD, inclui uma avaliação da disponibilidade de água nas áreas onde operamos e programas de racionalização e controle do uso da água. Monitoramos continuamente as novas leis e normas relativas a recursos hídricos, com um especial interesse nas exigências da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei 9.433/1997, que define as condições para obtenção de concessões de uso de água e lançamento de efluentes. A CVRD também participa no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nos Comitês Locais das Bacias Fluviais, que oferecem a abordagem estratégica e os critérios de tributação para cada bacia. As taxas relativas ao uso de recursos hídricos têm sido discutidas desde 2002. A Valesul, localizada na bacia fluvial da Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, é a primeira de nossas coligadas a ser solicitada a pagar uma taxa pelo uso da água, que começou a pagar taxas nominais em 2004. Até o momento, nenhuma decisão foi tomada nas regiões onde a CVRD opera.

Certificações ISO. Nosso sistema de gestão ambiental baseia-se nas normas ISO 14001. Já obtivemos 20 certificados de conformidade envolvendo as unidades de produção de minérios de ferro e manganês, as usinas de pelotização e ferroligas, operações portuárias, nosso centro de pesquisa, operações do ciclo de produção do alumínio (alumina e alumínio) e as instalações de produção do caulim, Samarco e MRN também são certificadas por este padrão.

Sistemas de controle ambiental. Como uma empresa mineradora, um dos nossos principais objetivos é o controle das emissões atmosféricas, incluindo das unidades de pelotização. Os sistemas e equipamentos de controle conhecidos como *stockpiles* e aspersão de água e uso de supressores de pó químico ou a instalação de filtros e precipitadores eletrostáticos em nossas unidades são complementados por sistemas de monitoramento abrangentes e software de controle. Além de atender às conformidades legais, a qualidade do ar nas unidades e seus efeitos nas comunidades vizinhas são avaliados continuamente e fazemos investimentos necessários para a melhoria da qualidade do ar.

Com relação às melhorias na qualidade da água, sempre procuramos tratar e controlar os poluentes lançados no mar e rios locais, ou outras fontes hídricas, e também fazer uso extensivo de água reciclada em nossas operações. Estamos pesquisando novos processos e tecnologias para a melhoria do uso hídrico, reciclagem e redução de rejeito.

Através de nosso abrangente sistema de gestão de resíduos, pretendemos melhorar o controle da geração e descarte de nossos resíduos, a fim de criar oportunidades de reutilização, reciclagem e redução da perda.

Em 2003, foi desenvolvido nosso manual de fechamento de minas, que estabeleceu um conjunto completo de diretrizes, incluindo métodos e procedimentos técnicos a serem seguidos durante o fechamento de minas. O manual destaca procedimentos para a recuperação e monitoramento das áreas degradadas, os principais procedimentos e seqüência a ser seguida no processo de fechamento de uma mina e todas as obrigações resultantes do fechamento. O manual também contém critérios e procedimentos básicos e padronizados, baseados nas diretrizes da CVM e da SEC (FAS 143), para avaliação de custos, a elaboração de orçamentos atuais, futuro fechamento e recuperação. (Veja *nota 4 das nossas demonstrações contábeis consolidadas*)

Nosso programa ambiental também inclui projetos de reflorestamento para proteger o solo contra erosão e amenizar o impacto das nossas atividades e nas comunidades vizinhas. Pesquisas extensas são desenvolvidas em parceria com universidades e entidades governamentais de pesquisa para desenvolver procedimentos de reflorestamento, proteção de solo utilizando espécies nativas das regiões gerenciadas e para o melhoramento do crescimento e da taxa de crescimento de sementes. São desenvolvidas investigações abrangentes sobre a fauna e flora são realizadas como uma atividade constante, principalmente na região de Carajás para compreender e evitar riscos ambientais envolvidos no investimento em áreas potencialmente sensíveis.

Participamos também na manutenção e preservação aproximadamente 1,3 milhões de hectares das florestas brasileiras, incluindo a Floresta Nacional de Carajás no Amazonas, e possuímos e preservamos a Reserva Natural do Vale do Rio Doce, uma das áreas remanescentes da Floresta Atlântica no estado do Espírito Santo. Em 2005, US\$ 1,4 milhões foram gastos nesta atividade.

Nos últimos vinte anos, temos dado suporte às comunidades indígenas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento de infra-estrutura e assistência técnica com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a auto-suficiência destas comunidades. Os gastos nestes programas chegaram a US\$ 7,4 milhões em 2005.

No primeiro trimestre de 2006 protestantes bloquearam a ferrovia de Carajás em três ocasiões. Estes bloqueios tiveram um impacto negativo nos nossos embarques de minério de ferro, causando uma redução de aproximadamente um milhão de toneladas. Imediatamente tomamos todas as medidas legais necessárias para a retirada destes protestantes. Ainda que nos defendamos contra tais ações vigorosamente e continuarmos a dar apoio às comunidades que vivem na vizinhança da ferrovia de Carajás, futuros esforços de protestantes para atrapalhar nossas operações logísticas podem causar reações negativas em nossas atividades. Ver *Item 3. Fatores de Risco—Riscos Relacionados aos Nossos Negócios—Ações por protestantes de comunidades indígenas que vivem perto de nossos sítios de mineração podem impedir nossas operações em mineração e logística.*

INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um histórico de nossos investimentos por área de negócio nos períodos indicados. Vide *Item 5. Visão Geral—Fatores Chaves Afetando as Receitas e Resultados das Operações—Desinvestimentos e Vendas de Ativos*, para obter uma descrição de nossas alienações.

	Do período encerrado em 31 de dezembro,		
	2003	2004	2005
		(em milhões de US\$)	
Minerais Ferrosos.....	US\$ 698	US\$ 636	US\$ <u>1.265</u>
Minerais não ferrosos.....	332	302	<u>264</u>
Logística.....	274	484	<u>730</u>
Alumínio	79	224	<u>669</u>
Carvão.....	---	10	<u>135</u>
Energia.....	40	79	<u>125</u>
Centro corporativo.....	120	178	<u>108</u>
Aquisições e outros investimentos.....	448	143	<u>865</u>
Total	US\$ 1.991	US\$ 2.056	US\$ <u>4.161</u>

Investimentos de 2005 e Investimentos Previstos para 2006

As informações acima sobre nossos investimentos está baseada em taxas médias mensais cambiais. A demonstração do fluxo de caixa consolidado apresenta informação das adições aos investimentos, adições ao imobilizado e aquisições reconhecidas em base de competência. O valor das aquisições a pagar ou parcialmente pagas está registrado como “aumento em passivos, fornecedores” na demonstração consolidada do fluxo de caixa.

Também registramos os investimentos em base de desembolso diário de caixa. Nessa base, durante o ano de 2005, a CVRD realizou investimentos da ordem de US\$ 4.161 milhões, dos quais US\$ 2.604 milhões em crescimento orgânico, composto de US\$2.314 milhões em projetos e US\$ 290 milhões em pesquisa e desenvolvimento; outros US\$ 757 milhões foram investidos na manutenção de negócios existentes e US\$ 800 milhões em aquisições. Os investimentos em 2005, excluindo os gastos em aquisições e outros investimentos, totalizaram US\$ 3.361 milhões. A diferença entre estes números e nossos números contábeis é devido o pagamento devido de US\$ 258 milhões e diferenças de conversão de US\$ 398 milhões.

Em 2005, a CVRD concluiu três projetos importantes: a usina hidrelétrica de Aimorés, mina de minério de ferro Fábrica Nova e a expansão de nossa mina de potássio Taquari-Vassouras. Ver *Item 4 – Aquisições, Vendas de Ativos e Mudanças Significativas em 2005 e 2006*.

Em nosso planejamento financeiro para 2006, estimamos US\$ 4.626 milhões em nosso orçamento para investimentos em 2006. Deste total, 86,2%, ou US\$ 3.558 milhões serão expansões de investimentos de crescimento e o restante, US\$ 1.068 milhões são investimentos em itens para manutenção das operações existentes.

A tabela abaixo relaciona nossos principais projetos de investimento em 2005 e os investimentos orçados para projetos em 2006, juntamente com o investimento total estimado em cada um:

Área	Projeto	Real	Projetado		Situação
		2005	2006	Total	
		(em milhões de US\$)			
Minerais Ferrosos	Expansão das minas de minério de ferro de Carajás para 85 milhões de toneladas por ano (Sistema Norte)	168	41	296	Este projeto adicionará 15 milhões de toneladas por ano à nossa capacidade de produção e sua conclusão está programada para o terceiro trimestre de 2006.
	Expansão das minas de minério de ferro de Carajás para 100 milhões de toneladas por ano (Sistema Norte)	-	289	366	Este projeto adicionará 15 milhões de toneladas por ano à nossa capacidade de produção e sua conclusão está programada para a segunda metade de 2007.
	Mina de minério de ferro Brucutu (Sistema Sul)	354	310	856	A fase I do projeto está programada para conclusão no segundo trimestre de 2006, trazendo uma produção e capacidade nominal para 12 milhões de toneladas por ano. A conclusão da Fase II está planejada para o primeiro trimestre de 2007, levando a capacidade para 24 milhões de toneladas por ano. Há estudos de expansão em andamento para 30 milhões de toneladas por ano.
	Expansão da mina de minério de ferro de Fazendão (Sistema Sul)	3	39	100	Projeto para 14 milhões de toneladas por ano de minério de ferro <i>run-of-mine</i> (ROM). O trabalho está programado para começar na primeira metade de 2006, e sua conclusão e início para o quarto trimestre de 2007.
	Expansão da mina de minério de ferro Fábrica (Sistema Sul)	7	88	144	Projeto para expandir capacidade em 5 milhões de toneladas ao ano de 12 para 17 milhões ao ano, com início previsto para o quarto trimestre de 2007.
	Expansão do Porto de Tubarão (Sistema Sul)	31	20	65	Projeto para expandir os sistemas de correia transportadora e maquinário da área de manuseio, e construir novas áreas de manuseio de carga. A conclusão está programada para o primeiro trimestre de 2007.
	Unidade peletizadora de Itabirito (Sistema Sul)	-	338	759	Este projeto compreende uma unidade peletizadora localizada no estado de Minas Gerais, com capacidade nominal de 7 milhões de toneladas por ano, e uma unidade de concentração de minério de ferro. O início está programado para a segunda metade de 2008.
	Unidade peletizadora de Tubarão VIII (Sistema Sul)	-	31	516	Unidade peletizadora com capacidade nominal de 7 milhões de toneladas por ano localizada no Complexo de Tubarão. A conclusão e início estão planejados para 2008. Este projeto está sujeito à aprovação do Conselho de Administração da CVRD.

Carvão	Unidade de coque metalúrgico	11	9	26	Aquisição de 25% da participação, juntamente com o produtor chinês de carvão Yankuang, da Shandong Yankuang International Coking Ltd para produzir coque metalúrgico. O projeto tem capacidade de produção estimada de 2 milhões de toneladas por ano de coque e 200.000 de toneladas por ano de metanol. O início está programado para a primeira metade de 2006.
Minerais não ferrosos	Mina de cobre 118	-	21	232	118 deve ter capacidade de produção de 36.000 toneladas por ano de cobre catodo. O equipamento principal foi solicitado. O início está programado para a primeira metade de 2008.
	Mina de níquel Vermelho	5	97	1.200	Capacidade estimada de produção de 46.000 toneladas por ano de níquel metálico e 2.800 toneladas por ano de cobalto. O equipamento principal foi solicitado. O EPCM (Engenharia, Suprimento e Gerenciamento de Construção) foi contratado em dezembro de 2005. O trabalho para a obtenção de licença ambiental está em andamento. O início da mina está programado para o quarto trimestre de 2008.
Alumínio	Expansão da Alunorte: estágios 4 e 5 — alumina	396	144	583	Os estágios 4 e 5 irão aumentar a capacidade da refinaria de alumina de 2,4 milhões para 4,4 milhões de toneladas por ano. O Estágio 4 e 5 foram completados no primeiro trimestre de 2006. A construção das instalações já foi concluída.
	Mina de bauxita Paragominas I	182	210	352	Nossa construção do primeiro módulo desta mina, com capacidade de produção estimada em 5,4 milhões de toneladas por ano deve ser concluída no primeiro trimestre de 2007. A construção do mineroduto de 244-km, que carregará bauxita da mina para a refinaria de alumina em Barcarena, estado do Pará deve ser concluída em março de 2006.
	Expansão da Alunorte: estágios 6 e 7 — alumina	-	239	846	Os estágios 6 e 7 aumentarão a capacidade da refinaria de alumina para 6,26 milhões de toneladas por ano, com o start-up planejado para o segundo trimestre de 2008.
	Mina de bauxita Paragominas II	-	14	196	O segundo módulo da Paragominas adicionará 4,5 milhões de toneladas por ano de bauxita à produção de 5,4 milhões de toneladas por ano atingido no primeiro módulo. O início está programado para o segundo trimestre de 2008.
Logística	EFVM, EFC, FCA: aquisição de locomotivas e vagões	465	379	379	Em 2006, esperamos comprar 22 locomotivas (todas para o transporte de minério de ferro) e 1.426 vagões (150 para o transporte de carga geral e 1.276 para o transporte de minério de ferro).
Geração de Energia	Usinas hidrelétricas Capim Branco I e II	90	61	181	Estas duas usinas no rio Araguari no estado de Minas Gerais terão capacidade de geração de 240 MW e 210 MW respectivamente. Capim Branco I começou a operar no primeiro trimestre de 2006, enquanto o início da Capim Branco II está programado para o primeiro trimestre de 2007.
	Usina hidrelétrica de Estreito	-	68	355	Localizada no rio Tocantins, entre os estados de Maranhão e Tocantins. Terá capacidade de geração de 1.087 MW. A construção está planejada para o primeiro semestre de 2006, sujeito à obtenção de licença operacional. O início de seu primeiro rotor está programado para a segundo semestre de 2009.
Joint ventures de aço	Ceará Steel	-	11	25	Projeto de chapa de aço localizado no estado do Ceará, com capacidade nominal de 1,5 milhões de toneladas por ano. As operações estão programadas para iniciar em 2009.
	CSA	-	72	200	Projeto de chapa de aço localizado no estado do Rio de Janeiro, com capacidade nominal de produção de 4,4 milhões de toneladas por ano. As operações estão marcadas para iniciarem em 2009.

Além destes projetos, a CVRD orçou US\$ 491 milhões para pesquisa e desenvolvimento. Do total orçado, 57% deve ser gasto no Brasil e 43% na América do Sul, África, Ásia e Austrália.

Todos os números apresentados na tabela acima estão em base de caixa, de acordo com o planejamento financeiro de 2005 e 2006.

Item 4 A. Comentários Não Resolvidos

Nenhum

Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas

Visão Geral

Em 2005, vimos nosso terceiro ano consecutivo de recorde de crescimento nas receitas, na receita operacional e na receita líquida. Apesar da crescente pressão sobre os custos - principalmente devido ao aumento nos preços de equipamentos e matéria prima, refletindo em altos níveis de produção no setor de mineração, em custos mais altos de combustível e eletricidade e na valorização do real em relação ao dólar norte americano – geramos uma receita líquida de US\$4.841 milhões em 2005, um aumento de 88,1% em 2004. Nossos resultados foram influenciados principalmente por um aumento de 73,9% na receita operacional, refletindo um aumento de 56,8% nas receitas líquidas e uma melhora nas margens operacionais, que passaram de 38,7% de receitas em 2004 para 42,5% em 2005. O aumento nas receitas foi reflexo da forte demanda e de preços mais altos para nossos principais produtos, principalmente em nossos mercados na China e ao aumento do consumo em nossos negócios na Ásia e Europa. Outros fatores que colaboraram para o aumento nas receitas foram os altos níveis de produção, apoiados por novos projetos que começam a se realizar, operação em capacidade máxima na maioria de nossas unidades e a ganhos de produtividade. As margens mais altas de receita operacional foram devidas principalmente a um aumento significativo nos preços médios de venda para minério de ferro e pelotas. O aumento nas margens operacionais do minério de ferro e pelotas mais que compensaram as quedas da margem operacional em nossos outros segmentos operacionais.

Demanda

Demanda por minério de ferro e pelotas

Nos últimos anos, tivemos um aumento significativo na demanda, especialmente da China. A demanda por produtos do minério de ferro é uma função da demanda global pelo aço, que é, por sua vez, fortemente influenciada pela atividade econômica mundial. A demanda global pelo aço tem crescido desde 2002. A demanda transoceânica pelo minério de ferro cresceu numa taxa aproximada de 11% em 2005.

A demanda por minério de ferro e pelotas superou nossa capacidade de produção durante o ano de 2005, e esta situação deve prevalecer em 2006. Continuamos a investir para aumentar a capacidade e nossa produção programada de minério de ferro para 2006 é maior que em 2005, mas ainda continuamos a enfrentar excesso de demanda. Esperamos continuar a comprar e revender minério de ferro de terceiros para atender à nossa carência. Em 2005, compramos 16,4 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas de terceiros e esperamos que estas compras permaneçam em níveis semelhantes em 2006.

Demanda por produtos relacionados ao alumínio

A demanda por produtos relacionados ao alumínio é influenciada principalmente pelas condições econômicas mundiais. Nos últimos anos, a China foi a principal responsável pela demanda no setor de alumínio. A demanda mundial continua forte, especialmente por alumina.

Demanda por serviços de transporte

A demanda por serviços de transporte de nossos clientes no Brasil é devida principalmente ao crescimento da economia brasileira, com destaque nos setores agrícola e siderúrgico. A demanda pelo transporte ferroviário cresceu mais lentamente em 2005 do que nos últimos anos, mas esperamos um crescimento renovado em 2006, principalmente devido à recuperação na produção agrícola. Estamos posicionados mais estrategicamente para atender à demanda depois de aumentar nossas frotas de vagão e locomotiva e melhorar a confiabilidade de nossa malha ferroviária, principalmente da FCA.

Capacidade Produtiva

As expansões de capacidade são importantes influências em nossas receitas. Continuamos a investir na expansão da capacidade em muitas instalações e unidades. Dentre as expansões que tiveram um efeito significativo em 2005 estão as seguintes:

- Nosso projeto *greenfield* de minério de ferro na Fábrica Nova, que tem a capacidade produtiva 15 milhões de toneladas por ano, iniciou suas operações no segundo trimestre de 2005 e produziu 7,8 milhões de toneladas naquele ano;
- Concluímos nosso projeto de expansão de capacidade na mina de potássio Taquari-Vassouras em setembro de 2005 aumentando a capacidade de 600.000 toneladas por ano para 850.000 toneladas por ano; esperamos um aumento significativo na produção em 2006.
- Compramos 125 locomotivas e 5.414 vagões em 2005 para expandir a capacidade de transporte de carga geral e minério de ferro de nossas ferrovias.

Em 2006, esperamos concluir os seguintes projetos:

- ≡ Um projeto de expansão em Carajás, juntamente projetados para aumentar a capacidade nominal da mina de 70 milhões de toneladas por ano para 85 milhões de toneladas por ano, devem ser concluídos na segunda metade de 2006.
- ≡ A Fase I da mina de minério de ferro de Brucutu, com capacidade nominal de produção de 12 milhões de toneladas por ano, está projetada para conclusão no terceiro trimestre de 2006.
- ≡ A expansão de nosso Porto de Tubarão no Sistema Sul está prevista para conclusão até dezembro de 2006.
- ≡ Nossa fábrica de coque metalúrgico Yankuang, com uma capacidade estimada de produção de 2 milhões de toneladas de coque por ano e 200.000 toneladas por ano de metanol deve começar a produzir na primeira metade de 2006.
- ≡ Os estágios 4 e 5 da expansão da Alunorte, projetada para aumentar a capacidade nominal dos atuais 2,4 milhões de toneladas por ano para 4,4 milhões de toneladas por ano foram concluídos no primeiro trimestre de 2006.
- ≡ Estamos comprando mais 22 locomotivas (todas para o transporte de minério de ferro) e 1.426 vagões (principalmente para o transporte de minério de ferro).

Ver *Item 4. Informações sobre a Companhia — Investimentos de Capital* para mais detalhes relacionados aos nosso orçamento de gastos com investimentos em 2006.

Preços

Minérios e metais

Minério de ferro. Nossas exportações de minério de ferro ocorrem mediante contratos de fornecimento de longo prazo que prevêem ajustes de preços anuais. Alterações cíclicas na demanda global por produtos de aço afetam os preços e volumes das vendas no mercado mundial de minério de ferro. Diferentes fatores influenciam os preços do minério de ferro, tais como o teor de ferro de depósitos de minério específicos, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários para produzir o produto final, tamanho de partícula, teor de umidade e tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e minério de manganês) no minério. Finos, granulados e pelotas tipicamente têm diferentes preços fixados. Normalmente, promovemos negociações anuais de preços que vão desde o mês de novembro até o início do ano seguinte. Em virtude da ampla variedade na qualidade e características físicas do minério de ferro e pelotas, esses produtos não são considerados *commodities*. Esse fator, aliado à estrutura do mercado, impediu o desenvolvimento de um mercado de futuros de minério de ferro. Não realizamos operações de *hedge* relacionadas à nossa exposição à volatilidade de preços do minério de ferro e não há mercado de futuros do minério de ferro.

Preços de Referência para Europa em centavos de US\$ /unidade de ferro por tonelada métrica

Ano	Finos de Carajás	Minério padrão para sinterização	Pelotas de alto forno
2003	31,95	31,04	52,00
2004	37,90	36,45	61,88
2005	65,00	62,51	115,51
2006	77,35	74,39	112,05

Conduzida principalmente pelo contínuo aumento da demanda no mercado transoceânico de minério de ferro, a demanda do cliente por minério de ferro e pelotas continuou a exceder nossa capacidade de produção em 2005. Refletindo esta demanda em excesso, assinamos contratos com as maiores siderúrgicas em fevereiro de 2005, sob os quais nossos preços de referência por minério de ferro e pelotas aumentaram em média 71,5% e 86,6% respectivamente. Estes aumentos de preço tiveram um efeito significativamente positivo em nossas receitas brutas em 2005. Nossos preços de referência por unidade de ferro para finos de minério de Carajás tiveram um aumento geral em 2005 de 71,5% dos níveis de 2004, após aumentar em 18,62% em 2004 em relação a níveis de 2003. Passamos por tendências semelhantes no mercado para pelotas, onde os preços de referência aumentaram 86,67% em 2005, após o aumento de 20,1% em 2004.

Em maio de 2006, chegamos a acordos com as principais siderúrgicas sob o qual nossos preços de referência para finos de minério de ferro Carajás (SFCJ) e Sistema Sul (SSF) aumentaram em média 19,0% relativos a 2005. Preços de pelotas alto forno, ambos das usinas de Tubarão e São Luiz, serão reduzidos em 3,0% relativos a 2005.

Produtos relacionados ao alumínio. O alumínio é vendido em um mercado mundial ativo, onde os preços são determinados com relação aos preços vigentes em mercados terminais, tais como a Bolsa de Metal de Londres e a New York Mercantile Exchange, Inc. (Bolsa de Commodities), ou NYMEX, na época da entrega. A tabela abaixo mostra os preços médios trimestrais de mercado para o alumínio na Bolsa de Metal de Londres nos períodos indicados.

	Alumínio
1º trim. de 2003.....	1.392,04
2º trim. de 2003.....	1.379,55
3º trim. de 2003.....	1.419,94
4º trim. de 2003.....	1.519,80
1º trim. de 2004.....	1.667,37
2º trim. de 2004.....	1.687,60
3º trim. de 2004.....	1.716,60
4º trim. de 2004.....	1.813,80
1º trim. de 2005.....	1.888,60
2º trim. de 2005.....	1.796,32
3º trim. de 2005.....	1.847,49
4º trim. de 2005.....	2.066,54
1º trim. de 2006.....	2.443,54

Fonte: Bloomberg.

Estamos comprometidos na produção e venda de bauxita, alumina e alumínio principalmente através de diversas *joint ventures*. Algumas delas são subsidiárias consolidadas e outras são não-consolidadas, as quais contabilizamos pelo método de equivalência patrimonial. Os acordos básicos são os seguintes:

- A MRN (uma joint venture não consolidada) produz bauxita para vender em bases de compromissos firmados (*take-or-pay*) para nós e para outros sócios de *joint venture* a um preço determinado por uma fórmula vinculada ao preço do alumínio para contratos de três meses na London Metal Exchange e para o preço de alumina exportada para Austrália.
- A Alunorte (uma subsidiária consolidada) produz alumina e compra toda sua bauxita da MRN. Seu compromisso anual de compra para 2005 foi de aproximadamente US\$ 150 milhões. A empresa vende alumina pelo método *take-or-pay* para nós e outras sócias *joint-venture* conforme suas respectivas participações a um preço determinado por uma fórmula vinculada ao preço do alumínio para contratos de três meses na London Metal Exchange. Em 2005, 60,2% para clientes localizados em outros países que não o Brasil, 33,4% para a Albras e 6,4% para a Valesul.
- A Albras (uma subsidiária consolidada) produz alumínio primário, que é vendido pelo método *take-or-pay* para nós e para outras parceiras de joint-venture, proporcionalmente à suas respectivas participações. Vendemos o alumínio que compramos da Albras diretamente aos clientes.
- A Valesul (uma joint venture não consolidada) também produz alumínio. Não temos compromisso firmado com a Valesul, que vende produtos do alumínio diretamente a seus clientes.

Minério de manganês e ferro ligas. Os preços do manganês e de ferroligas são influenciados pelas tendências no mercado siderúrgico. Os preços do minério de manganês são normalmente negociados em bases anuais por *benchmarking* estabelecido no mercado japonês, com base no preço de referência de ferroligas correspondente. Os preços de ferro ligas são negociados em ofertas de compra, por contratos trimestrais (principalmente na Europa) ou à vista. Eles são influenciados por diversos fatores e são mais voláteis que os preços do minério de manganês. Entre os principais fatores estão os preços do minério de manganês, os estoques mantidos pelos produtores ou *traders*, eventuais interrupções da produção e tarifas *anti-dumping* nos principais mercados (E.U.A., Europa, Japão e Coréia do Sul). Os preços médios do minério de manganês aumentaram em média 11,2%, subindo de US\$ 75,8 por tonelada em 2004 para US\$ 84,3 por tonelada em 2005. A média dos preços da ferroliga caiu de 11,5%, de US\$ 957,1 por tonelada em 2004 para US\$ 846,8 por tonelada em 2005, refletindo um excesso de oferta no mercado de ferroliga devido a um crescimento significativo na produção global em 2004.

Devido ao excesso de fornecimento global resultante de estoques acumulados e aos preços em queda de ferroligas, decidimos fechar nossa fábrica de ferroligas na Noruega entre agosto e de 2005. Também decidimos operar nossa usina de ferroliga na França abaixo de sua capacidade nominal. Conforme os estoques foram consumidos e os preços estabilizados, retomamos a capacidade total das operações das nossas usinas na Noruega e França em dezembro de 2005. Por outro lado, dada a fraca demanda brasileira por ferroliga, decidimos fechar temporariamente três fornos na nossa usina de Simões Filho, no estado da Bahia, Brasil, desde janeiro de 2006.

Potássio e caulim. Nosso preço médio de venda aumentou em 18,3%, de US\$ 196,8 por tonelada em 2004 para US\$ 232,9 por tonelada em 2005. Nossos preços médios do caulim subiram 6,1%, de US\$ 136,7 por tonelada em 2004 para US\$ 145,0 por tonelada em 2005.

Cobre. Vendemos nosso concentrado de cobre num mercado internacional ativo, onde os preços são determinados com base nos (i) preços de mercados terminais, como a Bolsa de Metal de Londres e o COMEX, na época da entrega e (ii) nos custos de tratamento e refino negociados com cada cliente. Os preços mundiais do cobre subiram 40,5% em 2005 em relação a 2004. Estes preços elevados foram reflexo do aumento da demanda global, principalmente da China, e do historicamente baixo nível dos estoques.

Logística. Nossas receitas de logística provêm principalmente das taxas de transporte de cargas cobradas dos clientes pelo uso de nossas ferrovias, portos e navios. A maioria destas receitas vem de nossas ferrovias e quase todas as nossas receitas logísticas são denominadas em reais. Apesar dos preços no mercado ferroviário brasileiro estarem sujeitos aos limites máximos estabelecidos pelas autoridades reguladoras brasileiras, eles são influenciados principalmente pela competição com o transporte rodoviário.

Taxas de Câmbio

A maior parte de nossas receitas é denominada em dólar norte-americano, mas a maioria de nossos custos (que não seja gastos com dívidas) é denominada em reais. Conseqüentemente, a força do real nos últimos anos teve um efeito negativo em nossos resultados financeiros reportados de nossas operações. Por outro lado, porque a maioria de nossa dívida é denominada em dólar, a valorização do real nos leva a registrar ganhos de variação cambial. As mudanças nas taxas de câmbio tiveram um efeito negativo em nossa receita operacional em 2005. A taxa média do câmbio R\$/US\$ foi R\$ 2,9257 em 2004 e R\$ 2,4341 em 2005, representando uma valorização de 16,8% do real. O dólar americano desvalorizou 11,0% do final de 2004 para o final de 2005, comparado a 8,1% do final de 2003 para o final de 2004, resultando em maiores ganhos com variação monetária e cambial em 2005 do que em 2004.

Aquisições e Vendas

Fizemos várias aquisições significativas e vendas nos últimos anos. Ver *Item 4 – Aquisições, Vendas de Ativo, Baixas e Mudanças Significativas em 2005 e 2006* para mais detalhes relacionados às nossas últimas vendas e aquisições. Algumas de nossas aquisições não afetam imediatamente nossa performance financeira, porque os investimentos sobre um período de tempo são necessários antes de produzirem receitas. A aquisição da CAEMI em setembro de 2003, no entanto, contribuiu substancialmente para o aumento de nossas receitas em 2004. Nossa performance também foi afetada pela venda de nossa última mina de ouro, Fazenda Brasileiro, em agosto de 2003; Sepetiba Tecon S.A. e Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN em novembro de 2003; e nossa participação na CST em julho e dezembro de 2004. Registramos ganhos sobre venda da nossa participação na CST, atingindo US\$ 404 milhões em 2004 e US\$ 126 milhões para nossa venda na participação na Quebec Cartier Mining em 2005.

Taxas de Inflação no Brasil

Medida pelo índice IGP-M, a taxa de inflação brasileira foi de aproximadamente 8,7% em 2003 e 12,4% em 2004 e 1,2% em 2005. Nos primeiros quatro meses de 2006, a taxa de inflação nacional foi de aproximadamente 0,27%. A maioria de nossos custos é em reais, enquanto a maior parte de nossas receitas é gerada fora do Brasil em dólares norte-americanos. A inflação apresenta um impacto negativo em nossas margens operacionais, que foi acentuado em 2004 e 2005 pela valorização do contra o dólar americano.

Despesas Operacionais

Nossas principais despesas operacionais constituem custos de mercadorias vendidas, despesas de vendas, custos gerais e administrativas e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

- *Custos de produtos vendidos.* Nosso custo de produtos vendidos consiste principalmente de custos de matérias primas (especialmente a bauxita adquirida com base em contratos tipo compromisso da MRN e minério de ferro e pelotas adquiridos de terceiros), serviços (especialmente remoção e frete de resíduos de mina), materiais e mercadorias, mão de obra, combustível, energia, depreciação e exaustão
- *Despesas com vendas, gerais e administrativas.* Nossas despesas com vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de gastos de nossa sede central.
- *Gastos com pesquisa e desenvolvimento.* Nossos gastos com pesquisa e desenvolvimento consistem principalmente de investimentos relacionados à exploração mineral e estudos para o desenvolvimento de projetos. Temos previsão de aumento de investimentos com pesquisa e desenvolvimento em 2006.

Impostos Brasileiros

Estamos sujeitos a diversos impostos brasileiros. Os principais impostos são:

- *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.* Nossa receita bruta inclui quantias que recolhemos com relação ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas nossas operações de venda. As receitas operacionais líquidas representam receitas brutas menos o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. ICMS é pago às autoridades fiscais do estado e (PIS e COFINS) para as autoridades fiscais federais. Estes impostos são registrados nas linhas de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços em nossas Demonstrações Contábeis. As exportações se encontram atualmente isentas do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e PIS e COFINS.
- *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.* Imposto de renda no Brasil inclui o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro, o qual representa um adicional federal. A taxa combinada de 34% é composta de 25% de imposto de renda federal mais uma taxa de 9% da contribuição social sobre os lucros.

Resultados de Operações—2005 Comparados a 2004

Receitas

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram para US\$ 13.405 milhões em 2005, 58,1% a mais que 2004. Nossas receitas operacionais líquidas aumentaram 58,6% atingindo US\$ 12.792 milhões em 2005. A tabela abaixo resume nossas receitas brutas por produto e nossas receitas operacionais líquidas para os períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro.		% Variação
	2005	2004	
	(em milhões de US\$)		
Minério de ferro e pelotas			
Minério de ferro.....	US\$ 7,396	US\$ 3,995	85.1%
Pelotas.....	2,083	1,148	81.4
Subtotal.....	9,479	5,143	84.3
Manganês e Ferroligas.....	571	701	(18.5)
Potássio.....	149	124	20.2
Caulim.....	177	164	7.9
Cobre.....	391	201	94.5
Minerais e metais	10,767	6,333	70.0
Receitas de serviços logísticos.....	1,216	877	38.7
Produtos relacionados ao alumínio.....	1,408	1,250	12.6

Outros produtos e serviços.....	14	19	(26.3)
Receitas brutas.....	13,405	8,479	58.1
Impostos sobre vendas.....	(613)	(413)	48.4
Receitas operacionais líquidas.....	US\$ 12,792	US\$ 8,066	58.6%

Minério de Ferro. As receitas brutas do minério de ferro aumentaram 85,1%, de US\$ 3.995 milhões em 2004 para US\$ 7.396 milhões em 2005, principalmente devido a um aumento de 66,3% no preço médio de venda e um aumento de 11,4% nos embarques de minério de ferro. Estes aumentos foram ocasionados pelo acréscimo de 71,5% nos preços do minério de ferro acordado com as principais siderúrgicas em fevereiro de 2005, que foi retroativo para janeiro para a maioria dos clientes na Europa e para abril para a maioria dos clientes na Ásia. Aumentamos também nossos embarques de minério de ferro em 23,1 milhões toneladas, ou 11,4%, comparado a 2004. O aumento nos embarques foi devido à maior produção de nossas minas existentes, aos aumentos da produção inicial em projetos de expansão de capacidade de Capão Xavier e Fábrica Nova e nas compras de minério de ferro de terceiros de 13,7 milhões de toneladas para 16,4 milhões de toneladas em resposta ao forte crescimento da demanda.

Pelotas. As receitas brutas de pelotas cresceram 81,4%, de US\$ 1.148 milhões em 2004 para US\$ 2.083 milhões em 2005, devido ao aumento de 77,8% nos preços médios de venda. A elevação dos preços refletem o aumento de 86,67% nos preços de pelotas que estabelecemos com os principais fabricantes de aço em fevereiro de 2005, que foi retroativo para janeiro para a maioria dos clientes na Europa e para abril para a maioria dos clientes na Ásia. O total de embarques em 2005 de 28,5 milhões de toneladas foi 3,6% maior que os 27,5 milhões de toneladas no mesmo período em 2004, refletindo principalmente o aumento da produção em nossas unidades pelotizadoras no sistema norte em resposta à demanda.

Manganês e ferroligas. As receitas brutas das vendas de minério de manganês e ferroligas diminuíram 18,5%, de US\$701 milhões em 2004 para US\$571 milhões em 2005. Devido aos preços mais baixos do mercado para os dois produtos, reduzimos a produção em 2005. Ver *Item 5. Avaliação Operacional/Financeira e Perspectivas—Visão Geral— Visão Geral—Preços—Minério de Manganês Ferroligas*. Como resultado:

- As receitas brutas de ferroligas diminuíram 21,0%, de US\$ 625 milhões em 2004 para US\$ 494 milhões em 2005, devido a uma queda de 14,1% no volume de vendas e 11,5% nos preços médios de venda.
- As receitas brutas do minério de manganês permaneceram estáveis, em US\$ 76 milhões em 2004 e US\$ 77 milhões em 2005, causando um aumento de 11,2% nos preços médios de venda e uma queda de 9,5% no volume.

Potássio. As receitas brutas das vendas de potássio aumentaram 20,2%, de US\$ 124 milhões em 2004 para US\$ 149 milhões em 2005, ocasionado pelo aumento de 18,3% nos preços médios de venda, devido à forte demanda. O volume de vendas aumentou 1,6%.

Caulim. As vendas brutas do caulim cresceram 7,9%, de US\$ 164 milhões em 2004 para US\$ 177 milhões em 2005, devido principalmente a um aumento de 6,1% nos preços médios de venda. Os volumes permaneceram relativamente estáveis.

Serviços de Logística. As receitas líquidas dos serviços de logística aumentaram 38,7%, de US\$ 877 milhões em 2004 para US\$ 1.216 milhões em 2005. O aumento é resultado da valorização do real, visto que nossos preços são normalmente denominados em real, e os preços também sobem em reais. Em particular:

- As receitas do transporte ferroviário aumentaram 44,0%, de US\$ 612 milhões em 2004 para US\$ 881 milhões em 2005. Os preços médios aumentaram 50,0%. Os volumes embarcados permaneceram estáveis.
- As receitas das operações portuárias aumentaram 32,9%, de US\$ 173 milhões em 2004 para US\$ 230 milhões em 2005. Os preços médios aumentaram 25,7%. O volume aumentou 6,7%.
- Receitas com navegação aumentaram em 14,1%, de US\$ 92 milhões em 2004 para US\$ 105 milhões em 2005. Os preços médios aumentaram em 25,0%. Os volumes caíram em 5,0% devido a problemas operacionais com um de nossos navios.

*Produtos relacionados ao alumínio:*A receita bruta dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 12,6%, de US\$ 1.250 milhões em 2004 para US\$ 1.408 milhões em 2005. Este aumento foi consequência de:

- Um aumento de 11,4% na receita bruta de venda de alumínio, de US\$ 739 milhões em 2004 para US\$ 823 milhões em 2005, ocasionado principalmente pelo crescimento de 8,9% nos preços médios de venda, influenciados por uma forte demanda mundial pelo alumínio. O volume aumentou 4,0% devido ao aumento da produção.

- Um aumento de 15,9% na receita bruta de venda da alumina, de US\$ 458 milhões em 2004 para US\$ 531 milhões em 2005, resultante do crescimento de 2,2% no volume de vendas e um aumento da demanda mundial pela alumina que levou a um acréscimo de 13,5% no preço médio de venda.
- A receita bruta de venda da bauxita permaneceu estável a US\$ 54 milhões em 2005, contra US\$ 53 milhões em 2004. O aumento de 11,3% nos preços médios de venda como reflexo do aumento do preço da bauxita foi parcialmente compensado por um decréscimo de 8,3% no volume. Esse decréscimo deve-se a um maior consumo decréscimo deve-se a um maior consumo de bauxita na nossa subsidiária Alunorte que reduziu a quantidade de bauxita disponível para ser vendida para clientes.

Cobre: A produção de cobre na CVRD começou em junho de 2004. As receitas brutas das vendas de cobre praticamente dobraram, de US\$ 201 milhões em 2004 para US\$ 391 milhões em 2005, quando tivemos apenas sete meses de produção. O resultado de nossa mina de cobre de Sossego em 2005 foi menor do que inicialmente previsto, devido à necessidade de substituição do equipamento por causa das condições mais duras das rochas do que calculado. O novo equipamento começou a operar no quarto trimestre de 2005. Problemas com o moinho causaram significativos decréscimos de produção no primeiro trimestre de 2006. Não esperamos atingir a capacidade total em 2006. As receitas brutas em 2005 também foram positivamente impactadas pelos preços do cobre, que continuam a registrar níveis recordes, causado por uma forte demanda chinesa, interrupções na produção mundial e níveis menores de estoques reportados.

Outros produtos e serviços: As receitas brutas de outros produtos e serviços diminuíram 26,3%, de US\$19 milhões em 2004 para US\$14 milhões em 2005.

Custos e despesas operacionais

Como outras companhias de mineração e metais, estamos atualmente nos deparando com altos preços de equipamento, peças de reposição, energia, matéria prima e serviços. A valorização do real em relação ao dólar americano aumentou estas pressões uma vez que, aproximadamente 70% dos nossos custos são denominados em reais. A tabela abaixo resume nossos custos e despesas operacionais para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro		% variação
	2005	2004	
	(em milhões de US\$)		
Custo de minérios e metais	US\$ 4.620	US\$ 2.881	60,4
Custo de serviços logísticos.....	705	513	37,4
Custo de produtos relacionados ao alumínio	893	674	32,5
Outros.....	11	13	(15,4)
Custo de mercadorias vendidas.....	6.229	4.081	52,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas.....	581	452	28,5
Pesquisa e desenvolvimento.....	277	153	81,0
Plano de participação nos lucros do empregado.....	97	69	40,6
Outros custos e despesas.....	176	188	(6,4)
Custos e despesas operacionais totais.....	<u>US\$ 7.360</u>	<u>US\$ 4.943</u>	48,9

Custo de mercadorias vendidas

Visão Geral: O custo total das mercadorias vendidas aumentou 52,6%, de US\$4.081 milhões em 2004 para US\$ 6.229 milhões em 2005. Este aumento foi consequência primeiramente dos seguintes fatores:

- O valor médio do real aumentou 16,8% em relação ao dólar em 2005, comparado ao de 2004. Como aproximadamente 70% dos nossos custos e despesas são denominados em reais, os custos em dólar americano também aumentaram.
- Os custos de material aumentaram em US\$ 646 milhões, ou 58,3%, em 2005, devido principalmente ao aumento do preço da matéria prima e do combustível, bem como da produção e dos preços de peças sobressalentes.
- Os custos dos serviços terceirizados aumentaram US\$ 670 milhões, ou 82,4%, em 2005, devido principalmente aos maiores volumes de venda, aumento das taxas de frete ferroviário, aumento da remoção de resíduo material nas minas e preços mais altos para os serviços de manutenção.
- O custo do minério de ferro e pelotas comprados de outras empresas de mineração aumentou 60,5%, causando aumentos nos preços em 2005 e maiores volumes de compra. O minério de ferro comprador de outros

fornecedores em 2005 aumentou para 16,4 milhões de toneladas, 7,3% a mais do que os 15,9 milhões de toneladas compradas em 2004.

- Os custos com energia aumentaram US\$ 141 milhões, ou 44,8%, em 2005, devido principalmente aos preços mais altos estipulados no contrato de fornecimento de energia a longo prazo da Albras. Além do preço básico, o vendedor participa nos ganhos de nossa venda de alumínio primário quando o preço excede US\$1.450,00 por tonelada, conforme registrado no London Metal Exchange (LME). O preço do LME ultrapassou o limite durante todo o contrato até o momento.

Custos de minérios e metais. O custo de minérios e metais vendidos aumentou 60,4% para US\$ 4.620 milhões em 2005, de US\$ 2.881 milhões em 2004, principalmente devido ao maior preço dos insumos, valorização do real frente ao dólar norte-americano e aumento no volume de produção. O custo de minérios e metais durante 2005 também inclui o aumento de US\$ 130 milhões nos custos relacionados à nossa mina de cobre de Sossego, que começou a operar em junho de 2004.

Custo de serviços logísticos. O custo de serviços logísticos aumentou 37,4%, de US\$ 513 milhões em 2004 para US\$ 705 milhões em 2005, devido aos volumes mais altos de carga, ao aumento do custo dos combustíveis, maior custo de frete da MRS e a valorização do real em relação ao dólar dos EUA.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio aumentou 32,5%, de US\$ 674 milhões em 2004 para US\$ 893 milhões em 2005, principalmente devidos ao aumento dos preços da bauxita Alunorte comprada da MRN, ao aumento do custo dos combustíveis e dos preços estipulados no contrato de fornecimento de energia a longo prazo da Albras.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços diminuiu de US\$ 13 milhões em 2004 para US\$ 11 milhões em 2005.

Despesas com vendas, gerais e administrativas.

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 28,5%, de US\$ 452 milhões em 2004 para US\$ 581 milhões em 2005, devido ao aumento com despesas com vendas resultante de um maior volume de vendas, ao aumento anual de salário dos funcionários administrativos e à valorização do real em relação ao dólar americano.

Pesquisa e desenvolvimento.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 81,0%, de US\$ 153 milhões em 2004 para US\$ 277 milhões em 2005, devido ao aumento da exploração mineral e aos estudos de projeto em diversas regiões, incluindo a América do Sul, Ásia, África e Austrália.

Outros custos e despesa:

Outros custos e despesas reduziram de US\$ 188 milhões em 2004 para US\$ 176 milhões em 2005. Esta queda foi resultado de uma menor provisão de perda relativa ao ICMS.

Receita Operacional por Segmento

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas à receita operacional por segmento, bem como o percentual das receitas pelos períodos indicados.

Exercício findo em 31 de dezembro de					
2005			2004		
Receita operacional do segmento (perda)			Receita operacional do segmento (perda)		
(em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas do segmento		(em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas do segmento	
Minerais ferrosos					
Minério de ferro	US\$ 4.085	57,0%	US\$ 1.836	47,5%	
Pelotas	661	33,0	268	24,3	
Manganês	(11)	—	26	36,1	
Ferroligas	83	18,6	243	42,4	
Minerais não-ferrosos					
Ouro	-	—	(2)	—	
Potássio	44	31,9	53	48,6	
Caulim	(26)	—	51	32,3	
Cobre	146	38,1	92	46,5	
Relacionados ao alumínio					
Alumina	37	7,3	71	16,1	
Alumínio.....	395	48,3	435	59,1	
Bauxita.....	5	9,3	5	9,4	
Logística					
Ferrovias.....	173	23,5	150	29,3	
Portos.....	65	33,2	51	35,4	
Navios.....	(7)	—	(39)	—	
Outros.....	(218)	—	(117)	—	
Total.....	US\$ 5.432	42,5	US\$ 3.123	38,7	

Nossa receita operacional aumentou em termos percentuais em relação às receitas operacionais líquidas de 38,7% em 2004 para 42,5% em 2005. Este aumento foi derivado principalmente pelos altos resultados operacionais nos negócios de minério de ferro e pelotas. Em cada um desses segmentos, os preços altos mais do que compensaram os aumentos de custo da produção descritos acima.

A melhoria nos segmentos de minério de ferro e pelotas foi parcialmente compensada por um declínio nas margens operacionais da maioria de nossos outros segmentos:

- O declínio nas margens no segmento do alumínio reflete principalmente a valorização do real e os preços mais altos de energia e outras matérias primas, que mais do que compensaram o impacto dos preços mais altos do alumínio.
- O declínio nas margens operacionais do caulim é resultado do aumento dos custos de estocagem e embalagem, assim como dos gastos portuários na Europa e dos custos mais altos de combustível.
- O declínio nas margens operacionais do cobre é reflexo principalmente de custos operacionais mais altos e volumes menores que o esperado em função das condições adversas de perfuração descritas acima.
- O declínio nas margens operacionais no segmento de ferrovias reflete principalmente os preços mais altos do combustível, que foram apenas parcialmente compensados parcialmente pelos preços médios de venda também mais altos

Receitas (Despesas) Não Operacionais

A tabela abaixo detalha nossas receitas (despesas) não operacionais nos períodos indicados. The following table details our net non-operating income (expenses) for the periods indicated.

	Ano findo em 31 de dezembro de			
	2005		2004	
	(milhões de US\$)			
Receita financeira	US\$	123	US\$	82
Despesas financeiras		(560)		(671)
Lucros (perdas) cambiais e monetários líquidos.....		299		65
Ganho na alienação de investimentos.....		126		404
Receitas (despesas) não operacionais	US\$	(12)	US\$	(120)

Tivemos despesas não-operacionais líquidas de US\$ 12 milhões em 2005, comparado a receitas não operacionais líquidas de US\$120 milhões em 2004. Esta mudança basicamente reflete:

- O impacto positivo da variações da taxa de câmbio em nossos passivos líquidos denominados em dólar dos EUA causado pela valorização do real, que foi de 11,0% em 2005 e 8,1% em 2004.
- Um aumento na receita financeira de US\$ 82 milhões em 2004 para US\$ 123 milhões em 2005, devido principalmente a um aumento nos fundos de tesouro investidos.
- Uma diminuição nos gastos financeiros de US\$ 671 milhões em 2004 para US\$ 560 milhões em 2005, principalmente devido a uma redução na dívida média.
- Um ganho na venda de investimentos em 2005 de US\$ 126 milhões em 2005, devido à venda de nossa companhia de mineração Quebec Cartier Mining Company em julho de 2005, comparado a um ganho de US\$ 404 milhões em 2004, devido à venda da CST.

Imposto sobre lucro

Em 2005, registramos US\$ 880 milhões de imposto de renda líquido, comparado a US\$ 749 milhões em 2004. A taxa de imposto efetiva em nossa receita bruta foi de 16,2% em 2005 e 24,9% em 2004. Nossa taxa de juros efetiva é menor que a alíquota porque (i) a receita de algumas subsidiárias não brasileiras está sujeita a taxas de juros mais baixas, (ii) temos o direito de deduzir a quantia de nossas distribuições que caracterizamos como juros sobre participação e (iii) nos beneficiamos dos incentivos fiscais aplicáveis aos nossos ganhos sobre produção em regiões específicas do Brasil. A taxa de juros efetiva diminuiu em 2005 porque uma proporção mais alta de nossa receita foi em subsidiárias não brasileiras ou elegíveis a incentivos fiscais.

Coligadas e Joint Ventures

Nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos resultaram em um ganho de US\$ 760 milhões em 2005, comparado a um ganho de US\$ 542 milhões em 2004. A tabela abaixo resume a composição de nossas participações nos resultados de coligadas e *joint ventures* e provisões para perdas em investimentos pelos períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2005		2004	
	(em milhões de US\$)			
Participação em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos				
Ferrosos.....	US\$	435	US\$	170
Logística.....		54		33
Produtos relacionados ao alumínio.....		65		71
Aço.....		197		271
Coque.....		9		--
Outros.....		--		(3)
Participação total em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisões para perdas.....	US\$	760	US\$	542

Minerais Ferrosos. Nossa participação nos resultados de minério de ferro e pelotas das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos de participações totalizaram um ganho de US\$ 435 milhões em 2005, comparado a um ganho de US\$ 170 milhões em 2004. As melhorias em cada uma destas coligadas foram resultado de uma forte demanda no mercado por minério de ferro e pelotas e aos preços mais altos.

Logística. Em 2005, nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* de logística e as provisões para perdas sobre investimentos totalizaram a um ganho de US\$ 54 milhões, comparados a uma perda líquida de US\$ 33 milhões em 2004, refletindo uma melhora nos resultados da MRS Logística.

Produtos relacionados ao alumínio. Nossa participação nos resultados de nossas coligadas e *joint ventures* de derivados do alumínio e provisões para perdas em investimentos de participações foi de US\$ 65 milhões em 2005, comparado a US\$ 71 milhões em 2004. Esta redução resultou principalmente dos resultados mais baixos da Valesul, ocasionado por custos mais altos com combustível e energia, que mais do que compensaram os melhores resultados da MRN.

Aço. Em 2005 registramos um ganho líquido de US\$ 197 milhões com relação à nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* do ramo siderúrgico, comparados ao lucro líquido de US\$ 271 milhões em 2004. Esta queda

reflete principalmente o impacto da venda da CST em 2004 e a redução dos resultados da CSI em 2005, ambos parcialmente compensados pela melhora de desempenho da Usiminas em 2005, ocasionada principalmente do aumento dos preços médios de venda.

Carvão. Em 2005, registramos a participação nos resultados da Longyu, de nossa joint venture de carvão, em US\$ 9 milhões. Em janeiro de 2006 CVRD recebeu seu primeiro carregamento de carvão de aproximadamente 40mil toneladas, da China para o Brasil.

Resultados de Operações—2004 Comparados a 2003

Receitas

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram para US\$ 8.479 milhões em 2004, 52,9% a mais que 2003. Nossas receitas operacionais líquidas aumentaram em 50,8% atingindo US\$ 8.066 milhões em 2004. A tabela abaixo resume nossas receitas brutas por produto e nossas receitas operacionais líquidas para os períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro.		% Variação
	2004	2003	
	(em milhões de US\$)		
Minério de ferro e pelotas			
Minério de ferro.....	US\$ 3.995	US\$ 2.662	50,1%
Pelotas.....	1.148	838	37,0
Subtotal.....	5.143	3.500	46,9
Manganês e Ferroligas.....	701	349	100,9
Potássio.....	124	94	31,9
Caulim.....	164	96	70,8
Cobre.....	201	—	100,0
Ouro.....	—	21	—
Minerais e metais	6.333	4.060	56,0
Receitas de serviços logísticos.....	877	604	45,2
Produtos relacionados ao alumínio.....	1.250	852	46,7
Outros produtos e serviços.....	19	29	(34,5)
Receita bruta.....	8.479	5.545	52,9
Impostos sobre vendas.....	(413)	(195)	111,8
Receitas operacionais líquidas.....	US\$ 8.066	US\$ 5.350	50,8%

Minério de Ferro. A receita bruta de minério de ferro aumentou 50,1% de US\$ 2.662 milhões em 2003 para US\$ 3.995 milhões em 2004, principalmente devido a aumento de 25,1% no embarque de minério de ferro e um aumento de 19,9% nos preços médios de venda. O aumento nos embarques foi derivado principalmente da consolidação da CAEMI para todo o ano de 2004 comparado com apenas quatro meses em 2003. A CAEMI foi responsável por 42,7 milhões de toneladas embaçadas e receita bruta de US\$ 840 milhões em 2004, comparado ao embarque de 13,9 milhões de toneladas e receita bruta de US\$ 240 milhões em 2003. A variação positiva restante resultou do aumento da produção de nossas atuais minas (principalmente a Carajás) e do aumento das compras de terceiros de 9,2 milhões de toneladas para 15,9 milhões de toneladas. Os preços refletiram os aumentos do preço do minério de ferro acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004.

Pelotas. As receitas brutas de pelotas aumentaram em 37%, de US\$ 838 milhões em 2003 para US\$ 1.148 milhões em 2004. O aumento foi derivado de um aumento de 16,4% no volume embarcado, refletindo a demanda por nossas pelotas bem como a operação total de nossa peletizadora em São Luís, que contribuiu com 2,4 milhões de toneladas e um aumento de 18,7% nos preços médios de venda. Os aumentos de preço refletiram os preços de pelotas acordados com as maiores siderúrgicas em janeiro de 2004.

Manganês e ferroligas. As receitas brutas das vendas de minério de manganês e ferroligas aumentaram 100,9%, de US\$ 349 milhões em 2003 para US\$ 701 milhões em 2004. O aumento resultou de:

- Um acréscimo de 108,3% na receita bruta de ferroligas, de US\$ 300 milhões em 2003 para US\$ 625 milhões em 2004. O aumento foi derivado da forte demanda por nossos produtos de ferroliga da indústria siderúrgica e o impacto da produção de ferroliga de um ano da RDMN em 2004, que levou a um aumento de 22,7% no volume de vendas e um aumento de 74,7% nos preços médios de venda.

- Um aumento de 55,1% nas receitas brutas de minério de manganês, de US\$ 49 milhões em 2003 para US\$ 76 milhões em 2004. As receitas foram afetadas positivamente em 36,8% em função do aumento nos preços médios de venda comparados a 2003 enquanto que os volumes cresceram em 13,2%.

Potássio: A receita bruta de venda de potássio aumentou 31,9%, de US\$ 94 milhões em 2003 para US\$ 124 milhões em 2004, oriundo de um aumento de 41,1% nos preços médios de venda, refletindo a forte demanda. Os preços médios de venda mais altos foram parcialmente compensados por um volume de venda mais baixo, que diminuiu 6,5% em 2004. Os embarques foram mais baixos em 2004 devido à produção que foi limitada em consequência do projeto de expansão em nossa mina de potássio Taquari-Vassouras, projetada para aumentar sua capacidade de produção anual de 600.000 toneladas para 850.000 toneladas.

Caulim: As vendas brutas do caulim cresceram 70,8%, de US\$ 96 milhões em 2003 para US\$ 164 milhões em 2004. US\$ 92 milhões de nossas receitas do caulim derivam da consolidação da CADAM através da CAEMI, por um ano completo em 2004, contra US\$ 31 milhões por quatro meses em 2003. O volume total embarcado aumentou 84,6%, principalmente pela aquisição da CAEMI. O crescimento do volume foi parcialmente compensado por uma diminuição de 3,9% nos preços médios de venda, ocasionado por custos mais altos de frete internacional.

Cobre: Começamos a vender nosso concentrado de cobre de nossa mina de cobre do Sossego em junho de 2004. Durante o período de junho de 2004 até o final de 2004, as receitas brutas das vendas de concentrado de cobre atingiram US\$ 201 milhões.

Serviços de logística: As receitas líquidas dos serviços de logística aumentaram 45,2% de US\$ 604 milhões em 2003 para US\$ 877 milhões em 2004. A melhora do desempenho nas receitas logísticas reflete nossos esforços para incrementar a capacidade ferroviária para explorar oportunidade fornecidas por produção agrícola, especialmente a produção de grãos e aumento de embarques devido à maior produção brasileira de aço em 2004. Nossas receitas brutas também foram afetadas positivamente pela consolidação da FCA que deu início em setembro de 2003. Em particular, o aumento na receita bruta referente a serviços de logística reflete:

- Um aumento de 64,1% na receita bruta de transporte ferroviário, de US\$ 373 milhões em 2003 para US\$ 612 milhões em 2004. Do aumento de US\$ 239 milhões na receita, US\$ 156 milhões resultou da consolidação da FCA. O aumento reflete um aumento de 37,1% no volume transportado, refletindo a aquisição da FCA, a forte demanda por serviços de carga geral, que continuaram a superar a oferta, e a aquisição de nosso estoque, através da adição de vagões e locomotivas, bem como um aumento de 19,4% nos preços médios de venda, refletindo preços mais altos devido à valorização do real, bem como aos preços mais altos denominados em real em consequência do aumento da demanda e inflação.
- Um aumento de 20,1% na receita bruta de operações portuárias, de US\$ 144 milhões em 2003 para US\$ 173 milhões em 2004. O aumento na receita bruta das operações portuárias foi derivado de um aumento de 15,0% nos preços médios de venda, refletindo a valorização do real bem como em preços mais altos denominados em real em consequência da alta demanda e inflação.
- Um aumento de 5,7% na receita bruta de navegação, de US\$ 87 milhões em 2003 para US\$ 92 milhões em 2004.

Produtos relacionados ao alumínio. As receitas brutas dos produtos relacionados ao alumínio aumentaram 46,7%, de US\$ 852 milhões em 2003 para US\$ 1.250 milhões em 2004. Este aumento foi consequência de:

- Um aumento de 130,9% na receita bruta de venda de alumínio, de US\$ 320 milhões em 2003 para US\$ 739 milhões em 2004. Do aumento de US\$ 419 milhões, a consolidação da Albras foi responsável por US\$ 384 milhões e o restante foi substancialmente devido ao aumento da demanda mundial por alumínio e a melhorias que ajudaram a expandir a produção. O volume de vendas aumentou 104,8% e o preço médio de venda aumentou 20,0%. O aumento de preço reflete principalmente a forte demanda mundial por alumínio.
- Um aumento de 43,2% na receita bruta de venda da bauxita, de US\$ 37 milhões em 2003 para US\$ 53 milhões em 2004. Este aumento foi principalmente devido ao aumento de 41,0% no volume vendido. O preço permaneceu relativamente estável, refletindo preços da bauxita que são estabelecidos com base nos preços do alumínio e alumina dos três trimestres anteriores, excluindo-se o trimestre que antecedeu as negociações de preço.
- Uma queda de 7,5% na receita bruta de venda da alumina, de US\$ 495 milhões em 2003 para US\$ 458 milhões em 2004. A queda nas receitas brutas da alumina resultou principalmente de um decréscimo de 32,6% no volume de vendas devido à consolidação da Albras que começou em 1º de janeiro de 2004 e a receitas maiores em 2003 devido às revendas de alumina compradas no mercado a vista. O declínio no volume de vendas mais do

que compensou um aumento de 37,1% nos preços médios de venda para alumina derivado do aumento na demanda mundial pela alu mina.

Ouro: Nossa produção de ouro diminuiu significativamente a partir de 15 de agosto de 2003, com a venda de nossa mina Fazenda Brasileiro. Nossa produção de ouro agora consiste apenas do ouro produzido como um sub-produto de nossas operações de minério de ferro em Itabira. O concentrado de cobre que produzimos em nossa mina de Sossego contém ouro. Registramos todas as receitas recebidas em relação ao concentrado de cobre em receitas de cobre.

Outros produtos e serviços: As receitas brutas de outros produtos e serviços diminuíram 34,5%, de US\$ 29 milhões em 2003 para US\$ 19 milhões em 2004, refletindo principalmente a venda, em 2003, pela RDMN do excesso da energia a terceiros no mercado norueguês durante a conversão de suas fábricas em 2003.

Custos e despesas operacionais

A tabela abaixo resume nossos custos e gastos operacionais para os períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de,		% variação
	2004	2003	
	(em milhões de US\$)		
Custo de minérios e metais	US\$ 2.881	US\$ 2.066	39,4
Custo de serviços logísticos.....	513	370	38,6
Custo de produtos relacionados ao alumínio	674	678	(0,6)
Outros.....	13	14	(7,1)
Custo de mercadorias vendidas.....	4.081	3.128	30,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas.....	452	265	70,6
Pesquisa e desenvolvimento	153	82	86,6
Plano de participação nos lucros do empregado.....	69	32	115,6
Outros custos e despesas.....	188	199	(5,5)
Custos e despesas operacionais totais.....	US\$ 4.943	US\$ 3.706	33,4

Custo de mercadorias vendidas

Visão Geral. O custo total das mercadorias vendidas aumentou 30,5%, de US\$ 3.128 milhões em 2003 para US\$ 4.081 milhões em 2004. Este aumento resultou, em parte, da consolidação da Albras, da CAEMI e da FCA durante todo o ano de 2004, comparado com apenas quatro meses para a CAEMI e a FCA em 2003 e não consolidação da Albras em 2003. A CAEMI e a FCA foram responsáveis por US\$ 236 milhões de nosso custo de mercadorias vendidas em 2003 e a Albras, a CAEMI e a FCA foram responsáveis por US\$ 708 milhões em 2004. Os outros fatores principais que explicam esse aumento no custo de mercadorias vendidas durante 2004 foram:

- Aumento dos custos materiais, inclusive combustível e gás de US\$ 301 milhões ou 39,6% em 2004, derivado principalmente do aumento significativo em nossa produção total, resultante principalmente da consolidação da CAEMI, da FCA e da Albras que foram responsáveis por US\$ 123 milhões do aumento total de US\$ 301 milhões, bem como o aumento de preços do combustível e gás.
- Valorização do real contra o dólar americano e o aumento concomitante na inflação conforme medido pelo IGP-M, que atingiu 12,4% em 2004, levou ao aumento dos custos, quando traduzidos em dólares norte-americanos porque a maioria dos nossos custos e despesas é denominada em reais.
- O custo dos serviços terceirizados aumentou em US\$ 239 milhões ou 42,6%, em 2004, resultante principalmente de um aumento nos custos de serviços de logística terceirizados, resultantes de nossa consolidação da CAEMI que iniciou em setembro de 2003. Diferente dos nossos sistemas Norte e Sul, onde utilizamos apenas nossas próprias ferrovias, a CAEMI utiliza um provedor logístico—a MRS—para transportar seu minério de ferro até o porto. A CAEMI foi responsável por US\$ 184 milhões em custos de logística terceirizados em 2004, comparado com US\$ 94 milhões em 2003. Em 2004, nossas Minas do Meio no Sistema Sul também transportaram uma parte de sua produção através da MRS, por um custo total de frete de US\$ 73 milhões em 2004, comparado a US\$ 39 milhões em 2003, refletindo em maiores volumes transportados bem como preços mais altos.
- Os gastos com aquisição de outros produtos diferentes de minério de ferro e pelotas diminuíram 32,0% de US\$ 604 milhões em 2003 para US\$411 milhões em 2004, devido principalmente à consolidação da Albras, que contribui com US\$ 240 milhões.
- Os gastos com eletricidade aumentaram em US\$ 172 milhões em 2004 comparados a 2003, derivado principalmente da consolidação da Albras, que foi responsável por US\$ 137 milhões do aumento total.

- Os gastos de demurrage aumentaram de US\$ 46 milhões em 2003 para US\$ 83 milhões em 2004, refletindo na congestão nos portos devido à alta demanda.

Custos de minérios e metais. O custo de minérios e metais vendidos aumentou 39,4% para US\$ 2.881 milhões em 2004 de US\$ 2.066 milhões em 2003, principalmente devido ao aumento no volume de vendas de minério de ferro e pelotas, cobre e manganês e ferroligas. Uma parte do aumento no custo de minérios e metais vendidos também reflete os altos custos associados com as compras de minério de ferro de terceiros para atender à demanda em excesso. Compramos 15,9 milhões de toneladas em 2004, de 9,2 milhões de toneladas em 2003. O custo de minérios e metais durante 2004 também inclui US\$ 484 milhões em custos gerados pela consolidação completa da CAEMI, comparado com quatro meses em 2003 e o início das operações de cobre.

Custo de serviços logísticos. O custo de serviços logísticos aumentou 38,6%, de US\$ 370 milhões em 2003 para US\$ 513 milhões em 2004. Do aumento de US\$ 143 milhões, US\$ 125 milhões referem-se à consolidação da FCA por todo o ano de 2004 comparado a quatro meses em 2003.

Custo de produtos relacionados ao alumínio. O custo dos produtos relacionados ao alumínio permaneceu estável, de US\$ 678 milhões em 2003 para US\$ 674 milhões em 2004.

Custo de outros produtos e serviços. O custo de outros produtos e serviços permaneceu estável, de US\$ 14 milhões em 2003 para US\$ 13 milhões em 2004.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram 70,6%, de US\$ 265 milhões em 2003 para US\$ 452 milhões em 2004. Este aumento resultou principalmente da consolidação completa da CAEMI, da FCA e da Albras ao longo de todo o ano de 2004, comparado a quatro meses de resultados da CAEMI e da FCA e nenhum resultado da Albras para 2003. Juntas, a CAEMI, a FCA e a Albras foram responsáveis por US\$ 88 milhões do aumento de US\$ 187 milhões. O restante reflete principalmente nos gastos de vendas devido ao aumento nas receitas de vendas e aumento em salários bem como a variação cambial monetária.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram 86,6%, de US\$ 82 milhões em 2003 para US\$ 153 milhões em 2004. Este aumento está em conformidade com os planos de expansão da CVRD para a diversificação de sua produção e expansão da produção para atender à demanda mundial.

Outros custos e despesas

Outros custos e despesas diminuíram US\$ 199 milhões em 2003 para US\$ 188 milhões em 2004. Estes custos e despesas refletiram primeiramente as provisões para contingências.

Receita Operacional por Segmento

A tabela abaixo apresenta as informações relacionadas à receita operacional por segmento, bem como o percentual das receitas pelos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de			
	2004		2003	
	Receita operacional (prejuízo) (em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas	Receita operacional (prejuízo) (em milhões de US\$)	% das receitas operacionais líquidas
Minerais ferrosos				
Minério de ferro.....	US\$ 1.8	47,5%	US\$1.164	45,0%
Pelotas.....	268	24,3	169	22,0
Manganês.....	26	36,1	7	—
Ferroligas.....	243	42,4	34	28
Minerais não-ferrosos				
Ouro.....	(2)	—	17	81,0
Potássio.....	53	48,6	35	43,0
Caulim.....	51	32,3	4	4,0
Cobre.....	92	46,5	—	—
Relacionados ao alumínio				
Alumina.....	71	16,1	109	24,0
Alumínio.....	435	59,1	25	8,0
Bauxita.....	5	9,4	3	8,0
Logística				
Ferrovias.....	150	29,3	111	33,0
Portos.....	51	35,4	46	35,0
Navios.....	(39)	—	(38)	—
Outros.....	(117)	—	(42)	—
Total.....	US\$3.123	38,7	US\$1.644	30,7

Nossa receita operacional aumentou em termos percentuais em relação às receitas operacionais líquidas de 30,7% em 2003 para 38,7% em 2004. Este aumento foi derivado principalmente das altas margens operacionais nos negócios de minério de ferro, pelotas, manganês e ferroligas devido aos preços mais altos, as margens operacionais mais altas nos negócios do alumínio devido à consolidação da Albras, e o início das operações de cobre. Também observamos uma melhoria substancial nas margens operacionais do caulim, refletindo num aumento no volume de venda e custos unitários mais baixos devido à consolidação da CADAM para todo o ano de 2004, comparado com apenas quatro meses em 2003, o que mais do que compensou a diminuição nos preços médios de venda. A melhoria nestes negócios foi compensada principalmente por quedas nas margens no segmento ferroviário, refletindo a consolidação da FCA e as diminuições na lucratividade operacional do segmento da alumina devido à consolidação da Albras.

Receitas (Despesas) Não Operacionais

A tabela abaixo detalha nossas receitas (despesas) não operacionais nos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro de	
	2004	2003
	(milhões de US\$)	
Receitas financeiras	US\$ 82	US\$ 102
Despesas financeiras.....	(671)	(351)
Lucros (perdas) cambiais e monetários líquidos.....	65	242
Ganho na alienação de investimentos.....	404	17
Receitas (despesas) não operacionais.....	US\$ (120)	US\$ 10

Tivemos despesas não-operacionais líquidas de US\$ 120 milhões em 2004, comparado a receitas não operacionais líquidas de US\$10 milhões em 2003. Esta mudança basicamente reflete:

- O efeito da desvalorização de 8,1% do dólar americano do final do ano de 2003 ao final do ano de 2004 em nosso passivo líquido em dólares norte-americanos (principalmente dívidas a curto e longo prazo, menos caixa e equivalentes), que geraram um ganho cambial líquido de US\$ 79 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 222 milhões em 2003 (quando a desvalorização do fim do ano de 2002 ao fim do ano de 2003 foi de 18,2%).
- Uma redução na receita financeira de US\$102 milhões em 2003 para US\$ 82 milhões em 2004 devido a reduções nas taxas de juros e no saldo de disponibilidades oriundos de empréstimos.

- Um aumento nas despesas financeiras de US\$ 351 milhões em 2003 para US\$ 671 milhões em 2004, principalmente devido à consolidação da CAEMI, da FCA e da Albras, que foram responsáveis por US\$ 165 milhões do aumento. O restante do aumento reflete um aumento na dívida média pendente e perdas nos contratos de derivativos para alumina e alumínio durante 2004 e o prêmio pago relacionado à nossa recompra de uma porção de títulos garantidos 8.625% devido em 2007 emitidos pela Vale Overseas.
- Um ganho de US\$ 404 milhões em 2004, refletindo a venda de nossa participação na CST comparado a um ganho líquido de US\$ 17 milhões refletindo a venda da Fosfertil.

Impostos sobre lucro

Em 2004, registramos uma despesa tributária líquida de US\$ 749 milhões, contra um benefício tributário líquido de US\$ 297 milhões 2003. A diferença é, basicamente, o resultado de:

- Um aumento das despesas com impostos a taxas previstas por lei de US\$ 562 milhões em 2003 para US\$ 1.021 milhões em 2004, em virtude de uma maior receita bruta.
- Um benefício fiscal de US\$ 247 milhões relativo a isenção de receitas externas em 2004, comparado com um benefício fiscal de US\$ 59 milhões em 2003. Esta mudança foi, basicamente, em virtude dos efeitos das variações cambiais sobre os ativos externos não tributáveis.
- Provisão de US\$ 240 milhões de despesas relacionadas à diferença na base de cálculo de impostos de participação acionária em empresas em 2004, contra um benefício fiscal de US\$ 56 milhões em 2003. Isto se deu, basicamente, ao efeito da venda da CST.
- Provisão de US\$ 57 milhões com despesas relacionadas a baixas de impostos diferidos ativos de derivativos em detrimento da mudança na legislação tributária aplicável sob a qual não mais podemos deduzir pagamentos ou perdas em investimentos derivativos, a partir de 1º de janeiro de 2005.
- Um benefício fiscal de US\$ 77 milhões comparados a US\$ 53 milhões registrados em 2003. Os US\$ 77 milhões em benefícios fiscais correspondem principalmente a uma reversão de provisão para desvalorização de imposto na Albras e Alunorte, devido a um aumento na receita tributável futura real e esperada, que tornou mais provável que a Albras e a Alunorte estariam aptas a utilizar seus impostos diferidos de compensação de prejuízos fiscais.

Coligadas e Joint Ventures

Nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos resultaram em um ganho de US\$ 542 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 306 milhões em 2003. A tabela abaixo resume a composição de nossas participações nos resultados de coligadas e *joint ventures* e provisões para perdas em investimentos pelos períodos indicados.

	Ano findo em 31 de dezembro,	
	2004	2003
	(em milhões de US\$)	
Participação em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos		
Ferrosos.....	US\$ 170	US\$ 133
Logística.....	33	(52)
Produtos relacionados ao alumínio	71	147
Aço.....	271	81
Outros.....	(3)	(3)
Participação total em resultados de controladas e <i>joint ventures</i> e	US\$ 542	US\$ 306
provisões para perdas.....		

Ferrosos. Nossa participação nos resultados de minério de ferro das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas em investimentos de participações totalizaram um ganho de US\$ 170 milhões em 2004, comparado a um ganho de US\$ 133 milhões em 2003. As melhorias em cada uma destas coligadas foram resultado de uma forte demanda no mercado por minério de ferro e pelotas. A Samarco contribuiu com US\$ 117 milhões em 2004, comparado a US\$ 70 milhões em 2003, refletindo preços maiores e uma baixa de créditos de impostos sobre vendas devido a acordos com o governo local, que totalizou US\$ 37 milhões que foi registrado em 2003.

Logística. Em 2004, nossa participação nos resultados de coligadas e *joint ventures* de logística e as provisões para perdas sobre investimentos totalizaram a um ganho de US\$ 33 milhões, comparados a uma perda líquida de US\$ 52

milhões em 2003. A perda líquida em 2003 refletiu principalmente numa provisão com perdas relativas à baixa de ações registradas pela FCA antes de sua consolidação em setembro de 2003.

Produtos relacionados ao alumínio. Nossa participação nos resultados de nossas coligadas e joint ventures de derivados do alumínio e provisões para perdas em investimentos de participações foi de US\$ 71 milhões em 2004, comparado a US\$ 147 milhões em 2003. Este aumento é devido à consolidação da Albras em 2004, parcialmente compensada por melhorias na performance das outras empresas de produtos relacionados ao alumínio.

Em 2004, nossas coligadas de produtos relacionados ao alumínio registraram ganhos devidos aos efeitos das valorizações do real de suas dívidas denominadas em moeda estrangeira. Além dos efeitos da taxa de câmbio, os resultados operacionais da Valesul e da MRN em 2004 foram influenciados pelos seguintes fatores:

- *Valesul.* Em 2004, a Valesul gerou um lucro líquido de US\$ 26 milhões nas receitas brutas de US\$ 204 milhões, comparados ao lucro líquido de US\$ 18 milhões em 2003 sobre receitas brutas de US\$ 172 milhões. A participação da CVRD no lucro líquido da Valesul foi de US\$ 14 milhões em 2004, comparados a US\$ 10 milhões em 2003. A melhoria dos resultados foi derivada de preços médios de venda mais altos.
- *MRN.* Em 2004, a MRN gerou um lucro líquido de US\$ 142 milhões em receitas brutas de US\$ 351 milhões, comparado ao lucro líquido de US\$ 81 milhões em 2003, sobre receitas brutas de US\$ 276 milhões. Nossa participação no lucro líquido da MRN foi de US\$57 milhões em 2004 e US\$33 milhões em 2003. O aumento da receita foi derivado do aumento de 16,5% no volume de vendas, principalmente em função de uma demanda maior e aumento de 11% no preço médio de venda.

Aço. Em 2004 registramos um ganho líquido de US\$ 271 milhões com relação à nossa participação nos resultados de coligadas e joint ventures do ramo siderúrgico, comparados ao lucro líquido de US\$ 81 milhões em 2003. O melhor desempenho da Usiminas, da CST (durante o período antes da venda de nossa participação) e da CSI foram devidos à forte demanda no mercado pelo aço, que levou a um aumento nos volumes de vendas e preços médios de venda. A melhora do desempenho na CST também reflete a reversão de US\$ 23 milhões de provisões para contingências e a decisão do supremo tribunal final no processo jurídico “Plano Verão” (dedução do imposto de renda de certos encargos) para US\$ 75 milhões. A melhora do desempenho na Usiminas reflete principalmente preços e volumes de vendas mais altos. O lucro líquido da CSI aumentou em 2004 principalmente devido a um aumento de 11,7% no volume de vendas e um aumento de 47,7% nos preços médios de venda, refletindo em melhores margens.

Liquidez e Recursos de Capital

Visão Geral

Nossos principais usos de recursos são destinados a investimentos, pagamentos de investimentos e refinanciamento de dívida. Já atendemos a estas necessidades no passado utilizando dividendos gerados de atividades operacionais e dívidas de curto e longo prazo. Acreditamos que estas fontes de recursos, juntamente com nossas disponibilidades de caixa e o fluxo de caixa, continuarão a serem adequados para a nossa atual necessidade antecipada de capital.

Além disso, periodicamente revemos as oportunidades de aquisições e investimentos e, caso seja oportuno, fazemos aquisições e investimentos selecionados para implementar nossa estratégia de negócio. Geralmente financiamos estes investimentos através de recursos gerados internamente, da emissão de dívida ou da combinação de ambos.

Em 2006, esperamos que nossas principais necessidades financeiras incluam o pagamento ou o refinanciamento dos US\$ 1.218 milhões em dívidas a longo prazo que vencem até o final de 2005, bem como o capital orçado para despesas de US\$ 4,6 bilhões e pagamentos de dividendos mínimos anunciados para 2005 de US\$ 1,3 bilhões. Esperamos atender a estas necessidades de caixa através da combinação do fluxo de caixa operacional, das disponibilidades de caixa e de novos financiamentos, inclusive o US\$ 1,0 bilhão em papéis com vencimento em 2016 emitidos por nossa subsidiária financeira - Vale Overseas Limited - em janeiro de 2006.

Fontes de Recursos

Nossas principais fontes de liquidez são as disponibilidades de caixa e o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos disponibilidades de US\$ 1.041 milhões. Nossas atividades operacionais geraram fluxos de caixa positivos de US\$ 5.161 milhões em 2005.

Além das fontes de liquidez acima, a CVRD possui uma linha de crédito compromissada com o intuito de melhorar a eficiência de seu gerenciamento de caixa e reduzir os riscos de refinanciamento de dívida durante os momentos de instabilidade nos mercados financeiros. Atualmente, temos uma linha de crédito no valor de US\$ 650 milhões e está disponível até 2007, com um prazo de amortização de dois anos, caso venha a ocorrer sua utilização, de dois anos, e outra

no valor de US\$ 500 milhões, disponível até 2011. A CVRD nunca fez uso dos fundos disponíveis nestas linhas de crédito.

Acreditamos estarmos bem posicionados para levantar mais fundos dado nosso acesso ao mercado global de capitais. Atualmente, estamos com rate BBB pela Standard & Poor's, sendo a única entidade no Brasil com tal rating, Baa3 pela Moody's e BBBLow pela Dominion Bond Rating services. A melhoria de nossa classificação de crédito é um importante objetivo estratégico.

Utilização de Recursos

Investimentos de Capital

Em 2005, nosso fluxo de caixa líquido utilizado em investimentos de capital foi de US\$ 4.646 milhões. As despesas com investimentos chegaram a US\$ 4,817 milhões. Em 2006, orçamos US\$ 4.6266 milhões para investimentos de capital. Esta quantia inclui despesas com projetos e gastos com manutenção e exploração. Para mais informações sobre os projetos específicos para os quais orçamos fundos, veja o *Item 4. Informações sobre a Companhia—Investimentos de Capital*.

Dividendos

Pagamos um total de dividendos e participações sobre o capital próprio de US\$ 1,3 bilhões em 2005. O dividendo mínimo anunciado para 2006 é de US\$1,3 bilhões. Em abril de 2006, a primeira parcela deste dividendo foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração no valor de US\$ 650 milhões e foi paga em 28 de abril de 2006. Veja o *Item 8. Informações Financeiras—Dividendos e Participações sobre o Capital Próprio*.

Dívida

Em 31 de dezembro de 2005, nosso endividamento total era de US\$ 5.010 milhões, constituindo uma dívida de curto prazo de US\$ 1.295 milhões (incluindo US\$ 1.218 milhões de parcela circulante de endividamento de longo prazo e US\$ 62 milhões em empréstimos de partes relacionadas), e endividamento de longo prazo (exceto a porção atual) de US\$ 3.715 milhões (incluindo US\$ 1 milhão em empréstimos de partes relacionadas). Em 31 de dezembro de 2005, aproximadamente US\$ 1.015 milhões de nossa dívida foram garantidos por alguns de nossos ativos.

Nossa dívida de curto prazo consiste principalmente de financiamentos denominados em dólar norte americano, especialmente na forma de pré-pagamentos de exportação e adiantamentos de exportações com instituições financeiras brasileiras e estrangeiras.

Nossas principais categorias de endividamento a longo prazo (incluindo a atual fração de dívida a longo prazo e excluindo os juros provisionados) são as seguintes:

- *Empréstimos e financiamentos externos em dólares norte-americanos (US\$ 2.442 milhões em 31 de dezembro de 2005).* Estes empréstimos incluem fundamentalmente linhas de financiamento de exportação, financiamentos de importação de agência de crédito de exportações, empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Os empréstimos geralmente são remunerados às taxas de juros flutuantes com *spreads* acima da LIBOR.
- *Notas de juros fixos em dólares norte-americanos (US\$ 1.213 milhões em 31 de dezembro de 2005).* Emitimos várias séries de títulos a taxa fixa através de nossa subsidiária financeira Vale Overseas Limited com garantia da CVRD.
- *Securitizações de exportações em dólares norte-americanos (US\$ 427 milhões pendentes em 31 de dezembro de 2005).* Temos um programa de securitização de US\$ 550 milhões com base no contas a receber existentes e futuro gerado por nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd envolvida nas exportações de minério de ferro e pelotas para seis clientes na Europa, Ásia e Estados Unidos. A operação de securitização divide-se em três *tranches* pré-fixadas e uma com uma *tranche* a taxa flutuante.
- *Notas perpétuas (US\$ 75 milhões em 31 de dezembro de 2005).* Emitimos Notas perpétuas que podem ser trocadas por 48.000 milhões de ações preferenciais da MRN. Os juros devidos sobre as Notas devem ser pagos a um valor igual aos dividendos pagos sobre as ações preferenciais que lastreiam a permuta a partir do exercício social de 2000.

- *Dívida local (US\$ 659 milhões em 31 de dezembro de 2005).* Temos uma série de empréstimos locais, principalmente com o BNDES, sendo a maioria indexados em dólares norte-americanos e o restante ligados a uma cesta de moedas ou taxas flutuantes no Brasil.

Alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm acordos financeiros. Nossos principais acordos financeiros exigem que mantenhamos certas relações, como passivo/PL, débito líquido/EBITDA e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2005, estamos cumprindo passamos a cumprir totalmente nossos acordos financeiros e acreditamos que os acordos existentes não restringirão muito nossa capacidade de obtenção de recursos adicionais conforme as nossas necessidades de investimentos. Acreditamos que no futuro continuaremos a ser capazes de operar nos termos de nossos acordos financeiros. Nenhum desses acordos restringe diretamente nossa capacidade de pagar dividendos sobre títulos de participação em nível de empresa controladora.

Debêntures do Acionista

Na primeira fase de nossa privatização em 1997, emitimos debêntures para os nossos acionistas. Os termos das debêntures, descritos abaixo, foram estabelecidos para garantir que os nossos acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem nos benefícios futuros que pudéssemos obter a partir da exploração de determinados recursos minerais e que não estavam registrados quando da determinação do preço mínimo de compra das nossas ações na privatização. Nos termos da escritura das debêntures, os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas livres de impostos, taxas de transporte e seguros relacionados à comercialização dos produtos) provenientes de determinados recursos minerais identificados, que possuíamos à época da privatização, na medida em que conseguirmos superar certos patamares de volumes de vendas estipulados para certos recursos minerais, e da venda dos direitos minerareis que detínhamos na época. Nossa obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais relacionados na escritura forem exauridos. Em 2003 não fizemos nenhum pagamento relativo a debêntures de acionistas. O total de pagamentos feitos nas debêntures dos acionistas alcançou US\$ 2 milhões em 2004, em relação aos resultados de 2003. Os pagamentos totais aos debenturistas totalizou US\$ 5 milhões em 2005, relativos a 2004. Também fizemos um pagamento de US\$ 2 milhões em abril de 2006, relacionados aos resultados de 2005. Para uma descrição dos termos da escritura das debêntures, veja a Nota Explicativa 18 de nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Obrigações Contratuais

A tabela abaixo apresenta um resumo dos nossos empréstimos de longo prazo, empréstimos de curto prazo, operações de arrendamento operacional, obrigações de compra e obrigações de compromissos firmados (take-or-pay) da Alunorte em 31 de dezembro de 2005. Esta tabela exclui outras obrigações que podemos ter, incluindo obrigações com plano de pensão (discutidas na Nota Explicativa 17 às nossas demonstrações contábeis consolidadas).

	Pagamentos Devidos por Período				
	Total	Menos que 1 ano	2007-2008	2009-2010	Posteriormente
	(em milhões de US\$)				
Dívida a longo prazo (1).....	US\$ 4,932	US\$ 1,218	US\$ 831	US\$ 712	US\$ 2,171
Dívida a curto prazo.....	15	15	-	-	—
Obrigações de arrendamentos operacionais.....	967	49	98	87	733
Obrigações de compras (2).....	12.313	2.552	1.599	1.323	6.839
Obrigações take-or-pay (MRN)(3)....	776	145	290	290	51
Total.....	US\$ 19.003	US\$ 3.979	US\$ 2.818	US\$ 2.412	US\$ 9.794

(1) Não reflete a emissão de \$1,0 bilhões de janeiro de 2006 em 2016 notas.

(2) Valores, incluindo para compras de minério de ferro de empresas de mineração localizadas no Brasil, têm como base os preços de 2005.

(3) Estamos comprometidos em um contrato *take-or-pay* para comprar bauxita da MRN a um preço determinado por uma fórmula baseada nos preços mundiais predominantes do alumínio.

Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2005 nosso acordo não registrado no balanço patrimonial constituía apenas garantias sem cobertura. Em 31 de dezembro de 2005, tínhamos ampliado as garantias por empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* no valor de US\$ 5 milhões, dos quais US\$ 4 milhões são denominados em dólares norte-americanos e o US\$ 1 milhão restante denominado em reais. Não esperamos perdas oriundas destas garantias. Temos feito cobranças para prolongar estas garantias no caso da Samarco. Ver Nota Explicativa 18 em nossas demonstrações contábeis consolidadas para mais detalhes sobre estas garantias.

Estimativas e Práticas Contábeis Críticas

Acreditamos que nossas práticas contábeis críticas são as que se seguem. Uma prática contábil é considerada crítica quando ela é importante para nossa situação financeira e resultados das operações e exige estimativas e julgamentos significativos por parte de nossa administração. Para um resumo de todas as nossas políticas contábeis críticas, vide a Nota 3 de nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Ajustes de conversão

Nossa moeda de referência é o dólar americano, porém a moeda funcional para a maioria de nossas operações é o real. De acordo com a norma *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 52 - "Foreign Currency Translation," nós convertemos itens da demonstração de resultados para refletir os resultados aproximados, que teriam ocorrido se cada transação tivesse sido convertida usando-se a taxa de câmbio em vigor na data em que a transação foi reconhecida. Como não é possível fazer a conversão separada de cada transação, usamos uma taxa de câmbio média ponderada adequada para o período em questão. Na maioria dos casos, convertemos as contas de nossa demonstração de resultados e as das controladas que usam o real como moeda funcional para dólares norte-americanos, aplicando taxas médias mensais ponderadas referente ao período em questão. No caso de itens excepcionais relevantes, convertemos os valores para dólares norte-americanos usando a taxa de câmbio da data da transação. Além disso, durante os períodos de alta volatilidade cambial, usamos taxas diárias estimadas para converter nossas perdas monetárias e cambiais, receitas financeiras e despesas financeiras. A determinação da taxa de câmbio média ponderada apropriada exige julgamentos e estimativas significativos da administração. Em 2005, o dólar norte-americano desvalorizou cerca de 11,0% em relação ao real e gerou um crédito para o ano registrado diretamente na conta de ajustes de conversão acumulados de US\$ 1.013 milhões.

Reservas minerais e vida útil de minas

Regularmente avaliamos e atualizamos nossas estimativas de reservas minerais provadas e prováveis. Nossas reservas minerais provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativa geralmente aceitas e são auditadas pela AMEC E&C Services, Inc. (AMEC), uma empresa especializada em engenharia de mineração. O cálculo de nossas reservas requer que assumamos posições sobre as condições futuras que são extremamente incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas destas posições assumidas poderão ter impacto significativo em nossas reservas provadas e prováveis registradas.

Uma das maneiras pela qual utilizamos as nossas estimativas das reservas de minério é para determinar as datas de fechamento das minas usadas para reconhecer o valor de mercado da provisão para baixa de ativos e o período no qual amortizamos nossos ativos de mineração. Qualquer alteração em nossas estimativas de vidas úteis futuras esperadas das minas ou ativos poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização reconhecidos em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas como custo dos produtos vendidos. Alterações nas vidas úteis estimadas de nossas minas poderão também causar impacto significativo em nossas estimativas de custos ambientais e de recuperação, os quais estão descritos em maiores detalhes a seguir.

Custos Ambientais e de Recuperação Áreas Degradadas

Os gastos relacionados com o cumprimento das regulamentações ambientais são registrados contra resultado ou são capitalizados conforme apropriado. Estes programas contínuos são desenhados para minimizar o impacto ambiental de nossas atividades.

Conforme o SFAS 143- "Accounting for Asset Retirement Obligations." O SFAS 143 estabelece que devemos reconhecer uma obrigação a valor de mercado para a nossa estimativa de retirada de ativos no período em que elas ocorrerem, caso uma estimativa razoável possa ser efetuada. Consideramos as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento como uma prática contábil crítica porque:

- Não incorreremos na maioria destes custos por vários anos, e somos requeridos a fazer estimativas para longo prazo;
- As leis e regulamentações de encerramento e restauração poderão mudar no futuro ou circunstâncias que afetam as nossas operações poderão mudar, e qualquer um dos casos poderá resultar em desvios significativos dos nossos planos atuais;
- O cálculo do valor de mercado da nossa obrigação para retirada de ativos conforme o SFAS 143 requer que assumamos probabilidades de fluxos de caixa projetados, assumamos posições de longo prazo com relação a

taxas de inflação, determinemos nosso crédito ajustado a taxas de juros sem risco e determinemos prêmios sobre riscos de mercado que são aplicáveis às nossas operações; e

- Dada a relevância destes fatores na determinação de nossos custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas estimados, alterações em qualquer uma ou em todas as estimativas poderão ter um impacto relevante no lucro líquido. Particularmente, dados os longos períodos pelos quais muitos destes encargos são descontados a valor presente, alterações em nossas suposições sobre crédito ajustado a taxas livres de risco poderão ter um impacto significativo no valor da provisão.

Nosso Departamento de Meio Ambiente desenvolveu um guia que define as regras e procedimentos que devem ser usados para avaliar nossas obrigações para retirada de ativos. Os custos futuros de baixa de todas as nossas minas são estimados anualmente, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Os custos futuros estimados são descontados a valor presente usando uma taxa de juros ajustada ao crédito livre de risco. Em 31 de dezembro de 2005, estimamos que o fair value de nossas obrigações totais totalizavam US\$ 225 milhões.

Desvalorização de bens duráveis imobilizado e ágio

Avaliamos nossos investimentos e os bens duráveis, que são representados basicamente pelo ativo imobilizado identificável, para desvalorização quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil dos ativos pode não ser recuperável. Se o ativo é passível de desvalorização, reconhecemos uma perda para desvalorização e ajustamos o ativo baseados na parcela do valor contábil do ativo que excede o maior entre o valor líquido de realização e o valor de uso. Normalmente determinamos o valor de uso descontando o fluxo de caixa futuro projetado usando uma taxa bruta ajustada que acreditamos ser apropriada aos riscos inerentes do ativo. Para projetar o fluxo de caixa futuro devemos assumir várias posições sobre assuntos de elevada incerteza, incluindo vendas e produção futuras, preços dos produtos (que estimamos com base nos preços históricos e corrente, tendências de preço e os fatores correlatos), reservas recuperáveis, custos operacionais, custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados. Chegar nessas suposições e estimativas sobre estes assuntos é um processo complexo e normalmente subjetivo. Estas suposições e estimativas podem ser afetadas por uma variedade de fatores, inclusive externos tais como tendências econômicas e da indústria, e fatores internos tais como mudanças em nossa estratégia de negócios e nossas previsões internas. Embora acreditemos que as suposições e estimativas que fizemos no passado foram razoáveis e apropriadas, diferentes suposições e estimativas poderão impactar significativamente nossos resultados financeiros reportados. Suposições mais conservadoras dos benefícios futuros antecipados destes negócios resultariam em provisões para desvalorização maiores, o que reduziria o lucro líquido e resultaria em valores de ativos menores em nosso balanço patrimonial. Por outro lado, suposições menos conservadoras resultariam em provisões para desvalorização menores, lucro líquido e valores de ativos maiores.

Ao avaliar o potencial de desvalorização de nossos investimentos, valorizamos nossos investimentos em companhias listadas em Bolsa de Valores pela cotação dos preços de mercado disponíveis ao público. Se a cotação do preço de mercado estiver abaixo do valor contábil, e considerarmos o declínio como não sendo temporário, ajustamos os nossos investimentos para os preços de mercado cotados. Para os investimentos cujos preços de mercado cotados não estão prontamente disponíveis, avaliamos os investimentos para fins de desvalorização sempre que a performance da empresa em questão indique que uma desvalorização possa existir. Em tais casos, o valor de mercado dos investimentos é estimado principalmente com base no fluxo de caixa projetado descontado utilizando suposições similares às descritas acima.

Com relação ao ágio, todo ano em 30 de setembro, usamos um processo de duas fases para testar a recuperabilidade do ágio de cada uma de nossas unidades de reporte. Na primeira fase é feita uma comparação do valor de mercado da unidade de reporte com o valor contábil dos ativos líquidos. O valor de mercado dos ativos líquidos é baseado no fluxo de caixa descontado usando-se suposições similares às usadas no processo descrito anteriormente. A segunda fase exige uma estimativa do valor de mercado dos ativos e passivos da unidade de reporte, individualmente. Em 2005, após os testes de desvalorização, concluímos que não era necessária nenhuma redução de valor de ativo.

Derivativos e Atividades de Hedge

O SFAS 133 - "Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities", complementado pelos SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149 exigem que reconheçamos todos os instrumentos financeiros derivativos tanto ativos como passivos em nosso balanço patrimonial e os valorize aos seus preços de mercado. As variações dos valores de mercado dos derivativos são reconhecidas no resultado de cada período ou em outros lucros econômicos (fora da apuração do lucro líquido), sendo que neste caso dependerá se a transação é designada como um *hedge* de fato. Não designamos nenhum instrumento financeiro derivativo como *hedge* e os ajustes a valores de mercado de nossos derivativos foram todos reconhecidos no lucro líquido do exercício. Se tivéssemos designado nossos instrumentos de *hedge*, conforme estabelecido no SFAS 133, teria tido ajustes correspondentes de valor de mercado, para certos instrumentos de *hedge*, nos

itens protegidos correlatos no caso de *hedges* de valores de mercado ou diretamente no patrimônio líquido no caso de *hedges* de fluxo de caixa. Em 2005, registramos um encargo de US\$ 101 milhões decorrentes de ajustes a valores de mercado de instrumentos derivativos.

Impostos sobre renda

De acordo com o SFAS 109 - “*Accounting for Income Taxes*”, reconhecemos os efeitos de impostos diferidos de compensação de prejuízos fiscais e diferenças temporárias em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Reconhecemos uma provisão para desvalorização nos casos em que acreditamos que seja mais provável que os créditos fiscais não serão totalmente recuperáveis no futuro.

Quando elaboramos as nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas, estimamos nossos impostos sobre a renda com base nas regulamentações de várias jurisdições onde conduzimos nossos negócios. Isto requer que estimemos nossa exposição fiscal corrente e avaliemos as diferenças temporárias que resultam do tratamento diferenciado de certos itens para os fins fiscais e contábeis. Estas diferenças originam impostos de renda diferidos ativos e passivos, os quais mostramos em nosso balanço patrimonial consolidado. Por isso, temos de avaliar a probabilidade que os nossos créditos fiscais diferidos serão recuperados a partir dos lucros tributáveis futuros. À medida que acreditamos que a recuperação não é provável, registramos uma provisão para desvalorização. Quando estabelecemos esta provisão para desvalorização ou aumentamos esta provisão em um período contábil, reconhecemos uma despesa tributária em nossa demonstração de resultado. Quando reduzimos a provisão para desvalorização, registramos um benefício fiscal em nossa demonstração de resultados.

A determinação de nossa provisão para imposto de renda ou os impostos de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para desvalorização dos créditos fiscais requer estimativas e julgamentos significativos da administração e suposições sobre assuntos de elevada incerteza. Para cada crédito fiscal futuro, avaliamos a probabilidade se parte ou todo o ativo fiscal não será recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da nossa avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro na empresa em que o imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na nossa produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação do Grupo para as controladas e custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

Contingências

Divulgamos passivos contingentes significativos, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota e os ativos contingentes significativos, nos casos em que a entrada de benefícios econômicos seja provável. Discutimos nossas contingências significativas na nota explicativa 18 de nossas Demonstrações Contábeis.

Contabilizamos as contingências de acordo com o SFAS 5 - “*Accounting for Contingencies*” que estabelece o registro uma perda estimada contingente quando a informação disponível antes da emissão de nossas Demonstrações Contábeis indicar a probabilidade de um evento futuro confirmar que um ativo deva ser desvalorizado ou um passivo foi incorrido na data das Demonstrações Contábeis, e o valor da perda possa ser razoavelmente estimado. Particularmente, dada a natureza incerta da legislação tributária brasileira, a avaliação de passivos tributários potenciais requer um julgamento significativo da administração. Por sua natureza, as contingências sempre serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou falharem em ocorrer – e tipicamente esses eventos ocorrerão por vários anos no futuro. Avaliar tais passivos, particularmente no ambiente legal brasileiro incerto, envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2005, totalizando US\$ 1.286 milhões, consiste de provisões de US\$ 229 milhões, US\$ 210 milhões, US\$ 816 milhões e US\$ 31 milhões por reclamações trabalhistas, cíveis, fiscais e outras, respectivamente.

Benefícios Pós-Aposentadoria dos Funcionários

Patrocinamos um plano de pensão de benefícios definidos cobrindo substancialmente todos nossos funcionários. Contabilizamos esses benefícios em conformidade com a SFAS No. 87 “Contabilidade para Pensões de Funcionários.”

A determinação do montante de nossas obrigações para os benefícios de pensão depende de determinadas suposições atuárias. Estas suposições são descritas na Nota Explicativa 17 às nossas demonstrações financeiras consolidadas e incluem, dentre outras, a taxa de retorno de longo prazo esperada sobre nossos ativos e aumentos de salário. Em conformidade com o GAAP dos EUA, os resultados reais que diferem de nossa suposições são acumulados e amortizados ao longo de períodos futuros e geralmente afetam nossas despesas reconhecidas e obrigações registradas em tais períodos futuros.

Consolidação de Entidades de Participação Variável

Realizamos avaliações para cada uma de nossas coligadas e *joint ventures* para avaliar se elas se incluíam como entidade de participação variável ou *VIE*, conforme definido na Interpretação Nº 46R “*Consolidation of Variable Interest Entities*” ou FIN 46R. Aplicando o FIN 46R, determinamos que a Albras é uma *VIE* e que somos seu principal beneficiário. Em conformidade consolidamos a Albras com efeito a partir de 1º de janeiro de 2005.

O FIN 46R requer que o beneficiário primário consolide a entidade de participação variável. Uma entidade de participação variável é na qual (a) os investidores de capital próprio (se houver) não possuem um interesse financeiro de controle ou (b) o investimento de capital próprio em risco seja insuficiente para financiar as atividades daquela entidade sem receber suporte financeiro subordinado adicional de outras partes ou (c) não tem o direito de receber retornos residuais esperados da entidade caso ocorra. O beneficiário primário de uma entidade de participação variável é a parte que absorve a maioria das perdas esperadas da entidade de participação variável, recebe a maioria dos retornos residuais esperados, ou ambos, como resultado da propriedade, interesses contratuais ou outras participações financeiras. Perdas esperadas são variações negativas esperadas dos ativos líquidos de uma empresa, exclusivo de suas participações variáveis, e retornos residuais esperados são as variações positivas esperadas no valor de mercado dos ativos da companhia, exclusivo de participações variáveis. Antes da emissão do FIN 46R, uma empresa geralmente consolidava uma entidade quando uma empresa tinha o controle da participação financeira na entidade através da propriedade do capital votante.

Qualificar a variabilidade das *VIEs* é complexo e subjetivo, requer consideração e estimativas de um número significativo de possibilidades futuras a ocorrer, bem como a probabilidade que cada evento ocorra. Os resultados dos possíveis eventos são registrados as participações da *holding* na *VIE* e, baseado na alocação, um cálculo é realizado para determinar qual parte, se houver, tem a maioria potencial dos eventos negativos (perdas esperadas) ou a maioria potencial dos eventos positivos (retornos residuais esperados). O cálculo das perdas esperadas e dos retornos residuais esperados requer um modelo de resultados futuros potenciais da entidade, especificando probabilidades para cada evento potencial e alocando estes eventos potenciais aos proprietários das participações nas *VIEs*. Se nossas previsões e probabilidades estiverem incorretas, a *VIE* poderá sofrer uma consolidação inadequada ou ser disconsolidada.

Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Empregados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Visão Geral

Nosso Conselho de Administração estabelece diretrizes e políticas gerais para nosso negócio e monitora a implementação das mesmas diretrizes e políticas pelos nossos diretores executivos. O Conselho de Administração se reúne ordinariamente todo o mês, ou extraordinariamente, sempre que, convocado pelo seu presidente, vice-presidente ou outros dois membros. As decisões do Conselho de Administração exigem um quorum que represente a maioria dos membros e são tomadas por voto majoritário.

De acordo com a legislação societária brasileira, o Conselho de Administração deve ter no mínimo três membros. Cada membro titular e seu respectivo suplente são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária e podem ser destituídos a qualquer tempo. Nosso estatuto social estabelece que o Conselho de Administração deve ser composto de onze membros e onze suplentes. Nossos empregados têm o direito de eleger um membro titular e seu respectivo suplente. De acordo com a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas da CVRD. Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um prazo de dois anos, permitida a reeleição. Cada suplente auxilia e representa um determinado membro do conselho. Na ausência de um membro do conselho, seu respectivo suplente poderá participar nas reuniões do Conselho de Administração e votar.

Dez dos nossos atuais membros titulares do Conselho de Administração e nove dos nossos atuais suplentes foram indicados pela Valepar, nosso principal acionista, conforme acordo dos acionistas da Valepar e os termos da legislação societária brasileira. Para uma descrição dos procedimentos de eleição de nossos conselheiros, consulte o *Item 10. Informações adicionais – Estatuto social – Ações ordinárias e preferenciais – Visão geral*. Para uma descrição do acordo de acionistas da Valepar, consulte o *Item 7. Principais acionistas e transações com partes relacionadas – Acionista majoritário – Acionista Principal*.

Conselheiros da CVRD

A tabela a seguir relaciona os atuais membros titulares do Conselho de Administração. Todos os nossos conselheiros foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, em 2005, e seus mandatos vencem em 2007.

	Primeiro Ano de Eleição	Posição	Idade
Sérgio Ricardo Silva Rosa (1).....	2003	Presidente	46
Erik Persson (1).....	2001	Conselheiro	52
Jorge Luiz Pacheco (1).....	2003	Conselheiro	51
Arlindo Magno de Oliveira (1).....	2003	Conselheiro	54
Luciano Siani Pires (2).....	2005	Conselheiro	36
Renato da Cruz Gomes (1).....	2001	Conselheiro	53
Mário da Silveira Teixeira Júnior (1).....	2003	Vice-presidente	59
Hiroshi Tada (1).....	2005	Conselheiro	61
Oscar Augusto de Camargo Filho (1).....	2003	Conselheiro	68
Francisco Augusto da Costa e Silva (1).....	2005	Conselheiro	57
Eduardo Fernando Jardim Pinto (3).....	2005	Conselheiro	43

(1) Indicado pela Valepar e aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado pelo Conselho de Administração em abril de 2006 para substituir Jacques Wagner, que renunciou em março de 2006. A nomeação do Sr. Pires será confirmada pelos acionistas na primeira Assembléia Geral que ocorrer após a Assembléia Geral Ordinária, ocorrida em 27 de abril de 2006.

(3) Indicado por nossos empregados e eleito pela Assembléia Geral Ordinária.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho de Administração.

	Primeiro Ano de Eleição	Cargo	Idade
Gerardo Xavier Santiago (1).....	2003	Conselheiro	46
Rita de Cássia Paz Andrade Robles (1).....	2005	Conselheiro	39
Sérgio Ricardo Lopes de Farias (1).....	2005	Conselheiro	41
José Mauro Guahyba de Almeida (1).....	2005	Conselheiro	61
Vago	-	-	-
Rômulo de Mello Dias (1).....	2001	Conselheiro	44
João Moisés de Oliveira (1).....	2001	Conselheiro	61
Hidehiro Takahashi (1).....	2005	Conselheiro	50
Wanderlei Viçoso Fagundes (1).....	2003	Conselheiro	60
Vago			-
José Horta Mafra Costa (2).....	2005	Conselheiro	59

(1) Indicado pela Valepar e aprovado na Assembléia Geral Ordinária.

(2) Indicado por nossos empregados e eleito na Assembléia Geral Ordinária.

Resumimos abaixo a experiência profissional, áreas de atuação e os principais interesses externos de nossos atuais conselheiros:

Sérgio Ricardo Silva Rosa. O Sr Rosa é membro do Conselho de Administração desde abril de 2003, tendo sido designado Presidente em maio de 2003. O Sr Rosa é atualmente o Presidente da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ou Previ, onde trabalha desde 2000. É também conselheiro da Valepar S.A., ou Valepar, e Diretor Presidente da Litel Participações S.A., ou Litel. É conselheiro da Brasil Telecom Participações desde dezembro de 2000, e da Sauípe S.A. desde maio de 2001. Antes de ingressar na Previ, o Sr Rosa atuou como Presidente da Confederação Nacional dos Bancários de junho de 1994 a maio de 2000. De janeiro de 1995 a dezembro de 1996, o Sr Rosa foi vereador do Município de São Paulo. Graduiu-se em jornalismo pela Universidade de São Paulo.

Erik Persson. O Sr Persson é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr Persson foi diretor de planejamento da Previ de junho de 2000 a maio de 2003, e assumiu em junho de 2003 a Diretoria de Seguridade. Tem trabalhado no Banco do Brasil desde 1977. Também exerce o cargo de membro do Conselho da Valepar e da Previ desde abril de 2001, e exerce ainda o cargo de conselheiro da SEEB e da FEEB, ambas no Rio Grande do Sul desde 1990. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Jorge Luiz Pacheco. Sr Pacheco é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. O Sr Pacheco é gerente de acompanhamento de empresas estratégicas na Previ desde dezembro de 2000. Antes disso, ele trabalhava no Banco do Brasil S.A. desde 1973. É também diretor da Valepar e da Litel, e ocupou a posição de executivo no conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas - FCPE - Cândido Mendes/RJ e pós-graduação em finanças e administração pelo IBMEC/RJ.

Arlindo Magno de Oliveira. É membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. Desde o ano de 1974 já ocupou diversas posições no Banco do Brasil S.A., tais como a de gerente de atendimento ao cliente. O Sr Oliveira começou a trabalhar na Previ em 1974, e desde então vem atuando como membro do conselho fiscal, diretor deliberativo e diretor de planejamento e atualmente é membro do conselho deliberativo da Previ. De abril a setembro de 2002, o Sr Oliveira foi diretor executivo financeiro e administrativo interino da CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto. Também exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de várias companhias, dentre elas a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A. e a ENERCAN – Campos Novos Energia S.A. Formou-se em economia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e é pós-graduado em finanças pelo IBMEC/RJ.

Luciano Siani Pires. O Sr Pires juntou-se ao nosso Conselho de Administração em maio de 2005. O Sr. Pires é chefe do departamento da Gerência de Participações no BNDES, o banco de desenvolvimento brasileiro. De 2003 a 2005, o Sr. Pires foi consultor da McKinsey & Company. Sr. Pires é membro do Conselho de Administração da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S. A. e Tele Norte Leste Participações S.A. Graduiu-se em engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, e seu MBA, *summa cum laude*, de New York University Stern School of Business.

Renato da Cruz Gomes. O Sr Gomes é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. O Sr Gomes é Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, ocupou várias posições no BNDES e exerceu o cargo de membro do Conselho de Administração de muitas empresas nos últimos 15 anos, como: Aracruz, Iochpe, Bahia Sul, Globo Cabo e Latasa. Também foi membro do Conselho Consultivo do Factor Sinergia – Fundo de Investimento de Valores Mobiliários em Ações - e membro do comitê de investimentos do Bradesco *Templeton Value and Liquidity Fund*. O Sr Gomes é Diretor Executivo da Valepar S.A. desde abril de 2001 e membro suplente do Conselho de Administração da Valepar. Formou-se em engenharia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ e é pós-graduado em Gestão Empresarial pela SDE.

Mário da Silveira Teixeira Júnior. – O Sr Teixeira é membro do conselho da CVRD desde maio de 2003. Em 1 de julho de 1971 ingressou na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, onde serviu como diretor executivo de março de 1983 a janeiro de 1984, quando foi nomeado diretor chefe de departamento no Banco Bradesco S.A. Em 1992, tornou-se diretor administrativo, em 1998 foi vice-presidente e, de março de 1999 até julho 2001, foi membro do Conselho de Administração. De julho de 2001 a março de 2002, o Sr Teixeira foi diretor presidente da Bradespar e em março de 2002 retornou ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. É também conselheiro da Valepar S.A., VBC Participações S.A., VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, CPFL Energia S.A., CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Piratininga de Força e Luz, Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., Membro Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimentos S.A., com sede em Lisboa, Portugal, e Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento. O Sr Teixeira ocupou os cargos de Vice-Presidente da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento, membro do Conselho de Administração da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas e conselheiro da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Latasa S.A., Globo Cabo S.A., São Paulo Alpargatas S.A e Tubos e Conexões Tigre S.A.. O Sr Teixeira formou-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade de São Paulo.

Hiroshi Tada. O Sr Tada ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Desde 1968 o Sr Tada ocupou diversas posições na Mitsui & Co. Ltd. ou Mitsui, onde hoje é o Vice-presidente executivo da empresa. Formou-se em engenharia de minas pela Universidade de Kyoto, Japão e possui mestrado na Universidade de Harvard em AMP.

Oscar Augusto de Camargo Filho. O Sr Camargo Filho é membro de nosso Conselho de Administração desde outubro de 2003. Atualmente é sócio da CWH Consultoria Empresarial. De 1999 a 2003, atuou como Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística. De 1973 a 2003, ocupou diversas posições na CAEMI, incluindo a de Diretor Presidente e membro de seu Conselho de Administração. De 1963 a 1973 ocupou diversas posições dentro da Motores Perkins S.A., como a de Diretor Comercial e de Vendas e gerente de vendas e serviços. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo.

Francisco Augusto da Costa e Silva. O Sr Costa e Silva ingressou em nosso Conselho de Administração em abril de 2005. Ele também é sócio da Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, um escritório de direito no Rio de Janeiro. O Sr Costa e Silva também é membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A., do Comitê de Ética da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), e do comitê de desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Começou sua carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde ocupou diversas posições, como a de diretor. Ainda, integrou o Conselho de Administração de diversas empresas e instituições como a Solpart Participações S.A., Aracruz Celulose S.A., Pisa Papel de Imprensa S.A., Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ. O Sr Costa e Silva também foi Presidente da CVM e presidiu o *Council of Securities Regulators of the Americas* – COSRA. Atuou na Comissão da Moeda e do Crédito - COMOC e no Conselho de Gestão da Previdência Complementar integrou o Comitê Executivo da *International Organization of Securities Commissions* – IOSCO. O Sr Costa e Silva formou-se em direito pela Universidade do Estado da Guanabara, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e pós-graduação em MBA pela COPPEAD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Eduardo Fernando Jardim Pinto. O Sr Jardim Pinto é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2005. Desde 1983 ocupou diversas posições na CVRD, atualmente ocupando o cargo de maquinista especializado e Presidente do Sindicato da STEFEM, o sindicato dos funcionários da ferrovia no estado do Maranhão. Formou-se em técnico em engenharia elétrica pelo CEFET – Rio de Janeiro e está estudando na graduação de direito na Faculdade São Luiz.

Conselheiros da Vale Overseas

Os conselheiros da Vale Overseas são os seguintes:

	Cargo	Idade
Fabio de Oliveira Barbosa.....	Conselheiro	45
Fernando Ramos Nóbrega.....	Conselheiro	47
Bernardeth Vieira de Souza.....	Conselheiro	54
Leonardo Moretzsohn de Andrade	Conselheiro	48

Os Srs. Barbosa e Nóbrega também desempenham as funções de Diretor-Presidente e Diretor Financeiro da Vale Overseas, respectivamente. A experiência profissional do Sr Barbosa está resumida a seguir sob o título *Diretoria Executiva*.

Fernando Ramos Nóbrega. Exerce a função de Gerente Geral – Desenvolvimento de Novas Associações. De 1999 a 2005 ocupou o cargo de Gerente Geral Financeiro da CVRD. É membro do conselho de administração da Itabasco, Nibrasco, Hispanobras e Kobrasco desde 1998 e como membro do conselho da GIIC até 2003. Durante o ano de 2000, foi o Diretor Administrativo e Financeiro da FCA. Antes disso, ocupou diversos cargos na CVRD e na Rio Doce America, Inc., em Nova Iorque. É graduado como engenheiro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem MBA executivo pela New York University, em 1997.

Bernardeth Vieira de Souza. A Sra. Vieira de Souza é Gerente Geral de Tesouraria da CVRD. Graduada em Contabilidade e Administração pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é Mestre em Gerenciamento e Administração de Fluxo de Caixa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

Leonardo Moretzsohn de Andrade. O Sr Moretzsohn ingressou no Conselho de Administração da Vale Overseas em março de 2005. Ingressou na CVRD em 1983 e desde então vem ocupando posições dentro da CVRD. Atualmente ocupa o cargo de diretor de controle interno da CVRD. Ele também é membro do Conselho de Administração da Samarco, Valesul, presidente do conselho consultivo da Valia e do Comitê Financeiro e Operacional da CSI. De 1998 a 2001 trabalhou na RDI como gerente no departamento de celulose e durante este período também atuou como membro do BENECEL – BENELUX Pulp and Paper Agents Association. Formou-se em economia pela Universidade de Brasília e tem pós-graduação em projetos de engenharia pela COPPE/UFRJ e fez MBA em Gerenciamento de Empresa pela FGV.

O endereço comercial dos conselheiros da Vale Overseas é Avenida Graça Aranha, 26, 17º andar, 20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA

Visão Geral

Nossos diretores executivos são nossos representantes legais e são responsáveis pelo dia-a-dia operacional, além de serem responsáveis pela implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. De acordo com o nosso Estatuto Social, a diretoria executiva é composta por no mínimo seis e no máximo nove membros. O Conselho de Administração elege os diretores executivos por um período de dois anos, podendo destituí-los a qualquer tempo. Segundo a Legislação Societária Brasileira, os diretores executivos devem ser residentes no Brasil. A Diretoria Executiva reúne-se semanalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer Diretor Executivo.

Diretores Executivos

A tabela a seguir relaciona nossos atuais diretores executivos. O mandato de cada um de nossos diretores executivos termina em 2007.

	Ano da Indicação	Cargo	Idade
Roger Agnelli.....	2001	Diretor Presidente	47
Fabio de Oliveira Barbosa.....	2002	Diretor Executivo de Finanças	45
José Carlos Martins.....	2005	Diretor Executivo (Minerais Ferrosos)	56
Murilo Ferreira	2005	Diretor Executivo (Participações, Energia e Desenvolvimento de Negócios)	52
José Auto Lancaster Oliveira.....	2004	Diretor Executivo (Minerais Não-Ferrosos)	59
Guilherme Rodolfo Laager.....	2001	Diretor Executivo (Logística)	49
Gabriel Stoliar.....	1997	Diretor Executivo (Planejamento e Controle)	52
Carla Grasso.....	2001	Diretora Executiva (Recursos Humanos e Serviços Corporativos)	44
Tito Botelho Martins.....	2006	Diretor Executivo (Assuntos Corporativos)	43

Resumimos a seguir a experiência profissional, a área de especialidade e as principais áreas de interesse dos diretores executivos.

Roger Agnelli. O Sr. Agnelli foi eleito CEO e Diretor Presidente da Companhia Vale do Rio Doce em julho de 2001. Anterior a sua eleição, ele foi Presidente do Conselho de Administração da CVRD de maio de 2000 a julho de 2001. Sr Agnelli construiu sua carreira profissional no Grupo Financeiro Bradesco de 1981 a 2001, onde alcançou o cargo de Diretor Executivo do Banco Bradesco em 1998, permanecendo nesta função até o ano de 2000; também foi Diretor-Presidente da Bradespar de março de 2000 a julho de 2001. Devido a suas atividades nas áreas de investimentos, fusões e aquisições e gestão de ativos, também foi membro de Conselho de Administração de diversas companhias com atuação relevante no Brasil, dentre elas: Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. – LATASA, VBC Energia, Brasmotor, Mahle Metal Leve, Rio Grande Energia e Serra da Mesa Energia. O Sr. Agnelli foi também conselheiro da UGB Participações e Vice-Presidente da ANDIB – Associação Nacional dos Bancos de Investimento. O Sr. Agnelli é membro do Comitê de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um corpo consultivo ao Presidente do Brasil e membro do Conselho de Investimentos Internacionais, formado para assessorar o Presidente da República da África do Sul, o Dr. Thabo Mbeki. O Sr. Agnelli é Presidente do Conselho Econômico China-Brasil e membro do conselho de administração da Asea Brown Boveri (ABB), Duke Energy Corporation e Suzano Petroquímica S.A. Recentemente tornou-se membro do *International Advisory Committee*, da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), e membro do Conselho de Administração da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. Foi convidado a fazer parte do Conselho Internacional da *Brookings Institution*. O Sr. Agnelli é formado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, Brasil.

Fabio de Oliveira Barbosa. Sr. Barbosa foi eleito nosso Diretor Financeiro Executivo em maio de 2002. Até maio de 2006 ele foi Presidente do Conselho de Administração da CAEMI. Anteriormente, atuou como membro de nosso Conselho de Administração de abril de 2000 a março de 2002. Antes, atuou como Presidente do Conselho de Administração do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A., e também como membro do conselho das seguintes empresas: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, CST e TELESP—Telecomunicações de São Paulo. Antes de se juntar a nós, atuou como Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda desde julho de 1999, tendo atuado como Secretário-Adjunto nos quatro anos anteriores. De 1992 a 1995, atuou como Assessor da Diretoria Executiva do Banco Mundial, em Washington D.C. De 1990 a 1992, foi Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral da Unidade de Política Fiscal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Macroeconômica, ambos no Ministério do Planejamento. Anteriormente, ocupou vários cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Graduiu-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui mestrado em economia pela Universidade de Brasília (UnB).

José Carlos Martins. Sr. Martins foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais ferrosos em abril de 2005 e anteriormente eleito diretor executivo de participações e desenvolvimento de negócio em abril de 2004. Com mais de 30 anos de experiência na indústria de metais, foi diretor e presidente da Aços Villares de 1986 a 1996 e diretor da área siderúrgica na CSN, de 1997 a 1999. Em 1999, o Sr. Martins tornou-se Presidente da Latasa, um dos maiores produtores de latas de alumínio da América Latina. Com a compra da Latasa pela Rexam, uma empresa do Reino Unido, em 2003, tornou-se Diretor-Presidente da divisão sul-americana de bebidas em lata da Rexam, a Rexam Beverage Can South America. O Sr. Martins é graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Murilo Ferreira. O Sr. Ferreira foi eleito Diretor Executivo de nossas participações, energia e desenvolvimento de novos negócios em abril de 2005. Ingressou na CVRD em 1977 e possui ampla experiência em diversas áreas da empresa, principalmente a de Alumínio e Ferroligas. Em 1998 foi apontado como diretor de finanças e comercial na Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE, que foi incorporada pela CVRD em dezembro de 2003. O Sr. Ferreira foi CEO da Albras – Alumínio Brasileiro S.A. Além de Diretor do Departamento de Alumínio desde dezembro de 2003. O Sr. Ferreira também é membro do Conselho de Administração da MRN - Mineração Rio do Norte S.A., Valesul Alumínio S.A. e ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. O Sr. Ferreira é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), e possui MBA pela EBAP-FGV.

José Auto Lancaster Oliveira. Sr. Lancaster foi eleito diretor executivo de nossa divisão de minerais não ferrosos em setembro de 2004. Também é e membro do Conselho Administrativo da Caniço Resources Corp. e executivo da Companhia Minera Andino Brasileira Ltd., Companhia Minera Latino Americana Ltda., Tethys Mining LLC and Vale do Rio Doce Kaolin S.A. - Valekao. Anteriormente, o Sr. Oliveira exercia o cargo de presidente da Mineração Serra do Sossego S.A. e gerente de exploração da subsidiária brasileira da British Petroleum. Graduado em geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil e com Ph.D em geologia econômica pela Mackay School of Mines, na University of Nevada, Reno (Estados Unidos).

Guilherme Rodolfo Laager. Sr. Laager foi eleito diretor executivo de nossa divisão de logística em setembro de 2001. Exerceu o cargo de diretor de logística, aquisição e informação tecnológica da AMBEV, Companhia de Bebidas das Américas de 1989 até agosto de 2000. De 1982 até 1988, trabalhou para a Andersen Consulting e de 1979 até 1981, para a IESA, Internacional de Engenharia S.A. É graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, e tem MBA em administração da COPPEAD, também na UFRJ.

Gabriel Stoliar. O Sr. Stoliar atua, desde outubro de 2001, como Diretor Executivo de Planejamento e Gestão da CVRD. Em setembro de 1997, ele foi inicialmente nomeado diretor executivo do Centro Corporativo. Também é conselheiro da Usiminas e PPSA. Em 1994, foi indicado Conselheiro da BNDESPAR. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel da BNDESPAR. Em 1988, foi indicado pela BNDESPAR como Gerente de Operações na Área de Bens de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1982, foi promovido Gerente do BNDES, para a Área de Projetos do FINSOCIAL. Em 1978, ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Iniciou sua carreira como analista em organização de empresas no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. É graduado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduado em Engenharia de Produção e tem MBA da PDG/EXEC-SDE no Rio de Janeiro.

Carla Grasso. Sra. Grasso foi indicada diretora executiva de recursos humanos e serviços corporativos em outubro de 2001. De dezembro de 1997 a outubro de 2001, a Sra. Grasso atuou como diretora de pessoal, administração e IT para o Centro Corporativo da CVRD. Antes disso, ela atuou como secretária do escritório brasileiro de seguridade social suplementar, de janeiro de 1994 a novembro de 1997, como assessora do Ministro da Seguridade Social, de dezembro de 1992 a novembro de 1993, como assessora financeira e coordenadora da política fiscal no Ministério da Fazenda, de outubro a dezembro de 1992; como assessora financeira e coordenadora do Ministério do Planejamento, de novembro de 1988 a março de 1990; como assessora da Presidência do Cebrae – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, de janeiro a novembro de 1988. Em 1997, foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD). É graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

Tito Botelho Martins. O Sr. Martins foi eleito Diretor Executivo da CVRD para assuntos corporativos em abril de 2006. O Sr. Martins ingressou na CVRD em 1985 e possui ampla experiência em assuntos de finanças corporativas. Foi diretor do departamento de Finanças Corporativas da CVRD e também diretor financeiro da FCA entre agosto de 1999 e Setembro de 2003. O Sr. Martins trabalhou em diversas posições em empresas filiadas à CVRD, como a FCA, Samarco, Ferrobarragem, Açominas, Gulf Industrial Investment Corporation, Itabasco e Hispanobrás. Desde outubro de 2003, o Sr. Martins é diretor presidente da CAEMI e da MBR. Formou-se em

economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e conduziu cursos de pós-graduação em diversas instituições no Brasil e no exterior.

CONSELHO FISCAL

Pela Legislação Societária Brasileira, as corporações podem ter estabelecido um Conselho Fiscal, como órgão cujos membros são eleitos pelos acionistas e são independentes da nossa administração e dos auditores externos. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal segundo a Legislação Societária Brasileira é o monitoramento das atividades da administração e revisão das Demonstrações Contábeis reportando os resultados diretamente aos acionistas. Estabelecemos um conselho fiscal permanente, que pode ter entre três e cinco membros. Além disso, o estatuto da CVRD deu poder ao nosso conselho fiscal para que tome responsabilidade sobre outras questões, conforme descrito acima.

Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de empresas registradas no NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, designamos e demos poder ao nosso conselho fiscal para desempenhar o papel do comitê de auditoria sujeito à isenção estipulada na Lei do Mercado de Capitais - 10A-3(c)(3). Esta medida foi tomada seguindo a alteração em nosso estatuto aprovado pelos acionistas em 19 de julho de 2005. Nosso Conselho de Administração determinou o Sr. Aníbal Moreira dos Santos como especialista financeiro.

De acordo com nosso estatuto, nosso Conselho Fiscal é responsável pelo estabelecimento de procedimentos para o recebimento, retenção e tratamento de quaisquer reclamações relacionadas a questões de contabilidade, controles e auditoria, bem como procedimentos para a submissão confidencial e anônima de assuntos relacionados a tais questões; recomendando e auxiliando nosso Conselho de Administração na indicação, estabelecimento de compensação e dispensa de auditores independentes; pré-aprovação de serviços a serem prestados por nossos auditores independentes; e supervisionamento do trabalho desempenhado por auditores externos, com poderes para suspender o pagamento de compensação aos auditores independentes e resolver divergências entre a gerência e os auditores no que diz respeito ao relatório financeiro.

Os membros de nosso Conselho Fiscal devem atender às exigências aplicáveis de elegibilidade da lei societária brasileira. Um membro de nosso Conselho Fiscal não pode (i) ocupar cargo de membro do Conselho de Administração, do conselho fiscal ou comitê de assessoramento de qualquer empresa concorrente da CVRD ou que tenha interesses conflitantes com a CVRD, a menos que a conformidade deste requerimento for expressamente desconsiderado por uma decisão tomada pelos acionistas nas assembléias gerais, (ii) seja funcionário ou membro da gerência da CVRD ou de suas subsidiárias e coligadas, ou (iii) seja cônjuge ou parente de até terceiro grau por afinidade ou consangüinidade de um diretor ou membro do Conselho de Administração da CVRD.

- Em 27 de abril de 2006, os acionistas elegeram ou reelegeram os atuais membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Os detentores das ações preferenciais classe A, incluindo as ações de classe especial, ou *golden shares*, podem eleger um membro do conselho fiscal e seu respectivo suplente. Acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que detenham pelo menos 10% do total das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro e seu respectivo suplente. O mandato dos membros do conselho fiscal expira na Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua eleição.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal.

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
Bernard Appy (1)	2006
José Bernardo de Medeiros Neto (2)	2005
Marcelo Amaral Moraes (2)	2004
Aníbal Moreira dos Santos (2)	2005

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Indicado pela Valepar.

A tabela a seguir relaciona os membros suplentes do Conselho Fiscal.

	<u>Primeiro Ano de Indicação</u>
Tarcísio José Massote de Godoy (1)	2004
Marcos Coimbra (2)	2006
Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (2)	2004
Vago	-

(1) Indicado pelos acionistas preferenciais.

(2) Indicado pela Valepar.

Resumimos abaixo a experiência, áreas de especialização e principais interesses externos dos atuais membros de nosso conselho fiscal.

Bernard Appy. O Sr. Appy foi eleito membro do conselho fiscal da CVRD em abril de 2006. Desde abril de 2006 ocupa o cargo de Secretário do Ministério da Fazenda do Brasil, que já havia ocupado anteriormente de janeiro de 2003 a maio de 2005. De maio de 2005 a março de 2006, exerceu a função de Secretário para Políticas Econômicas no Ministério da Fazenda no Brasil. Desde 1997, o Sr. Appy é membro do Departamento de Economia da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. De 1995 a 2002, foi sócio na LCA Consultores Ltda., uma empresa de consultoria em economia. Formou-se em economia pela Universidade de São Paulo – USP e concluiu o curso de mestrado em economia pela Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP.

José Bernardo de Medeiros Neto. O Sr. Medeiros Neto é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2005. Ele é o atual presidente da AFABB-RS, a associação de ex-funcionários do Banco do Brasil S.A., e presidente do conselho fiscal da Previ. De 1980 a 1982, foi C.E.O. do Banrisul Financeira S.A. De 1975 a 1980, Vice-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – BADESUL. Ele é ex-funcionário do Banco do Brasil S.A., onde ocupou diversos cargos de 1957 a 1974. O Sr. Medeiros Neto formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marcelo Amaral Moraes. O Sr. Moraes é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2004. Ele é gerente de investimento da Bradespar S.A. desde 2000. De 1995 a 2000, trabalhou em fusões e aquisições e departamentos de mercado de capital do Banco Bozano, Simonsen. Em 2004, ele foi suplente do conselho de administração da Net Serviços S.A. e, em 2003, membro suplente do Conselho de Administração da CVRD. O Sr. Moraes formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e tem MBA pela COPPEAD e UFRJ.

Aníbal Moreira dos Santos. O Sr. Santos Moraes é membro do conselho fiscal da CVRD desde 2005. Foi diretor executivo da Caemi Canada Inc., Caemi Canada Investments Inc., CMM Overseas, Ltd., Caemi International Holdings BV e Caemi International Investments NV, subsidiárias da CAEMI, de 1998 a 2003, quando se aposentou. De 1983 a 2003 foi diretor financeiro da CAEMI. De 1999 a 2003, foi membro do Conselho Fiscal da CADAM S.A. e membro suplente do Conselho de Administração da MBR e Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. de 1998 a 2003. O Sr. Santos é contador formado pela Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Comitês de Assessoramento

Nosso Estatuto Social estabelece a criação de cinco comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração, a saber: Desenvolvimento Executivo, Estratégico, Financeiro, Contábil e Governança e Sustentabilidade. Nem todos os membros destes comitês não são membros do Conselho de Administração.

- *O Comitê de Desenvolvimento Executivo* é responsável por reportar as políticas gerais de recursos humanos; recomendar os níveis de remuneração dos nossos diretores executivos; estabelecer diretrizes para avaliar o desempenho de nossos diretores executivos; e fazer relatórios sobre políticas relativas às responsabilidades corporativas, tais como ambiental, saúde, segurança e responsabilidade da companhia submetida aos nossos diretores executivos. Os membros do Comitê de Desenvolvimento Executivo são: João Moisés de Oliveira, Arlindo Magno de Oliveira, Olga Loffredi e Oscar Augusto de Carmargo Filho.
- *O Comitê Estratégico* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange às diretrizes estratégicas e o planejamento estratégico submetidos anualmente ao Conselho por nossos diretores executivos; os orçamentos de investimentos anuais e plurianuais da Companhia; oportunidades de investimentos e/ou desinvestimentos submetidas pelos diretores executivos, e fusões e aquisições. Os membros do Comitê Estratégico são: Roger Agnelli, Gabriel Stoliar, Sérgio Ricardo da Silva Rosa, Oscar Augusto de Camargo Filho, Demian Fiocca e Mario da Silva Teixeira.
- *O Comitê Financeiro* é responsável por revisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração no que tange: às políticas financeiras e aos sistemas internos de controle financeiro da companhia; à compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual; e à consistência com a política geral sobre dividendos e a estrutura de capital da Companhia. Os membros do Comitê Financeiro são: Fabio de Oliveira Barbosa, Rômulo de Mello Dias, Ivan Luiz Modesto Schara e Wanderlei Viçoso Fagundes. *O Comitê de Contabilidade* é responsável por propor ao Conselho de Administração a indicação do funcionário responsável pela auditoria interna da companhia; reportar as políticas e o plano anual de auditoria da companhia apresentado pelo responsável pela auditoria interna, e a sua execução; monitorar os resultados da

auditoria interna da companhia e identificar, priorizar e propor ações a serem acompanhadas pelos diretores executivos; e analisar o relatório anual, bem como as Demonstrações Contábeis da companhia e fazer recomendações ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Contabilidade são: Inácio Clemente da Silva, Antonio José de Figueiredo Ferreira e Paulo Roberto Ferreira de Medeiros. Nenhum dos membros do nosso Comitê de Contabilidade é membro do Conselho de Administração.

- *O Comitê de Governança e Sustentabilidade* é responsável por avaliar nossas práticas de governança corporativa e funcionamento do Conselho de Administração e recomendar melhorias ao código de ética e ao nosso sistema de gestão, de forma a evitar conflitos de interesses entre a companhia e seus acionistas ou administradores; e emitir relatórios sobre os potenciais conflitos de interesse entre a companhia e seus acionistas ou administradores. Os membros do Comitê de Governança e Sustentabilidade são: Renato da Cruz Gomes, Ricardo Carvalho Giambroni e Ricardo Simonsen.

Significativas Diferenças de Governança Corporativa

De acordo com a Seção 303A.11 da relação de empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, preparamos um gráfico que resume as formas nas quais nossas práticas de governança corporativa diferem daquelas das empresas nacionais americanas dentro das regras de governança corporativa da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Obs.: este gráfico também pode ser acessado pelo nosso site: http://www.cvrld.com.br/cvrd_us/media/0311NYSEDifferencesChartRevisedi.pdf

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS, DIRETORES EXECUTIVOS, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Visão Geral

De acordo com o nosso Estatuto Social, os acionistas são responsáveis por estabelecer o valor total da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e aos diretores executivos. Nossos acionistas determinam o valor da remuneração global anual dos administradores na Assembléia Geral Ordinária a cada ano. A fim de estabelecer o total de remuneração dos conselheiros e diretores, nossos acionistas geralmente consideram uma série de fatores que variam desde atributos, experiência e qualificação dos nossos conselheiros e diretores executivos, bem como o desempenho recente de nossas operações. Uma vez que a remuneração global é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração, em colegiado, são responsáveis por determinar a distribuição, de acordo com nosso Estatuto Social entre os conselheiros e diretores executivos, posteriormente segundo recomendação do Presidente. O Comitê de Desenvolvimento Executivo elabora recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito à remuneração global anual dos diretores executivos. Além da remuneração fixa, nossos diretores executivos também têm direito a bônus e pagamentos de incentivo.

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2005, pagamos o total de, aproximadamente, R\$ 14,1 milhões em remuneração (incluindo aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos diretores executivos, e US\$ 477,1 mil em remuneração (incluindo aqui a remuneração fixa e variável e benefícios adicionais em espécie) aos membros do Conselho de Administração e aos diretores executivos pelo exercício de seus cargos. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2005, nenhum conselheiro ou diretor executivo teve qualquer interesse financeiro ou de outra espécie em negócios envolvendo a Companhia, senão sua capacidade como membro do conselho ou diretor executivo.

Em abril de 2006, o número total de ações ordinárias de propriedade de nossos conselheiros e diretores executivos era de 41.161 e o número total de ações preferenciais classe A de propriedade de nossos diretores e conselheiros executivos em 31 de abril de 2006, era de 231.889. Nenhum de nossos conselheiros ou diretores executivos possui um por cento ou mais de qualquer classe de nossas ações.

Conselho Fiscal

Durante 2005, o montante mensal pago a cada um dos membros do Conselho Fiscal foi de R\$ 4,5 mil, excluindo os benefícios. Pagamos um total de R\$ 128,7 mil aos membros do Conselho Fiscal em 2005. Além disso, os membros do Conselho Fiscal são reembolsados pelas despesas de viagens necessárias ao exercício de seus cargos.

Comitês de Assessoramento

Pagamos um total de US\$ 106,2 a membros dos comitês de assessoramento da CVRD em 2005. Além disso, os membros dos comitês de assessoramento da CVRD são reembolsados pelas despesas de viagens necessárias para o exercício de seus cargos.

FUNCIONÁRIOS

Geral

A tabela abaixo estabelece o número de funcionários por categoria a contar das datas indicadas.

	Em 31 de dezembro,		
	2003	2004	2005
Minerais Ferrosos.....	13.107	14.845	17.858
Logística.....	8.820	10.001	11.269
Minerais Não Ferrosos.....	1.332	1.957	2.307
Alumínio, Aço e Desenvolvimento de Negócios.....	2.149	2.328	4.400
Centro Corporativo	5.563	2.915	2.726
Total.....	30.971	32.046	38.560

Salários e Benefícios

Os salários e benefícios na CVRD e suas controladas são geralmente estabelecidos por cada empresa. A CVRD estabelece seus programas de salário e de benefícios anuais em julho de cada ano após negociações com os sindicatos. Em julho de 2005, a CVRD chegou a um acordo com seus sindicatos para um aumento de 6,5% de salário e manutenção dos benefícios correntes, que é válido até junho de 2006. As disposições dos acordos da CVRD com seus sindicatos também se aplicam aos empregados da CVRD não afiliados a sindicatos. A CVRD não sofreu nenhuma perda econômica significativa em decorrência de greves de trabalhadores ou de paralisações do trabalho.

Planos de Pensão

Os empregados da CVRD e da maioria de suas controladas estão aptos a participar dos planos de pensão gerenciados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA (“Valia”). Patrocinada pela CVRD, a Valia é um plano de seguridade social complementar, não aberto e sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa. Substancialmente, todos os participantes nos planos patrocinados pela Valia são participantes de um novo plano da Valia implementado em maio de 2000. O “novo plano” é primariamente um plano de contribuição definida com um recurso de benefício definido relativo ao benefício anterior a maio de 2000. A Valia também patrocina o “plano antigo” que é um plano de benefício definido, com os benefícios baseados nos anos de serviços, salário e benefícios de previdência social. Este plano cobre os participantes aposentados e seus beneficiários, bem como um número relativamente pequeno de empregados que se negaram a fazer a transferência do plano antigo para o novo plano quando este foi estabelecido em maio de 2000.

Os funcionários da CAEMI e suas controladas, MBR e CADAM, e os empregados da Alunorte participam de diferentes planos de pensão. A CAEMI e a MBR contribuem a um plano de pensão complementar aberto que é principalmente uma contribuição definida, mantido pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Este plano teve sua origem no plano de seguridade social e pensão, mantidos pela Fundação CAEMI de Previdência Social e patrocinado pela CAEMI e a MBR. Os benefícios concedidos pela CAEMI e a MBR incluem pensões para aposentadoria, incapacitação e morte, bem como abonos anuais. Os benefícios coletivos de saúde e seguro de vida oferecidos pela CAEMI e suas controladas aos empregados terminam quando o empregado deixa a companhia, seja por aposentadoria ou não. Os funcionários da CADAM e da Alunorte são beneficiados com o plano de pensão gerenciado pela Bradesco Vida e Previdência.

Outros Benefícios

Todos os empregados da CVRD e seus dependentes têm acesso à assistência médica complementar, que oferece cobertura ambulatorial e hospitalar, dentária e custos com medicamentos prescritos. Os beneficiários têm livre escolha de médicos, com parte das despesas reembolsadas. Outros importantes benefícios oferecidos aos empregados são uma verba anual para materiais escolares, seguro de vida em grupo, assistência funeral e reembolso dos custos de creche para empregados com crianças de até três anos de idade.

Participação Acionária

O Estatuto Social da CVRD prevê o estabelecimento de planos de opção de ações, mas até a presente data eles não foram criados.

Participação dos Lucros entre Funcionários

Todos os funcionários da CVRD recebem remuneração por incentivo todos os anos em quantias baseadas no desempenho da CVRD, dos departamentos e dos desempenhos individuais. Outros acordos para incentivos de remuneração semelhantes já estão disponíveis em outras empresas dentro do grupo CVRD.

Item 7. Acionistas Majoritários e Transações com Partes Relacionadas

ACIONISTAS MAJORITÁRIOS

Visão Geral

Acionistas Majoritários da CVRD. A tabela abaixo apresenta algumas informações relacionadas à propriedade beneficiária de nossas ações ordinárias e preferenciais classe A e em 30 de abril de 2006, por cada pessoa que temos conhecimento ser o proprietário de mais de 5% de qualquer classe de nosso capital social e por todos os conselheiros e diretores executivos em conjunto.

	Ações	Percentual da Classe
Ações Ordinárias		
Valepar S.A. (1).....	392.147.133	53,3%
BNDESPAR (2).....	50.289.430	6,8
Conselheiros e diretores executivos em conjunto.....	41.161	*
Ações Preferenciais Classe A (3)		
Conselheiros e diretores em conjunto.....	231.889	*
Ações Preferenciais de Classe Especial		
Governo brasileiro	3	100,0

- (1) Vide a tabela abaixo para obter mais informações sobre os acionistas da Valepar. Devido cada acionista da Valepar ter o poder de veto de transferência pela Valepar de qualquer ação que detenha na CVRD, cada um dos acionistas da Valepar pode representar um proprietário da Valepar, de acordo com as instruções da SEC. Normalmente, é considerado “beneficial owner” de determinadas ações, aquele que detenha o poder de veto ou investimento relacionado a determinadas ações. Isto não implica que a pessoa tenha benefícios econômicos ou outros benefícios sobre as ações.
- (2) Exclui as ações ordinárias pertencentes diretamente a Valepar, na qual o BNDESPAR tem participação.
- (3) O Governo Brasileiro (Tesouro Nacional) possui através do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, 15.226.023 ações preferenciais classe A, representando 3,7% dessa classe de ações em circulação e o BNDESPAR possui 364.333 ações preferenciais classe A, representando 0,1% dessa classe de ações em circulação.
- (*) Representa menos que 1% da classe das ações em circulação.

Acionistas da Valepar. As tabelas a seguir apresentam as informações em 30 de abril de 2006 relativas à participação acionária nas ações ordinárias da Valepar S.A. e da Litel Participações S.A, após o desdobramento de ações aprovado pela Assembléia Geral Ordinária da Valepar em 28 de abril de 2006.

	Número de Ações Ordinárias da Valepar	Percentual das Ações Ordinárias da Valepar
Valepar S.A.		
Litel Participações S.A.(1).....	315.982.596	49,00%
Eletron S.A.	188.718	0,03
Bradespar S.A. (2).....	136.796.982	21,21
Mitsui & Co. Ltd.....	117.644.142	18,24
BNDESPAR.....	74.250.000	11,51
Total.....	644.862.438	100,00%

- (1) A Litel detém 99.568.944 ações preferenciais Classe B da Valepar, que representam 71,41% das ações preferenciais. A Litela, afiliada da Litel, detém 39.862.884 ações preferenciais classe B da Valepar, que representam 28,59% das ações preferências.
- (2) A Bradespar é controlada por um grupo que consiste em Cidade de Deus – Cia. Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Litel Participações S.A.

BB Carteira Ativa 0(1)	202.753.508	73,59%
BB Carteira Ativa II(1).....	53.388.025	1938%
BB Renda Fixa IV(1).....	19.371.990	7,03%
Outros.....	822	—
Conselheiros e diretores executivos em conjunto.....	4	—
Total.....	<u>275.514.349</u>	<u>100,00%</u>

- (1) O BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa II e BB Renda Fixa IV são fundos de investimentos brasileiros. O BB Carteira Ativa 0 é 100% da Previ. O BB Carteira Ativa II é 59,36% da Funcef, 35,8% da Petros e 4,84% da Fundação CESP. O BB Renda Fixa IV é 100% da Previ. Previ, Petros, Funcef e Fundação CESP são fundos de pensão brasileiros.

Participações do Governo Brasileiro. Em 1997, a companhia foi privatizada pelo Governo Brasileiro, que vendeu seu controle votante para a Valepar. Como parte do processo de privatização, o Tesouro Nacional e o BNDES, banco estatal de fomento, juntos passaram a deter 32% das nossas ações ordinárias e 4% das nossas ações preferenciais classe A. Em 20 de março de 2002, na fase final do processo de privatização, o Governo brasileiro e o BNDES venderam cada um 39.393.919 ações, sejam de ações ordinárias ou ADSs, que juntos representam 32,1% das nossas ações ordinárias em circulação. Atualmente, o BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, detém aproximadamente 7,1% de nossas ações ordinárias em circulação e 0,7% de nossas ações preferenciais classe A em circulação. O Governo Brasileiro atualmente detém, cerca de 3,7% de nossas ações preferenciais classe A em circulação (desconsiderada a participação do BNDESPAR), e três ações de classe especial, o que lhe confere poder de veto sobre algumas matérias que poderiam ser adotadas por nós. Para maiores detalhes a respeito do poder de veto, garantido ao Governo Brasileiro na qualidade de ser proprietário de ações de classe especial (*golden share*), vide *Item 10. Informações Adicionais – Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

Desdobramentos Acionários. Nossos acionistas aprovaram um desdobramento acionário 3-para-1 em Assembléia Geral Ordinária Extraordinária no dia 18 de agosto de 2004. No dia 19 de agosto de 2004, decidiu-se que cada ação da Empresa negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), tanto ordinária (VALE3) como preferencial (VALE5) foi desdobrada em três partes. Em setembro de 2004, cada ADR representando nossas ações ordinárias (RIO) ou ações preferenciais (RIOPR) apresentava um desdobramento similar. Como resultado, a proporção de uma ADR vinculada a uma ação ordinária ou preferencial foi mantida.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2006, nossos acionistas aprovaram um desdobramento acionário de 2 por 1. Nossas ADRs também serão desdobradas em 2 por 1, a partir de 7 de junho de 2006.

Acionista Majoritário

Nosso acionista majoritário é a Valepar. Os acionistas da Valepar celebraram um acordo válido até 2017, o qual:

- concede direitos de preferência na aquisição em qualquer transferência de ações de emissão da Valepar e direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas pela Valepar;
- veda a aquisição direta de ações da CVRD por acionistas da Valepar, salvo mediante autorização dos demais acionistas;
- proíbe ônus sobre as ações da Valepar (diferentes daqueles relacionados com financiamento de nossa aquisição);
- normalmente exige que cada parte retenha controle de sua companhia de propósito especial mantendo sua participação nas ações da *holding* Valepar, a menos que os direitos da primeira recusa mencionada acima sejam observadas;
- aloca os lugares do nosso conselho e da Valepar;
- disponibiliza uma política de dividendo para manutenção pela CVRD solicitando que a CVRD distribua 50% do lucro líquido da CVRD para cada ano fiscal;
- proporciona uma estrutura de capital para ser mantida pela CVRD que não exceda o limite de dívida/patrimônio;
- solicita que os acionistas da Valepar votem suas ações indiretas da CVRD e façam com que seus representantes no Conselho de Administração da CVRD votem apenas de acordo com as decisões tomadas nas pré-reuniões da Valepar feitas antes das reuniões do Conselho de Administração da CVRD ou acionistas; e;

- estabelece exigências de votação supermajoritária para certas ações importantes relacionadas à Valepar ou a nós.

Conforme o contrato dos acionistas, detentores de no mínimo 75% das ações ordinárias da Valepar devem estar de acordo com os pontos abaixo:

- alterações do Estatuto Social da CVRD;
- aumento do capital social da CVRD por subscrição de ações, criação de uma nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou qualquer redução de capital da CVRD;
- emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, pela CVRD, bônus de subscrição, partes beneficiárias a título oneroso, opções para compra de ações ou qualquer outro título mobiliário;
- determinação do preço de emissão de novas ações do capital social e de quaisquer títulos mobiliários de emissão da CVRD;
- operações de incorporação, cisão e fusão nas quais a CVRD seja parte, bem como sua forma corporativa;
- dissolução, processos de liquidação, falência, concordata ou atos voluntários de reorganização financeira;
- a eleição e substituição do Conselho de Administração da CVRD, inclusive do seu Presidente e qualquer executivo da CVRD;
- a alienação ou aquisição de participação, pela CVRD, no capital de qualquer sociedade, bem como a aquisição de ações do capital social da CVRD pela Valepar ou da Valepar pela CVRD a ser mantida em tesouraria da adquirente;
- a participação da CVRD em um grupo de sociedades ou consórcio de qualquer natureza;
- a celebração de acordos de distribuição, investimento, comercialização de exportação, transferência de tecnologia, licença de marcas, exploração de patentes, concessão para uso e arrendamento nos quais a CVRD seja parte;
- a aprovação e alteração do *Business Plan* da CVRD;
- a fixação da remuneração dos conselheiros da CVRD, bem como as atribuições do Conselho de Administração;
- qualquer participação nos lucros aos administradores da CVRD;
- a fixação da remuneração e das atribuições dos diretores executivos da CVRD;
- modificação do objeto social da CVRD;
- a distribuição ou não distribuição de dividendos em quaisquer ações de capital da CVRD além daquelas estabelecidas no estatuto, ou sua não-distribuição, e qualquer pagamento de juros sobre o capital social da CVRD;
- a escolha e destituição de auditor independente da CVRD;
- a constituição de qualquer ônus real, ou prestação de garantias, inclusive fianças pela CVRD para garantir obrigações de terceiros incluindo qualquer ligada ou subsidiária da CVRD;
- a adoção de deliberação acerca de qualquer matéria que, por lei, conceda ao acionista o direito de retirada.
- a eleição e substituição, pelo Conselho de Administração, de qualquer representante da CVRD nas controladas ou a ela ligadas ou em outras sociedades nas quais a CVRD tenha o direito de indicar diretores e executivos; e
- alteração dos limites máximo de endividamento da CVRD, da respectiva relação dívida /patrimônio conforme definido no acordo de acionistas.

Além disso, o acordo de acionistas dispõe que qualquer emissão de certificados de participação pela CVRD ou qualquer venda de ações da CVRD detidas pela Valepar exige a deliberação unânime dos acionistas da Valepar.

Ações de Depósitos Americanos

Em 30 de abril de 2006, as Ações de Depósito Americano representavam 27,3% das nossas ações ordinárias em circulação e 43,9% das nossas ações preferenciais classe A em circulação.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2005, o montante total das garantias por nós concedidas a nossas controladas, coligadas e joint ventures era de US\$ 5 milhões, dos quais US\$ 4 milhões denominados em dólares norte-americanos e o US\$ 1 milhão restante em reais. Vide Nota Explicativa 18 às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Temos relações comerciais no curso normal dos negócios com uma série de companhias que são coligadas acionistas da Valepar, nosso acionista majoritário. O mais importante disto são nossas vendas de minério de ferro e pelotas à CST, na qual o Previ tem participação, e a Usiminas, na qual tanto a Previ como nós detemos participações. Também temos relações comerciais no curso normal dos negócios com a Mitsui, uma acionista da Valepar.

Além disso, temos relações comerciais com Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), uma companhia estatal na qual nosso CEO, Sr. Roger Agnelli é membro do conselho de Administração. Arrendamos uma mina de potássio (mina de Taquari-Vassouras) em Rosário do Catete, no estado de Sergipe, Brasil, da Petrobrás, e temos um acordo com a Petrobrás, sob o qual operamos o terminal marítimo de Inácio Barbosa por um período de 10 anos até dezembro de 2012. Também temos relações comerciais com a Petrobras Distribuidora S. A., uma subsidiária da Petrobras. Veja *Item 4. Informações sobre a Companhia – Segmentos de Negócio – Minerais Não Ferrosos – Potássio* e *Item 4. Informações sobre a Companhia – Segmentos de Negócio – Logística – Portos e Terminais*.

Como membro de nosso Conselho de Administração, o Sr. Francisco Augusto da Costa e Silva é sócio na Bocater, Camargo, Costa e Silva - Advogados Associados, que ocasionalmente presta consultoria jurídica a nós.

Para obter informações sobre investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*, e para informações sobre transações com nossas principais partes relacionadas, vide as Notas Explicativas 18 e 20 às nossas Demonstrações Contábeis consolidadas.

Item 8. Informações Financeiras

PROCESSOS JUDICIAIS

Nós e nossas controladas respondemos por diversas ações judiciais no curso normal das atividades, incluindo processos cíveis, administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários. Provisionamos ou depositamos em juízo valores para cobrir perdas contingenciais estimadas relacionadas a sentenças judiciais desfavoráveis. Acreditamos que as provisões feitas são suficientes para cobrir possíveis perdas relativas às referidas ações.

Atualmente, estamos envolvidos em sete processos perante o Conselho de Administração de Defesa Econômica CADE, que é o principal órgão regulador de antitruste brasileiro. Cinco destes processos envolve revisões de aquisições já ocorridas ou transações com *joint ventures*, obrigatórias para quase todas as nossas aquisições e *joint ventures*. Os outros dois processos restantes são de natureza administrativa que alegam prática de infração à ordem econômica nos nossos negócios de logística. Iremos nos defender nesses processos com vigor, embora não possamos prever seus resultados. Se o CADE julgar que praticamos concorrência desleal, ele poderá impor o término da prática desta conduta e/ou pagamento de multas.

O CADE recentemente emitiu sua decisão em relação à análise pós-transação de nossas aquisições da Socoimex, Samitri, Ferteco, Belém e CAEMI, e o acordo para o descruzamento das participações recíprocas entre nós e a Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN. Em 10 de agosto de 2005, o CADE emitiu decisão aprovando estas aquisições, sujeita a certas condições. Dentre as condições estabelecidas pela decisão do CADE, devemos (i) ceder completamente nossos direitos de preferência relacionados ao minério de ferro da mina Casa de Pedra e reestruturar nossa participação na MRS Logística ou (ii) vender todos nossos ativos que foram de propriedade da Ferteco Mineração S.A., uma companhia que adquirimos em 2001 e consolidamos em agosto de 2003. Na parte da decisão relativa a mina de Casa de Pedra, os membros do CADE foram 3 a 3 e o presidente do CADE emitiu um voto de Minerva contra nós. Impetramos um mandado de segurança nos tribunais federais questionando as deficiências processuais por parte da

decisão do CADE relativa a mina da Casa de Pedra e solicitando uma liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa. Esta liminar foi concedida em 10 de novembro de 2005 e confirmada, de forma preliminar, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 19 de dezembro de 2005. Contudo, em fevereiro de 2006, o tribunal emitiu uma decisão desfavorável sobre o mandado de segurança, o qual estamos apelando agora. Até nossa apelação da decisão do Tribunal Federal, o mandado de segurança suspendendo os efeitos da decisão do CADE permanecerá em vigor.

A aquisição da CAEMI foi aprovada pela Comissão Europeia sujeita a determinadas condições, inclusive a venda da Quebec Cartier Mining Company (QCM). Nós vendemos as ações preferenciais classe B da CAEMI na QCM em julho de 2005. Para mais detalhes, vide Nota 7(a) em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Diversas ações judiciais contestando a legalidade do preço mínimo fixado em leilão de nossa privatização em 1997 ainda estão pendentes, incluindo ações legais de classe. As instâncias judiciais inferiores proferiram decisões favoráveis nestes processos que foram recorridos por seus respectivos autores da ação. No final de 2005, nos casos em que os autores da ação estiverem discutindo o preço pago pelo bloco controlador da CVRD, as decisões das instâncias inferiores foram revogadas pelas instâncias superiores, que determinaram que os processos judiciais devem ser devolvidos às instâncias inferiores para dar continuidade à fase de investigação nas leis brasileiras de processo civil, relativa a base para estabelecimento do preço mínimo no programa de privatização. Tais decisões das instâncias superiores ainda estão sujeitas a recursos impetrados por todos acusados. Nos casos remanescentes, em que apenas pontos irregulares do convite à licitação estavam sendo questionados, as instâncias superiores mantiveram as decisões favoráveis. Não acreditamos que essas ações afetem de forma desfavorável o resultado da privatização, seja individualmente, ou em conjunto, ou que de outra maneira produzam um efeito substancialmente desfavorável sobre nós.

Somos réus em uma ação cível pública que busca anular o contrato de arrendamento pelo qual nós e outras empresas acusadas operamos o terminal do porto da Praia Mole, no estado do Espírito Santo, Brasil. O caso, que teve início em 1998, ainda está nos estágios iniciais e acreditamos que a alegação não possui fundamento.

Atualmente, somos réus em duas ações movidas pelo município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Em uma das ações, iniciada em agosto de 1996, o município de Itabira alega que as operações de nossas minas de ferro em Itabira causaram danos ambientais e sociais e exige reparo dos danos relativos à devastação do local de uma de nossas minas, assim como a restauração imediata do complexo ecológico afetado e a execução de programas ambientais de recuperação na região. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, somam aproximadamente US\$ 722 milhões. Já solicitamos a anulação desta ação tendo em vista que não possui mérito. De fato, em 5 de junho de 2000, as autoridades ambientais locais concederam uma licença para as operações da mina de ferro em Itabira. Essa licença estabelece condições para a restauração ambiental do local devastado e a execução de programas de preservação ambiental. Desde então, renovamos a licença operacional e pretendemos continuar a cumprir com estas condições estabelecidas na licença operacional renovada. Em outra ação, o município de Itabira pede a indenização pelos gastos que o mesmo teria incorrido com serviços públicos prestados como consequência de nossa atividade de mineração. Os danos mencionados, ajustados da data da petição inicial, somam aproximadamente US\$ 836 milhões. Acreditamos que esta ação não tenha fundamento e estamos nos defendendo com vigor em ambas as ações legais.

Atualmente somos réus em uma série de processos de natureza administrativa impetrados pela DNPM, o mais significativo deles foi movido contra nós em março de 2006, alegando que não honramos o pagamento da quantia total de CFEM devida em relação às receitas geradas por nossas atividades de minério de ferro e manganês. Acreditamos que as alegações da DNPM não tenham mérito e pretendemos contestá-las veementemente. A quantia total pedida nos processos administrativos é de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão. Se não obtivermos êxito nestes processos, talvez tenhamos que fazer depósitos judiciais das quantias exigidas para podermos apelar em caso de decisão adversa. Também somos réus em processo judicial semelhante, movido pelo município de Mariana, que alega nossa falha no pagamento da CFEM relacionado às nossas receitas geradas pelas atividades de peletização. Acreditamos que as alegações do município de Mariana também não têm mérito e pretendemos, da mesma forma, contestá-los veementemente. Estamos também envolvidos em litígio com o DNPM em relação à porcentagem aplicável das receitas a serem aplicadas para calcular a CFEM devida sobre o potássio. Favor ver o *Item 4. Informações sobre a Companhia –Regulamentação – Mineração*.

Estamos envolvidos em litígio relativos a determinados aspectos da recente legislação tributária que exige que os rendimentos provenientes das controladas no exterior sejam incluídos na apuração do imposto de renda a pagar no Brasil. Obtivemos um mandado de segurança em fevereiro de 2003, suspendendo nossa obrigação de pagar quantias em disputa. Este mandado de segurança continua em vigor em razão de uma liminar pendente que entramos no tribunal superior federal em setembro de 2005 contra uma decisão desfavorável impetrada pela corte inferior em julho de 2005. Não registramos provisões para estes impostos em nossas demonstrações contábeis.

Em conformidade com a Resolução ANEEL No. 591, de novembro de 2003, a ANEEL autorizou a Light – Serviços de Eletricidade S.A. (a “Light”) a cobrar de consumidores livres no estado do Rio de Janeiro, como a Valesul, diversas tarifas adicionais inclusive pelo uso do sistema de distribuição. Em janeiro de 2004, a Valesul entrou com uma ação contestando a legalidade desta cobrança. Em junho de 2004, a Valesul obteve uma decisão favorável liberando-a do pagamento de tais cobranças. A Light recorreu desta decisão e, em setembro de 2004, obteve decisão favorável da corte

superior, que revogou a decisão da corte inferior, forçando assim a Valesul a efetuar os pagamentos pendentes para a resolução da questão. A Valesul apelou ao Superior Tribunal de Justiça e está aguardando sua decisão.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Segundo nossa política de dividendos, nossa Diretoria Executiva propõe ao nosso Conselho de Administração determinar até 31 de janeiro de cada ano o valor mínimo por ação, em dólares norte-americanos, que será distribuído naquele exercício aos acionistas. Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são determinados em dólares norte-americanos, considerando nossa expectativa de geração de caixa para aqueles exercícios. A proposta estabelece que duas parcelas semi-anuais sejam pagas nos meses de abril e outubro de cada ano. A proposta é submetida ao Conselho de Administração nas assembléias programadas para os meses de abril e outubro. Uma vez aprovado, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são pagos em reais e convertidos as taxas de câmbio praticadas no último dia útil antes das reuniões do conselho em abril e outubro de cada ano. A Diretoria Executiva também poderá propor ao Conselho de Administração, dependendo da evolução do desempenho de nosso fluxo de caixa, um pagamento adicional aos acionistas de um valor por ação, até ou acima do dividendo mínimo inicialmente estabelecido. Para 2006, nossa Diretoria Executiva propôs ao Conselho de Administração um dividendo mínimo de US\$ 1,3 bilhão. Nossa prática normal é pagar o mesmo dividendo ou juros sobre o capital próprio tanto para as ações ordinárias quanto para as ações preferenciais classe A. Em 12 de abril de 2006, a primeira parcela deste dividendo representando US\$ 650 milhões foi aprovada por nosso Conselho de Administração. Esta primeira parcela foi paga em 28 de abril de 2006.

As distribuições de dividendos com base em nossa política de dividendos estão sujeitas a duas restrições:

- Nosso Estatuto Social estabelece que devemos distribuir a nossos acionistas, na forma de dividendos ou participações sobre o capital próprio, uma quantia anual não inferior a 25% do valor a distribuir, conhecido como dividendo obrigatório, a menos que o Conselho de Administração aconselhe nossos acionistas em nossa assembléia geral que o pagamento do dividendo obrigatório para o ano precedente seja desaconselhável em vista de nossa condição financeira.
- A Valepar, nossa principal acionista, recomenda a distribuição de um dividendo igual a, no mínimo, 50% do valor da receita líquida relacionada a cada ano fiscal, exceto em 2005, quando foi recomendado uma distribuição de dividendos igual a 43,68% de nossa receita líquida.

Para uma discussão sobre as provisões da distribuição de dividendo sob a Legislação Societária Brasileira e nossos estatutos, ver *Item 10. Informações Adicionais*

Podemos fazer distribuições tanto na forma de dividendos quanto juros sobre o capital próprio. Os dividendos relativos às ADSs e os detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais classe A não residentes não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte, exceto os dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Estes dividendos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas. As distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas, incluindo os detentores de ADSs, estão atualmente sujeitas ao imposto de renda retido na fonte. Vide *Item 10. Informações Adicionais – Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

Por lei, somos obrigados a realizar uma assembléia ordinária de acionistas até 30 de abril de cada ano, na qual um dividendo anual poderá ser anunciado. Além disso, dividendos intermediários poderão ser anunciados pelo Conselho de Administração. Em conformidade com a Legislação Societária brasileira, o pagamento de dividendos deve ser efetuado ao acionista que detiver as ações na data da declaração de dividendos, dentro do prazo de 60 dias após a data que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estipule uma outra data de pagamento, o que, em qualquer circunstância, deve ocorrer antes do encerramento do exercício em que esse dividendo foi anunciado. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relacionados às suas ações, após o qual não teremos qualquer obrigação em relação a esses pagamentos. De 1997 a 2003, todas as remunerações que efetuamos foram na forma de juros sobre o capital próprio. Em 2004 e 2005, parte da distribuição foi feita na forma de juros sobre capital próprio e parte como dividendos. Vide *Item 10. Informações Adicionais. Ações Ordinárias e Preferenciais – Juros sobre Capital Próprio*.

Efetuamos distribuições de dividendos sobre ações ordinárias e ações preferenciais Classe A vinculadas às ADSs em moeda brasileira ao custodiante em nome do depositário. O custodiante converte então esses resultados em dólares norte-americanos e providencia para que esses dólares sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs. Para obter mais informações sobre a política fiscal brasileira de distribuição de dividendos. Vide *Item 10. Informações Adicionais – Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

A tabela a seguir mostra as distribuições pagas aos detentores de ações ordinárias e ações preferenciais Classe A nos períodos indicados. Um desdobramento acionário de 3 por 1 ocorreu em agosto de 2004 e quantias para os períodos anteriores não foram reafirmadas para dar efeito ao desdobramento. Calculamos as conversões para dólares norte-americanos usando a taxa de venda comercial vigente na data do pagamento. Demonstramos os valores brutos do imposto de renda retido na fonte.

Ano	Data do Pagamento	Reais por Ação na Data do Pagamento	Dólares por Ação na Data do Pagamento
2001	20 de fevereiro	3,33	1,66
	10 de dezembro	2,305	0,98
2002	30 de abril.....	2,305	0,98
	10 de dezembro	2,68	0,71
2003	30 de abril.....	1,62	0,56
	31 de outubro	3,42	1,20
2004	30 de abril.....	2,06	0,70
	29 de outubro (1) (2).....	1,27	0,45
2005	29 de abril.....	1,11	0,43
	31 de outubro (3)	1,57	0,70
2006	28 de abril (4).....	1,15	0,54

- (1) Em 29 de outubro de 2004, pagamos 1,03 reais por ação em participação sobre patrimônio líquido e 0,24 reais por ação em dividendos.
- (2) Um desdobramento acionário de 3 para 1 ocorreu em agosto de 2004.
- (3) Em 31 de outubro de 2005, pagamos 0,68 reais por ação em juros sobre capital próprio e 0,89 reais por ação em dividendos.
- (4) Em 28 de abril de 2006, pagamos 0,67 centavos de real por ação sob a forma de juros sobre capital próprio e 0,48 centavos de real por ação sob a forma de dividendos.

Item 9. Oferta e registro em Bolsa de Valores

HISTÓRICO DOS PREÇOS DAS AÇÕES

A tabela a seguir contém informações relativas a nossas ADSs preferenciais e ordinárias para os períodos indicados conforme relatório da Bolsa de Valores de Nova Iorque e nossas ações preferenciais Classe A e ações ordinárias, conforme reportado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para os períodos indicados. Os preços das ações na tabela para os períodos após 19 de agosto de 2004 (para nossas ações ordinárias e preferenciais) e depois de 7 de setembro de 2004 (para nossas ações ordinárias e preferenciais ADSs) refletem um desdobramento acionário de 3 por 1.

	Reais por Ação Ordinária		Reais por Ações Preferenciais Classe A		Dólares por ADS Preferencial Classe A		Dólares por ADS Ordinária	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
	R\$	R\$	R\$	R\$	US\$	US\$	US\$	US\$
2001	55,00	42,70	58,70	44,00	26,98	18,65	—	—
2002	109,00	50,00	102,20	50,90	29,51	20,51	30,00	21,75
2003	170,80	80,90	148,00	77,45	51,90	24,30	59,59	25,71
2004	77,50	43,33	64,19	37,67	24,38	12,10	29,01	14,08
2005	99,89	64,00	87,00	55,00	39,55	21,93	45,08	25,60
1º trimestre de 2004	180,00	145,10	159,00	124,40	55,50	42,45	62,87	49,96
2º trimestre de 2004	163,92	129,99	142,74	113,01	49,77	36,30	57,09	42,24
3º trimestre de 2004 (1) ...	65,00	47,00	55,50	39,38	19,41	12,88	22,66	15,47
4º trimestre de 2004	77,50	58,50	64,19	50,61	24,38	17,68	29,01	20,32
1º trimestre de 2005	95,75	71,00	79,02	59,50	30,00	22,05	36,55	26,05
2º trimestre de 2005	84,50	64,00	72,00	55,00	26,90	21,93	32,00	25,60
3º trimestre de 2005	99,89	70,04	86,85	59,76	39,55	25,31	44,78	29,51
4º trimestre de 2005	99,40	83,75	87,00	74,10	39,20	32,87	45,08	36,85
1º trimestre de 2006	112,80]	91,01	97,80	79,90	44,38	36,99	51,27	42,28
Dezembro 2005.....	99,40	92,60	86,20	80,60	39,20	34,92	45,08	40,12
Janeiro 2006.....	112,80	95,80	97,80	84,20	44,38	37,75	51,27	43,00
Fevereiro 2006.....	111,80]	98,79	97,00	85,40	43,60	39,55	50,38	45,86
Março 2006.....	105,90	91,00	94,00	79,90	43,23	36,99	48,53	42,28
Abril 2006.....	111,00	102,50	96,36	91,20	45,90	42,65	51,75	47,88
Mai 2006 (2).....	59,55	50,90	49,08	42,13	48,39	36,96	58,18	45,02

- (1) Desdobramento acionário 3 para 1 ocorrido durante este trimestre.
- (2) Até 23 de maio de 2006 de Desdobramento de ação de 2 para 1 ocorrido durante o mês, apenas com relação as ações ordinárias e preferenciais Classe A

Fonte: Bloomberg LLP.

NEGOCIAÇÕES DE AÇÕES

Nossas ações representativas do capital consistem em ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A são publicamente negociadas no Brasil na BOVESPA, com as denominações VALE3 e VALE5, respectivamente. Nossas ações ordinárias e preferenciais Classe A também são negociadas no LATIBEX, através da denominação XVALO e XVALP, respectivamente. A LATIBEX é um mercado eletrônico criado em 1999 pela Bolsa de Valores de Madrid a fim de permitir a negociação em Euro de títulos de valores mobiliários provenientes da América Latina.

Em dezembro de 2003, concordamos em cumprir com os requisitos aprimorados de Governança Corporativa e divulgação estabelecidos pela BOVESPA de forma a nos qualificar como uma companhia admitida ao “Nível 1 de Exigências de Governança Corporativa” da BOVESPA.

Para se tornar uma companhia de Nível 1, o emissor deve concordar em:

- assegurar que as ações do emitente representante de pelo menos 25% de seu capital total estejam efetivamente disponíveis para serem negociadas;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam ampla pulverização das ações sempre que fizer uma oferta;
- cumprir com as normas mínimas de divulgação trimestral padrão;
- seguir políticas de divulgações mais rígidas com relação às transações feitas pelos acionistas controladores, conselheiros e diretores envolvendo títulos emitidos;
- divulgar quaisquer acordos de acionistas e planos de opção de ações existentes; e
- elaborar um cronograma de eventos corporativos disponíveis aos acionistas.

Nossas Ações de Depósito Americano ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde março de 2002, com a denominação RIO. Nossas Ações de Depósito Americano preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial classe A, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque desde junho de 2000, através da denominação RIOPR. As Ações de Depósito Americano preferenciais classe A haviam sido negociadas no mercado de balcão desde 1994. O J.P. Morgan Chase Bank atua como depositário tanto das Ações de Depósito Americano ordinárias como das preferenciais. Em 30 de abril de 2006, existiam 406.725.905 de Ações de Depósito Americano em circulação, representando 49,6% de nossas ações preferenciais classe A, 27,3% de nossas ações ordinárias ou 35,3% do nosso capital total.

Item 10. Informações Adicionais

DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL

Objeto da Companhia

Nosso Estatuto Social define o nosso objeto social incluindo:

- exploração de depósitos minerais no Brasil e no exterior através da extração, processamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de minerais;
- construção e operação de ferrovias e exploração de tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- construção e operação de terminais marítimos próprios ou de terceiros e a exploração de atividades de navegação e de apoio portuário;
- fornecimento de serviços logísticos integrados com transporte de carga, incluindo captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transportes;
- produção, processamento, transporte, industrialização e comercialização de qualquer e todas as fontes e formas de energia, também envolvendo atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;

- a continuidade, no Brasil ou no exterior, de outras atividades que possam ser consequência direta ou indireta à realização do objeto social, incluindo pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação de bens, exploração, industrialização e comércio de recursos florestais e prestação de serviços de qualquer natureza; e
- constituição ou participação sob qualquer modalidade em outras sociedades, consórcios ou entidades relacionadas direta ou indiretamente ao nosso objeto social.

Poderes dos Conselheiros

De acordo com a legislação societária brasileira, se um conselheiro ou diretor executivo tiver um interesse conflitante com o da companhia no que diz respeito a qualquer transação proposta, ele estará impedido de votar na reunião do Conselho de Administração ou da diretoria convocadas para deliberar sobre aquela transação e deverá divulgar a natureza e extensão do seu conflito de interesse para transcrição nas atas de reunião. De qualquer forma, um conselheiro ou diretor executivo não poderá fazer nenhum negócio com a companhia, incluindo empréstimos, salvo se em termos e condições razoáveis e equitativas aos de mercado ou oferecidos por terceiros. De acordo com o Estatuto Social, os acionistas estabelecem a remuneração global a ser paga aos conselheiros e diretores executivos. O Conselho de Administração distribui a remuneração entre os seus membros e diretores executivos. Vide *Item 6. Conselheiros, Diretores Executivos e Funcionários - Remuneração*. O nosso Estatuto Social não estabelece nenhum limite de idade para aposentadoria obrigatória.

AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERÊNCIAIS

A seguir, são apresentadas determinadas informações sobre o nosso capital social autorizado e emitido, bem como um breve resumo de determinadas disposições relevantes de nosso Estatuto Social e da Legislação Societária Brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e está qualificada mediante referência ao nosso Estatuto Social (que teve uma tradução em inglês arquivada na SEC) e à Legislação Societária Brasileira.

Visão Geral

O nosso Estatuto Social contempla um capital autorizado de até 900 milhões de ações ordinárias e até 1.800 milhões de ações preferenciais Classe A, sendo que a emissão de tais ações depende exclusivamente da aprovação do Conselho de Administração sem outra aprovação adicional dos acionistas.

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias gerais de acionistas. Os detentores de ações ordinárias não têm qualquer direito de preferência em relação ao recebimento de dividendos ou outras distribuições.

Os detentores de ações preferenciais Classe A e da ação de classe especial (*golden share*) têm os mesmos direitos votantes que os detentores de ações ordinárias, exceto com relação à eleição dos membros do Conselho de Administração, e têm direito a dividendo preferencial mínimo não cumulativo anual de (i) pelo menos 3% do valor da ação, calculado com base nas demonstrações contábeis levantadas para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculados sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias representando pelo menos 15% do total das ações com direito a voto e de ações preferenciais classe A representando pelo menos 10% do nosso capital social têm o direito de indicar um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Se nenhum grupo de acionistas ordinários ou preferenciais classe A se enquadrar nos parâmetros descritos acima, acionistas ordinários ou preferenciais representando pelo menos 10% do nosso capital social poderão compor suas ações a fim de indicar um membro titular e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. Detentores de ações preferenciais classe A e da ação de classe especial (*golden share*) podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente. Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias compreendendo, pelo menos, 10% das ações ordinárias em circulação também podem eleger um membro do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

O Governo Brasileiro detém três ações preferenciais de classe especial (*golden share*). As ações preferenciais de classe especial (*golden share*) são ações preferenciais que conferem os mesmos direitos (inclusive em relação ao direito de voto e de preferência no recebimento de dividendos) dos detentores de ações preferenciais classe A. Além disso, o detentor da ação preferencial de classe especial (*golden share*) tem o direito de veto sobre as seguintes matérias:

- (1) alteração da denominação social;
- (2) mudança da sede social;
- (3) mudança do objeto social relativamente à exploração mineral;

- (4) liquidação da nossa companhia;
- (5) alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos nossos sistemas integrados de minério de ferro :
 - (a) depósitos minerais, depósitos de minério, minas;
 - (b) ferrovias; ou
 - (c) portos e terminais marítimos;
- (6) qualquer modificação do Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas por nós; e
- (7) qualquer modificação ao Estatuto Social com relação aos direitos atribuídos à ação preferencial de classe especial.

Cálculo do Valor a Distribuir

Em cada Assembléia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação a ser dada ao nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior. Para fins da Legislação Societária Brasileira, o lucro líquido do exercício de uma companhia após imposto de renda e contribuição social para tal exercício, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios anteriores e dos valores atribuídos à participação dos empregados e administradores nos lucros da companhia, representa seus lucros líquidos para tal ano fiscal. De acordo com a legislação Societária Brasileira, nossos lucros líquidos deve ser ajustados pela dedução dos valores alocados à reserva legal, reservas para contingências, ou a reserva de lucros não realizados por nós estabelecidas em conformidade com as leis aplicáveis (discutidas mais adiante) e aumentadas das reversões das reservas constituídas em exercícios anteriores estará disponível para distribuição aos acionistas em qualquer ano. Este montante, o lucro líquido ajustado, passará a ser denominado valor a distribuir. Podemos também estabelecer outras reservas estatutárias, reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais, como discutido a seguir.

Reserva Legal. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, somos obrigados a manter uma reserva legal na qual devemos aplicar 5% do lucro líquido de cada exercício que não excederá 20% do nosso capital social. Se registrarmos prejuízos líquidos em exercícios futuros, tais poderão ser compensados contra a reserva legal.

Reservas Estatutárias. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, uma companhia, através do estabelecido no seu Estatuto Social poderá criar reservas adicionais. O nosso Estatuto Social prevê uma Reserva de Exaustão que deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros líquidos de qualquer exercício fiscal. Atualmente, mantemos uma reserva de exaustão de incentivo fiscal estabelecida em relação a determinadas operações de mineração. As destinações à reserva de exaustão de incentivo fiscal são dedutíveis para fins tributários. A reserva estatutária de exaustão é utilizada desde 1996, quando o incentivo fiscal mencionado acima terminou. Para obter mais detalhes, vide a Nota Explicativa 16 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Não há limites ao tamanho ou montante de recursos que podem ser destinados à reserva estatutária de exaustão. Entretanto, o total da reserva legal, reserva de amortização e reserva para projetos de investimentos não podem exceder o montante de nosso capital social integralizado.

Reserva para Contingências. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, uma parte do nosso lucro líquido poderá ser destinada a uma reserva para contingências, a fim de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável. Qualquer valor, assim, destinado, em um exercício anterior, deverá ser revertido no exercício em que deixarem de existir as razões que justifiquem a sua constituição ou em que ocorrer a perda. Nunca destinamos valor para a reserva para contingências.

Reserva para Projetos de Investimentos. De acordo com a legislação societária brasileira, parte de nosso lucro líquido pode ser destinado à expansão de nossa planta e de outros projetos de investimento de capital, desde que tal valor seja baseado em orçamento de capital previamente apresentado pela administração e aprovado pelos acionistas. De acordo com a Lei Nº 10.303/2001, os orçamentos de capital superiores a um ano devem ser revisados anualmente, na Assembléia Geral Ordinária de acionistas. Uma vez concluídos os projetos de capital aprovados, podemos reter estes valores, até que os acionistas votem pela capitalização ou transferência, total ou parcial, para lucros retidos, dos valores em reserva.

Reserva de Lucros a Realizar. A partir de 1º de março de 2002, em conformidade com a Lei Nº 10.303/2001, que alterou a legislação societária brasileira, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício, o excedente poderá ser destinado a uma reserva de lucros a realizar. Para estes efeitos, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma de (i) nossos resultados positivos, se tivermos, de equivalência patrimonial nos ganhos e perdas de nossas controladas e algumas coligadas, e (ii) os resultados obtidos em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após exercício social seguinte.

Reserva de Investimento de Incentivo Fiscal. De acordo com as leis fiscais brasileiras, uma parte do nosso lucro líquido poderá ser atribuída a uma reserva de investimento de incentivo fiscal, em valores correspondentes às reduções em nosso imposto de renda geradas por investimentos em determinados programas aprovados pelo Governo Federal.

A legislação societária brasileira estabelece que todas as destinações do lucro líquido, incluindo reservas estatutárias, reserva para contingências, reserva de lucros a realizar e reserva de retenção de lucros para investimentos, estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembleia geral ordinária e podem ser capitalizadas ou utilizadas para o pagamento de dividendos em exercícios posteriores. A reserva de investimento de incentivo fiscal e a reserva legal também estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembleia geral ordinária e podem ser capitalizadas, porém não estão disponíveis para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes.

Nossos cálculos do lucro líquido e alocações das reservas para qualquer exercício são determinados com base nas Demonstrações Contábeis elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira. Nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentadas neste relatório anual foram preparadas de acordo com U.S.GAAP e, muito embora nossa alocação para reservas e dividendos estejam refletidas nessas demonstrações, os investidores não poderão calcular a referida alocação e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios com base nas mesmas.

Dividendo Obrigatório

Nosso Estatuto Social determina que os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, uma quantia anual não inferior a 25% do valor a distribuir referente ao exercício findo, denominado dividendo obrigatório. O Conselho de Administração poderá recomendar aos nossos acionistas reunidos em assembleia geral que o pagamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício social anterior não é aconselhável tendo em vista a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal deverá revisar qualquer determinação e reportá-la aos acionistas. Além do dividendo obrigatório, o Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas que o pagamento de dividendos seja realizado com outros recursos legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório para aquele exercício. Os acionistas deverão também aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que se refere a qualquer distribuição exigida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao valor da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucros não realizados, porém não está sujeito ao valor da reserva de exaustão. Vide o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Cálculo do Valor a Distribuir*. Até a presente data, nosso Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento de dividendos obrigatórios fosse desaconselhável.

Desde nossa privatização em 1997, seguindo orientação da Valepar, nossa principal acionista, temos distribuído dividendos de no mínimo 50% do lucro líquido a distribuir em cada exercício social, exceto em 2005, quando recomendou distribuição equivalente a 43,68% do nosso lucro líquido,.

Em novembro de 2002, nosso Conselho de Administração aprovou uma nova política de dividendos. Vide *Item 8. Informações Financeiras – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio*.

Prioridade de Pagamento de Dividendo das Ações Preferenciais

De acordo com o nosso Estatuto Social, os detentores de ações preferenciais classe A e especial terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos, equivalente a (i) no mínimo 3% do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações contábeis levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles. Na medida em que, os dividendos são declarados por nós no que tange a qualquer exercício social, em valores superiores aos dividendos mínimos devidos às ações preferenciais classe A, e após os detentores de ações ordinárias receberem dividendos equivalentes por ação ao dividendo mínimo por ação pago aos detentores de ações preferenciais classe A, os detentores de ações ordinárias e de ações preferenciais classe A receberão o mesmo dividendo adicional por ação. Desde a primeira etapa de nosso processo de privatização em 1997, temos distribuído dividendos em valores iguais para ambos os tipos de acionistas.

Outras Questões Relacionadas às Ações Preferenciais Classe A

Nosso Estatuto Social não prevê a conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais classe A não têm nenhuma preferência ou vantagem por ocasião de nossa liquidação e não há nenhuma provisão de resgate associada às mesmas.

Juros sobre Capital Próprio

Consoante uma mudança na lei fiscal brasileira em vigor desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar valores adicionais a acionistas e lançar tais pagamentos como uma despesa para fins da determinação do valor devido a título de imposto de renda. De acordo com a Lei No. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, nosso Estatuto

Social prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio como uma alternativa de remuneração aos acionistas. A taxa de juros aplicada está, de modo geral, limitada à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão do imposto de renda) antes de considerar qualquer distribuição no período de referência do pagamento efetuado ou (ii) 50% da quantia dos lucros acumulados e reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para beneficiários domiciliados em paraíso fiscal (por exemplo, um país que não cobre imposto sobre a renda ou cuja alíquota máxima do imposto seja inferior a 20%) para os quais a alíquota é de 25%. De acordo com nosso Estatuto Social, o valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, livre de imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório ou mínimo. Conforme a legislação societária brasileira, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido, após a retenção do imposto de renda na fonte aplicável à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos equivalente ao dividendo obrigatório.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias gerais de acionistas. Os detentores de ações preferenciais Classe A têm os mesmos direitos políticos que os detentores de ações ordinárias, exceto por não poderem votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, salvo os casos de atrasos no pagamento de dividendos, conforme descrito a seguir. Um dos membros do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente serão eleitos pelo voto majoritário dos detentores de ações preferenciais classe A. Os detentores de ações preferenciais classe A e ações ordinárias poderão, em determinadas circunstâncias, combinar suas respectivas participações para eleger os membros do nosso Conselho de Administração.

As ações de classe especial (*golden share*) conferem a seus detentores os mesmos direitos dos detentores das ações preferenciais classe A. As ações de classe especial (*golden share*) também conferem determinados direitos de voto relevantes com relação a determinadas ações, conforme descrito no *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Ações Preferenciais—Geral*.

A legislação societária brasileira determina que os detentores de ações sem direito a voto ou ações com direito de voto restrito, tais como as ações preferenciais Classe A, passarão a ter direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a companhia deixe de pagar qualquer dividendo fixo ou mínimo ao qual essas ações tenham direito durante três exercícios sociais consecutivos (ou durante qualquer período menor estabelecido nos atos constitutivos da companhia). Os direitos de voto perduram até que o pagamento devido seja efetuado. O nosso Estatuto Social não estabelece período menor.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens conferidas às nossas ações preferenciais classe A, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exige a aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe em uma assembleia especial.

Assembleias Gerais Ordinárias

A Assembleia Geral Ordinária de acionistas é convocada anualmente para que os acionistas deliberem sobre todos os assuntos relativos aos nossos propósitos e a aprovarem as deliberações que considerarem necessárias para a nossa proteção e bem-estar.

Em conformidade com legislação societária brasileira, os acionistas com direito a voto em uma Assembleia Geral têm poderes para, entre outros:

- fazer alterações no Estatuto Social;
- eleger ou destituir, a qualquer momento, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Receber as contas anuais da administração e deliberar sobre as demonstrações contábeis por ela apresentada, incluindo a destinação do valor a distribuir para pagamento do dividendo obrigatório e as destinações às diversas contas de reservas;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista por descumprimento das obrigações estabelecidas por lei ou pelo Estatuto Social;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

- deliberar sobre transformação, incorporação, fusão e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação e para eleger e destituir nossos liquidantes e examinar suas contas; e
- autorizar a administração a confessar falência ou pedir concordata.

Todas as assembleias de acionistas, incluindo a Assembleia Geral Ordinária, são convocadas mediante a publicação com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data programada para a assembleia, por, no mínimo, três vezes, de edital no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro onde está localizada nossa sede social. Nossos acionistas previamente designaram o Jornal do Comércio para esta finalidade. Além disso, posto que nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), devemos publicar o edital também em um jornal de grande circulação em São Paulo. Tal edital deve conter a ordem do dia para a assembleia e, no caso de reformas ao nosso Estatuto Social, uma indicação da matéria. De acordo com nosso Estatuto Social, o detentor das ações preferenciais de classe especial tem, ainda, direito a uma notificação de, no mínimo, 15 dias de antecedência a qualquer Assembleia Geral, para avaliar qualquer matéria proposta sujeita aos direitos de veto atribuídos à ação preferencial especial. Vide o *Item 10. Informações Adicionais—Ações Ordinárias e Preferenciais – Visão Geral*.

A Assembleia Geral Ordinária poderá ser instalada se os acionistas que representam, pelo menos, um quarto do capital votante estiverem presentes. Se não houver quorum, deve ser novamente feita a convocação, conforme descrito acima, ressalvada a hipótese de 2ª convocação com oito dias de antecedência e uma assembleia poderá, então, ser instalada sem qualquer exigência específica de quorum, sujeita às exigências mínimas de quorum e de voto relativas a determinados assuntos, conforme discutido a seguir. Um acionista sem direito de voto poderá comparecer a uma Assembleia Geral Ordinária e participar do debate de assuntos apresentados para consideração.

Exceto disposição em contrário, as deliberações de uma assembleia geral são aprovadas por maioria absoluta de voto, não se considerando as abstenções. De acordo com a legislação societária brasileira, é necessária a aprovação pelos acionistas que representem, pelo menos, metade das ações com direito a voto emitidas e que não estejam admitidas à negociação em bolsa ou no mercado de balcão, bem como, no caso dos itens (a) e (b), a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada, para deliberação sobre:

(a) a criação de ações preferenciais ou o aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previsto ou autorizados no Estatuto Social;

(b) a alteração na prioridade, preferência, direito, vantagem ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações sem direito a voto que tenha uma prioridade, preferência, direito, condição ou resgate ou amortização superior a uma classe existente de ações como as ações preferenciais;

(c) redução do dividendo obrigatório;

(d) a modificação do objeto social;

(e) nossa fusão, cisão ou incorporação em outra companhia;

(f) nossa dissolução ou liquidação;

(g) a participação em um grupo de sociedades (conforme definido pela legislação societária brasileira); e

(h) a cessão do estado de uma liquidação da companhia.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tenham direito de voto, cada ação terá direito a um voto. As assembleias gerais ordinárias devem ser realizadas até 30 de abril de cada ano. As assembleias gerais são convocadas, instaladas e presididas pelo presidente ou vice-presidente do nosso Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um procurador indicado não mais de um ano antes da assembleia, que deverá ser acionista, administrador da companhia ou advogado. No caso de uma companhia aberta, tal como a nossa, o procurador também pode ser uma instituição financeira.

Direitos de Retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais classe A não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na legislação societária brasileira, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se for aprovada uma das seguintes matérias em uma assembleia geral por acionistas que representem, pelo menos, 50% das ações com direito a voto:

- (1) criação de uma nova classe de ações preferenciais ou aumento, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, (salvo se tais medidas forem previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social);
- (2) modificação de uma preferência, vantagem e condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- (3) redução da distribuição obrigatória de dividendos;
- (4) alteração do nosso objeto social;
- (5) promover nossa fusão ou incorporação em outra companhia;
- (6) transferir a totalidade de nossas ações para outra companhia, a fim de nos tornar uma controlada integral dessa companhia em uma incorporação de ações;
- (7) aprovação da aquisição de controle de outra companhia por um preço excedente a determinados limites estabelecidos na legislação societária brasileira;
- (8) aprovação da nossa participação em grupo de sociedades (conforme definido na Legislação Societária brasileira); ou
- (9) no caso da sociedade resultante de (a) uma fusão, (b) incorporação de ações, conforme descrito no item (6) acima, ou (c) uma cisão por nós realizada, não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da Assembléia Geral na qual tal decisão foi aprovada.

Somente os detentores de ações negativamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir o direito de retirada. O direito de retirada, mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima, somente poderá ser exercido se as nossas ações não observarem determinados testes de liquidez na ocasião da deliberação dos acionistas. O direito de retirada prescreve em 30 dias após a publicação da ata da Assembléia Geral pertinente, salvo se, no caso dos itens (1) e (2) acima, a deliberação estiver sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais em uma assembléia geral especial, a ser realizada dentro de um ano, caso em que o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembléia geral especial.

Teríamos o direito de reavaliar qualquer ação dando margem a direitos de retirada em até 10 dias após o término de tais direitos caso o resgate das ações dos acionistas dissidentes venha a por em risco nossa estabilidade financeira. A Lei No. 9.457, de 5 de maio de 1997, que modificou a legislação societária brasileira, contém disposições que restringem os direitos de retirada em determinados casos e permite às companhias reembolsar o valor de suas ações com base no seu valor econômico, sujeito a determinadas exigências. Atualmente, o Estatuto Social não prevê que nossas ações serão remuneradas com base em seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer retirada em conformidade com a legislação societária brasileira será feita pelo menos com base no valor contábil por ação, determinado no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas; *contanto que*, se a Assembléia Geral que deu origem aos direitos de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista tenha o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas em novo balanço patrimonial datado de até 60 dias antes da Assembléia Geral que deu origem ao direito de retirada.

Direitos de Preferência

Cada acionista tem direito de preferência para subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação de notificação de um aumento de capital é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que é negociável. De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá decidir em não conferir os direitos de preferência aos nossos acionistas ou, de acordo com a Lei Nº 10.303/2001, reduzir o período de 30 dias para o exercício do direito de preferência, em cada caso, com relação a qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de ações no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite do capital autorizado. No caso de um aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações preferenciais, os detentores de ações preferenciais classe A e ADS terão direitos de preferência para subscrever somente ações preferenciais classe A recentemente emitidas. No caso de um aumento de capital que reduziria a proporção do capital representado por ações preferenciais classe A, os titulares de ações preferenciais terão direitos de preferência para subscrever ações preferenciais classe A, proporcionalmente às suas participações acionárias, e para as ações ordinárias somente na medida em que for necessário para impedir a diluição de sua participação total em nossa companhia. Na ocorrência de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência somente na subscrição de novas ações ordinárias emitidas. Na ocorrência de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado por ações ordinárias, os detentores de ações ordinárias terão direito de preferência na subscrição de ações preferenciais classe A somente até a quantidade necessária para evitar a diluição da sua participação em nossa empresa.

Direitos de Adesão

De acordo com a Legislação Societária brasileira, em caso de venda do controle da Companhia, o comprador é obrigado a oferecer aos detentores de ações ordinárias com direito de voto o direito de venderem suas ações por um preço igual a pelo menos 80% do preço pago pelas ações ordinárias com direito de voto representando controle.

Forma e Transferência

Nossas ações preferenciais classe A e ordinárias são mantidas em forma escritural registradas em nome de cada acionista ou seu representante. A transferência de tais ações é feita de acordo com a legislação societária brasileira que prevê que a transferência de ações seja efetuada por nosso agente depositário, Banco Bradesco S.A., mediante apresentação de ordem escrita do vendedor ou seu representante. A transferência de ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa é realizada por um representante da corretora interveniente ou pela câmara de liquidação da bolsa de valores. A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é realizada pelo agente local do investidor, responsável também pela atualização das informações relacionadas ao investimento estrangeiro fornecidas ao Banco Central.

A BOVESPA opera um sistema central de liquidação através da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. Um detentor de nossas ações pode participar deste sistema e todas as ações designadas para serem colocadas no sistema serão depositadas em custódia na CBLC por intermédio de uma instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha uma conta de liquidação junto a CBLC. O fato de essas ações estarem sujeitas à custódia na Bolsa de Valores será incluído em nosso registro escritural de acionistas. Cada acionista participante estará, por sua vez, incluso no registro de acionistas beneficiários que é mantido pela CBLC e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

CONTRATOS RELEVANTES

Para obter informações referentes aos contratos relevantes, vide *Item 4. Informações sobre a Companhia* e *Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras*.

CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM OS DETENTORES DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS

Não há nenhuma restrição sobre a propriedade de nosso capital social por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Contudo, o direito de converter pagamentos de dividendos e receita de venda de ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito às restrições da legislação de investimentos estrangeiros que normalmente exige, entre outras coisas, que investimentos relevantes sejam registrados no Banco Central. Estas restrições de remessa de capital estrangeiro para o exterior poderão criar obstáculos ou impedir o custodiante das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias representadas pelas ADRs, ou detentores que trocaram ADRs por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, de converter dividendos, distribuições ou o resultado de qualquer venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, conforme o caso, em dólares norte-americanos e remetê-los para o exterior. Atrasos ou rejeições em conceder qualquer aprovação governamental de conversões de pagamentos e remessas de moeda brasileira para o exterior devidos aos detentores das ADRs poderão afetar negativamente os detentores dos ADRs.

Em conformidade com a Resolução No. 2.689/2000, investidores estrangeiros poderão investir em quase todos os ativos financeiros e se dedicar a quase todas as transações disponíveis nos mercados brasileiros financeiro e de capital, contanto que determinadas exigências sejam satisfeitas. Em conformidade com a Resolução No. 2.689/2000, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimentos coletivas, domiciliadas ou sediadas no exterior.

De acordo com a Resolução No. 2.689/2000, um investidor estrangeiro deve:

- nomear no mínimo um representante no Brasil, com poderes para tomar decisões relacionadas a seu investimento,
- preencher o formulário apropriado de registro de investidor estrangeiro,
- registrar-se como investidor junto à CVM, e
- registrar seu investimento estrangeiro junto ao Banco Central.

Os títulos mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros em conformidade com os termos da Resolução No. 2.689/2000 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a negociação de títulos está restrita a transações ocorridas em bolsas de valores ou através de mercados de balcão organizados, licenciados pela CVM, exceto para subscrição, bonificação, conversão de debêntures em ações, títulos de índices, compra e venda de cotas de fundos de investimento e, se permitido pela CVM, realizar transações privadas, cancelamento ou suspensão de negócios. Além disso, a transferência para fora do país ou a cessão de títulos ou outros ativos financeiros em poder de investidores estrangeiros são proibidas conforme a Resolução No. 2.689/2000, salvo no que se refere a transferências resultantes de uma reestruturação societária, ou que ocorram após a morte de um investidor por força de lei ou de acordo com testamento.

A Resolução No. 1.927/1992 do Conselho Monetário Nacional, que constitui o Anexo V, aditado e reformulado, à Resolução No. 1.289/1997, as quais chamamos Regulamentações do Anexo V, prevê a emissão de recibos de depósitos em mercados estrangeiros no que diz respeito a ações de emitentes brasileiros. Os resultados da venda dos ADSs para os detentores de ADRs, fora do Brasil, estão livres dos controles de investimentos estrangeiros brasileiros e os detentores de ADSs que não são residentes em uma jurisdição de paraís o fiscal (por exemplo, um país ou localidade que não tributa renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda seja inferior a 20%, ou onde a legislação impõe restrições de divulgação da composição acionária ou propriedade de investimentos) ficarão autorizados a tratamento tributário favorável.

Um registro eletrônico foi emitido pelo custodiante em nome do JP Morgan Chase Bank, o depositário, com relação às ADSs. Em conformidade com este registro eletrônico, o custodiante e o depositário serão capazes de converter os dividendos e outras distribuições, no que diz respeito a ações preferenciais de classe A representadas por ADSs, em moeda estrangeira, e remeter os resultados para o exterior. Se um detentor de ADSs permutá-las por ações preferenciais de classe A ou ações ordinárias, esse detentor poderá continuar se baseando no registro eletrônico por apenas cinco dias úteis após tal permuta. Depois disso, o detentor deve buscar a obtenção do seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central de acordo com a lei No. 4.131/1962 ou a Resolução No. 2689/2000. Portanto, a menos que o detentor tenha registrado seu investimento junto ao Banco Central, ele não poderá proceder a conversões em moeda estrangeira e remeter para o exterior os resultados da alienação, ou distribuição, no que diz respeito a essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias. Um detentor que obtenha um registro eletrônico, de modo geral, ficará sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que um detentor de ADSs. Vide *Item 10. Informações Adicionais - Tributação - Considerações Fiscais Brasileiras*.

Desde 14 de março de 2005, há um único mercado de câmbio no Brasil. A moeda estrangeira somente pode ser comprada através de um banco brasileiro autorizado a operar neste mercado. No passado, sob regulamentações brasileiras, as transações de cambiais eram executadas no Mercado de câmbio de taxa comercial ou no mercado de câmbio de taxa flutuante. As taxas nos dois mercados eram normalmente as mesmas. Embora as taxas sejam negociadas livremente no Mercado de câmbio foreign, elas podem ser fortemente influenciadas pela intervenção do Banco Central. Vide *Item 3. Informações-Chave - Taxas de Câmbio*.

De acordo com a legislação brasileira, sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamento do Brasil ou razões para acreditar num sério desequilíbrio, o Governo brasileiro poderá impor restrições temporárias sobre as remessas, a investidores estrangeiros, dos resultados de seus investimentos no Brasil, e sobre a conversão de moeda brasileira em moedas estrangeiras. Essas restrições poderão impedir ou criar obstáculos ao custodiante ou aos detentores que tenham permutado ADSs por ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias para converterem distribuições ou os resultados de qualquer venda dessas ações, conforme possa ser o caso, em dólares norte-americanos e de remetê-los para o exterior.

TRIBUTAÇÃO

O resumo seguinte contém uma descrição das principais consequências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano em relação à propriedade e à alienação de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs. Observem que esta não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que podem ser importantes para um detentor de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs.

Os detentores de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs devem consultar os seus especialistas em tributação para discutir as consequências fiscais de compra, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, incluindo, entre outros, o efeito de quaisquer leis tributárias estaduais, municipais ou federais.

Embora não haja no presente nenhum acordo sobre imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países promoveram discussões que podem resultar em um acordo. Não podemos prever se ou quando esse acordo poderá entrar em vigor ou como poderá afetar os detentores norte-americanos de ações preferenciais Classe A, ações ordinárias ou ADSs, conforme definidos a seguir.

Considerações Fiscais Brasileiras

A presente discussão resume as principais consequências fiscais brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs por um detentor não considerado como domiciliado no Brasil para fins de tributação brasileira (“um detentor que não seja brasileiro”). É baseada na legislação fiscal brasileira e regulamentos vigentes até a presente data, estando sujeita a modificações (possivelmente com efeitos retroativos). Esta discussão não aborda especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer detentor que não seja brasileiro em particular. Portanto, cada detentor que não seja brasileiro deverá consultar seu próprio especialista em tributação no que diz respeito às consequências fiscais brasileiras de um investimento em ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de dividendos. Dividendos, inclusive dividendos pagos em bens por nossa companhia, com base nos lucros dos períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 1996 (1) ao depositário no que diz respeito às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias correspondentes às ADSs ou (2) a um detentor não brasileiro em relação a essas ações preferenciais classe A ou ações ordinárias geralmente não estarão sujeitas ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. Dividendos pagos a partir de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a imposto de renda retido na fonte a diversas alíquotas, dependendo do exercício social em que os lucros foram gerados, salvo no caso de dividendos em capital acionário, que não estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte no Brasil, a menos que resgatemo s a ação dentro de cinco anos a partir dessa distribuição ou que o detentor não brasileiro venda a ação no Brasil dentro do período citado.

Distribuição de juros sobre o capital próprio. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem conferir juros sobre o capital próprio como uma forma alternativa de fazer distribuição de dividendos, que podem ser pagos em espécie. O cálculo é fundamentado no capital próprio conforme estabelecido nos registros contábeis oficiais. A taxa de juros aplicada não pode exceder a TJLP conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, periodicamente. Do mesmo modo, o valor pago não poderá ser maior, para fins fiscais, que o maior entre (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão de contribuição social sobre os lucros líquidos, contudo antes de levar em conta esse pagamento de juros e a provisão do imposto de renda pessoa jurídica), antes de considerar tal pagamento de juros pelo período aplicável ou (2) 50% da soma dos lucros retidos com as reservas de lucro baseadas no início do exercício relacionado ao qual o pagamento deva ser efetuado.

O valor dos juros sobre o capital próprio atribuído aos acionistas é dedutível para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido, desde que os limites descritos acima sejam observados. Portanto, o benefício para nós, apesar de efetuar um pagamento de dividendos, é uma redução no encargo de impostos corporativos equivalente a 34% desse valor. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda é retido a partir dos pagamentos dos juros, à alíquota de 15%, salvo se o beneficiário for isento de tributação no Brasil e se estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal (conforme definido abaixo), caso este em que a alíquota aplicável será de 25%.

Tributação de ganhos capitais. Com referência a essa questão, para fins de tributação brasileira, dois tipos de detentores não brasileiros devem ser considerados: (1) detentores não brasileiros que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições de paraísos fiscais (conforme definido abaixo), que sejam registrados junto ao Banco Central do Brasil e à CVM para investir no Brasil em conformidade com a Resolução No. 2.689, ou sejam detentores de ADSs; e (2) outros detentores não brasileiros, o que incluídos e quaisquer não residentes no Brasil que investem no país por quaisquer outros meios, e todos os tipos de investidores que estejam localizados em uma jurisdição de paraíso fiscal (ex., uma jurisdição que não imponha imposto de renda ou onde a taxa máxima de imposto de renda seja menor que 20% e/ou onde a legislação interna imponha restrições sobre a divulgação de ações ou patrimônio de investimento). Os investidores identificados no item (1) estão sujeitos a tratamento tributário favorável, conforme descrito a seguir.

De acordo com a Lei Nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, os ganhos de capital obtidos no exterior com a venda de ativos localizadas no Brasil por não residentes poderão estar sujeitos à tributação no Brasil. Neste sentido, mediante a venda de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, definida como ativos localizados no Brasil, o detentor não brasileiro pode estar sujeito a imposto de renda sobre os ganhos avaliados, seguindo as regras descritas abaixo, independente se a transação for feita no Brasil ou no exterior, ou com um residente brasileiro ou não. Em relação às Ações de Depósito Americano, embora acreditemos que as mesmas não se enquadrem na definição de bens localizados no Brasil para fins desta norma, considerando o escopo geral e incerto da norma e a falta de decisões judiciais com respeito à mesma, não conseguimos de prever se tal entendimento irá de fato prevalecer nos tribunais brasileiros.

O depósito de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias em permuta por ADSs não está sujeito ao imposto de renda brasileiro se o custo da aquisição das ações preferenciais classe A ou as ações ordinárias for menor que (i) o preço médio por ação preferencial classe A ou ação ordinária na bolsa de valores brasileira no qual o maior número de tais ações foram vendidas naquele dia de depósito; ou (ii) se nenhuma ação preferencial classe A ou ação ordinária for negociada naquele dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira no qual o maior número de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias forem vendidas nas 15 sessões de negociação imediatamente precedente a tal depósito. Neste caso, a diferença entre o custo de aquisição e o preço médio das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias calculados,

conforme descrito acima, será considerada como ganho de capital sujeita a tributação. Há fundamentos para sustentar que tal tributação não seja aplicável para investidores registrados na Resolução N° 2.689, que não estejam domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal. A retirada das ADSs em permuta por ações preferenciais classe A ou ações ordinárias não está sujeita ao imposto de renda brasileiro desde que as regulamentações aplicáveis em relação ao registro do investimento junto ao Banco Central do Brasil sejam devidamente obedecidas.

Os ganhos realizados com transações negociadas em bolsas de valores de ações, futuros e mercadorias brasileiras é a diferença entre o montante na moeda brasileira realizado sobre a venda ou disposição e o custo de aquisição, sem qualquer ajuste para inflação, das ações vendidas.

Ganhos avaliados sobre a disposição das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias na bolsa de valores brasileira (que inclui as transações realizadas no mercado organizado de balcão):

- Estejam isentas do imposto de renda quando avaliado por um detentor não brasileiro que (i) tenha registrado seu investimento no Brasil junto ao Banco Central do Brasil sob as leis da Resolução N° 2.689/2001 e (ii) não seja residente de paraíso fiscal; ou
- Esteja sujeito a imposto de renda à taxa de 15% em qualquer outro caso, incluindo os ganhos avaliados por um detentor não brasileiro que (i) não tenha registrado seu investimento no Brasil junto ao Banco Central do Brasil sob as leis da Resolução N° 2.689/2001; ou (ii) tenha registrado seu investimento no Brasil junto ao Banco Central do Brasil conforme as leis da Resolução N° 2.689/2001 mas seja residente de paraíso fiscal. Nestes casos, uma alíquota de imposto de renda retido de 0,005% deve ser cobrado sobre a transação e pode ser compensado com o possível imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

Qualquer outro lucro avaliado sobre a disposição de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, que não sejam negociados na bolsa de valores brasileira, está sujeito à alíquota de imposto de renda de 15%, exceto para residentes de paraíso fiscal que, neste caso, estão sujeitos a imposto de renda com alíquota de 25%. Caso estes ganhos estejam relacionados a transações ocorridas no mercado não organizado de balcão, com corretagem, um imposto de renda retido com alíquota de 0,005% também deve ser cobrado sobre a transação e pode ser compensado com o possível imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

Qualquer exercício de direitos de preferência relacionados às ações preferenciais classe A ou ações ordinárias estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer ganho da transação estará sujeito à tributação de renda brasileira de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Outros impostos brasileiros. Não existem, no Brasil, impostos sobre herança, doações ou sucessões, aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs por um detentor não brasileiro, exceto para impostos sobre doações e heranças que são cobrados por alguns estados do Brasil sobre doações ou heranças concedidos por indivíduos ou entidades não residentes ou domiciliados no Brasil ou em um Estado por indivíduos ou entidades residentes ou domiciliados neste Estado do Brasil. Não existem, no Brasil, impostos de selo, sobre emissões, registros ou impostos ou direitos similares, passíveis de pagamento por parte de detentores de ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADSs.

Leis brasileira impõem um Imposto sobre transações Estrangeiras, ou IOF/Imposto cambial sobre conversão de reais para moeda estrangeira e sobre a conversão de moeda estrangeira para reais. Embora o IOF/Imposto sobre variação cambial seja de 0% com algumas poucas exceções, mas o Ministério da Fazenda tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 25%. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

Leis brasileira impõem um Imposto sobre transações envolvendo Bonds ou Títulos (o IOF/ Imposto sobre Títulos), devido nas transações envolvendo bonds ou títulos incluindo aqueles ocorridos nas bolsas de valores brasileiras de ações, futuros e mercadorias. A alíquota do IOF/títulos para as ações preferenciais classe A ou ações ordinárias ou ADS atualmente é de 0%. O Ministério da Fazenda, contudo, tem o poder legal para aumentar a alíquota até o máximo de 1,5% ao dia. Qualquer eventual aumento somente será aplicável para o futuro.

Além disso, como regra geral, as transações ocorridas no Brasil que resultam na transferência de reais de uma conta mantida em instituição financeira brasileira estão sujeitas à alíquota de CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - de 0,38%. Atualmente, os fundos transferidos para a aquisição de ações na bolsa de valores brasileira e a remessa ao exterior das receitas de venda ganhos da venda de ações no Brasil por meio de transação cambial estão isentos do imposto de CPMF. Além disso, de acordo com a Medida Provisória N° 281, de 15 de fevereiro de 2006, a taxa de CPMF é reduzida a zero sobre as retenções de contas bancárias utilizadas para comprar ações ordinárias em oferta pública, desde que a oferta pública seja registrada junto à CVM e o emitente esteja listado na bolsa de valores brasileira. Tal Medida Provisória está atualmente em vigor mas deve ser aprovada pelo Congresso dentro de 120 dias da data de sua publicação e assinada pelo presidente para ser convertido em lei.

Considerações do Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos

Este resumo não pretende ser uma descrição completa de todas as consequências tributárias da aquisição, detenção ou disposição das ações preferenciais classe A ou ações ordinárias (ADSs). Este resumo se aplica apenas a detentores norte-americanos, conforme definidos a seguir, que deterão ação preferencial classe A ou ações ordinárias ou ADSs como bens de capital e não se aplica a classes especiais de detentores, tais como:

- algumas instituições financeiras,
- companhias de seguro,
- intermediários ou corretores de títulos mobiliários ou câmbio,
- pessoas que detenham ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de *hedge*, *straddle*, conversão ou outra transação financeira integrada para fins tributários:
- detentores cuja moeda funcional para fins tributários não seja o dólar norte-americano,
- parcerias ou outras entidades *pass-through* para fins de imposto de renda federal norte-americano,
- pessoas sujeitas a imposto mínimo alternativo, ou
- pessoas que detenham, seja explícita ou implicitamente, 10% ou mais de nossas ações com direito a voto.

A presente discussão se baseia no Código Tributário Federal de 1986, com as alterações até a presente data, pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e Regulamentações do Tesouro, provisórias e propostas, sendo que alterações a qualquer uma delas poderá afetar as consequências fiscais descritas no presente. Os detentores devem consultar seus especialistas em tributação no que se refere à aplicação das leis de Imposto de Renda federal nos Estados Unidos a suas situações específicas, bem como quaisquer consequências fiscais que tenham origem nas leis de qualquer estado, local, ou com jurisdição fiscal que não seja norte-americana.

A presente discussão ainda se baseia, em parte, em declarações do depositário e na premissa de que cada obrigação no contrato de depósito, e em qualquer contrato relacionado, será cumprida em conformidade com seus termos.

Conforme utilizado no presente relatório anual, o termo “detentor norte-americano” significa um detentor de ações ordinárias ou de ADSs, que seja, para as finalidades do imposto de renda federal nos Estados Unidos:

- um cidadão norte-americano ou indivíduo estrangeiro residente nos Estados Unidos,
- uma sociedade criada ou constituída sob as leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer subdivisão política do mesmo, ou
- de outra forma sujeito à tributação pelo imposto de renda federal dos E.U.A. na receita líquida em relação às ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs.

A expressão detentor dos Estados Unidos da América também inclui ex-cidadãos desse país.

Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, os detentores de ADRs que comprovem ADSs serão tratados como proprietários beneficiários das ações preferenciais classe A ou ordinárias representadas por esses ADSs. Depósitos e retiradas de ações preferenciais classe A ou ordinárias pelos detentores, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganhos ou perdas para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América.

Tributação de dividendos. As distribuições pagas sobre ADSs ou ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, incluindo aquelas pagas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio como determinado para fins de Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, antes da redução de quaisquer retenções de imposto de renda feitas, serão tributáveis como renda de dividendo estrangeiro e não serão elegíveis para a dedução permitida às corporações na forma de dividendos recebidos.

Os dividendos pagos em Reais deverão ser incluídos nos rendimentos, por um valor igual ao seu valor em dólares norte-americanos calculados por referência a uma taxa de câmbio em vigor na data em que os referidos itens forem

recebidos. Caso a pessoa seja detentora de ADSs, será considerado como tendo recebido um dividendo, quando o dividendo for recebido pelo depositário.

Sujeito a certas exceções para posições de curto prazo e cobertura, o valor em dólar Americano dos dividendos recebidos por um indivíduo antes de 1 de Janeiro de 2011, com relação às Ações de Depósito Americano estarão sujeitas a uma taxa máxima de 15%, caso os dividendos sejam “dividendos qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADS serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADS forem prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos e (ii) a Companhia não foi, no ano anterior ao ano no qual o dividendo foi pago, e não é, no ano em que o dividendo foi pago, uma companhia de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”). As ADS estão listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque e qualificar-se-ão como prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecidos nos Estados Unidos contanto que estejam assim listadas. Com base nas demonstrações contábeis auditadas da CVRD e o mercado relevante e dados do acionista, a CVRD crê que não foi tratada como uma PFIC para fins de imposto de renda federal americano com respeito a seu ano tributável de 2004 ou 2005. Além disso, com base nas demonstrações contábeis auditadas da CVRD e suas atuais expectativas com relação ao valor e a natureza de seus ativos, as fontes e a natureza de sua renda, e o mercado relevante e dados do acionista, não antecipamos tornarmos-nos uma PFIC para fins do ano tributável de 2006.

Com base na orientação existente, não fica inteiramente claro se os dividendos recebidos com relação às ações preferenciais classe A e ações ordinárias serão tratados como dividendos qualificados, em razão de as ações preferenciais classe A e as ações ordinárias não estarem, elas próprias, listadas em mercado de valores mobiliários nos Estados Unidos. Além disso, o Tesouro Americano anunciou sua intenção de promulgar regras consoante as quais portadores de Ações de Depósito Americano, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e intermediários através dos quais tais títulos serão retidos terão a permissão de contar com certificações de emitentes para estabelecer se os dividendos são tratados como dividendos qualificados. Em razão de tais procedimentos ainda não terem sido emitidos, não está claro se seremos capazes de cumprir com os mesmos. Os portadores de ADS, ações preferenciais classe A e ações ordinárias, devem consultar seus próprios especialistas em tributação assessores fiscais com relação à disponibilidade da alíquota reduzida de dividendos à luz de suas próprias circunstâncias específicas.

Sujeito às limitações e restrições geralmente aplicáveis, o detentor estará autorizado a receber um crédito contra as suas obrigações perante o imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, ou a uma dedução no cálculo da sua renda tributável pelo Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, para fins de retenções de imposto de renda brasileiro. É preciso cumprir as exigências de um período mínimo de propriedade para ter o direito de reivindicar um crédito de imposto estrangeiro retido para fins de impostos brasileiros sobre os dividendos. A limitação sobre impostos estrangeiros qualificados para crédito é calculada separadamente para classes específicas de impostos sobre rendimentos. Nesse sentido, os dividendos pagos sobre nossas ações geralmente consistirão em “lucros passivos” (ou para alguns detentores, “renda de serviços financeiros”).

Tributação sobre ganhos de capital. Mediante a venda ou permuta de ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs, o detentor reconhecerá ganhos ou prejuízos de capital para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América igual à diferença, se houver, entre o valor realizado na venda ou câmbio e a sua base tributária ajustada das ações preferenciais classe A ou ADSs. Este ganho ou perda será um ganho ou perda de capital de longo prazo se o seu período de manutenção das ações preferenciais classe A, ações ordinárias ou ADSs exceder um ano. A quantia líquida de capital ganho a longo prazo reconhecido pelos detentores físicos norte-americanos antes de 1º de janeiro de 2011 está normalmente sujeita a tributação numa taxa mínima de 15%. Sua capacidade de utilizar perdas de capital para compensar a renda está sujeita a limitações.

Qualquer ganho ou perda será, para fins de créditos fiscais, uma fonte norte-americana de ganho ou perda, de créditos fiscais estrangeiros nos Estados Unidos da América. Conseqüentemente, se o imposto de renda retido na fonte incide na alienação das ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias e o detentor não possui receita significativa de fontes externas de outras origens, talvez não seja possível se beneficiar destes créditos fiscais. É recomendável consultar os próprios especialistas em tributação em relação à aplicação das regras de créditos fiscais estrangeiros para investir ou alienar as ADSs, ações preferenciais classe A ou ações ordinárias.

Caso um tributo brasileiro seja retido sobre a venda ou alienação das ações, o valor realizado por um detentor dos Estados Unidos da América incluirá o valor bruto das receitas da referida venda ou alienação, antes da dedução dos impostos brasileiros. Vide *Item 10. Informações Adicionais—Tributação – Considerações Fiscais Brasileiras*.

Apresentação de informações e retenção de recuperação

As declarações de informação podem ser entregues à Receita Federal Americana (IRS) em conexão com distribuições de ações preferenciais classe A ou ordinárias ou ADSs e das receitas da sua venda ou outra alienação. O detentor poderá estar sujeito à retenção de recuperação de tributos nos Estados Unidos da América sobre os referidos

pagamentos se deixar de fornecer seu número de identificação de contribuinte ou de observar certos procedimentos de certificação, ou de algum modo estabelecer uma isenção da retenção de recuperação.

O valor de qualquer retenção de recuperação a ser efetivada de um pagamento ao detentor poderá ser lançado como crédito contra as suas obrigações de imposto de renda federal nos Estados Unidos da América e poderá lhe permitir obter um reembolso, desde que as informações exigidas sejam prontamente fornecidas à Receita Federal Americana.

DOCUMENTOS EXIGIDOS

Estamos sujeitos aos requisitos de informações da *Securities Exchange Act of 1934* (Lei de Títulos e Valores Mobiliários de 1934), conforme aditada, e em conformidade com a mesma apresentamos relatórios e outras informações à SEC. Os relatórios e outras informações entregues por nós à SEC poderão ser inspecionados e copiados nas instalações públicas de referência mantidas pela SEC na Sala 1024, 100F Street, N.E., Washington, D.C. 20549. É possível obter cópias destes materiais pelo correio junto à Public Reference Room (Seção de Referência Pública) da SEC, pelo 1-800-SEC-0330. Estão à disposição para revisão os relatórios da CVRD e outras informações nos escritórios da Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange), 11 Wall Street, New Iorque, New York 10005, em que as ADSs estão listadas. Nossos arquivamentos da SEC também estão disponíveis ao público no site da SEC: <http://www.sec.gov>. Para obter mais informações sobre como ter acesso a cópias dos arquivamentos públicos da CVRD na Bobsa de Valores de Nova Iorque, ligue para 1 (212) 656-5060.

Arquivamos, também, as Demonstrações Contábeis e outros relatórios periódicos na CVM.

Item 11. Divulgações quantitativas e qualitativas sobre riscos de mercado

Política de Gerenciamento de Risco

Consideramos o gerenciamento eficiente de risco o objetivo principal para apoiar nossa estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Como amparo para este objetivo, o Conselho de Administração estabeleceu uma política de gerenciamento de risco corporativo e uma comissão informal de gerenciamento de risco. Nesta política, medimos, monitoramos e gerenciamos o risco no portfólio, utilizando uma estrutura formato único e consideramos a diversificação natural de nosso portfólio. Protegemos nosso mercado de risco apenas quando julgado necessário para apoiar nossa estratégia corporativa ou para manter nosso padrão de flexibilidade financeira. A comissão de gerenciamento de risco é composta por membros da direção executiva e auxiliam nossos Diretores Executivos a supervisionar e analisar as informações relacionadas ao gerenciamento de risco corporativo e estrutura, incluindo as políticas, procedimentos e práticas significativas aplicadas para gerenciar o risco. Nossa política de gerenciamento de risco corporativo é desenvolvida para promover um sistema de gerenciamento de risco eficiente e garantir que os riscos corporativos sejam reportados pelo menos trimestralmente à comissão de gerenciamento de risco.

Os principais riscos de mercado que enfrentamos são o risco da taxa de juros, risco da taxa de câmbio e risco do preço de commodities. Administramos alguns desses riscos com o uso de instrumentos derivativos. Nossas atividades de gerenciamento de risco seguem as políticas seguem a política de gerenciamento de risco, que normalmente proíbe operações especulativas e requerem a diversificação de operações e de instituições com as quais operamos. Monitoramos e avaliamos nossa posição global regularmente com vistas a verificar os resultados financeiros e o impacto em nosso fluxo de caixa. Também revisamos periodicamente os limites de crédito e riscos de crédito das instituições com as quais operamos.

Conforme o SFAS 133 - “Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities”, complementado pelos SFAS 137 e SFAS 138, reconhecemos todos os derivativos em nosso balanço patrimonial a valores de mercado e o ganho ou perda em valor de mercado é incluído no resultado do exercício.

Os saldos ativos (passivos) em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e a movimentação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	Ouro	Taxa de Juros (LIBOR)	Moedas	Alumina	Alumínio	Total
Ganho (Perda) Não Realizado, registro inicial, em 1° de janeiro de 2004	US\$ (32)	US\$ (46)	US\$ (5)	US\$ 18	US\$ -	US\$ (91)
Perda reconhecida na consolidação da Albras	-	-	-	-	(20)	(20)
Liquidação Financeira	4	29	(2)	-	-	31
Ganhos (Perdas) Não Realizados no Período	(5)	1	1	(33)	(98)	(134)
Efeito da Variação Cambial	(4)	(1)	-	(4)	(9)	(18)
Ganho (Perda) Não Realizado em 31/12/2004	US\$ (37)	US\$ (17)	US\$ 4	US\$ (55)	US\$ (127)	US\$ (232)
Valor de mercado em 1° de janeiro de 2005	US\$ (37)	US\$ (17)	US\$ 4	US\$ (55)	US\$ (127)	US\$ (232)
Liquidação Financeira	11	9	(1)	34	36	89
Ganhos (Perdas) Não Realizados no Período	(17)	6	(2)	(28)	(60)	(101)
Efeito da Variação Cambial	(3)	(2)	-	(4)	(6)	(15)
Ganhos (Perdas) Não Realizados em 31 de dezembro de 2005	US\$ (46)	US\$ (4)	US\$ 1	US\$ (53)	US\$ (157)	US\$ (259)

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO E TAXA DE JUROS

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações relativas à nossa dívida de longo prazo com as taxas pré-fixadas e flutuantes, categorizada por moeda local e moeda estrangeira e com o percentual do endividamento total nos períodos indicados, incluindo os empréstimos junto a partes relacionadas e terceiros, conforme apresentado em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

	Em 31 de dezembro de,			
	2004		2005	
	(em milhões de US\$, exceto os percentuais)			
Dívida a taxas flutuantes:				
Denominado em Reais.....	US\$ 104	3,2%	100	2,1%
Denominado em moeda estrangeira.....	1.640	51,0	2.901	60,3
Dívida a taxas pré-fixadas:				
Denominado em Reais.....	6	0,2	32	0,6
Denominado em moeda estrangeira.....	1.464	45,6	1.778	37,0
Total.....	US\$ 3.214	100,0	US\$ 4.811	100,0

A tabela a seguir apresenta informações sobre nosso endividamento total da Companhia em dezembro 31, 2005, sensíveis às mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio. A tabela apresenta os fluxos de caixa principais e as taxas médias ponderadas de juros relacionadas a estas obrigações por vencimento esperado. As taxas médias ponderadas de juros variáveis estão baseadas na taxa de referência aplicável (LIBOR ou TJLP) em 31 de dezembro de 2005. Os fluxos de caixa efetivos das obrigações são denominados principalmente em dólares norte-americanos, reais, ou outra moeda, conforme indicado.

	Taxa média ponderada de juros (%) (1) (2)	2006	2007	2008	2009	2010	Até 2034	Total	Valor de Mercado Fluxo de Caixa em 31 de dez. 2005	Valor de Mercado Contábil em 31 de dez. 2005
(in millions of US\$)										
Denominado em US\$										
Taxa Pré-Fixada										
Bonds	8,47	-	111,6	-	-	-	1.102,2	1.213,8	1.384,3	1.382,2
Empréstimos	6,39	122,2	36,7	18,4	11,5	7,1	2,5	198,4	76,2	198,4
Securitização	5,83	27,0	57,1	53,1	25,3	57,6	92,6	642,7	315,7	342,7
Financiamento de Operações	5,33	20,0	1,8	-	-	-	-	21,8	1,8	21,8
Taxa Flutuante										
Empréstimo	6,39	205,3	182,0	197,8	226,7	219,5	438,5	1.469,8	504,9	1.469,8
Securitização	5,83	55,1	28,9	-	-	-	-	84,0	20,5	84,0
Financiamento de Operações	5,83	613,0	81,8	23,7	4,0	99,2	290,5	1.112,2	160,3	1.112,2
Subtotal		1.042,6	499,9	293,0	297,5	383,4	1.962,3	4.442,7	2.463,7	4.611,1
Denominado em Real										
Empréstimo com taxa fixa	12,49	29,0	2,6	0,1	0,1	0,1	0,3	32,2	2,8	32,2
Empréstimo a Taxa Flutuante	12,49	22,0	14,4	14,2	12,4	12,4	24,7	100,1	78,0	100,1
Subtotal		51,0	17,0	14,3	12,5	12,5	25,0	132,3	80,8	132,3
Denominado em outras moedas										
Empréstimo com taxa fixa	3,9	0,5	0,5	0,5	-	-	-	1,5	1,0	1,5
Empréstimo a Taxa Flutuante	6,35	3,0	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	17,0	14,0	17,0
Subtotal		3,5	3,3	3,3	2,8	2,8	2,8	18,5	15,0	18,5
Sem vencimento		-	-	-	-	-	-	217,3	217,3	217,3
Total		1.097,1	520,2	310,6	312,8	398,7	1.954,1	4.810,0	2.776,8	4.979,2

(1) As taxas médias ponderadas de juros não consideram o efeito dos derivativos.

(2) As taxas médias variáveis de juros são baseadas na alíquota de referência aplicável em 31 de dezembro de 2005.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos ao risco da taxa de juros em nossa dívida a taxas flutuantes. Nossa dívida de taxa flutuante consiste principalmente em empréstimos em dólares norte-americanos relacionados a negócios financeiros e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, nossa dívida a taxas flutuantes em moeda estrangeira está principalmente sujeita a variações na London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária no Mercado de Londres), ou LIBOR. Consequentemente, flutuações na LIBOR USD pode afetar adversamente nossos fluxos de caixa. Para mitigar tais efeitos da volatilidade da taxa de juros, algumas vezes fazemos uso de proteções naturais permitidas pela correlação positiva entre as taxas norte americanas de juros flutuante e preços de metais. Quando as proteções naturais não estão presentes, algumas vezes tentamos realizar o mesmo efeito com a ajuda de instrumentos financeiros. Nosso endividamento em taxas flutuantes denominado em reais está basicamente sujeito às variações na TJLP, fixada pelo BNDES.

Contratamos transações de derivativos de taxas de juros fundamentalmente para proteção contra as exposições que temos com nossa taxa flutuante em dólar. Nossos derivativos de taxas de juros geralmente consistem em opções que limitam nossa exposição às flutuações das taxas de juros. Um *cap* é a taxa de juros máxima que seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Por outro lado, um *floor* é o valor mínimo de taxa de juros que seremos obrigados a pagar sobre o valor hipotético da dívida. Certos *caps* estão sujeitos a limites que, se atingidos, eliminam a proteção fornecida pelo mesmo. A tabela a seguir apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2004 e 2005:

Em 31 de dezembro de 2003				Em 31 de dezembro de 2004			
Valor Hipotético	Faixa da Taxa de Juros	Ganho não Realizado (Perda)		Valor Hipotético	Faixa da Taxa de Juros	Ganho não Realizado (Perda)	Vencimento Final
(em milhões de US\$, exceto faixas da taxa de juros)							
Floor.....	150	5,7 – 6,0%	(3,5)	25	5,8%	0,0	Nov 2006
Cap.....	300	5,75 – 11,0%	0,0	175	5,7 – 11,0%	0,0	Oct 2007
Swap	231	5,8 – 6,7%	(13,4)	206	5,8 – 6,7%	(3,8)	Oct 2007
Total.....			<u>US\$ (16,9)</u>			<u>(3,8)</u>	

Risco da Taxa de Câmbio

Estamos expostos ao risco da taxa de câmbio associado com a nossa dívida denominada em moeda estrangeira. Por outro lado, uma parcela substancial de nossas receitas é denominada em dólar ou automaticamente indexada ao mesmo. Isso garante uma proteção natural contra qualquer desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano. Quando ocorrer uma desvalorização, o impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira será compensado pelo efeito positivo da desvalorização sobre fluxos de caixa futuros. Desta forma, normalmente não utilizamos instrumentos derivativos para administrar nossa exposição do câmbio em nosso endividamento de longo prazo denominado em dólares norte americanos. Contudo, pode ocasionalmente usar derivativos para minimizar os efeitos da volatilidade do câmbio entre reais e dólares norte-americanos no fluxo de caixa.

Temos outras exposições associadas com nosso total de endividamento. Temos uma exposição ao Euro associada a uma linha de crédito estendida pelo KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau). Para mitigar o risco a moeda estrangeira, participamos de algumas transações futuras que estão especificadas na tabela seguinte. A tabela abaixo estabelece certas informações relacionadas ao nosso portfolio de derivativos de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2005			
	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	Vencimento Final
	(em milhões, exceto faixas da taxa)						
Taxa Flutuante de compra.....	€ 16,74	Euribor + Spread 1		€ 14,35	Euribor + Spread 1		Dez 2011
Taxa Flutuante de venda ..	USD 18,89	Libor + Spread 2		USD 16,19	Libor + Spread 2		Dez 2011
Total.....			US\$ 3,7			US\$ 0,7	

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2005			Vencimento Final
	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não realizado (Perda) (em milhões, exceto faixas da taxa)	Valor Hipotético	Faixa da Taxa	Ganho não realizado (Perda)	
Compra de ienes japoneses.....	¥ 64.7	¥ 79 – 83 per US\$	(0.2)	-	-	-	
Compra de euros.....	€ 0.90	US\$ 1.22 – 1.23 per €	0.1	-	-	-	
Venda de euros.....	€ 3.3	€ 1.327	(0.1)	-	-	-	
Total.....			US\$ (0.2)			-	

RISCO DE PREÇO DE PRODUTO

Estamos sujeitos a diversos riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços do mercado mundial para:

- minério de ferro e pelotas, que representaram 70,7% das nossas receitas brutas consolidadas de 2005;
- minério de manganês e ferroligas, que representaram 4,3% das nossas receitas brutas consolidadas de 2005;
- produtos de alumínio, que representaram 10,5% das nossas receitas brutas consolidadas de 2005;
- caulim, que representou menos que 1,3% de nossas receitas brutas consolidadas em 2005; e
- cobre, que começou a produzir em 2004 como o concentrado de cobre e representou 2,9% de nossas receitas brutas consolidadas em 2005.

Não realizamos transações com derivativos para proteger nossa exposição em minério de ferro, pelotas, cobre, caulim, minério de manganês e ferroligas. Nossa estratégia de não proteger nossa exposição à volatilidade do preço de produto deve-se as orientações determinadas pela nossa política de gerenciamento de risco, a qual recai principalmente sobre a diversificação natural de nosso portfólio. Contudo, estratégia de proteção de risco de preço pode ser implementada de tempos em tempos para suportar nossa estratégia de crescimento e nossa flexibilidade financeira. Vide *Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras*.

As estratégias de mitigação do risco estabelecidas para os produtos de alumínio foram desenvolvidas e implementadas no passado, quando nossas subsidiárias Albras e Alunorte estavam altamente alavancadas e proteção foi necessária para garantir o fluxo de caixa em conformidade com suas dívidas. Para administrar os riscos associados a alterações nos preços de alumínio, elas realizaram operações com derivativos envolvendo opções de venda e compra e contratos futuros (*forward contracts*). Estas transações com derivativos permitiram às companhias estabelecer níveis médios mínimos de lucros para sua produção futura de alumínio superior ao seu custo de produção previsto e conseqüentemente garantem estabilidade na geração de caixa. Entretanto, estas operações também têm o efeito de reduzir os ganhos potenciais de aumentos de preço no mercado de entrega imediata de alumínio. Nossa política tem sido liquidar todos os contratos de derivativos em espécie sem a entrega física do produto. Em 2005, não executamos nenhuma transação nova.

A tabela a seguir apresenta informações relacionadas ao nosso *portfólio* de derivativos de alumínio em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2005			Vencimento final
	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não realizado (perda)	Valor Hipotético	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	
	(ton de alumínio)	(US\$ por ton)	(em milhões de US\$)	(ton. de alumínio)	(US\$ por ton.)	(em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas.....	217.000	US\$ 1.385 – 1.400	US\$ 0,2	78.500	US\$ 1.375 – 1.625	0,0	Dec 2006
Forwards vendidos..	9.000	1.545 – 1.650	(23,7)	3.000	1.502 – 1.700	(1,8)	Dec 2006
Opções de compra vendidas.....	241.000	1.535 – 1.590	(56,9)	96.500	1.535 – 1.640	(19,3)	Dec 2006
Outros instrumentos	263.000	1.390 – 1.700	(33,9)	147.000	1.400 – 1.700	(94,9)	Dec 2008
Total.....			US\$ (114,3)			US\$(116,0)	

Atualmente possuímos uma pequena posição em ouro estruturada para gerenciar riscos relacionados a flutuações de preço, herdadas do ouro associado com a produção de cobre concentrado.

A tabela a seguir apresenta certas informações com respeito aos derivativos relacionados ao ouro em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

	Em 31 de dezembro de 2004			Em 31 de dezembro de 2005			
	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho não Realizado (Perda)	Vencimento final
	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	
Opções de venda compradas.....	303,000	285 – 385	0,7	222.200	285 – 385	(1,4)	Dec 2008
Opções de compra vendidas.....	393,000	330 – 440	(37,4)	286.240	343 – 440	(44,6)	Dec 2008
Outros instrumentos.....	—	—	—	—	—	—	—
Total.....			<u>US\$ (36,7)</u>			<u>US\$ (46,0)</u>	

Existem derivativos embutidos relativos a energia para os quais o *market-to-market* é de US\$ (124,1 milhões) em 31 de dezembro de 2005 e US\$ (68,0) milhões em 31 de dezembro de 2004.

RISCO DE CRÉDITO

Exposição e Risco das Instituições Financeiras

A CVRD tem uma política rígida relativa ao risco financeiro que podemos assumir com derivativos e outras transações financeiras. A política de crédito foi aprovada pelo nosso conselho que delegou à Diretoria Executiva a aprovação de limites individuais e exposição total do portfólio, a ser proposto pelo nosso departamento financeiro. Semestralmente, nossas exposições ao crédito de instituições financeiras é submetido ao comitê financeiro e à Diretoria Executiva.

A qualidade de crédito de cada instituição é avaliada com base em seu poder financeiro, classificações de moeda estrangeira publicadas pelas agências classificadoras, porte do patrimônio do acionista e gama de produtos financeiros oferecidos.

A política de crédito permite que a CVRD execute transações financeiras com instituições que detenham pelo menos uma classificação de crédito “A” de moeda estrangeira. Caso a classificação da instituição for limitada pelo teto soberano, a classificação do país no qual a instituição estiver incorporada tem que estar pelo menos na mesma classificação que o Brasil e a classificação da moeda local da instituição tem que ser no mínimo “A-”. Além disso, somente podemos investir nossas reservas de capital e participar de transações de derivativos com instituições cujos limites sejam consistentes com nossa política de crédito.

Exposição de Crédito Comercial

A política estabelece um conjunto de regras sob as quais o Conselho Executivo aprova um Limite Anual de Exposição Comercial, representando a exposição máxima de crédito comercial que a CVRD irá arriscar. Este limite de exposição é aplicado a cada segmento de negócios da CVRD. Para aquelas empresas nas quais a CVRD é a acionista majoritária, os limites estão estabelecidos de acordo com tal política. Para as outras empresas, a Diretoria Executiva da CVRD recomenda um limite de crédito em conformidade com a política da CVRD. Esta política delineia um procedimento para medir, conceder e controlar o crédito comercial dentro do grupo, que exige que cada cliente à procura de crédito comercial passe por uma avaliação de suas Demonstrações Contábeis, porte da companhia, desempenho anterior de pagamento e risco-país. Em 2005, a CVRD estendeu sua política de crédito comercial a todas as suas empresas consolidadas.

Item 12. Descrição dos títulos mobiliários exceto títulos patrimoniais

Não Aplicável.

PARTE II

Item 13. Descumprimentos, dividendos atrasados e inadimplências

Nenhum.

Item 14. Modificações relevantes aos direitos dos detentores dos títulos mobiliários e uso dos recursos

Nenhum.

Item 15. Controles e procedimentos

Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação

O comitê de divulgação da CVRD, com a participação do diretor presidente, do diretor financeiro, diretor de relações com investidores, conselheiro geral, diretor de controladoria e diretor de controles internos, tem avaliado a eficácia dos controles e procedimentos da CVRD a partir do final do exercício coberto por esse relatório anual. A Vale Overseas realizou uma avaliação similar que confiou fundamentalmente na avaliação de seus controles pela CVRD. Há limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controles e procedimentos, inclusive a possibilidade de falha humana e a circunvenção ou cancelamento dos controles e procedimentos. Por isso, mesmo os controles e procedimentos eficientes podem oferecer uma garantia apenas razoável no alcance dos objetivos de controle. Com base em nossa avaliação, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da CVRD e o Conselheiro e Diretor Presidente e o Conselheiro e Diretor Financeiro da Vale Overseas concluíram que os controles e procedimentos adotados pela CVRD e Vale Overseas eram eficazes para fornecer segurança razoável que as informações a serem divulgadas pela CVRD e Vale Overseas nos relatórios arquivados e enviados pela CVRD ou pela Vale Overseas de acordo com a Lei do Mercado de Capitais (Exchange Act) são registradas, processadas, sumariadas e reportadas dentro dos períodos de tempo especificados nas leis e formulários aplicáveis, e que é acumulado e comunicado à administração da CVRD e da Vale Overseas, inclusive ao Diretor-Presidente e Diretor Financeiro da CVRD e ao Conselheiro e Diretor-Presidente e ao Conselheiro e Diretor Financeiro da Vale Overseas, conforme apropriado para permitir tomadas de decisão em tempo hábil em relação à divulgação necessária.

Mudanças nos Controles Internos

Nossa gerência não identificou nenhuma mudança no controle interno da CVRD ou da Vale Overseas sobre o relatório financeiro durante o ano fiscal da CVRD e da Vale Overseas findo em 31 de dezembro de 2005 que afetou substancialmente ou pode afetar substancialmente o controle interno da CVRD ou da Vale Overseas sobre o relatório financeiro.

Item 16A. Perito Financeiro do Comitê de Auditoria

Conforme descrito no Item 16D deste Form 20-F, no lugar de constituir um comitê de auditoria independente, demos os devidos poderes ao nosso Conselho Fiscal para que este se qualifique para a isenção das exigências do comitê de auditoria estabelecidos no *Exchange Act Rule 10A-3(c)(3)*. Nosso Conselho de Administração determinou que um dos membros de nosso Conselho Fiscal, o Sr. Aníbal Moreira dos Santos, seja o especialista financeiro do comitê de auditoria. O Sr. Moreira dos Santos atende as exigências independentes aplicáveis para sociedade no Conselho Fiscal sob a lei brasileira. Ele também atende as exigências independentes da Bolsa de Valores de Nova York que se aplicaria aos membros do comitê de auditoria na ausência de nossa confiança na isenção estabelecida no *Exchange Act Rule 10A-3(c)(3)*.

Item 16B. Código de Ética

CVRD tem adotado um código de ética que se aplica a todos os Membros do conselho, diretores executivos e empregados, inclusive o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e o Diretor Contábil da CVRD. O código de ética da CVRD também se aplica à Vale Overseas e a seus conselheiros. Postamos cópias destes códigos de ética em nossa página www.cvrld.com.br/cvrld_us/media/CVRD_%20Codigodeetica_i.pdf. Cópias de nossos códigos de ética podem ser obtidas gratuitamente. Basta escrever para nós no endereço apresentado na capa deste Formulário 20-F. Nem a CVRD nem a Vale Overseas concedeu dispensas implícitas ou explícitas de seu código de ética aos diretores descritos acima desde sua adoção.

Item 16C. Principais Honorários e Serviços do Contador

Honorários do Contador Principal

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes cobrou os seguintes honorários por serviços profissionais em 2004 e 2005.

	Ano findo em 31 de dezembro de	
	2004	2005
	(milhares de US\$)	
Honorários de Auditoria	US\$ 1.075	US\$ 1.470
Honorários Relacionados à Auditoria.....	2.455	2.736
Honorários Fiscais.....	94	85
Todos os Outros Honorários.....	--	--
Total de Honorários.....	<u>US\$ 3.624</u>	<u>US\$ 4.291</u>

“Honorários de Auditoria” são os honorários agregados faturados pela PricewaterhouseCoopers pela auditoria de nossas demonstrações contábeis anuais e consolidadas, revisões das demonstrações contábeis interinas e serviços de certificação fornecidos com relação a arquivamentos e compromissos oficiais ou reguladores. “Honorários Relacionados à Auditoria” são os honorários cobrados pela PricewaterhouseCoopers pela garantia e serviços afins que estejam de fato relacionados ao desempenho da auditoria ou revisão de nossas demonstrações contábeis e não se incluem nos “Honorários de Auditoria”. Em 2004 e 2005, os “Honorários Referente à Auditoria” consistem principalmente de honorários de serviços relacionados à preparação da CVRD para a avaliação exigida conforme a Seção 404 do Sarbanes-Oxley Act. Honorários fiscais estão principalmente relacionados a revisão de retorno de impostos federais anuais e revisão da precisão dos procedimentos de cálculo dos impostos com relação ao imposto de rendas e impostos sobre vendas.

Políticas e Procedimentos Pré-aprovados pelo Comitê de Auditoria

Nosso Conselho Fiscal atualmente atua como um Comitê de Auditoria para fins da Lei de Sarbanes-Oxley de 2002. Nosso Conselho Fiscal exige que a gerência obtenha a aprovação do Conselho Fiscal antes de contratar nossos auditores independentes para prestar quaisquer serviços de auditoria ou não-auditoria permitida para nós ou nossas controladas consolidadas. Consoante esta política, nosso Conselho Fiscal pré-aprova todos os serviços de auditoria e não-auditoria prestados à CVRD e suas controladas consolidadas por seus respectivos auditores independentes.

Nosso Conselho Fiscal adotou uma política de pré-aprovação para serviços de auditoria e não-auditoria prestados à CVRD e suas subsidiárias consolidadas. Nesta política o Conselho Fiscal pré-aprovou uma lista detalhada de serviços com base em propostas especificadas de nossos auditores até os limites monetários especificados na política. Os serviços que não estiverem listados ou que excedam os limites especificados devem ser aprovados separadamente pelo Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal recebe periodicamente relatórios sobre os serviços prestados consoantes com a política de forma e uma lista de serviços pré-aprovados também é atualizada regularmente. A política também estabelece uma lista de services. Os serviços relacionados de controle interno devem ser especificamente pré-aprovados pelo Conselho Fiscal.

Item 16D. Isenções das Normas para Registro - para Comitês de Auditoria

Em conformidade com as normas do comitê de auditoria de uma empresa registrada no NYSE e na SEC, a partir de 31 de julho de 2005, devemos estabelecer um comitê de auditoria composto por membros do Conselho de Administração que atenda as exigências especificadas ou designar e dar posse ao nosso conselho fiscal para desempenhar o papel do comitê de auditoria sujeito à isenção estipulada na *Exchange Act Rule 10A-3(c)(3)*. Designamos e demos poder ao nosso Conselho Fiscal para que possa desempenhar seu papel em 19 de julho de 2005, conforme a alteração em nosso estatuto aprovado em reunião com os acionistas na data citada. Em nossa avaliação, nosso conselho fiscal poderá agir independentemente e satisfazer as outras exigências do *Exchange Act Rule 10A-3*.

Item 16E. Compras de Títulos Patrimoniais pelo Emitente e Comprador Afiliado

Em 2005, nem a CVRD ou qualquer compradora afiliada adquiriu ou readquiriu qualquer título patrimonial da CVRD.

PARTE III

Item 17. Demonstrações Contábeis

O registrante respondeu ao item 18 em lugar de responder a este Item.

Item 18. Demonstrações Contábeis

A referência é feita para as páginas F-1 a F-46

Item 19. Anexos

<u>Número do Anexo</u>	
1.1	Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce, conforme ajustado em 27 de abril de 2005 (tradução em inglês)
1.2 (*)	Memorando e Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited
1.3 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 6 de março de 2002.
1.4 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 23 de julho de 2003.
1.5 (**)	Alteração dos Estatutos de Constituição da Vale Overseas Limited em 7 de janeiro de 2004
8	Relação de Subsidiárias
12.1	Certificação do Diretor Presidente da CVRD, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
12.2	Certificação do Diretor Financeiro da CVRD, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
12.3	Certificação do Diretor e Executivo Principal da Vale Overseas, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
12.4	Certificação do Diretor Executivo Principal e do Diretor Financeiro Principal da Vale Overseas, em conformidade com as Regras 13a-14 e 15d-14 da Lei do Mercado de Capitais (Securities Exchange Act) de 1934.
13.1	Certificação do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro da CVRD, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
13.2	Certificação do Diretor Executivo Principal e do Diretor Financeiro Principal da Vale Overseas, em conformidade com a Seção 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
14.1	Consentimento da PricewaterhouseCoopers, CVRD e Vale Overseas.
14.2	Consentimento da Trevisan (Albras).
14.3	Consentimento da Trevisan (Alunorte).
14.4	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Docenave).
14.5	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Hispanobras).
14.6	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Itabrasco).
14.7	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Kobrasco).
14.8	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (MRN).
14.9	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Nibrasco).
14.10	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Valesul).
14.11	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (RDM).
14.12	Consentimento da Deloitte Touche Tohmatsu (Urucum).
14.13	Consentimento da AMEC

(*) Incorporada por referência ao relatório anual no Form 20-F da CVRD e Vale Overseas Limited para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2002.

(**) Incorporada por referência ao relatório anual no Form 20-F da CVRD e Vale Overseas Limited para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2003.

ASSINATURAS

O registrante certifica que cumpriu todos os requerimentos para o arquivamento do Form 20-F e que assina como representante legal, devidamente autorizado.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Por: /s/ Roger Agnelli
Nome: Roger Agnelli
Cargo: Diretor-Presidente

Por: /s/ Fabio de Oliveira Barbosa
Nome: Fabio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Executivo Responsável
pela Área de Finanças
Corporativas

VALE OVERSEAS LIMITED

Por: /s/ Fabio de Oliveira Barbosa
Nome: Fabio de Oliveira Barbosa
Cargo: Conselheiro e Diretor-
Presidente

Por: /s/ Leonardo Moretzsohn de Andrade
Nome: Leonardo Moretzsohn de
Andrade
Cargo: Conselheiro e Diretor
Financeiro

Data: 25 de maio de 2006

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Tradução livre do relatório original em inglês, sobre as
demonstrações contábeis preparadas de acordo com os
princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados
Unidos da América)

Página

Relatório da firma independente registrada de Contadores Públicos.....	F-2
Balanços Patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2005 e 2004.....	F-3
Demonstrações consolidadas dos resultados para os três anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-5
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para três anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-6
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido para três anos findos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003	F-7
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas	F-8

RELATÓRIO DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

(Tradução livre do parecer original em inglês, sobre demonstrações contábeis preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América)

**Aos Diretores e Acionistas
da Companhia Vale do Rio Doce**

Com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores, somos de opinião que os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia Vale do Rio Doce e suas controladas em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa dos três anos findos em 31 de dezembro de 2005 de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames. Não foram por nós examinadas as demonstrações contábeis de certas coligadas, cujos ganhos de equivalência patrimonial totalizam US\$ 157 milhões para 2003. Também, não examinamos as demonstrações contábeis de certas controladas as quais apresentam um total de receitas de US\$ 839 milhões para 2003. As demonstrações contábeis destas coligadas e controladas foram examinadas por outros auditores, cujos pareceres nos foram fornecidos, e nosso parecer, no que diz respeito aos valores dessas coligadas e controladas, baseia-se exclusivamente nos pareceres desses auditores. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo "Public Company Accounting Oversight Board" (Estados Unidos da América). Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Um exame compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados nas demonstrações contábeis, avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames e os pareceres de outros auditores proporcionam bases razoáveis para a emissão do nosso parecer.

Como mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações contábeis, a Companhia mudou seu método de contabilização de obrigações referente ao término de utilização de ativos, a partir de 1º de janeiro de 2003.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil
6 de março de 2006

Balancos Patrimoniais Consolidados Condensados
Em milhões de dólares norte-americanos

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes.....	1.041	1.249
Contas a receber		
Partes relacionadas.....	159	124
Outros.....	1.490	905
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	22	56
Estoques.....	1.142	849
Imposto de renda diferido.....	186	203
Impostos a recuperar	362	285
Outros.....	373	219
	4.775	3.890
Imobilizado líquido.....	14.166	9.063
Investimentos em coligadas, joint ventures e outros investimentos		
líquidos de provisão para perdas em investimentos.....	1.672	1.159
Outros ativos		
Ágio na aquisição de controladas.....	548	486
Empréstimos e adiantamentos		
Partes relacionadas.....	4	55
Outros.....	61	56
Custo de pensão pago antecipadamente.....	308	170
Imposto de renda diferido.....	-	70
Depósitos judiciais.....	568	531
Ganhos não realizados com instrumentos derivativos	1	4
Adiantamento a fornecedores - energia	311	98
Outros.....	230	133
	2.031	1.603
TOTAL.....	22.644	15.715

Balanços Patrimoniais Consolidados Condensados
Em milhões de dólares norte-americanos
(exceto número de ações)

(Continuação)

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores.....	1.110	689
Salários e encargos sociais.....	229	141
Parcela circulante de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	1.218	730
Empréstimos e financiamentos.....	15	74
Empréstimos de partes relacionadas.....	62	52
Provisão para imposto de renda.....	297	459
Outros.....	394	310
	3.325	2.455
Exigível a longo prazo		
Benefícios de pós-aposentadoria de funcionários.....	241	215
Empréstimos e financiamentos.....	3.714	3.214
Empréstimos de partes relacionadas.....	1	18
Provisões para contingências (nota explicativa 18 (b)).....	1.286	914
Perda não realizada com instrumentos derivativos.....	260	236
Imposto de renda diferido.....	2	-
Provisão para passivos ambientais.....	225	134
Outros.....	395	350
	6.124	5.081
Participação minoritária.....	1.218	788
Patrimônio líquido		
Ações preferenciais classe A - 1.800.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 415.727.739 emitidas.....	2.150	1.176
Ações ordinárias - 900.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 749.949.429 emitidas.....	3.806	2.121
Ações em tesouraria - 11.458 (2004 - 11.951) ações preferenciais e 14.145.510 ações ordinárias.....	(88)	(88)
Capital integralizado adicional.....	498	498
Outros prejuízos abrangentes acumulados.....	(2.729)	(3.774)
Reservas de lucros.....	4.357	4.143
Lucros acumulados	3.983	3.315
	11.977	7.391
TOTAL.....	22.644	15.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações Consolidadas Condensadas dos Resultados
Em milhões de dólares norte-americanos
(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Receitas operacionais, líquidas de descontos, devoluções e abatimentos			
Vendas de minerais e metais	10.767	6.333	4.060
Receitas de serviços de logística.....	1.216	877	604
Produtos de alumínio.....	1.408	1.250	852
Outros produtos e serviços.....	14	19	29
	13.405	8.479	5.545
Impostos sobre vendas e serviços.....	(613)	(413)	(195)
Receitas operacionais líquidas.....	12.792	8.066	5.350
Despesas e custos operacionais			
Custo de minerais e metais vendidos.....	(4.620)	(2.881)	(2.066)
Custo de serviços de logística.....	(705)	(513)	(370)
Custo de produtos de alumínio.....	(893)	(674)	(678)
Outros.....	(11)	(13)	(14)
	(6.229)	(4.081)	(3.128)
Despesas com vendas, gerais e administrativas.....	(583)	(452)	(265)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(277)	(153)	(82)
Participação dos empregados nos resultados.....	(97)	(69)	(32)
Outros.....	(174)	(188)	(199)
	(7.360)	(4.943)	(3.706)
Resultado operacional.....	5.432	3.123	1.644
Receitas (despesas) não-operacionais			
Receitas financeiras.....	123	82	102
Despesas financeiras.....	(560)	(671)	(351)
Ganhos (perdas) cambiais e monetários, líquidos.....	299	65	242
Ganhos na venda de investimentos.....	126	404	17
	(12)	(120)	10
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de participação societária, e da participação minoritária.....	5.420	3.003	1.654
Imposto de renda			
Corrente.....	(754)	(433)	(90)
Diferido.....	(126)	(316)	(207)
	(880)	(749)	(297)
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e variação na provisão para perdas em investimentos.....	760	542	306
Participação minoritária.....	(459)	(223)	(105)
Lucro das operações continuadas.....	4.841	2.573	1.558
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuação de uso de ativos (nota explicativa 4(a)).....	-	-	(10)
Lucro líquido.....	4.841	2.573	1.548
Lucro básico por Ação Preferencial Classe A	4,20	2,23	1,34
Lucro básico por Ação Ordinária	4,20	2,23	1,34
Média ponderada do número de ações em circulação (milhares de ações)			
Ações ordinárias.....	735.804	735.804	735.804
Ações preferenciais Classe A.....	415.716	415.716	415.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações Consolidadas Condensadas dos Fluxos de Caixa

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais:			
Lucro líquido.....	4.841	2.573	1.548
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização.....	619	399	238
Dividendos recebidos.....	489	200	197
Equivalência patrimonial em coligadas e <i>joint ventures</i> e provisão para perdas em investimentos.....	(760)	(542)	(306)
Imposto de renda diferido.....	126	316	207
Provisão para contingências.....	27	137	9
Perda na venda de ativo imobilizado.....	26	34	51
Ganho na alienação de investimentos.....	(126)	(404)	(17)
Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuação de uso de ativos (nota explicativa 4).....	-	-	10
Perdas (ganhos) cambial e monetária.....	(237)	112	(382)
Perdas líquidas não realizados com instrumentos derivativos.....	101	134	43
Participação minoritária.....	459	223	105
Juros pagáveis, líquido.....	62	93	24
Outros.....	(159)	(123)	(27)
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber.....	(416)	(98)	37
Estoques.....	(138)	(216)	(22)
Outros.....	(639)	(78)	(9)
Aumento (redução) em passivos:			
Fornecedores.....	279	230	(18)
Salários e encargos sociais.....	40	28	(25)
Imposto de Renda.....	413	348	-
Outros.....	154	105	94
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais.....	5.161	3.471	1.757
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento:			
Empréstimos e adiantamentos a receber			
Partes relacionadas			
Adições.....	(27)	(33)	(157)
Pagamentos.....	115	51	71
Outros.....	-	18	35
Garantias e depósitos.....	(59)	(111)	(99)
Adições em investimentos.....	(103)	(34)	(68)
Adições ao imobilizado.....	(3.977)	(2.022)	(1.543)
Recursos provenientes da venda de investimentos.....	126	579	83
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado.....	16	11	58
Recursos utilizados na aquisição de controladas, líquidos do caixa adquirido.....	(737)	-	(380)
Recursos líquidos provenientes de atividades de investimento.....	(4.646)	(1.541)	(2.000)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:			
Empréstimos e financiamentos de curto prazo (captações líquidas).....	(86)	(60)	(38)
Empréstimos			
Partes relacionadas			
Adições.....	10	21	72
Pagamentos.....	(43)	(27)	(26)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	15	20	14
Outros.....	1.757	1.031	1.025
Pagamentos de empréstimos e financiamentos de longo prazo			
Partes relacionadas.....	-	(3)	(4)
Outros.....	(884)	(1.283)	(766)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas.....	(1.300)	(787)	(675)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento.....	(531)	(1.088)	(398)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes.....	(16)	842	(641)
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes.....	(192)	(204)	135
Initial cash in new consolidated subsidiary.....	-	26	-
Caixa e equivalentes no início do exercício.....	1.249	585	1.091
Caixa e equivalentes no final do exercício.....	1.041	1.249	585
Pagamentos efetuados durante o exercício:			
Juros de curto prazo.....	(9)	(5)	(7)
Juros de longo prazo.....	(243)	(295)	(178)
Imposto de renda.....	(481)	(108)	(55)
Transações que não envolveram caixa			
Conversão de empréstimos concedidos em investimentos.....	-	-	(187)
Imposto de renda pago com créditos.....	(161)	(100)	(81)
Juros capitalizados.....	(86)	(31)	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações Consolidadas Condensadas das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhões de dólares norte-americanos (Não auditado)
(exceto números de ações e valores por ação)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Ações preferenciais classe A (incluindo três ações especiais)			
Saldo inicial.....	1.176	1.055	904
Transferência de reservas de lucros.....	974	121	151
Saldo final.....	2.150	1.176	1.055
Ações ordinárias			
Saldo inicial.....	2.121	1.902	1.630
Transferência de reservas de lucros.....	1.685	219	272
Saldo final.....	3.806	2.121	1.902
Ações em tesouraria			
Saldo inicial.....	(88)	(88)	(88)
Capital integralizado adicional			
Saldo inicial.....	498	498	498
Outros prejuízos abrangentes acumulados			
Ajustes acumulados de conversão			
Saldo inicial.....	(3.869)	(4.449)	(5.185)
Variação no exercício.....	1.013	580	736
Saldo final.....	(2.856)	(3.869)	(4.449)
Ajuste relativo a investimentos em coligadas			
Saldo inicial.....	-	-	10
Transferência para lucros acumulados.....	-	-	(10)
Saldo final.....	-	-	-
Ganho não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado			
Saldo inicial.....	95	74	-
Variação no exercício.....	32	21	74
Saldo final.....	127	95	74
Total de outros prejuízos abrangentes acumulados	(2.729)	(3.774)	(4.375)
Reservas de lucros			
Saldo inicial.....	4.143	3.035	2.230
Transferência de lucros acumulados.....	2.873	1.448	1.228
Transferência para capital.....	(2.659)	(340)	(423)
Saldo final.....	4.357	4.143	3.035
Lucros acumulados			
Saldo inicial.....	3.315	2.857	3.288
Lucro líquido do exercício.....	4.841	2.573	1.548
Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas			
Ações preferenciais classe A	(469)	(241)	(275)
Ações ordinárias.....	(831)	(426)	(486)
Apropriações para reservas de lucros.....	(2.873)	(1.448)	(1.218)
Saldo final.....	3.983	3.315	2.857
Total do patrimônio líquido.....	11.977	7.391	4.884
O lucro abrangente é constituído de:			
Lucro líquido do exercício.....	4.841	2.573	1.548
Ajustes acumulados de conversão.....	1.013	580	736
Ganho (perda) não realizado em investimentos avaliados a valor de mercado	32	21	74
O lucro abrangente total.....	5.886	3.174	2.358
Ações			
Ações preferenciais classe A (incluindo três ações especiais).....	415.727.739	415.727.739	415.727.739
Ações ordinárias.....	749.949.429	749.949.429	749.949.429
Ações em tesouraria (1)			
Saldo inicial.....	(14.157.461)	(14.158.059)	(14.158.953)
Vendas	493	598	894
Saldo final.....	(14.156.968)	(14.157.461)	(14.158.059)
	1.151.520.200	1.151.519.707	1.151.519.109
Juros sobre capital próprio atribuídos aos acionistas (por ação)			
Preferred class A stock (including one special share).....	1,13	0,58	0,66
Ações preferenciais classe A (incluindo três ações especiais).....	1,13	0,58	0,66

(1) Até 31 de dezembro de 2005, haviam sido adquiridas 14.145.510 ações ordinárias e 11.951 ações preferenciais, que permanecem em tesouraria, no montante de US\$88. As 14.145.510 ações ordinárias estão garantindo a caução de um empréstimo da nossa controlada Alunorte.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em milhões de dólares norte-americanos, a menos que informado

1 A Companhia e suas operações

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é uma sociedade anônima devidamente organizada sob as leis da República Federativa do Brasil. Nossas operações são executadas pela CVRD e suas controladas, *joint ventures* e coligadas, e consistem principalmente de mineração, produção de metais não ferrosos e logística, bem como atividades de energia, alumínio e aço. Maiores detalhes sobre nossas operações e das nossas *joint ventures* e coligadas estão descritas na nota explicativa 13.

As principais controladas operacionais que consolidamos são:

Controlada	% participação	% capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Alumina do Norte do Brasil S.A. - Alunorte ("Alunorte")	57	61	Brasil	Alumina
Alumínio Brasileiro S.A. - Albras ("Albras")	51	51	Brasil	Alumínio
CADAM S.A (CADAM) (1)	37	100	Brasil	Caulim
CVRD Overseas Ltd.	100	100	Ilhas Cayman	Trading
Ferrovia Centro-Atlântica S. A.	100	100	Brasil	Logística
Itabira Rio Doce Company Ltd. - ITACO	100	100	Ilhas Cayman	Trading
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (2)	56	90	Brasil	Minério de Ferro
Mineração Onça Puma Ltda	99	99	Brasil	Níquel
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	100	100	Brasil	Navegação
Pará Pigmentos S.A. (1)	76	86	Brasil	Caulim
Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	100	100	Bahamas	International finance
Rio Doce Manganês S.A.	100	100	Brasil	Manganês e Ferroligas
Rio Doce Manganês Europe - RDME	100	100	França	Ferroligas
Rio Doce Manganese Norway - RDMN	100	100	Noruega	Ferroligas
Salobo Metais S.A.	100	100	Brasil	Cobre
Urucum Mineração S.A.	100	100	Brasil	Minério de Ferro, Ferroligas e Manganês

(1) Através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A.. CVRD detém 60,2% do capital total e 100% do capital total.

(2) Através da Caemi Mineração e Metalurgia S.A e Belém Administrações e Participações Ltda

2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis das empresas nas quais temos a maioria das ações e o controle da administração são consolidadas, com eliminação de todas as principais contas e transações com partes relacionadas. A partir de 1 de janeiro de 2004 as entidades com participação variável nas quais somos os beneficiários principais (Nota explicativa 4 (b)), estão sendo consolidadas. Os investimentos não consolidados em coligadas e *joint ventures* estão demonstrados ao custo mais a nossa participação em seus resultados não distribuídos. Nesta categoria estão incluídas certas *joint ventures* onde temos participação majoritária, mas não possuímos controle efetivo na administração estabelecido no acordo de acionistas. Quando aplicável, constituímos provisão para perdas em investimentos com patrimônio líquido negativo (Nota explicativa 13).

Calculamos o valor de nossos investimentos através da comparação dos valores registrados em nosso balanço anual com a cotação de mercado disponível para o referido investimento na mesma data. Se a cotação de mercado disponível está abaixo do valor registrado em nosso balanço e tal desvalorização não for temporária, baixamos o valor de nossos investimentos até o limite calculado pela cotação de mercado disponível.

Definimos *joint ventures* como negócios nos quais a Companhia e um pequeno grupo de outros sócios, participam cada um ativamente na administração da entidade, baseado em acordo de acionistas. Definimos coligadas como negócios nos quais participamos como acionistas minoritários mas com influência significativa nas políticas operacional e financeira da empresa investida.

Os investimentos em *joint ventures* não incorporadas criadas com o propósito de investir em projetos de energia elétrica são consolidadas proporcionalmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores reportados de receitas e despesas durante o período. As estimativas são utilizadas para, mas não limitam a seleção, da vida útil de ativos imobilizados, provisões para contingências, valores de mercado atribuídos a ativos e passivos em transações de aquisição de empresas, provisão para perdas de créditos de imposto de renda, benefícios pós-aposentadoria para empregados e outras avaliações semelhantes. Os resultados atuais podem ser diferentes dessas estimativas.

(a) Base de apresentação

Preparamos as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), que diferem, em certos aspectos, das práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas na preparação das nossas demonstrações contábeis pela legislação societária.

Os valores em dólares norte-americanos referentes aos períodos apresentados foram convertidos (traduzidos) a partir dos valores em moeda brasileira, em conformidade com os critérios estipulados no "Statement of Financial Accounting Standards 52" – "Foreign Currency Translation" – (SFAS 52).

Antes de 1º de julho de 1997 o Brasil era considerado, nos termos do SFAS 52, como sendo um país de economia hiperinflacionária, e como consequência, até 30 de junho de 1997, adotávamos o dólar norte-americano tanto como moeda funcional quanto de reporte.

A partir de 1º de julho de 1997, concluímos que a economia brasileira havia deixado de ser hiperinflacionária e mudamos a moeda funcional de dólares norte-americanos para a moeda local (reais brasileiros) para as operações brasileiras e correções do gênero. Consequentemente, convertemos os valores em dólares norte-americanos de ativos e passivos não-monetários à taxa de câmbio corrente e esses valores se tornaram as novas bases contábeis para esses ativos e passivos.

Convertemos todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos a taxa de câmbio corrente (R\$2,3370 e R\$2,6544 para US\$1.00 em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente) ou pela primeira taxa de câmbio disponível, se em 31 de dezembro não houve cotação e todas as contas nas demonstrações dos resultados (inclusive valores relativos à indexação da moeda local e variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira) às taxas médias de cada período. Os ganhos ou perdas resultantes desse novo processo de conversão foram incluídos nos ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido.

Os ganhos (perdas) cambiais líquidas refletidas em nossa demonstração de resultado foram de US\$227, US\$79 e US\$222 em 2005, 2004 e 2003, respectivamente, incluídas na linha "Ganhos (perdas) cambiais e monetários, líquidos".

(b) Transações de Aquisição de Empresas

Adotamos os procedimentos determinados pelo SFAS 141 - "Business Combinations" para reconhecer a aquisição de participações em outras companhias. O método de contabilização usado em nossas "combinações de negócios" (*business combinations*) é o "método de compra" (*purchase method*), o qual requer que os adquirentes determinem razoavelmente o valor de mercado dos ativos e passivos identificados das companhias adquiridas, individualmente, de maneira a determinar o ágio pago na compra, a ser registrado como um ativo intangível. Na aquisição de ativos que incluem os direitos a reservas minerais de recursos naturais, o estabelecimento dos valores para esses ativos incluem a alocação do valor de mercado às reservas compradas, as quais estão classificadas no balanço patrimonial como imobilizado.

O ágio foi amortizado de maneira sistemática pelos períodos estimados a serem beneficiados até 31 de dezembro de 2001. Como requerido pelo SFAS 142 – "Goodwill and Other Intangible Assets" desde 1º de janeiro de 2002, o ágio resultante das aquisições não é amortizado, mas é testada sua desvalorização ao menos uma vez no ano e reduzido ao seu valor justo na medida em que tal desvalorização é mensurada.

(c) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, constituímos provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, refletindo nossa estimativa periódica de recuperação. Ao utilizar a provisão, os estoques são baixados estabelecendo uma nova base de custo para o estoque remanescente.

O estoque de produtos acabados inclui todos os materiais associados, mão-de-obra direta de produção e excluídas despesas gerais e administrativas.

(d) Imobilizado

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao custo, incluindo-se os juros incorridos durante a construção das principais novas unidades. Calculamos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens, tais como: de 2% a 20% para as ferrovias, 5% para as embarcações, 3% para as construções, de 2% a 5% para instalações e de 5% a 20% para equipamentos de mineração e outros. As despesas de manutenção e reparos são debitadas aos custos e às despesas operacionais quando incorridas.

Capitalizamos os custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação, e amortizamos estas operações pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e provadas de minério. Gastos com estudos e pesquisas são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período todos os gastos são capitalizados e adicionados ao custos de exploração futuros. Capitalizamos o custo de desenvolvimento de minas a partir do momento que efetivamente iniciamos esse desenvolvimento.

(e) Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conformidade com o SFAS 115 - *"Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities"*. Conseqüentemente, excluimos ganhos e perdas não realizados, líquidos de impostos, quando aplicável, do resultado e os reconhecemos como um componente específico do patrimônio líquido até que sejam realizados.

(f) Receitas e despesas

As receitas são reconhecidas quando da transferência da titularidade do produto ou quando os serviços são prestados. A receita de exportação é reconhecida quando os produtos são embarcados no navio. As receitas dos produtos vendidos no mercado interno são reconhecidas quando a entrega é feita ao cliente. As receitas de serviços de transporte, exceto as de operações marítimas, são reconhecidas quando o serviço é executado. As de operações marítimas são registradas com base na viagem concluída e a receita líquida, os custos e as despesas com viagens em curso até o fim do exercício são diferidos. Os prejuízos esperados sobre viagens são reconhecidos quando prováveis e razoavelmente estimáveis. As despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência.

(g) Custos ambientais e de recuperação e restauração de áreas degradadas

As despesas relacionadas ao cumprimento de regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas quando incorridas. Esses programas contínuos têm por objetivo minimizar o impacto ambiental das nossas atividades.

(h) Provisão para férias

Provisionamos integralmente a obrigação de remuneração a empregados pelo direito às férias adquiridas durante o ano.

(i) Imposto de renda

De acordo com o SFAS 109 - *"Accounting for Income Taxes"*, os efeitos fiscais diferidos dos prejuízos fiscais a compensar e das diferenças temporárias foram reconhecidos nas demonstrações contábeis

consolidadas. A provisão para perdas é constituída quando estimamos que há evidências da não utilização integral dos créditos fiscais constituídos.

(j) Demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa dos financiamentos e investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e são resgatáveis em até 90 dias ou menos são considerados caixa e equivalentes.

(k) Lucro por ação

O lucro por ação é computado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

(l) Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem distribuir juros sobre capital próprio. O cálculo desses juros é baseado nos valores do patrimônio líquido como apresentado nos registros contábeis elaborados pela legislação societária e a taxa de juros aplicada não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não podem exceder ao maior valor entre 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados, mais as reservas de lucros.

O montante dos juros atribuídos aos acionistas é dedutível para fins de apuração do imposto de renda. Por esta razão, o benefício, em contraposição ao pagamento do dividendo, é a redução em nosso encargo de imposto de renda. Sobre os juros pagos há a retenção de 15% a título de imposto de renda.

De acordo com a legislação brasileira, o benefício atribuído para os acionistas é considerado como parte do dividendo mínimo anual (Nota explicativa 16). Desta maneira as distribuições são tratadas como dividendos para fins contábeis.

Optamos por pagar os juros sobre capital próprio dedutíveis do imposto de renda e temos, conseqüentemente, registrado os valores devidos em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 no patrimônio líquido.

(m) Derivativos e operações de hedge

Desde 1º janeiro de 2001 adotamos o SFAS 133 – “*Accounting for Derivative Financial Instruments and Hedging Activities*”, emendado pelos SFAS 137, SFAS 138 e SFAS 149. Estes pronunciamentos requerem que reconheçamos todos os instrumentos de derivativos financeiros como ativo ou passivo no nosso balanço patrimonial e que os mesmos sejam mensurados a valor de mercado. Mudanças no valor de mercado dos derivativos são registradas em cada período como ganhos correntes ou outras receitas, dependendo de a transação ser caracterizada como um hedge efetivo. Não existiram contratos caracterizados como hedge efetivo nos anos apresentados.

(n) Lucro abrangente

Divulgamos o lucro abrangente como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido, de acordo com o SFAS 130 – “*Reporting Comprehensive Income*”.

(o) Estoque de pilha de minério

As quantidades oriundas das reservas provadas e prováveis encontram-se em pilhas de minério, estando lá estocadas. A contabilização ocorre conforme estas pilhas são retiradas da mina. Estas quantidades não estão incluídas nas quantidades totais das reservas provadas e prováveis utilizadas no cálculo das unidades produzidas, depreciação, exaustão ou amortização.

(p) Remoção de estéril para acessar depósitos minerais

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Subseqüentemente, estes

custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

4 Mudança de prática contábil

(a) 2003 – SFAS 143

Em junho de 2001, o FASB emitiu o SFAS 143 – “*Accounting for Asset Retirement Obligations*”. Adotamos o SFAS 143 a partir de 1º de janeiro de 2003 e como consequência registramos uma provisão adicional de US\$26 para baixa de ativos ambientais, registrado como “Outros exigíveis a longo prazo”, um aumento líquido de US\$11 no custo de desenvolvimento de mina foi registrado dentro do “Imobilizado” e uma variação no resultado de US\$10 foi registrada na rubrica “Mudança no método de contabilização de obrigações com descontinuação de uso de ativos”, na demonstração de resultado, líquido de imposto de renda (US\$15, bruto de imposto de renda). Com o decorrer do tempo os passivos serão acrescidos pela variação do seu valor presente líquido e a capitalização inicial dos custos será amortizada de acordo com a vida útil dos ativos relacionados.

(b) 2004 – FIN 46R

Desde 1º de Janeiro de 2004 consolidamos Albras com base na nossa participação de 51% de acordo com o FASB Interpretation (FIN) “*Consolidation of Variable Interest Entities*” (revisado em Dezembro de 2003). A Albras é uma companhia de alumínio com receitas de US\$ 803, US\$ 707 e US\$ 805 em 2005, 2004 e 2003, respectivamente e ativos totais de US\$ 1.144 em 31 de dezembro de 2005 (US\$ 805 em 2004) que vende toda a sua produção para seus acionistas, com base na participação destes.

Caso Albras tivesse sido consolidada em 2003, a demonstração de resultado consolidada seria demonstrada como abaixo:

	2003		
	CVRD	(*) Albras	Pro Forma (não auditada)
Venda líquidas	5.350	165	5.515
Custo dos produtos vendidos	(3.128)	58	(3.070)
Custo operacional	(578)	(16)	(594)
Receitas (despesas) não operacionais	10	34	44
Imposto de renda	(297)	(36)	(333)
Equivalência patrimonial em coligadas e joint-vent	306	(105)	201
Mudança no método de contabilização	(10)	-	(10)
Participação minoritária	(105)	(100)	(205)
Lucro líquido	<u>1.548</u>	<u>-</u>	<u>1.548</u>

(*) Após eliminações de transações intercompanhias.

5 Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos

Em fevereiro de 2006, o FASB emitiu o FAS No 155, “*Accounting for certain hybrid financial instruments*” que retifica o FAS No 133 “*Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*” e o FAS No 140 “*Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities*”. Esse pronunciamento resolve assuntos elencados no pronunciamento FAS 133, implementação do pronunciamento No D1, “*Application of Statement 133 to Beneficial Interests in Securitized Financial Assets*”. Adotaremos esse pronunciamento para eventos que se iniciam após 15 de setembro de 2006.

Em novembro de 2005, o FASB emitiu o FSP FAS No 115-1 e FAS No 124-1, “*The meaning of other-than-temporary impairment and its application to certain investments*” que determina quando um investimento é considerado abaixo do valor de realização, quando essa perda é temporária e a

mensuração de uma perda em relação aos valores de realização. Adotaremos esse pronunciamento, caso aplicável, em eventos que se iniciam após 15 de dezembro de 2005.

Em outubro de 2005, o FASB emitiu o FAS No 13-1, "*Accounting for rental costs incurred during a construction period*", que orienta a contabilização dos custos de aluguel associados a arrendamentos operacionais incorridos durante o período de construção. Adotaremos esse pronunciamento, caso aplicável, em eventos que se iniciam após 15 de dezembro de 2005.

Em outubro 2005, O FASB emitiu o FAS No. 123 (R)-2, "*Practical accommodation to the application of Grant date as defined in FASB Statement No. 123 (R)*" que solicita o estabelecimento de bases para a aplicação do valor presente conforme definido na norma No. 123 (revisada em 2005), *Share-Based-Payment*. Adotaremos essa norma, se aplicável, para eventos que se iniciam após 15 de dezembro de 2005.

Em julho de 2005, o FASB emitiu o FSP No APB 18-1, "*Accounting by an investor for its proportionate share of accumulated other comprehensive income of an investee accounted for under the equity method in accordance with APB Opinion nº 18 upon a loss of significant influence*" que estabelece a maneira pela qual um investidor deve contabilizar sua participação proporcional de um ajuste de equivalência em outros resultados acumulados quando houver perda significativa de influência. Aplicaremos esta norma, se aplicável para eventos que se iniciam após de julho de 2005.

Em junho de 2005, o FASB emitiu o SFAS No 154, "*Accounting Changes and Error Corrections*" que estabelece a divulgação de mudança de princípios contábeis ou erros. Não esperamos que o SFAS No.154 tenha impacto significativo na nossa posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa.

Em março de 2005, o FASB emitiu o FSP FIN 46(R)-5, "*Consolidation of Variable Interests Entities*" para orientar quando uma empresa deve considerar se detém uma participação variável em uma entidade ou uma potencial participação variável em uma entidade, quando condições específicas existem. Adotamos o FIN 46R e não tivemos qualquer impacto na nossa posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa.

Em março de 2005, o FASB emitiu o *FASB Interpretation No. 47, "Accounting for Conditional Asset Retirement Obligations"* que esclarece que o termo obrigações condicionais de descontinuação de ativos conforme é usado no FASB 143, contabilização para descontinuação de ativos, referente a obrigação legal para avaliar a descontinuação de uso de um ativo imobilizado em atividade no qual o tempo ou estabelecimento de outro método estão condicionados a um futuro evento que pode estar ou não estar sob controle da entidade . Não esperamos que o FASB Interpretation No. 47 tenha impacto significativo na nossa posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa.

6 Nossa privatização

Em maio de 1997, O Governo brasileiro privatizou nossa Companhia, através da transferência do controle acionário para a Valepar S.A. ("Valepar"). O Governo brasileiro reteve certos direitos com relação a nossas futuras decisões e as da Valepar, e também nos fez celebrar contratos que podem afetar nossas atividades e resultados de nossas operações no futuro. Esses direitos e contratos são:

- **Ação Preferencial Especial.** O Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia que lhe confere direitos permanentes de veto sobre mudanças na nossa Companhia, tais como (i) nome, (ii) localização da sede, (iii) objeto social de exploração mineral, (iv) operação contínua dos sistemas integrados de mineração de minério de ferro, e (v) certos outros assuntos.
- **Debêntures de Acionistas.** Em 7 de julho de 1997, emitimos aos acionistas que estavam registrados em 18 de abril de 1997 (inclusive o Governo brasileiro), debêntures que proporcionam aos seus detentores o direito de receber pagamentos semestrais, baseados em uma percentagem das nossas receitas líquidas acima de volumes limites de produção, provenientes de recursos minerários identificados. Estes instrumentos não são garantidos por reservas minerais e depósitos correspondentes (Nota explicativa 18(f)).

7 Principais aquisições e baixas para os anos apresentados

Durante os períodos apresentados fizemos as aquisições descritas abaixo. As informações proforma com relação à nossa aquisição do controle acionário da Caemi em setembro de 2003 estão demonstradas no item (a) abaixo.

- (a) Em dezembro de 2001, através de nossa subsidiária integral no exterior Itabira Rio Doce Company Limited - ITACO, adquirimos ações ordinárias da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. - CAEMI, representando 16,82% de seu capital total e 50% do seu capital votante da Cayman Iron Ore Investment Co., Ltd., uma controlada integral da Mitsui & Co., Ltd. - MITSUI por US\$279. A Caemi é uma empresa brasileira, sediada no Rio de Janeiro, que opera nos setores de minério de ferro, caulim, bauxita e transporte ferroviário e foi contabilizada pelo método de equivalência patrimonial até 2 de setembro de 2003 (vide abaixo).

Esta aquisição foi aprovada pela Comissão Européia com base no compromisso de venda da participação da Caemi na Quebec Cartier Mining Company - QCM, empresa canadense produtora de minério de ferro e pelotas. Em 31 de dezembro de 2003, a Caemi vendeu suas ações ordinárias da QCM para a Quebec Provincial Government pelo valor simbólico de 100 dólares canadenses e converteu empréstimos a QCM de 20 milhões de dólares canadenses em ações preferenciais sem direito a voto (exceto nos casos requeridos por Lei). Em julho de 2005 vendemos o restante das ações preferenciais da QCM para a Dofasco Inc. (Dofasco) por US\$ 126. Existe uma provisão para perda integral deste investimento. Nenhum valor de equivalência foi contabilizado desde a aquisição e, portanto, a operação foi registrada como ganho.

Em setembro de 2003, CVRD e Mitsui, cada uma detendo 50% de ações ordinárias da Caemi, firmaram um acordo de acionistas requerendo a aprovação de ambos para todas as principais decisões que afetem a Caemi.

Também naquela data, adquirimos adicionais 43,37% do capital da Caemi por US\$426, aumentando a nossa participação para 60,23%. A Caemi foi consolidada a partir dessa data.

O custo de aquisição de 43,37% da Caemi, líquido do caixa adquirido, foi como segue:

	2 de setembro de 2003
Valor de mercado estimado dos ativos.....	1.699
Valor de mercado estimado dos passivos.....	<u>(716)</u>
Ativos líquidos a valor de mercado.....	983
Participação adquirida do capital total.....	43,37%
Valor de mercado estimado dos ativos líquidos adquiridos.....	426
Preço de aquisição.....	426
Menos caixa adquirido	<u>(46)</u>
Custo de aquisição da Caemi, líquido do caixa adquirido	<u>380</u>

Caemi Pro Forma

A demonstração de resultado condensada *pro forma* não auditada abaixo demonstra o impacto da aquisição da Caemi sobre a demonstração de resultado consolidada, caso a participação corrente de 60,23% tivesse sido adquirida em 1º de janeiro de 2003.

	CVRD	Caemi Antes	
	Consolidada	da Aquisição	Pro Forma
		de Controle (1)	
			(Não auditado)
Receita operacional líquida.....	5.350	424	5.774
Custos e despesas operacionais.....	(3.706)	(343)	(4.049)
Resultado operacional.....	1.644	81	1.725
Receita não operacional.....	10	16	26
Resultado antes do imposto de renda, equivalência patrimonial e participações minoritárias.....	1.654	97	1.751
Imposto de renda.....	(297)	(41)	(338)
Equivalência patrimonial de coligadas e <i>joint ventures</i> e variação na provisão para perdas de investimentos.....	306	(20)	286
Participações minoritárias.....	(105)	18	(87)
Lucro das operações continuadas.....	1.558	54	1.612
Variação no método de contabilização das obrigações com descontinuação de uso de ativos.....	(10)	-	(10)
Lucro líquido do exercício.....	1.548	54	1.602

(1) Período de janeiro a agosto de 2003 (consolidado desde setembro de 2003)

Em janeiro de 2006, o Conselho de Administração aprovou a proposta para troca de todas as ações em circulação da Caemi Mineração e Metalurgia S.A (Caemi) por ações preferenciais (PNA) a serem emitidas. De acordo com a legislação brasileira esse procedimento, chamado incorporação de ações ou “stock merger” tem a expectativa de tornar a Caemi uma subsidiária integral da CVRD.

- (b) Em 10 de outubro de 2003, a subsidiária Companhia Paulista de Ferro Ligas (CPFL) finalizou a venda das suas ações da Fertilizantes Fosfatados S.A (Fosfértil) para a Bunge Fertilizantes S.A. por US\$ 84, realizando um ganho US\$ 61.
- (c) Em 7 de novembro de 2003, vendemos o investimento na Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por um valor simbólico, registrando um prejuízo de US\$ 44 nesta transação.
- (d) Em julho de 2004 vendemos parte de nossa participação na Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, representando 4,42% do capital votante e 29,96% do capital não votante por US\$415. Em dezembro de 2004 concluímos a venda de nossa participação remanescente de 20,51% no capital votante por US\$ 165. O ganho na transação foi US\$ 314 e US\$ 90, respectivamente.
- (e) Em novembro de 2005, adquirimos 93,0% do capital votante da Canico Resources Corp. (Canico), uma empresa canadense de exploração mineral focada no desenvolvimento de Onça Puma, projeto de níquel laterítico, por US\$ 750. Em dezembro de 2005, adquirimos mais 6,20% do capital votante da Canico por US\$ 50. O único ativo de maior relevância do que US\$ 63 na rubrica de caixa equivalentes era US\$ 794 na rubrica de direitos minerários. Direitos minerários serão amortizados em função da vida útil estimada da mina.

Em 10 de fevereiro de 2006, concluímos a aquisição das ações em circulação da Canico, adquirindo o restante das ações com direito a voto em circulação, 0,8% do capital total, por US\$ 6. A referida empresa é atualmente uma subsidiária integral da CVRD.

8 Imposto de renda

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro, a qual consiste em um adicional de imposto sobre a renda. A alíquota efetiva estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34% representados por 25% de imposto de renda mais 9% de contribuição social sobre o lucro.

O valor apresentado como despesa de imposto de renda nestas demonstrações contábeis consolidadas está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Lucro antes do imposto de renda, do resultado de participações societárias e da participação de minoritários	5.420	3.003	1.654
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes na legislação fiscal.....	(1.843)	(1.021)	(562)
Ajustes que dão origem a alíquota efetiva:			
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio.....	307	214	271
Receitas (despesas) isentas auferidas no exterior.....	617	247	(59)
Diferença da base fiscal de investidas	(58)	(240)	(56)
Incentivos Fiscais	109	53	60
Reversão da provisão para perdas de créditos fiscais (adições) ...	3	77	53
Perdas com derivativos, não dedutíveis.....	-	(57)	-
Outros ganhos (perdas) não tributáveis.....	(15)	(22)	(4)
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	(880)	(749)	(297)

Temos incentivos fiscais relativos às operações de minério de ferro e manganês em Carajás, potássio em Rosário do Catete, alumina e alumínio em Barcarena e caulim em Ipixuna e Mazagão. Os incentivos relativos ao minério de ferro compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produções definidos até 2005 e para o manganês isenção parcial até 2013. Os incentivos relativos a alumina e potássio, compreendem isenção total de imposto de renda sobre níveis de produção

definidos até 2009 e 2013, respectivamente, enquanto que a isenção parcial dos incentivos relativos ao alumínio e caulim se expira 2013.

Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas. Os prejuízos fiscais compensáveis não têm data de prescrição.

Os principais componentes das contas do imposto de renda diferido no balanço patrimonial são:

Em 31 de dezembro		
	2005	2004
Imposto de renda diferido - ativo circulante		
Despesas provisionadas dedutíveis somente quando pagas.....	186	110
Juros sobre o capital próprio.....	-	93
	186	203
Imposto de renda diferido ativo e passivo - longo prazo		
Ativo		
Imposto de renda dedutível sobre ágio de <i>business combinations</i>	-	10
Relativo à provisão para perdas e baixas de investimentos.....	53	51
Provisão adicional para benefícios de aposentadoria, líquida da obrigação de pensão não reconhecida.....	82	83
Prejuízos fiscais a compensar.....	275	235
Outras diferenças temporárias	3	19
	413	398
Passivo		
Lucro inflacionário.....	(30)	(23)
Investimentos adquiridos.....	(144)	(115)
Benefício de aposentadoria pago antecipadamente.....	(105)	(58)
Ajuste ao valor de mercado em <i>business combinations</i>	(52)	(55)
	(331)	(251)
Provisão para perdas		
Saldo inicial.....(2003 - (230)).....	(77)	(112)
Ajuste de conversão.....(2003 - (37)).....	(10)	(42)
Aquisições, vendas e outros investimentos(2003 - 102)	-	-
Variação líquida da provisão.....(2003 - 53).....	3	77
Saldo final.....	(84)	(77)
Imposto de renda diferido ativo longo prazo, líquido.....	(2)	70

9 Caixa e equivalentes

Em 31 de dezembro		
	2005	2004
Caixa e bancos.....	177	123
Depósitos a prazo denominados em moeda local.....	297	385
Depósitos a prazo denominados dólares norte-americanos.....	567	741
	1.041	1.249

10 Contas a receber

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Clientes		
No país.....	349	236
No exterior, integralmente denominados em dólares norte-americanos.....	1.355	847
	1.704	1.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(42)	(37)
Provisão para créditos sobre diferenças de peso de minério.....	(13)	(17)
Total.....	1.649	1.029

As contas a receber de clientes da indústria siderúrgica representam 48,7% das contas a receber no país e 70,8% das contas a receber no exterior em 31 de dezembro de 2005.

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% das receitas totais. Não houve mudança no critério de constituição das provisões e/ou das baixas em qualquer dos exercícios apresentados.

11 Estoques

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Produtos acabados		
Minério de ferro e pelotas.....	271	205
Manganês e ferroligas.....	151	156
Alumina.....	22	20
Alumínio.....	52	54
Caulim.....	18	17
Outros.....	28	11
Peças de reposição e manutenção.....	600	386
	1.142	849

A provisão para perda em estoque de US\$ 39 foi registrado no ano findo em 31 de dezembro de 2005.

12 Imobilizado

a) Por área de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2004		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Ferrosos						
Mineração.....	8.488	3.190	5.298	5.916	2.427	3.489
Pelotização.....	565	197	368	430	160	270
Ferroligas.....	359	191	168	362	197	165
Energia.....	383	29	354	198	18	180
Imobilizado em curso.....	2.049	-	2.049	1.546	-	1.546
	11.844	3.607	8.237	8.452	2.802	5.650
Não-ferrosos						
Cobre.....	748	114	634	578	71	507
Potássio.....	175	45	130	65	30	35
Ouro.....	6	2	4	6	2	4
Caulim.....	329	130	199	254	97	157
Pesquisas e projetos.....	33	10	23	33	19	14
Imobilizado em curso.....	1.281	-	1.281	731	-	731
	2.572	301	2.271	1.667	219	1.448
Logística						
Carga geral.....	1.222	306	916	769	232	537
Transporte marítimo.....	14	5	9	31	8	23
Imobilizado em curso.....	74	-	74	114	-	114
	1.310	311	999	914	240	674
Participações						
Alumínio.....	1.495	552	943	1.317	445	872
Outros.....	72	5	67	1	-	1
Imobilizado em curso.....	1.148	-	1.148	230	-	230
	2.715	557	2.158	1.548	445	1.103
Corporação						
Corporação.....	322	82	240	68	43	25
Imobilizado em curso.....	261	-	261	163	-	163
	583	82	501	231	43	188
Total.....	19.024	4.858	14.166	12.812	3.749	9.063

b) Por tipo de ativos:

	Em 31 de dezembro de 2005			Em 31 de dezembro de 2004		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e edificações.....	1.205	447	758	991	396	595
Instalações.....	4.917	1.596	3.321	3.600	1.262	2.338
Equipamentos.....	1.855	711	1.144	1.218	574	644
Ferrovias.....	2.846	987	1.859	2.091	884	1.207
Custo de desenvolvimento das minas	1.945	281	1.664	1.345	150	1.195
Outros.....	1.443	836	607	783	483	300
	14.211	4.858	9.353	10.028	3.749	6.279
Imobilizado em curso.....	4.813	-	4.813	2.784	-	2.784
Total.....	19.024	4.858	14.166	12.812	3.749	9.063

Perdas com baixas e provisão para desvalorização de imobilizado totalizaram US\$26, US\$34 e US\$51 em 2005, 2004 e 2003, respectivamente. As baixas referem-se, principalmente, à desvalorização das minas de ouro, venda de navios e caminhões, locomotivas e outros equipamentos que foram substituídos no curso normal dos negócios.

c) Projetos hidrelétricos:

Participamos de diversos consórcios de Usinas Hidrelétricas, já em operação ou em construção. Temos participações distintas nestas usinas e somos responsáveis, na proporção direta da nossa participação nos mesmos, por certa parcela dos custos de construção e operação, gerando por conseguinte direito a uma cota da energia produzida. Registramos nossa participação nestes ativos como imobilizado.

A situação destes projetos em 31 de dezembro de 2005 é como segue:

<u>Projeto</u>	<u>Data de término / Previsão de término</u>	<u>Nossa participação %</u>	<u>Usinas em operação</u>	<u>Nossa participação nas usinas em operação</u>	<u>Nossa participação na depreciação acumulada</u>	<u>Usinas em construção</u>	<u>Nossa participação nas usinas em construção</u>
Igarapava.....	Setembro, 1999	38,10	168	64	(15)	-	-
Porto Estrela.....	Novembro, 2001	33,30	72	24	(3)	-	-
Funil.....	Janeiro, 2003	51,00	155	79	(7)	-	-
Candonga.....	Setembro, 2004	50,00	122	61	(2)	-	-
Amorés.....	Agosto, 2005	51,00	304	155	(2)	-	-
Capim Branco I.....	Fevereiro, 2006	48,40	-	-	-	194	94
Capim Branco II.....	Janeiro, 2007	48,40	-	-	-	140	68
Estreito.....	2009	30,00	-	-	-	20	6
Foz do Chapecó (a)	-	40,00	-	-	-	5	2

Receitas e despesas relacionadas aos projetos já em operação são imateriais.

(a) Em 10 de fevereiro de 2006, vendemos nossa participação para Furnas Centrais Elétricas por US\$4.

13 Investimentos em controladas e joint ventures

	2005				Investimentos		Equivalência patrimonial			Dividendos recebidos			Cotação de mercado 31 de dezembro de 2005
	Participação no capital (%)		Patri mônio líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido do período	2005	2004	Exercícios findos em			Exercícios findos em			
	votante	total					2005	2004	2003	2005	2004	2003	
Ferrosos													
Caemi Mineração e Metalurgia (5).....	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (2).....	51,11	51,00	118	77	60	30	39	13	3	16	-	-	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (2).....	51,00	50,89	73	55	37	26	28	9	3	20	1	2	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	50,00	50,00	82	53	41	13	26	11	18	-	-	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (2).....	51,00	50,90	65	42	33	18	21	6	3	10	-	1	-
Gulf Industrial Investment Company - GIIC.....	50,00	50,00	123	134	62	45	67	16	12	51	11	9	-
SAMARCO Mineração S.A. - SAMARCO (3).....	50,00	50,00	576	514	335	261	257	117	70	225	100	78	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG.....	50,00	50,00	42	(3)	21	18	(2)	(3)	2	-	-	1	-
Outros.....	-	-	-	-	25	24	(1)	1	(1)	-	-	-	-
					614	435	435	170	133	322	112	91	-
Logística													
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA - variação na provisão para perda (5).....	-	-	-	-	-	-	-	-	(93)	-	-	-	-
MRS Logística S.A.....	37,23	29,35	352	167	109	78	54	33	45	11	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A. - variação na provisão para perda.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	1	-	-	(3)	-	-	-	-
					109	79	54	33	(52)	11	-	-	-
Participações													
Siderurgia													
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS.....	22,99	11,46	2.441	1.533	281	140	176	114	34	62	13	3	566
Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST (1).....	-	-	-	-	-	-	-	102	45	-	-	52	-
California Steel Industries Inc. - CSI	50,00	50,00	320	43	161	149	21	55	2	28	9	5	-
SIDERAR (cost \$15) - investimento disponível para venda.....	4,85	4,85	-	-	142	110	-	-	-	-	-	-	142
					584	399	197	271	81	90	22	60	708
Alumínio e bauxita													
Mineração Rio do Norte S.A. - MRN.....	40,00	40,00	442	160	178	171	64	57	33	58	54	27	-
Valesul Alumínio S.A. - VALESUL	54,51	54,51	107	-	58	55	1	14	10	8	12	9	-
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS.....	-	-	-	-	-	-	-	-	104	-	-	-	-
					236	226	65	71	147	66	66	36	-
Carvão													
Henan Longyu Resources Co. Ltd.....	25,00	25,00	384	45	96	-	9	-	-	-	-	-	-
Shandong Yankuang International Company Ltd(4).....	25,00	25,00	87	-	22	10	-	-	-	-	-	-	-
					118	10	9	-	-	-	-	-	-
Outras coligadas e joint ventures													
Outros.....	-	-	-	-	11	10	-	(3)	(3)	-	-	10	-
					11	10	-	(3)	(3)	-	-	10	-
					949	645	271	339	225	156	88	106	708
Total.....	-	-	-	-	1.672	1.159	760	542	306	489	200	197	708

(1) Em 2004 vendemos nossa participação na CST (Nota 7(d));

(2) Embora a CVRD possua a maioria dos votos em várias entidades, elas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o EITF-96-16, devido ao direito de veto detido pelos acionistas minoritários, conforme acordo de acionistas;

(3) Investimento inclui ágio de US\$46 e US\$40 em 2005 e 2004, respectivamente;

(4) Investimento pré-operacional;

(5) Consolidada a partir de setembro de 2003, após a aquisição do controle.

14 Empréstimos e financiamentos a curto prazo

Nossos empréstimos e financiamentos a curto prazo provêm principalmente de bancos comerciais e financiamentos de exportações contratados em dólares norte-americanos.

As taxas médias anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos a curto prazo foram de 4,25%, 2,33% e 3,19% em 31 de dezembro 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

15 Empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Em 31 de dezembro			
	Circulante		Longo prazo	
	2005	2004	2005	2004
Em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos denominados nas seguintes moedas:				
Dólares norte-americanos.....	825	376	1.617	1.179
Outros.....	4	4	15	25
Notas de juros fixos - denominados em US\$.....	-	-	1.213	913
Securitização de exportações - denominados em US\$.....	82	55	345	425
Notas Perpétuas.....	-	-	75	65
Juros provisionados	97	61	-	-
	1.008	496	3.265	2.607
Em moeda local				
Denominados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.....	23	22	79	89
Denominados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	29	21	3	14
Cesta de moedas.....	2	7	9	17
Debêntures não conversíveis em ações.....	-	-	141	117
Denominados em dólares norte-americanos.....	132	166	216	368
Juros provisionados	24	18	1	2
	210	234	449	607
Total.....	1.218	730	3.714	3.214

As parcelas a longo prazo em 31 de dezembro de 2005 têm vencimento nos seguintes anos:

2007.....	520
2008.....	311
2009	313
2010 em diante.....	2.353
Sem data de vencimento (Notas Perpétuas e Debêntures não conversíveis em ações).....	217
	3.714

Em 31 de dezembro de 2005, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

3.1% até 5%.....	1.841
5.1% até 7%.....	1.174
7.1% até 9%.....	1.740
9.1% até 11%.....	24
Acima de 11%	69
Variáveis (Notas perpétuas).....	84
	4.932

As variações percentuais relativas aos índices aplicados à dívida em cada exercício foram as seguintes:

	%		
	2005	2004	2003
Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (taxa efetiva)....	9,8	9,8	11,5
Indexados ao Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M.....	1,2	12,4	8,7
Desvalorização do Dólar norte-americano diante o Real.....	(11,8)	(8,1)	(18,2)

Em 26 de outubro de 2005, emitimos US\$ 300 em bônus com vencimento em 2034, com rendimento de 7,65% ao ano da mesma forma dos US\$ 500 de principal, com cupom de 8,25% ao ano emitidos em 15 de janeiro de 2004.

Em dezembro de 2005, as Notas de Juros Fixos denominadas em US\$ no valor de US\$ 1.256 (US\$ 913 em 2004) e outros débitos de US\$ 2.661 (US\$ 1.834 em 2004) não estão securitizados. A securitização de exportações de US\$ 427 (US\$ 480 em 2004) está securitizada por contas a receber atuais e futuros de nossa subsidiária CVRD Overseas Ltd. Empréstimos obtidos de agentes internacionais de US\$ 135 (US\$ 170 em 2004) estão garantidos pelo Governo Federal Brasileiro, para os quais temos contragarantias nos mesmos valores segurados pelas nossas ações e contas a receber de uma subsidiária. Temos também empréstimos de instituições brasileiras e internacionais seguradas por imobilizado no valor de US\$ 123 (US\$ 251 em 2004). O débito de longo prazo restante de US\$ 330 (US\$ 296 em 2004) está seguro principalmente por ativos das subsidiárias.

16 Patrimônio líquido

Cada detentor de ações ordinárias ou preferenciais classe A tem direito a um voto para cada ação quanto aos assuntos apresentados na assembléia geral, exceto para a eleição do Conselho de Administração, que é restrita aos detentores de ações ordinárias. Como descrito na Nota explicativa 6, o Governo brasileiro detém uma ação preferencial especial da Companhia, que lhe confere direitos permanentes de veto sobre assuntos específicos.

Foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 18/08/04 o desdobramento acionário. Conseqüentemente, o capital social da Vale passou a ser composto por 1.165.677.168 ações, sendo 749.949.429 ações ordinárias e 415.727.739 ações preferenciais classe "A". Todos os números de ações e valores por ação refletem o efeito retroativo do desdobramento.

Em 31 de dezembro de 2005, haviam sido adquiridas 14.156.968 ações que ficaram retidas em tesouraria para futura venda ou cancelamento, ao custo unitário médio de US\$6,17 (custo mínimo de US\$2,67 e máximo de US\$7,84).

Tanto os acionistas detentores de ações ordinárias quanto os de preferenciais gozam do direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, a ser aprovado na assembléia geral de acionistas. No caso dos acionistas preferenciais, este dividendo não poderá ser inferior a 6% do capital preferencial determinado pelo estatuto ou, se for maior, a 3% do valor patrimonial por ação. Em relação aos anos de 2005, 2004 e 2003, distribuímos dividendos para acionistas preferenciais excedendo este limite. Os juros sobre o capital próprio a partir de 1º de janeiro de 1996 são considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos somente de lucros acumulados, como demonstrado nos registros contábeis pela legislação societária, sendo os pagamentos feitos em reais. Em 31 de dezembro de 2005, não tínhamos lucros acumulados não distribuídos. Além disso, as reservas de lucros em 31 de dezembro de 2005 incluem US\$3.722 relativos às reservas de lucros a realizar e para expansão, que poderiam ter sido transferidas para lucros acumulados e pagas como dividendos, se aprovado pelos acionistas.

Nenhum imposto retido na fonte é devido sobre a distribuição de lucros auferidos a partir de 1º de janeiro de 1996, exceto para as distribuições em forma de juros sobre o capital próprio (Nota 3 (I)).

A legislação brasileira e nosso estatuto requerem que certas apropriações de lucros acumulados sejam feitas anualmente para as contas de reservas com base nos valores reconhecidos nos registros contábeis societários, conforme detalhamos abaixo:

	Exercícios findos em		31 de
			dezembro
	2005	2004	2003
Reservas de lucros			
Reserva de lucros a realizar			
Saldo inicial.....	130	193	211
Transferência (para) de lucros acumulados.....	(29)	(63)	(18)
Saldo final.....	101	130	193
Reserva de expansão			
Saldo inicial.....	3.091	2.090	1.494
Transferência para capital.....	(2.036)	(309)	(423)
Transferência de lucros acumulados.....	2.566	1.310	1.019
Saldo final.....	3.621	3.091	2.090
Reserva legal			
Saldo inicial.....	529	374	241
Transferência para capital.....	(209)	-	-
Transferência de lucros acumulados.....	279	155	133
Saldo final.....	599	529	374
Reserva de exaustão			
Saldo inicial.....	378	347	284
Transferência para capital.....	(398)	-	-
Transferência de lucros acumulados.....	20	31	63
Saldo final.....	-	378	347
Reserva de incentivos fiscais			
Saldo inicial.....	15	31	-
Transferência para capital.....	(16)	(31)	-
Transferência de lucros acumulados.....	37	15	31
Saldo final.....	36	15	31
Total das reservas de lucros.....	4.357	4.143	3.035

A finalidade e a base de apropriação para essas reservas estão descritas abaixo:

- Reserva de lucros a realizar - representa principalmente nossa participação no resultado da equivalência patrimonial em coligadas e *joint ventures*, ainda não recebidos como dividendos.
- Reserva de expansão - é uma reserva para a expansão das nossas atividades.
- Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital societário.
- Reserva de exaustão - reserva que representa um valor adicional relativo à exaustão da reserva mineral equivalente a 20% do preço de venda da produção das minas, sendo dedutível para fins fiscais desde que um valor equivalente seja transferido de lucros acumulados para esta reserva. Esse incentivo fiscal expirou em 1996.
- Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo e é registrada no exercício seguinte àquele em que o lucro tributável foi auferido. A partir de 2000, esta reserva também contempla incentivos fiscais (Nota explicativa 8).

Ganhos básicos e diluídos por ação

Valores dos ganhos básicos e diluídos por ação foram calculados como segue:

	Receita (Numerador) (US\$ milhão)	Média ponderada de Ações em milhares (Denominador)	Valores dos Ganhos básicos e diluídos (por ação em US\$)
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2005	4.841		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	1.748	415.716	4,20
Lucro disponível aos acionistas ordinários	3.093	735.804	4,20
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2004	2.573		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	929	415.716	2,23
Lucro disponível aos acionistas ordinários	1.644	735.804	2,23
Lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2003	1.548		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	559	415.714	1,34
Lucro disponível aos acionistas ordinários	989	735.804	1,34

17 Planos de aposentadoria

Desde 1973, temos patrocinado um plano de pensão ("Plano de Benefício Definido - Plano Antigo"), cobrindo substancialmente todos os empregados, com benefícios baseados em tempo de serviço, salário e benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e nossos empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, implementamos um novo plano de pensão, que é essencialmente um plano de contribuição definida, com a característica de benefício definido relativo aos serviços anteriores a maio de 2000 ("Plano Misto de Benefícios - Vale Mais - Plano Novo"), e oferecemos aos nossos empregados ativos a oportunidade de transferência para o Plano Novo. Mais de 98% de nossos empregados ativos optaram pela transferência para o Plano Novo. O Plano Antigo continuará existindo, cobrindo quase exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente fornecemos aos empregados pagamentos suplementares de pensão através do plano de Abono Complementação.

As informações abaixo detalham o *status* dos elementos de benefício definido dos nossos planos, de acordo com o SFAS 132 – *"Employers' Disclosure about Pensions and Other Post-retirement Benefits"* e aditivo.

(a) Variação no benefício obrigatório

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Benefícios obrigatórios no início do exercício.....	1.719	1.485
Custo do serviço.....	2	2
Custo de juros.....	240	188
Benefícios pagos.....	(169)	(133)
Efeitos de variações cambiais.....	234	137
Perda atuarial.....	7	40
Benefícios obrigatórios no final do exercício.....	2.033	1.719

Usamos a data de medição de 31 de dezembro para todos os planos de pensão e de benefícios de pós-aposentadoria.

(b) Variação nos ativos do plano

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício.....	2.108	1.657
Retorno efetivo sobre os ativos do plano.....	562	410
Contribuições dos empregadores	64	37
Benefícios pagos.....	(169)	(133)
Efeitos de variações cambiais.....	279	137
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício.....	2.844	2.108

Os ativos do plano antigo em 31 de dezembro de 2005 incluem na carteira de investimentos US\$409 de nossas próprias ações (US\$274 em 31 de dezembro de 2004) e US\$42 em ações de partes relacionadas (US\$37 em 31 de dezembro de 2004), bem como US\$455 em Títulos do Governo Federal (US\$303 em 31 de dezembro de 2004).

(c) Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente)

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Benefício obrigatório em excesso aos ativos do plano.....	(811)	(389)
Obrigação transitória líquida não reconhecida.....	(46)	(51)
Perda atuarial líquida não reconhecida.....	726	459
Custo de aposentadoria provisionado (custo de pensão pago antecipadamente)...	(131)	19

(d) Premissas usadas em cada exercício (expressas em valores nominais)

	2005	2004
Taxa de desconto.....	13,40% p.a	13,40% p.a
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	13,40% p.a	13,40% p.a
Taxa de aumento de salários e encargos - até 47 anos.....	8,15% p.a	6,91% p.a
Inflação.....	5,00% p.a	5,00% p.a

(e) Metas de investimentos e composição dos ativos do plano

O valor de mercado dos ativos do plano para estes planos é de US\$2.781 e US\$2.079 no final de 2005 e 2004, respectivamente. A alocação de ativos para os planos de pensão da Companhia no final de 2005 e 2004 e a meta de alocação para 2006, por categoria de ativo, segue:

Categoria de ativos	Meta de Alocação para 2006 (não auditado)	Percentual dos Ativos do Plano em 31 de dezembro	
		2005	2004
Ações	27%	30%	29%
Imobiliário.....	6%	5%	6%
Empréstimos.....	4%	4%	3%
Renda fixa.....	63%	61%	62%
Total.....	100%	100%	100%

A meta de alocação de renda fixa de 63% foi estabelecida para nivelar o ativo com os pagamentos dos benefícios. A proposta para 2006 é de restabelecer os investimentos em fundos indexados pela inflação em até 35%. Os investimentos remanescentes em renda fixa serão utilizados para pagar os benefícios do plano a curto prazo.

O aumento na meta de alocação em 27% reflete um aumento esperado do IBOVESPA (índice das ações brasileiras) bem como decréscimo das taxas de juros brasileiras.

(f) Fundo de Pensão

	Em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Custo do serviço - benefícios adquiridos no período.....	2	2	2
Custo de juros sobre o benefício obrigatório projetado.....	240	188	151
Retorno estimado sobre os ativos do plano.....	(299)	(213)	(158)
Amortização da obrigação transitória inicial.....	11	9	9
Diferimento líquido.....	(16)	(24)	-
Custo de aposentadoria líquido no ano	(62)	(38)	4

Além dos benefícios estabelecidos nos termos do nosso plano de aposentadoria, foram constituídas provisões com relação a benefícios de saúde suplementares concedidos em anos anteriores como parte de programas de incentivo à aposentadoria antecipada. Tais provisões, incluídas no passivo a longo prazo, totalizaram US\$68 e US\$59, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente, mais US\$5 e US\$5, respectivamente, classificados no passivo circulante.

O custo reconhecido nos anos de 2005, 2004 e 2003, relativo à contribuição definida para o Plano Novo, foi de US\$10, US\$7 e US\$5, respectivamente.

g) Contribuições e benefícios esperados

As contribuições do empregador esperadas para 2006 são de US\$ 59 (não auditado).

A tabela abaixo apresenta a expectativa de pagamento de benefícios, que refletem serviços futuros, quando aplicáveis (não auditado):

	Plano Antigo	Abono Complementação	Total
2006	166	30	196
2007	166	29	195
2008	165	28	193
2009	164	27	191
2010	164	26	190
2011a 2015	805	118	923

18 Compromissos e contingências

- (a) Em 31 de dezembro de 2005, as garantias concedidas para empréstimos obtidos por coligadas e *joint ventures* no valor de US\$5, é como segue:

Coligadas ou Joint Venture	Valor da Garantia	Moeda corrente	Propósito	Vencimento	Contra- garantias
SAMARCO.....	4	US\$	garantia de dívida	2008	Nenhuma
VALESUL.....	1	R\$	garantia de dívida	2007	Nenhuma
	<u>5</u>				

Temos a expectativa de que tais garantias não resultarão em perdas. Cobramos comissões da Samarco pela concessão dessas garantias.

Não fornecemos nenhuma garantia significativa desde 1º de janeiro de 2003 que requeira ajustes a valor de mercado conforme estabelecido no FIN 45 – “*Guarantor’s Accounting and Disclosure Requirements for Guarantees, Including Indirect Guarantees of Indebtedness of Others*”.

- (b) A Companhia e suas controladas respondem a diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios. Com base nos pareceres de nossos consultores jurídicos, a administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir prováveis perdas relacionadas a esses processos.

A composição da provisão para contingências e dos depósitos judiciais registrados é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2005		Em 31 de dezembro de 2004	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Reclamações trabalhistas	229	138	221	109
Reclamações cíveis.....	210	98	185	72
Tributárias	816	329	502	344
Outras.....	31	3	6	6
	<u>1.286</u>	<u>568</u>	<u>914</u>	<u>531</u>

As principais ações relacionadas a reclamações trabalhistas consistem principalmente em litígios de empregados por (i) pagamento das horas em viagem por deslocamento de suas residências para o local de trabalho, (ii) pagamentos adicionais por alegações de periculosidade e insalubridade em condições de trabalho e (iii) vários outros assuntos, freqüentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

As principais ações cíveis estão relacionadas a reclamações feitas por contratados relativo a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos governamentais econômicos passados. Durante este período não era permitida a completa indexação destes contratos pela inflação.

As ações tributárias abrangem principalmente nossos questionamentos acerca de certos percentuais de impostos sobre: a receita, vendas e movimentação financeira.

Continuamos vigorosamente perseguindo nossos interesses em todas as ações acima, mas reconhecemos que provavelmente incorreremos em algumas perdas em última instância, para as

quais constituímos provisões.

Nossos depósitos judiciais foram efetuados de acordo com requisição judicial a fim de estarmos aptos a entrar ou continuar com a ação legal. Quando o julgamento é favorável, recebemos os depósitos de volta; quando desfavorável os depósitos são entregues definitivamente ao litigante.

As contingências baixadas em 2005, 2004 e 2003 totalizaram US\$114, US\$67 e US\$182, respectivamente, enquanto as adições montaram US\$141, US\$157 e US\$146, respectivamente, classificados em outras despesas operacionais.

Além das contingências para as quais registramos provisões, temos perdas possíveis relativas a contingências fiscais totalizando US\$1.033 em 31 de dezembro de 2005, para as quais não contabilizamos provisões.

- (c) Estamos envolvidos em duas ações judiciais movidas pelo Município de Itabira em Minas Gerais, que pleiteiam substancial compensação por danos causados ao município. Acreditamos que ambas as causas carecem de mérito e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.
- (d) Estamos compromissados por um contrato de “take-or-pay”, a adquirir aproximadamente 33.733 toneladas métricas de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. – MRN com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange – LME*).

Baseado no preço de mercado de US\$ 23,01 por tonelada métrica, em 31 de dezembro de 2005, isso representa um compromisso conforme demonstrado abaixo:

2006.....	145
2007.....	145
2008.....	145
2009.....	145
2010.....	145
2011 em diante.....	51
	<u>776</u>

- (e) Celebramos um contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conhecido como Contrato de Risco Mineral, em março de 1997, com relação às autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinadas jazidas minerais inexploradas em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, bem como a participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. As jazidas de minério de ferro e manganês já identificadas e sujeitas a desenvolvimento foram especificamente excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Em conformidade com o Contrato de Risco Mineral, tanto a Companhia quanto o BNDES concordam em disponibilizar US\$205 milhões, o que representa metade dos US\$410 milhões de gastos estimados como sendo necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de recursos minerais na região. Supervisionamos esses projetos e o BNDES nos adianta metade de nossos custos em bases trimestrais. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2005, as contribuições remanescentes totalizam US\$17 milhões destinados a atividades de exploração e desenvolvimento. Caso qualquer um deseje realizar outras atividades de exploração e desenvolvimento após ter despendido esses US\$205 milhões, o contrato prevê que cada uma das partes poderá optar por igualar as contribuições da outra, ou então optar por ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no projeto for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido com relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá todos os direitos e benefícios previstos no Contrato de Risco Mineral e qualquer valor anteriormente contribuído em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES acordou em compensar-nos por meio de um *royalty* de produção como comissão de agente promotor sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de agente promotor é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de metais do grupo do ouro, prata e platina e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, salvo no que diz respeito ao ouro e outros minerais

descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

- (f) Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros, que puderem ser obtidos a partir da exploração de nossos recursos minerais.

Ao preparar a emissão das debêntures, emitimos ações preferenciais classe B em bases de permuta de uma por uma a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais classe A. Em seguida, permutamos a totalidade das ações classe B por debêntures. As debêntures não são resgatáveis nem conversíveis, e não são negociáveis na forma *stapled* ("negociação casada"), nem de outra forma com as nossas ações ordinárias ou preferenciais. Durante 2002, registramos as debêntures junto à CVM a fim de permitir sua negociação nesta ocasião.

De acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil, os acionistas pré-privatização que detinham suas ações por meio de nosso programa de Recibos de Depósitos Americanos, ou ADR, ou investidores institucionais que mantiveram suas ações através do regulamento nº 1.298/87 do Banco Central do Brasil, não foram autorizados a receber debêntures ou quaisquer benefícios financeiros relacionados aos mesmos. Solicitamos a aprovação do Banco Central para distribuir as debêntures para estes investidores, mas o Banco Central recusou nossa solicitação. Pretendemos renovar nossa solicitação ao Banco Central, mas não há nenhuma garantia de obter sucesso. Portanto, a menos que o Banco Central aprove nossa solicitação, as debêntures não terão qualquer valor para os detentores de ADRs e investidores estrangeiros através do anexo V.

De acordo com os termos das debêntures, os detentores terão o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas, deduzidos impostos sobre o valor agregado) de determinados recursos minerais identificados que possuíamos em maio de 1997, na medida em que superamos os volumes de produção dos patamares definidos destes recursos, e da venda dos direitos de exploração mineral que possuíamos em maio de 1997. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos detentores cessará quando os recursos minerais pertinentes estiverem esgotados no período em que for requerida devolução do valor original, acrescido dos juros incorridos. Com base nos níveis atuais de produção e estimativas de novos projetos, iniciamos os pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004 e de minério de ferro em aproximadamente 2020 para o Sistema Norte e 2030 para o Sistema Sul, e os pagamentos referentes a outros recursos minerais para o final desta década.

A tabela abaixo resume os valores que seremos obrigados a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas que obtivermos dos recursos minerais identificados e da venda de direitos de exploração mineral.

Área	Mineral	Pagamentos exigidos da Companhia
Sistema Sul	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,7 bilhão de toneladas.
Sistema Norte	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após as vendas totais desde maio de 1997 superarem 1,2 bilhão de toneladas.
Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida do início da comercialização
Igarapé Bahia e Alemão	Ouro e cobre	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 70 toneladas de ouro.
Fazenda Brasileiro (*)	Ouro	2,5% da receita líquida, após as vendas desde maio de 1997 que excederam 26 toneladas.
Outras	áreas, excluindo	2,5% da receita líquida.

Outras áreas de propriedade em maio de 1997	Outros minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início da comercialização.
Todas as áreas	Venda de direitos de exploração mineral de propriedade em maio de 1997	1% do preço das vendas.

(*) Em 22 de março e 27 de setembro de 2005 declaramos uma distribuição dessas “debêntures” no montante de US\$3 e US\$2, pagos em 01 de abril e 03 de outubro de 2005, respectivamente.

- (g) Utilizamos diversos julgamentos e hipóteses quando mensuramos nossas obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar nossa estimativa e periodicamente revisaremos o montante provisionado e ajustaremos se necessário. Nossa provisão não reflete direitos não reivindicados porque não somos permanentemente informados sobre isso. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta. A variação está demonstrada como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2005	2004	2003
Passivos ambientais no início do ano.....	134	81	15
Reconhecimento inicial do SFAS 143 em 1º de janeiro de 2003.....	-	-	26
Aumento decorrente da aquisição de novas controladas.....	-	-	11
Acréscimo de despesas.....	14	13	6
Liquidação financeira no ano corrente.....	(9)	(3)	-
Revisões de estimativas de fluxo de caixa.....	67	31	15
Ajustes acumulados de conversão	19	12	8
Passivos ambientais no final do ano.....	225	134	81

(h) **Descrição de Contratos de Arrendamento**

Nós conduzimos parte de nossas operações ferroviárias utilizando operações de arrendamento. Esse arrendamento que tem prazo de 30 anos e se expira em agosto de 2026 é classificado como arrendamento operacional e pode ser renovado por 30 anos adicionais. Ao final do contrato de arrendamento, os bens arrendados serão devolvidos. Na maioria dos casos, a administração espera que no curso normal dos negócios esses contratos serão renovados.

O quadro abaixo demonstra o valor mínimo de pagamento futuro do arrendamento operacional de longo-prazo, em 31 de dezembro de 2005.

Ano findo em 31 de dezembro:

2006	42
2007	42
2008	42
2009	42
2009 em diante	775
Total do pagamento mínimo	943

O total de despesas com arrendamento operacional em 2005, 2004 e 2003 foi US\$ 42, US\$ 37, e US\$ 39 respectivamente.

Adotamos o SFAS 131 - "*Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*" para as informações sobre nossos segmentos operacionais. O SFAS 131 introduziu um conceito de "*management approach*" nas informações por segmento reportado, pelo qual as informações financeiras devem ser apresentadas nas bases internas utilizadas pelos tomadores de decisão para avaliação de performance dos segmentos e para decidir como alocar recursos aos segmentos. Analisamos nossa informação por produto e segmento como segue:

Ferrosos – compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte e do Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculadas a estas operações com produtos próprios. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Não-ferrosos – inclui a produção de minerais não-ferrosos, incluindo potássio, caulim e cobre.

Logística – compreende nosso sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e de navegação.

Participações – dividem-se nos segmentos de:

- Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio, o refino da alumina e investimentos em *joint ventures* e coligadas responsáveis pela mineração de bauxita e fundição do alumínio.
- Outros – compreendem nossos investimentos em *joint ventures* e coligadas em outros negócios.

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, com algumas realocações entre os segmentos.

O lucro líquido consolidado e os principais ativos de acordo com os USGAAP estão reconciliados como segue:

Resultado por Segmento – antes das eliminações

Para os anos findos em 31 de dezembro

	2005							2004							2003						
	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado	Participações						Consolidado
	Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações		Ferrosos	Não ferrosos	Logística	Alumínio	Outras	Eliminações	
Receita Bruta - Mercado Externo	12.655	787	75	1.784	-	(5.461)	9.840	7.589	521	92	1.635	-	(3.725)	6.112	5.256	105	75	758	-	(2.354)	3.840
Receita Bruta - Mercado Interno	2.197	213	1.215	345	-	(405)	3.565	1.424	163	871	227	-	(318)	2.367	1.142	107	472	165	-	(181)	1.705
Custos e despesas	(9.646)	(762)	(886)	(1.639)	(10)	5.866	(7.077)	(6.459)	(443)	(622)	(1.322)	(1)	4.043	(4.804)	(4.862)	(130)	(367)	(760)	3	2.535	(3.581)
Pesquisa e desenvolvimento	(87)	(73)	(4)	(5)	(108)	-	(277)	(40)	(113)	-	-	-	-	(153)	(20)	(62)	-	-	-	-	(82)
Depreciação, amortização e exaustão	(458)	(65)	(45)	(51)	-	-	(619)	(301)	(35)	(29)	(34)	-	-	(399)	(191)	(18)	(14)	(15)	-	-	(238)
Lucro operacional.....	4.661	100	355	434	(118)	-	5.432	2.213	93	312	506	(1)	-	3.123	1.325	2	166	148	3	-	1.644
Receita financeira	439	1	34	9	2	(362)	123	251	2	15	16	3	(205)	82	195	1	14	10	4	(122)	102
Despesa financeira	(751)	(6)	(19)	(154)	8	362	(560)	(637)	(6)	(15)	(218)	-	205	(671)	(406)	(4)	(9)	(49)	(5)	122	(351)
Ganhos (perdas) monetários e cambiais, líquidos	259	(44)	(13)	98	(1)	-	299	20	5	(1)	39	2	-	65	150	16	(14)	93	(3)	-	242
Ganho na venda de investimentos	-	-	-	-	126	-	126	-	-	8	-	396	-	404	17	-	-	-	-	-	17
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e joint ventures e variação na provisão para perda de inves	435	-	54	65	206	-	760	170	-	33	71	268	-	542	133	-	(52)	147	78	-	306
Imposto de renda	(808)	(1)	(17)	(55)	1	-	(880)	(726)	(7)	(9)	(4)	(3)	-	(749)	(266)	(3)	(2)	(27)	1	-	(297)
Participação minoritária	(337)	-	(1)	(121)	-	-	(459)	(101)	(2)	-	(120)	-	-	(223)	(44)	(3)	-	(58)	-	-	(105)
Lucro (prejuízo) de operações continuadas.....	3.898	50	393	276	224	-	4.841	1.190	85	343	290	665	-	2.573	1.104	9	103	264	78	-	1.558
Mudança no método de contabilização de obrigações referentes a descontinuação de uso de ativos (nota 4).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)
Lucro líquido	3.898	50	393	276	224	-	4.841	1.190	85	343	290	665	-	2.573	1.094	9	103	264	78	-	1.548
Vendas classificadas por área geográfica:																					
Mercado externo																					
América, exceto Estados Unidos	1.313	-	45	320	-	(762)	916	735	1	65	221	-	(426)	596	526	-	38	156	-	(329)	391
Estados Unidos	464	7	3	211	-	(268)	417	533	-	15	186	-	(345)	389	337	8	-	32	-	(188)	189
Europa	4.847	449	23	750	-	(2.256)	3.813	3.223	194	12	730	-	(1.607)	2.552	2.213	76	30	378	-	(913)	1.784
Oriente Médio/África/Oceania	775	108	-	42	-	(148)	777	412	107	-	8	-	(141)	386	292	-	4	-	-	(70)	226
Japão	1.261	44	-	395	-	(469)	1.231	683	31	-	361	-	(287)	788	569	13	-	96	-	(259)	419
China	3.018	79	4	50	-	(1.135)	2.016	1.392	81	-	129	-	(606)	996	897	7	-	77	-	(401)	580
Ásia, exceto Japão e China.....	977	100	-	16	-	(423)	670	611	107	-	-	-	(313)	405	422	1	3	19	-	(194)	251
Mercado interno.....	12.655	787	75	1.784	-	(5.461)	9.840	7.589	521	92	1.635	-	(3.725)	6.112	5.256	105	75	758	-	(2.354)	3.840
	2.197	213	1.215	345	-	(405)	3.565	1.424	163	871	227	-	(318)	2.367	1.142	107	472	165	-	(181)	1.705
	14.852	1.000	1.290	2.129	-	(5.866)	13.405	9.013	684	963	1.862	-	(4.043)	8.479	6.398	212	547	923	-	(2.535)	5.545
Ativos:																					
Imobilizado líquido	8.738	2.271	999	1.930	228	-	14.166	5.838	1.448	674	1.102	1	-	9.063	4.495	1.000	424	564	1	-	6.484
Adições ao ativo imobilizado	2.877	175	271	625	29	-	3.977	860	381	579	202	-	-	2.022	822	440	186	95	-	-	1.543
Investimentos em coligadas e joint ventures e outros investimentos, líquidos da provisão para perdas	614	-	109	236	713	-	1.672	435	-	79	226	419	-	1.159	344	-	44	329	317	-	1.034
Capital empregado	7.582	1.118	990	1.039	85	-	10.814	4.544	1.099	680	976	27	-	7.326	4.137	266	429	498	20	-	5.350

Resultado por Segmento – após eliminação

Anos findos em 31 de dezembro

	2005									2004									2003									
	Receitas									Receitas									Receitas									
	Mercado externo	Mercado interno	Total	Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Depreciação, amortização e exaustão	Resultado operacional	Mercado externo	Mercado interno	Total	Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Depreciação, amortização e exaustão	Resultado operacional	Mercado externo	Mercado interno	Total	Impostos sobre vendas	Receita líquida	Custos e despesas	Líquido	Provisão para desvalorização/Ganho na venda de imobilizado	Depreciação, amortização e exaustão	Resultado operacional
Ferrosos																												
Minério.....	5.890	1.506	7.396	(234)	7.162	(2.658)	4.504	(419)	4.085	3.146	849	3.995	(128)	3.867	(1.761)	2.106	(270)	1.836	2.108	554	2.662	(65)	2.597	(1.318)	1.279	(10)	(166)	1.103
Pelotas.....	1.722	361	2.083	(78)	2.005	(1.321)	684	(23)	661	893	255	1.148	(44)	1.104	(824)	280	(12)	288	627	211	838	(19)	819	(627)	192	(12)	(11)	169
Manganês.....	56	21	77	(6)	71	(81)	(10)	(1)	(11)	61	15	76	(4)	72	(46)	26	-	26	38	11	49	(5)	44	(35)	9	-	(2)	7
Ferroligas.....	318	176	494	(47)	447	(344)	103	(20)	83	423	202	625	(52)	573	(315)	258	(15)	243	201	99	300	(21)	279	(218)	61	(17)	(10)	34
	7.986	2.064	10.050	(365)	9.685	(4.404)	5.281	(463)	4.818	4.523	1.321	5.844	(228)	5.616	(2.946)	2.670	(297)	2.373	2.974	875	3.849	(110)	3.739	(2.198)	1.541	(39)	(189)	1.313
Não ferrosos																												
Ouro.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)	21	-	21	-	21	(2)	19	-	(2)	17
Potássio.....	-	149	149	(11)	138	(86)	52	(8)	44	-	124	124	(15)	109	(51)	58	(5)	53	-	94	94	(12)	82	(40)	42	-	(7)	35
Caulim.....	150	27	177	(7)	170	(176)	(6)	(20)	(26)	142	22	164	(6)	158	(93)	65	(14)	51	83	13	96	(3)	93	(70)	23	(12)	(7)	4
Cobre.....	354	37	391	(8)	383	(203)	180	(34)	146	184	17	201	(3)	198	(90)	108	(16)	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	504	213	717	(26)	691	(465)	226	(62)	164	326	163	489	(24)	465	(236)	229	(35)	194	104	107	211	(15)	196	(112)	84	(12)	(16)	56
Alumínio																												
Alumina.....	455	76	531	(24)	507	(445)	62	(25)	37	439	19	458	(18)	440	(350)	90	(19)	71	342	153	495	(8)	487	(363)	124	-	(15)	109
Alumínio.....	784	39	823	(5)	818	(397)	421	(26)	395	710	29	739	(3)	736	(286)	450	(15)	435	312	8	320	-	320	(295)	25	-	-	25
Bauxita.....	54	-	54	-	54	(49)	5	-	5	53	-	53	-	53	(48)	5	-	5	34	3	37	(1)	36	(33)	3	-	-	3
	1.293	115	1.408	(29)	1.379	(891)	488	(51)	437	1.202	48	1.250	(21)	1.229	(684)	545	(34)	511	688	164	852	(9)	843	(691)	152	-	(15)	137
Logística																												
Ferrovias.....	-	881	881	(145)	736	(528)	208	(35)	173	-	612	612	(100)	512	(334)	178	(28)	150	-	373	373	(39)	334	(153)	181	-	(9)	172
Portos.....	-	230	230	(34)	196	(126)	70	(5)	65	-	173	173	(29)	144	(89)	55	(4)	51	1	143	144	(14)	130	(75)	55	-	(9)	46
Navios.....	56	49	105	(8)	97	(101)	(4)	(3)	(7)	52	40	92	(7)	85	(123)	(38)	(1)	(39)	54	33	87	(3)	84	(122)	(39)	-	-	(38)
	56	1.160	1.216	(187)	1.029	(755)	274	(43)	231	52	825	877	(136)	741	(546)	195	(33)	162	55	549	604	(56)	548	(350)	198	-	(18)	180
Outros.....	1	13	14	(6)	8	(226)	(218)	-	(218)	10	9	19	(4)	15	(132)	(117)	-	(117)	19	10	29	(5)	24	(66)	(42)	-	-	(42)
	9.840	3.565	13.405	(613)	12.792	(6.741)	6.051	(619)	5.432	6.113	2.366	8.479	(413)	8.066	(4.544)	3.522	(399)	3.123	3.840	1.705	5.545	(195)	5.350	(3.417)	1.933	(51)	(238)	1.644

As transações mais significativas com partes relacionadas geraram os seguintes saldos:

	Em 31 de dezembro			
	2005		2004	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES				
HISpanoBRAS.....	24	42	25	39
ITABRASCO.....	24	17	24	28
NIBRASCO.....	47	83	32	29
KOBRASCO.....	34	26	43	18
BAOVALE.....	-	18	-	13
USIMINAS.....	14	-	7	-
MSG.....	3	9	-	-
MRS.....	15	11	13	19
FERROBAN.....	-	-	39	8
MRN.....	-	34	1	20
SAMARCO.....	2	-	22	-
Outras.....	22	13	29	18
	185	253	235	192
Circulante.....	181	252	180	174
Longo prazo.....	4	1	55	18

Estes saldos tiveram as seguintes classificações nos balanços patrimoniais:

	Em 31 de dezembro			
	2005		2004	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Contas a receber.....	159	-	124	-
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	22	-	56	-
Outros ativos				
Empréstimos e adiantamentos - partes relacionadas.....	4	-	55	-
Passivo circulante				
Fornecedores.....	-	190	-	122
Empréstimos de partes relacionadas.....	-	62	-	52
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos.....	-	1	-	18
	185	253	235	192

Os principais valores de operações comerciais e financeiras efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2005		2004		2003	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
COMPANHIAS COLIGADAS E JOINT VENTURES						
CST.....	-	-	251	-	136	-
NIBRASCO.....	280	310	147	80	116	133
SAMARCO.....	25	1	16	-	-	-
SIDERAR.....	11	-	86	-	53	-
ITABRASCO.....	158	65	84	1	61	20
HISPANOBRAS.....	170	185	97	-	66	69
KOBRASCO.....	170	113	92	2	62	57
USIMINAS.....	24	-	109	-	79	-
ALBRAS (até dezembro de 2003).....	-	-	-	-	149	286
VALESUL.....	66	-	16	-	10	-
MRN.....	-	136	-	154	-	133
GIIC.....	157	-	74	-	-	-
MRS.....	4	385	-	80	-	-
Outras.....	19	60	15	56	55	43
	1.084	1.255	987	373	787	741

Estes valores tiveram as seguintes classificações na demonstração do resultado:

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2005		2004		2003	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Vendas/custo de minério de ferro e pelotas..	964	694	842	108	608	317
Receitas de serviços de logística.....	4	387	95	80	13	-
Vendas/custo de produtos de alumínio.....	66	136	16	144	153	421
Receitas/despesas financeiras.....	26	36	6	10	10	2
Outras.....	24	2	28	31	3	1
	1.084	1.255	987	373	787	741

21 Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor contábil dos nossos instrumentos financeiros se aproxima do valor de mercado devido ao vencimento a curto prazo ou da repactuação freqüente desses instrumentos.

O valor de mercado dos investimentos a longo prazo, quando disponível, está divulgado na nota explicativa 13 destas demonstrações contábeis.

Com base nas taxas de empréstimos atualmente disponíveis para empréstimos bancários com condições e vencimentos médios similares, o valor de mercado da dívida a longo prazo(não inclui parcela de curto prazo), em 31 de dezembro de 2005 e 2004 está estimado como segue:

	Em 31 de dezembro	
	2005	2004
Valor de mercado.....	4.076	3.355
Valor contábil.....	3.714	3.214

As estimativas de valor de mercado são feitas em um dado momento, baseadas em informações de mercado relevantes e outras informações a respeito dos instrumentos financeiros. Mudanças nas premissas poderiam afetar significativamente as estimativas.

A volatilidade das taxas de juros, das taxas de câmbio e dos preços de *commodities* são os principais riscos de mercado a que estamos expostos e todos os três são gerenciados através de operações com derivativos. Estas operações são realizadas com o objetivo exclusivo de reduzir nossa exposição ao risco. Não contratamos derivativos para fins especulativos.

Monitoramos e avaliamos as posições regularmente e ajustamos nossa estratégia sempre de acordo com as condições de mercado. Periodicamente, revisamos os limites e possibilidades de crédito de nossos "parceiros" nessas transações. De acordo com as políticas e práticas estabelecidas para as operações com derivativos, a Administração considera que a ocorrência de situações de risco não previstas são improváveis.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros é como segue:

	Juros (Libor)	Moedas	Ouro	Alumina	Alumínio	Total
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2005.....	(17)	4	(37)	(55)	(127)	(232)
Liquidação financeira.....	9	(1)	11	34	36	89
Ganhos (perdas) não realizados no ano	6	(2)	(17)	(28)	(60)	(101)
Efeitos da variação cambial.....	(2)	-	(3)	(4)	(6)	(15)
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2005.....	(4)	1	(46)	(53)	(157)	(259)
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2004.....	(46)	5	(32)	(18)	-	(91)
Perda realizada com a consolidação da Albras.....	-	-	-	-	(20)	(20)
Liquidação financeira.....	29	(2)	4	-	-	31
Ganhos (perdas) não realizados no ano	1	1	(5)	(33)	(98)	(134)
Efeitos da variação cambial.....	(1)	-	(4)	(4)	(9)	(18)
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2004.....	(17)	4	(37)	(55)	(127)	(232)
Ganhos (perdas) não realizados em 1º de janeiro de 2003.....	(60)	(1)	(15)	3	-	(73)
Liquidação financeira.....	30	-	8	-	-	38
Ganhos (perdas) não realizados no ano	(3)	6	(24)	(22)	-	(43)
Efeitos da variação cambial.....	(13)	-	(1)	1	-	(13)
Ganhos (perdas) não realizados em 31 de dezembro de 2003.....	(46)	5	(32)	(18)	-	(91)

Os ganhos (perdas) realizados e não realizados no período estão classificados pelo líquido, nas despesas financeiras e nas variações monetárias e cambiais passivas em nossas demonstrações contábeis.

As datas de vencimento dos instrumentos acima são como segue:

Juros (LIBOR).....	Outubro de 2007
Ouro.....	Dezembro de 2008
Moedas.....	Dezembro de 2011
Alumina.....	Dezembro de 2008
Alumínio.....	Dezembro de 2008

(a) Risco cambial e de taxa de juros

O risco de taxa de juros está relacionado principalmente com as dívidas de empréstimos estrangeiros em taxas flutuantes. As dívidas em moeda estrangeira estão amplamente sujeitas as flutuações da taxa *LIBOR - London Interbank Offered Rate*. Já a parte da dívida em reais sujeita às flutuações de taxas está ligada as oscilações da TJLP - Taxas de Juros de Longo Prazo, fixada

trimestralmente pelo Banco Central. Usamos de instrumentos financeiros derivativos para proteger nossos ativos de flutuações na taxa Libor.

Existe um risco cambial associado às nossas dívidas em moeda estrangeira. Por outro lado, temos a maioria de nossas receitas em dólares norte-americanos ou indexadas ao mesmo, enquanto que, a maioria de nossos custos estão em reais. Isto proporciona um *hedge* natural contra qualquer desvalorização do real perante o dólar norte-americano. Quando eventos desta natureza ocorrem, o impacto negativo imediato sobre a dívida em moeda estrangeira é compensado posteriormente com o efeito positivo da desvalorização sobre os fluxos de caixa futuros.

Com o regime de oscilações das taxas de câmbio do Brasil, adotamos a estratégia de monitorar as flutuações de mercado, usando a proteção de derivativos contra riscos específicos das variações de taxas de câmbio.

De tempos em tempos entramos em transações de *swap* de moeda estrangeira objetivando mudar as características dos nossos investimentos denominados em reais para instrumentos indexados em dólares norte-americanos. A ocorrência de tais transações depende de nossa percepção de mercado e do risco cambial, mas nunca terá natureza especulativa. Todas estas operações são valorizadas a mercado no encerramento de cada balanço e seu efeito incluído em receita ou despesa financeira do exercício. Para os períodos apresentados, a utilização de tais instrumentos não foi significativa.

(b) Risco do Preço de *Commodities*

Também usamos os instrumentos derivativos para gerenciar nossa exposição às variações de preço do ouro e assegurar um nível médio mínimo de receita futura e para a produção de ouro e alumina. Contudo, eles também têm o efeito de eliminar potenciais ganhos em certos aumentos de preços no mercado à vista. Gerenciamos nossas posições contratuais ativamente, e seus resultados são revisados pelo menos uma vez ao mês, permitindo ajustar nossos objetivos e estratégias sempre de acordo com as condições de mercado.

No caso de derivativos de ouro e alumina, nossa política tem sido de firmar todos os contratos através de pagamento ou recebimentos em dinheiro sem a entrega física do produto.

23 Informações sobre nossos auditores independentes

Nossas demonstrações contábeis consolidadas são auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Brasil. As demonstrações contábeis de 2003 de algumas de nossas controladas e coligadas foram auditadas por outros auditores independentes e, conforme mencionado no parecer, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes tem confiado nessas auditorias para expressar a sua opinião sobre as nossas demonstrações contábeis consolidadas.

As seguintes empresas preparam suas demonstrações contábeis em US GAAP, e são auditadas de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América:

	Auditores	Cidade	Estado	País
Alumina do Norte do Brasil S.A. - ALUNORTE	Trevisan	RJ	RJ	Brasil
Alumínio Brasileiro S.A. - ALBRAS	Trevisan	RJ	RJ	Brasil
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO.....	Deloitte	RJ	RJ	Brasil
Companhia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBRASCO.....	Deloitte	Vitória	ES	Brasil
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS.....	Deloitte	Vitória	ES	Brasil
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO.....	Deloitte	Vitória	ES	Brasil
Mineração Rio do Norte S.A.	Deloitte	RJ	RJ	Brasil
Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.....	Deloitte	RJ	RJ	Brasil
Rio Doce Manganês S.A.	Deloitte	Salvador	BA	Brasil
Urucum Mineração S.A.	Deloitte	Salvador	BA	Brasil
Valesul Alumínio S.A.	Deloitte	RJ	RJ	Brasil

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RJ - Rio de Janeiro

ES - Espírito Santo

BA - Bahia

Trevisan Auditores Independentes

24 Eventos subsequentes

1. Em 5 de janeiro de 2006, a subsidiária integral da CVRD, Vale Overseas Limited, concluiu a recompra de US\$ 300 milhões das “Guaranteed Notes” com vencimento em 2013 e juros de 9,0% ao ano.
2. Em janeiro de 2006 a subsidiária integral da CVRD, Vale Overseas Limited, emitiu bônus de 10 anos, no valor de US\$ 1 bilhão com juros de 6,250% ao ano, pago semestralmente, com vencimento em 2016 e ao preço de 99,97% do valor de face do título.

* * *

CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira

Eduardo Fernando Jardim Pinto

Erik Persson

Jorge Luiz Pacheco

Jaques Wagner

Hiroshi Tada

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Oscar Augusto de Camargo Filho

Renato da Cruz Gomes

Francisco Augusto da Costa e Silva

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Controladoria

Antonio José de Figueiredo Ferreira
Inácio Clemente da Silva
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

Arlindo Magno de Oliveira
João Moisés de Oliveira
Olga Nietta Loffredi
Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
César Manoel de Medeiros
José Roberto Mendonça de Barros
Luciano Coutinho

Comitê Financeiro

Roger Agnelli
Fábio de Oliveira Barbosa
Rômulo de Mello Dias
Wanderlei Viçoso Fagundes
Ivan Luiz Modesto Schara

Comitê de Governança e Ética

Renato da Cruz Gomes
Ricardo Simonsen
Ricardo Carvalho Giambroni

CONSELHO FISCAL

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Aníbal Moreira dos Santos

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Jose Bernardo de Medeiros Neto

Diretoria Executiva

Roger Agnelli

Diretor-Presidente

Murilo de Oliveira Ferreira
**Diretor Executivo da Área de Participações e
Desenvolvimento de Negócios**

Jose Carlos Martins
Diretor Executivo da Área de Ferrosos

Carla Grasso
**Diretora Executiva de Recursos Humanos
e Serviços Corporativos**

José Lancaster
Diretor Executivo da Área de Não-Ferrosos

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor Executivo de Finanças

Gabriel Stoliar
Diretor Executivo de Planejamento e Gestão

Guilherme Rodolfo Laager
Diretor Executivo da Área de Logística

Otto de Souza Marques Junior
Diretor do Departamento de Controladoria

Marcus Vinícius Dias Severini
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ 093982/O-3

Vale Overseas Limited

Demonstrações Contábeis em

31 de Dezembro de 2005 e 2004

e para os três anos findos em 31 de dezembro de 2005

e Relatório da Firma Independente Registrada de Contadores Públicos

Relatório da Firma Independente Registrada de Contadores Públicos

Ao Conselho de Administração
E Acionistas da Vale Overseas Limited

Somos de opinião que os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado e variações do prejuízo acumulado e do fluxo de caixa apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Vale Overseas Limited (a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2005 e 2004 e os resultados das suas operações e do seu fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e 2004, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia; a nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis baseados em nossas auditorias. Nós conduzimos as nossas auditorias destas demonstrações contábeis em conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América as quais requerem que nós planejemos e executemos a auditoria para obter razoável segurança de que estão livres de erros materiais. Uma auditoria inclui exame, em base de testes, evidências que suportem os saldos e divulgações nas demonstrações contábeis, avaliando os princípios contábeis usados e as estimativas relevantes adotadas pela administração, e a avaliação da apresentação financeira como um todo. Nós acreditamos que as nossas auditorias fornecem uma base razoável para a opinião expressa acima.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC2SP000160/0-5”F”RJ

Rio de Janeiro, Brasil
6 de março de 2006

Vale Overseas Limited
 Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro
 Expressos em milhares de U.S. dólares

	2005	2004
Ativo		
Ativo circulante		
Disponibilidades.....	9	2
Adiantamentos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	824	824
Empréstimos e adiantamentos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	42.922	31.790
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	2.579	2.498
	<u>46.334</u>	<u>35.114</u>
Outros ativos		
Empréstimos a partes relacionadas		
Itabira Rio Doce Ltd. - ITACO	1.211.446	913.004
Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	31.613	13.692
	<u>1.243.059</u>	<u>926.696</u>
TOTAL.....	<u>1.289.393</u>	<u>961.810</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Adiantamento de partes relacionadas		
Rio Doce International Finance Ltd.....	832	832
CVRD Overseas.....	2	2
Juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo.....	42.922	31.790
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	2.579	2.498
	<u>46.335</u>	<u>35.122</u>
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos.....	1.211.446	913.004
Receita diferida relacionada com empréstimos a partes relacionadas.....	31.613	13.692
	<u>1.243.059</u>	<u>926.696</u>
Patrimônio líquido		
Capital Social.....	1	1
Capital Integralizado Adicional.....	21.942	21.942
Prejuízos acumulados.....	(21.878)	(21.885)
Outros prejuízos abrangentes acumulados		
Ajustes acumulados de conversão.....	(66)	(66)
	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>
TOTAL.....	<u>1.289.393</u>	<u>961.810</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited
 Demonstração do Resultado e Variações no Prejuízo Acumulado
 Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro
 Expressa em milhares de U.S. dólares
 (exceto número de ações e valores por ação)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Receitas financeiras	84.122	90.398	37.674
Despesa financeira	(84.112)	(90.399)	(37.675)
Perda na extinção do empréstimo	0	(21.942)	
Ganho monetário e cambial, líquido	0	0	1
Gerais e administrativas	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>0</u>
Lucro líquido (perda) do exercício	<u>7</u>	<u>(21.946)</u>	<u>0</u>
Lucro acumulado (perdas acumuladas)			
No início do exercício	(21.885)	61	61
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>7</u>	<u>(21.946)</u>	<u>0</u>
No fim do exercício	<u><u>(21.878)</u></u>	<u><u>(21.885)</u></u>	<u><u>61</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited
Demonstração do Fluxo de Caixa
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro
Expressa em milhares de U.S. dólares

	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do período	7	(21.946)	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes (usados) das atividades operacionais:			
Perda na extinção de dívida.....	-	21.942	
Perda cambial e monetária	(1)	-	(1)
Redução (aumento) em ativos:			
Adiantamentos a partes relacionadas.....	-	(146)	-
Aumento (redução) em passivos:			
Adiantamentos de partes relacionadas.....	-	152	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais.....	<u>6</u>	<u>2</u>	<u>(1)</u>
Efeito de variações da taxa de câmbio nas disponibilidades.....	1	-	-
Aumento (diminuição) nas disponibilidades.....	7	2	(1)
Disponibilidades no início do ano	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Disponibilidades no fim do ano	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>-</u>
Juros pagos.....	73.375	100.632	25.875

Transações que não envolveram caixa:

Dívida de longo prazo emitida e repassada para partes relacionadas na mesma data durante 2005, no valor de US\$ 326.400 (US\$ 492.785 em 2004)

Recompra de dívida de longo prazo e perda na extinção de dívida via fundos recebidos na mesma data de partes relacionadas em 2004, nos valores de US\$ 186.996 e US\$ 21.942, respectivamente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Vale Overseas Limited
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
(Expressas em milhares de U.S. dólares, exceto quando indicado de outra forma)

1 A Companhia e suas Operações

Vale Overseas Limited (a “Companhia”), localizada nas Ilhas Cayman, foi constituída em abril de 2001 como uma controlada integral para fins específicos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e opera principalmente como uma companhia financeira.

2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”). Ao preparar as demonstrações contábeis, o uso de estimativas é necessário para contabilizar certos ativos, passivos e transações; os resultados reais podem variar das estimativas. As principais práticas contábeis são descritas abaixo:

(a) Base de apresentação

Adotamos a moeda funcional de nossa sociedade controladora (reais brasileiros) como nossa moeda funcional visto considerarmos nossa operação como uma extensão das operações da sociedade controladora. Desse modo, redimensionamos os ativos, passivos, receitas e despesas denominadas em dólar americano para reais nas taxas de câmbio vigentes no dia da transação ou utilizando as taxas de câmbio médias do período.

Subseqüentemente, redimensionamos todos os ativos e passivos de reais em dólares americanos na taxa de câmbio vigente na data de cada folha de balanço (R\$ 2,3370 e R\$ 2,6544 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente), e todas as contas nas demonstrações de renda na média prevalecendo durante o ano. O ganho ou perda de conversão resultante deste processo de redimensionamento está incluso na conta dos ajustes de conversão cumulativos no ativo patrimonial líquido.

(b) Receita e despesas

A renda e as despesas são reconhecidas na base de competência.

(c) Imposto de renda

As operações da Companhia estão isentas de impostos nas Ilhas Cayman.

(d) Custos diferidos relacionados com empréstimos e financiamentos de longo prazo

Custos relacionados a dívida de longo prazo são registradas de maneira linear no período respectivo as Notas.

(e) Demonstração de fluxos de caixa

Os investimentos de curto prazo que já possuem um mercado e vencimento pronto para a Companhia, quando comprados, de 90 dias ou menos são considerados disponibilidades.

3 Disponibilidades

As disponibilidades são denominadas em U.S. dólares e representam depósitos bancários de curto prazo.

4 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Empréstimos e financiamentos de longo prazo consistem em:

- a) US\$ 111,446 (US\$ 300.000 em 2003) - Notas Garantidas remuneradas a 8,625% e vencíveis em 8 de março de 2007, incondicionalmente garantidas pela CVRD.
- b) US\$ 300,000 (US\$ 300.000 em 2003) - Notas Garantidas remuneradas a 9% e vencíveis em 8 de agosto de 2013, incondicionalmente garantidas pela CVRD.
- c) US\$ 500,000 - Notas Garantidas remuneradas a 8,25% emitidas em janeiro de 2004 e vencíveis em janeiro de 2034, incondicionalmente garantidas pela CVRD.
- d) US\$ 300,000 - Notas Garantidas remuneradas a 7,65% emitidas em outubro de 2005 e vencíveis em outubro de 2034, incondicionalmente garantidas pela CVRD.

As Notas impõem certas restrições à Companhia com relação às garantias reais, ao endividamento e às incorporações.

Em março de 2002, a Companhia emitiu e repassou através da Itabira International Company (Itaco), uma controlada da CVRD, na mesma data, Notas Garantidas de US\$ 300.000 remuneradas a 8,625% e vencíveis em 8 de março de 2007, incondicionalmente garantidas pela CVRD.

Em dezembro de 2004, a Companhia iniciou uma oferta para todo e qualquer do nosso principal adicionado em circulação de US\$ 300.000 referentes as Notas Garantidas de US\$ 300.000 remuneradas a 8,625% e vencíveis em 2007. Como resultado, a Companhia recomprou o total de US\$ 186.996 das notas garantidas pelo preço de US\$ 1.117,34 por US\$ 1.000,00 do valor principal e juros provisionados e não pagos desde o último pagamento de juros datados, mas excludentes, da data de liquidação, para as notas aceitas referentes a data de oferta da liquidação, qual seja, 17 de dezembro de 2004. A recompra destas notas geraram uma despesa de extinção de dívida de US\$ 21.942 em 2004.

Em 26 de outubro de 2005, a Companhia emitiu títulos de US\$ 300 milhões vencíveis em 2034, proporciona rendimento de 7,65% ao ano, este bônus compõe uma série única juntamente com as Notas Garantidas emitidas pela Companhia, com vencimento em 2034 e cupom de 8,25% (CVRD 2034) que foram emitidas em 15 de janeiro de 2004. Esta notas não estão segurados e não estão subordinados a obrigações da Companhia e estão completamente e incondicionalmente garantidas pela CVRD.

5 Outras Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2005, o empréstimo de longo prazo a receber de US\$ 1.211.446 mil (US\$ 913.004 mil em 2004,) da Itaco, tem as mesmas condições e vencimento que a dívida de longo prazo obtida no mesmo valor.

6 Patrimônio Líquido

O capital autorizado pela controladora CVRD é de US\$ 1 mil, composto por 1.000 ações com valor nominal de US\$ 1,00 cada e é de posse exclusiva da CVRD.

Capital integralizado adicional é resultado da eliminação do ganho da extinção de empréstimo recebível da Itaco durante 2004.

* * * * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Fábio de Oliveira Barbosa
Diretor

Bernardeth Vieira de Souza
Diretor

Fernando Ramos Nóbrega
Diretor

Leonardo Moretzsohn de Andrade
Diretor

Marcus Vinicius Dias Severini
Contador
CRC-RJ 093.982/O-3

**ÍNDICE DOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELACIONADOS NA NOTA
EXPLICATIVA 23 ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA
VALE DO RIO DOCE**

Parecer da Trevisan Auditores Independentes datado em 21 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Albras B-2

Parecer da Trevisan Auditores Independentes datado em 21 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Alunorte B-3

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 21 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Docenave. B-4

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 15 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Hispanobras. B-5

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 15 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Itabrasco. B-6

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 16 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Kobrasco. B-7

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 14 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da MRN. B-8

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 16 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Nibrasco. B-9

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 16 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Valesul. B-10

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 26 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Urucum. B-11

Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu datado em 26 de janeiro de 2004 sobre as demonstrações financeiras da Rio Doce Manganês. B-12

PARECER DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

Aos Diretores e Acionistas da
ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.
Barcarena – PA

Examinamos os balanços patrimoniais da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (*deficit*) e dos fluxos de caixa para o período de três anos findo então findos (todos expressos em U.S. dólares). Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames. As demonstrações contábeis da Albrás em 31 de dezembro de 2002 e para os dois anos findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 foram auditadas por outros auditores cujos pareceres foram datados de 17 de janeiro de 2003 e não expressaram opinião adversa sobre estas demonstrações.

Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2003, e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2002, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Trevisan Auditores Independentes
21 de janeiro de 2004

PARECER DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

Aos Diretores e Acionistas da
ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A.
Barcarena – PA

Examinamos os balanços patrimoniais da ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (*deficit*) e dos fluxos de caixa para o período de três anos findo então findos (todos expressos em U.S. dólares). Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames. As demonstrações contábeis da Albrás em 31 de dezembro de 2002 e para os dois anos findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 foram auditadas por outros auditores cujos pareceres foram datados de 17 de janeiro de 2003 e não expressaram opinião adversa sobre estas demonstrações.

Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2003, e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2002, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Trevisan Auditores Independentes
21 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Navegação Vale do Rio Doce S. A. - DOCENAVE
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Navegação Vale do Rio Doce S. A. – DOCENAVE e suas controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os anos findos nessas datas (todos expressos em U.S. dólares). Estas demonstrações contábeis consolidadas são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis consolidadas, com base em nossos exames.

Conduzimos nossos exames de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Navegação Vale do Rio Doce S. A. – DOCENAVE e controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e os resultados de suas operações e os fluxos de caixa para os anos findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
21 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS
Vitória – Brasil

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS (uma corporação brasileira e investida da Companhia Vale do Rio Doce) em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames. As demonstrações contábeis da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS em 31 de dezembro de 2001 foram auditadas por outros auditores cujos pareceres foram datados de 24 de janeiro de 2002 e não expressaram opinião adversa sobre estas demonstrações.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – HISPANOBRÁS em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação, mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Rio de Janeiro, Brasil, 15 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO
Vitória – Brasil

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO (uma corporação brasileira e investida da Companhia Vale do Rio Doce) em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames. As demonstrações contábeis da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO em 31 de dezembro de 2001 foram auditadas por outros auditores cujos pareceres foram datados de 24 de janeiro de 2002 e não expressaram opinião adversa sobre estas demonstrações.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização – ITABRASCO em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação, mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Rio de Janeiro, Brasil, 15 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO
Vitória – Brasil

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data (todos expressos em dólares norte americanos). Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Em nosso relatório datado de 18 de janeiro de 2002, expressamos uma opinião que as demonstrações contábeis de 2001 não apresentavam a posição financeira fidedignamente, resultados das operações e fluxos de caixa em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América, porque a empresa não registrou provisão para perdas no valor de US\$ 24,758 mil em 31 de dezembro de 2001, em respeito aos créditos de imposto sobre circulação de mercadorias recuperável sobre a compra de matéria-prima e outros insumos desde que tal realização não era certa. Conforme descrito na Nota explicativa 16 as demonstrações contábeis consolidadas, a companhia divulgou a provisão e reapresentou suas demonstrações contábeis de 2001 para estar em de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Assim, nosso parecer sobre as demonstrações contábeis reapresentadas de 2001, conforme aqui expressas, é diferente daquela expressa no nosso parecer anterior.

4. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização – KOBRASCO em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação, mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Rio de Janeiro, Brasil, 16 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Mineração Rio do Norte S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Mineração Rio do Norte S.A. (uma corporação brasileira) em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação, mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para cada exercício nos três anos findos em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Rio de Janeiro, Brasil, 14 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO
Vitória - Brasil

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data (todos expressos em dólares norte-americanos). Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização – NIBRASCO em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação, mutação do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para cada exercício nos três anos findos em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Rio de Janeiro, Brasil, 16 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Valesul Alumínio S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Valesul Alumínio S.A. (a companhia) em 31 de dezembro de 2003 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o ano findo nessa data . Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Valesul Alumínio S.A. em 31 de dezembro de 2003, e o resultado de sua operação e os fluxos de caixa para os exercícios findos nesta data, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

4. As demonstrações contábeis de 2003 e 2001 foram auditadas por outros auditores cujo parecer datado de 7 de janeiro de 2003 afirma que eles não estavam cientes de qualquer modificação material que deveria ser feita aquelas demonstrações de maneira a estar conforme com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
12 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Urucum Mineração S.A.
Corumbá – Mato Grosso do Sul

1. Examinamos o balanço patrimonial da Urucum Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada exercício dos três anos findos em 31 de dezembro de 2003. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Urucum Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação e os fluxos de caixa para cada dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

4. Conforme divulgado na Nota explicativa 3 as demonstrações contábeis, efetivo em 1º de janeiro de 2003, Urucum Mineração S.A. adotou a pronunciação FASB 143 “Contabilização de obrigações para desativamento de ativos” .

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Salvador, Brasil, 26 de janeiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Doce Manganês S.A. e controladas
Simões Filho - Bahia

1. Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Rio Doce Manganês S.A. (conhecida como SIBRA – Eletro siderúrgica Brasileira S.A.) e controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado e outros resultados econômicos, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada exercício dos três anos findos em 31 de dezembro de 2003. Estas demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre estas demonstrações contábeis, com base em nossos exames.

2. Conduzimos nossos exames de acordo com as normas geralmente pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a execução da auditoria para obter comprovação adequada de que as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. Uma auditoria compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Uma auditoria também compreende a avaliação dos princípios contábeis adotados e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

3. Somos de opinião que as referidas demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Doce Manganês S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e o resultado de sua operação e os fluxos de caixa para cada dos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

4. Conforme divulgado na Nota explicativa 1as demonstrações contábeis, o acionista controlador concluiu o processo de reestruturação de cada atividade de manganês, a qual é entendida que maximizará o gerenciamento integralizado e simplificará a estrutura da companhia e de suas controladas. Em conexão com esta reestruturação corporativa, os acionistas decidiram em uma Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 23 e 27 de outubro de 2003, transferir alguns ativos (incluindo todos os ativos das operações de ferroligas, minério de manganês e reflorestamento) e os passivos das controladas Companhia Paulista Ferro Ligas, Sociedade Mineira de Mineração S.A, Minérios Metalúrgicos do Nordeste S.A., Mineração Urandi S.A. e Sibra Florestal S.A. no valor líquido de US\$ 88.883 para a Rio Doce Manganês S.A. através de uma redução de capital a qual ocorrerá em 31 de janeiro de 2004. Conclusão irá afetar a companhia e suas controladas economicamente nos anos vindouros.

5. Conforme divulgado na Nota explicativa 25 as demonstrações contábeis, a controlada Companhia Paulista de Ferro Ligas vendeu seu investimento na Fertilizantes Fosfato S.A – Fosfertil para a Bunge Alimentos, gerando um ganho de US\$ 40.073, líquido de impostos.

6. Conforme divulgado na Nota explicativa 4 as demonstrações contábeis, efetivo em 1º de janeiro de 2003, Urucum Mineração S.A. adotou a pronúncia FASB 143 “Contabilização de obrigações para desativamento de ativos” .

/s/ Deloitte Touche Tohmatsu
Salvador, Brasil, 26 de janeiro de 2004



ESTATUTO SOCIAL

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, abreviadamente CVRD, é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem por objeto:

- I.** realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- II.** construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- III.** construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e de apoio portuário;
- IV.** prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- V.** produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- VI.** exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;

VII. constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Art. 3º - A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, depósitos, agências, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O capital social é de R\$19.492.400.974,56 (dezenove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, quatrocentos mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) correspondendo a 2.459.657.058 (dois bilhões, quatrocentas e cinquenta e nove milhões, seiscentas e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito) ações escriturais, sendo R\$9.007.032.395,62 (nove bilhões, sete milhões, trinta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) divididos em 1.499.898.858 (um bilhão, quatrocentas e noventa e nove milhões, oitocentas e noventa e oito mil e oitocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias e R\$10.485.368.578,94 (dez bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), divididos em 959.758.200 (novecentas e cinquenta e nove milhões, setecentas e cinquenta e oito mil e duzentas) ações preferenciais classe "A", incluindo 06 (seis) de classe especial, todas sem valor nominal.

§ 1º - As ações são ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais são das classes "A" e "especial".

§ 2º - As ações preferenciais da classe especial pertencerão exclusivamente à União Federal. Além dos demais direitos que lhe são expressa e especificamente atribuídos no presente Estatuto Social, as ações preferenciais da classe especial terão os mesmos direitos das ações preferenciais classe "A".

§ 3º - Cada ação ordinária, cada ação preferencial classe "A" e cada ação preferencial de classe especial dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais, respeitado o disposto no § 4º a seguir.

§ 4º - As ações preferenciais das classes "A" e especial terão os mesmos direitos políticos das ações ordinárias, com exceção do voto para a eleição dos membros do Conselho de Administração, ressalvado o disposto nos §§ 2º e

3º do **Art. 11** a seguir, bem como o direito de eleger e destituir, um membro do Conselho Fiscal e o respectivo suplente.

§ 5º - Os titulares das ações preferenciais das classes “A” e especial terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VII, de acordo com o seguinte critério:

a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados neste §5º correspondente a (i) no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, calculado com base nas demonstrações financeiras levantadas que serviram como referência para o pagamento dos dividendos ou (ii) 6% (seis por cento) calculado sobre a parcela do capital constituída por essa classe de ação, o que for maior entre eles;

b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a” acima; e

c) direito de participar de eventuais bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias, observada a prioridade estabelecida para a distribuição de dividendos.

§ 6º - As ações preferenciais adquirirão o exercício pleno e irrestrito do direito de voto se a sociedade deixar de pagar, pelo prazo de 03 (três) exercícios sociais consecutivos, os dividendos mínimos conferidos às ações preferenciais, a que fizerem jus nos termos do §5º do **Art. 5º**.

Art. 6º - A sociedade fica autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.800.000.000 (um bilhão e oitocentos milhões) de ações ordinárias e de 3.600.000.000 (três bilhões e seiscentos milhões) de ações preferenciais classe “A”. Dentro do limite autorizado neste Artigo, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

§ 1º- O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§ 2º- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, nos termos estabelecidos na Lei 6.404/76.

§ 3º - Obedecidos os planos aprovados pela Assembléia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados,

com ações em tesouraria ou mediante emissão de novas ações, excluindo o direito de preferência para os acionistas.

Art. 7º - A ação de classe especial terá direito de veto sobre as seguintes matérias:

- I** - alteração da denominação social;
- II** - mudança da sede social;
- III** - mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;
- IV** - liquidação da sociedade;
- V** - alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas dos sistemas integrados de minério de ferro da sociedade: (a) depósitos minerais, jazidas, minas; (b) ferrovias; (c) portos e terminais marítimos;
- VI** - qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações de emissão da sociedade previstos neste Estatuto Social;
- VII** - qualquer modificação deste Artigo 7º ou de quaisquer dos demais direitos atribuídos neste Estatuto Social à ação de classe especial.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração.

- § 1º** - É competência da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias objeto do **Art. 7º**.
- § 2º** - O acionista titular da ação de classe especial será convocado formalmente pela sociedade, através de correspondência pessoal dirigida ao seu representante legal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para apreciar as matérias objeto do **Art. 7º**.
- § 3º** - Em caso de ausência do titular da ação de classe especial na Assembléia Geral convocada para esse fim ou em caso de abstenção de seu voto, as matérias objeto do **Art. 7º** serão consideradas aprovadas pelo detentor da referida classe especial.

Art. 9º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será presidida pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da sociedade, e secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração designado na forma do **§14** do **Art. 11**.

Parágrafo Único - Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, a Assembléia Geral dos Acionistas será presidida pelos seus respectivos suplentes, ou na ausência ou impedimentos dos mesmos, por Conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

- §1º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.
- §2º** - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.
- §3º** - A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela assembléia geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os membros da Diretoria Executiva.
- §4º** - O Conselho de Administração será assessorado por órgãos técnicos e consultivos, denominados Comitês, regulados conforme **Seção II – Dos Comitês** adiante.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Subseção I - Da Composição

Art. 11 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito pela assembléia geral e composto por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, acionistas da sociedade, sendo um deles o Presidente do Conselho e outro o Vice-Presidente.

- §1º** - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.
- §2º** - Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76, terão direito de eleger e destituir 01 (um) membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembléia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares, respectivamente:
- I** - de ações ordinárias, que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto; e
 - II** - de ações preferenciais, que representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social.
- §3º** - Verificando-se que nem os titulares de ações ordinárias e nem os titulares de ações preferenciais perfizeram, respectivamente, o quorum exigido nos **incisos I e II** do **§2º** acima, ser-lhes-á facultado agregar suas ações para elegerem em conjunto um membro e seu suplente para o Conselho de Administração, observando-se, nessa hipótese, o quorum exigido pelo **inciso II** do **§2º** deste Artigo.
- §4º** - Somente poderão exercer o direito previsto no **§2º** deste Artigo, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral que eleger membros do Conselho de Administração.
- §5º** - Dentre os 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração, 01 (um) membro e seu suplente, serão eleitos e/ou destituídos, em votação em separado, pelo conjunto de empregados da sociedade.
- §6º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a assembléia geral que os eleger.
- §7º** - Em caso de impedimento ou ausência temporária, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, o qual, no período de substituição, terá atribuições idênticas às do Presidente, cabendo, entretanto, ao membro suplente do Presidente, o exercício do direito de voto na condição de Conselheiro.

- §8º** - Ocorrendo vacância do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seus substitutos na primeira reunião a ser realizada após a vacância.
- §9º** - Em seus impedimentos ou ausências temporárias, os Conselheiros serão substituídos pelos respectivos suplentes.
- §10** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de seu suplente, o substituto poderá ser nomeado pelos membros remanescentes, e servirá até a primeira assembléia geral, que deliberará sobre a sua eleição. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, será convocada assembléia geral para proceder nova eleição para os cargos vagos.
- §11** - Sempre que a eleição para o Conselho de Administração se der pelo regime de voto múltiplo previsto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976, a Presidência da assembléia geral deverá informar aos acionistas presentes que as ações que elegerem um membro do Conselho de Administração, utilizando o direito de votação em separado, de que tratam os §§2º e 3º deste **Art. 11**, não poderão participar do regime de voto múltiplo e, evidentemente, não participarão do cálculo do respectivo quorum. Após a realização da votação em separado é que apurar-se-á, definitivamente, o coeficiente para fins do procedimento de voto múltiplo.
- §12-** Com exceção dos membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em votação em separado, respectivamente, pelo conjunto de empregados da sociedade e pelos titulares de ações preferenciais, conforme **inciso II, §2º** deste **Art. 11**, sempre que a eleição para o Conselho de Administração for realizada pelo regime de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração, titular ou suplente, pela assembléia geral, implicará na destituição dos demais membros do Conselho de Administração, procedendo-se, conseqüentemente, à nova eleição; nos demais casos de vaga, não havendo suplente, a primeira assembléia geral procederá à nova eleição de todo o Conselho.
- §13-** Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais ou conjunto de empregados exercerem a prerrogativa prevista nos §§ 2º, 3º e 5º acima, será assegurado a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto, o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de conselheiros previsto no “**caput**” deste **Art. 11**.

- §14 -** O Conselho de Administração terá um Secretário, designado pelo Presidente do Conselho de Administração, que será, necessariamente, um empregado ou administrador da sociedade, em cuja ausência ou impedimento será substituído por outro empregado ou administrador que o Presidente do Conselho de Administração designar.

Subseção II - Do Funcionamento

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto.

Art. 13 - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes.

- §1º -** Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração que, após lidas e aprovadas pelos conselheiros presentes às reuniões, serão assinadas em número suficiente por quantos bastem para constituir a maioria necessária à aprovação das matérias examinadas.
- §2º -** O Secretário será o responsável pela lavratura, distribuição, arquivamento e guarda das respectivas atas de reunião do Conselho de Administração, bem como pela emissão de extratos das atas e certificados das deliberações do Conselho de Administração.

Subseção III - Das Atribuições

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I.** eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da sociedade, e fixar-lhes as suas atribuições;
- II.** distribuir a remuneração fixada pela assembléia geral entre os seus membros e os da Diretoria Executiva;
- III.** atribuir a um Diretor Executivo a função de Relações com os Investidores;
- IV.** deliberar sobre as políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

- V. deliberar sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- VI. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
- VII. deliberar sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- VIII. deliberar sobre os orçamentos anual e plurianual da sociedade, propostos pela Diretoria Executiva;
- IX. acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da sociedade, podendo solicitar à Diretoria Executiva, relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- X. deliberar sobre oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;
- XI. manifestar-se sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a sociedade seja parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- XII. observado o disposto no **Art. 2º** deste Estatuto Social, deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, a participação ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nela incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação nas sociedades em que participe;
- XIII. deliberar sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XIV. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real proposta pela Diretoria Executiva;
- XV. deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;
- XVI. deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, a distribuição de dividendos e, quando necessário, o orçamento de capital, propostos pela Diretoria Executiva, para posterior encaminhamento à apreciação da assembléia geral ordinária de acionistas;

- XVII.** escolher e destituir os auditores externos da sociedade, por recomendação do Conselho Fiscal, em conformidade com o inciso (ii) do §1º do Artigo 39;
- XVIII.** nomear e destituir o responsável pela auditoria interna e pela ouvidoria da sociedade, os quais se subordinarão diretamente ao Conselho de Administração;
- XIX.** deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria interna da sociedade, propostos por seu responsável, bem como tomar conhecimento dos seus relatórios e determinar a adoção de medidas necessárias;
- XX.** fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira da sociedade;
- XXI.** deliberar sobre as alterações nas regras de governança corporativa, que incluem mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações;
- XXII.** deliberar sobre políticas de condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais consubstanciados no código de ética da sociedade, a ser respeitado por todos os administradores e empregados da sociedade, suas subsidiárias e controladas;
- XXIII.** deliberar sobre políticas para evitar conflitos de interesses entre a sociedade e seus acionistas ou seus administradores, bem como sobre a adoção de providências julgadas necessárias na eventualidade de surgirem conflitos dessa natureza;
- XXIV.** deliberar sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade em especial aquelas referentes a: meio-ambiente, saúde e segurança do trabalho, e responsabilidade social da sociedade propostas pela Diretoria Executiva;
- XXV.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente e para a constituição de ônus reais, observado o disposto no **Art. 7º** deste Estatuto Social;
- XXVI.** deliberar sobre prestação de garantias em geral, e estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de demais contratos;
- XXVII.** estabelecer alçadas da Diretoria Executiva para a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição de participação societária, nos termos do **inciso XII** deste **Art. 14**;
- XXVIII.** deliberar sobre quaisquer matérias que não são de competência da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto Social, bem como matérias cujos limites

ultrapassem a alçada estabelecida para a Diretoria Executiva, conforme previsto neste **Art. 14;**

- XXIX.** deliberar sobre quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas, ou de contratos de consórcios, ou entre acionistas ou entre consorciados de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, a celebração de novos acordos e/ou contratos de consórcios que contemplem matérias desta natureza;
- XXX.** autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a sociedade e (i) seus acionistas, diretamente ou através de sociedades interpostas, (ii) sociedades que participem, direta, ou indiretamente, do capital do acionista controlador ou sejam controladas, ou estejam sob controle comum, por entidades que participem do capital do acionista controlador, e/ou (iii) sociedades nas quais o acionista controlador da sociedade participe, podendo o Conselho de Administração estabelecer delegações, com alçadas e procedimentos, que atendam as peculiaridades e a natureza das operações, sem prejuízo de manter-se o referido colegiado devidamente informado sobre todas as transações da sociedade com partes relacionadas;
- XXXI.** manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à assembléia geral de acionistas;
- XXXII.** autorizar a aquisição de ações de sua emissão para manutenção em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação;
- XXXIII.** deliberar sobre recomendações encaminhadas pelo Conselho Fiscal da sociedade decorrentes de suas atribuições legais e estatutárias.

§1º - Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a indicação, proposta pela Diretoria Executiva, das pessoas que devam integrar órgãos da administração, consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

§2º- O Conselho de Administração pode, nos casos em que julgar conveniente, delegar a atribuição mencionada no parágrafo anterior à Diretoria Executiva.

SEÇÃO II - DOS COMITÊS

Art. 15 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, contará, em caráter permanente, com 05 (cinco) comitês técnicos e consultivos, a seguir denominados: Comitê de Desenvolvimento Executivo, Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Controladoria e Comitê de Governança e Sustentabilidade.

§1º- O Conselho de Administração, sempre que julgar necessário, poderá criar, ainda, para o seu assessoramento, outros comitês que preencham funções consultivas ou técnicas, que não aquelas previstas para os comitês de caráter permanente de que trata o “*caput*” deste Artigo.

§2º- Os membros dos comitês serão remunerados conforme estabelecido pelo Conselho de Administração, sendo que aqueles que forem administradores da sociedade, não farão jus a percepção de remuneração adicional por participação nos comitês.

Subseção I - Da Missão

Art. 16 - A missão dos comitês é assessorar o Conselho de Administração, inclusive no acompanhamento das atividades da sociedade, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões.

Subseção II - Da Composição

Art. 17 - Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores.

Art. 18 - A composição de cada comitê será definida pelo Conselho de Administração.

§1º - Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer aos órgãos de administração da sociedade.

§2º - O início do prazo de gestão dos membros dos comitês se dará a partir da sua nomeação pelo Conselho de Administração, e o término coincidirá sempre com o término do prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração, permitida a recondução.

§3º - Durante sua gestão, os membros dos comitês poderão ser destituídos do seu mandato pelo Conselho de Administração.

Subseção III - Do Funcionamento

Art. 19 - As normas relativas ao funcionamento de cada comitê serão definidas pelo Conselho de Administração.

§1º - Os comitês instituídos no âmbito da sociedade não terão funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres e propostas serão encaminhados ao Conselho de Administração para deliberação.

§2º - Os pareceres dos comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração.

Subseção IV - Das Atribuições

Art. 20 - As principais atribuições dos comitês estão previstas no **Art. 21** e subsequentes, enquanto as atribuições detalhadas serão definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 21 - Compete ao Comitê de Desenvolvimento Executivo:

- I** - emitir parecer sobre as políticas gerais de recursos humanos da sociedade propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- II** - analisar e emitir parecer ao Conselho de Administração sobre a adequação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- III** - propor e manter atualizada a metodologia de avaliação de desempenho dos membros da Diretoria Executiva; e
- IV** - emitir parecer sobre as políticas de responsabilidade institucional da sociedade tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade apresentadas pela Diretoria Executiva.

Art. 22 - Compete ao Comitê Estratégico:

- I** - emitir parecer sobre as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade propostos, anualmente, pela Diretoria Executiva;
- II** - emitir parecer sobre os orçamentos de investimentos anual e plurianual da sociedade propostos pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- III** - emitir parecer sobre as oportunidades de investimento e/ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração;
- IV** - emitir parecer sobre as operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade e suas controladas sejam parte, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Art. 23 - Compete ao Comitê Financeiro:

- I -** emitir parecer sobre as políticas de riscos corporativos e financeiras e sistemas internos de controle financeiro da sociedade;
- II -** emitir parecer sobre a compatibilidade entre o nível de remuneração dos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento e na programação financeira anuais, bem como sua consistência com a política geral de dividendos e a estrutura de capital da sociedade.

Art. 24 - Compete ao Comitê de Controladoria:

- I -** propor indicação ao Conselho de Administração do responsável pela auditoria interna da sociedade;
- II -** emitir parecer sobre as políticas e o plano anual de auditoria da sociedade apresentados pelo responsável pela auditoria interna, bem como sobre a sua execução;
- III -** acompanhar os resultados da auditoria interna da sociedade, e identificar, priorizar, e propor ao Conselho de Administração ações a serem acompanhadas junto à Diretoria Executiva;
- IV -** analisar o Relatório Anual de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da sociedade e fazer recomendação ao Conselho de Administração.

Art. 25 - Compete ao Comitê de Governança e Sustentabilidade:

- I -** avaliar a eficácia das práticas de governança da companhia e de funcionamento do Conselho de Administração, e propor melhorias;
- II -** propor melhorias no código de ética e no sistema de gestão para evitar a ocorrência de conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores da sociedade;
- III -** emitir parecer sobre potenciais conflitos de interesse entre a sociedade e seus acionistas ou administradores.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Subseção I – Da Composição

Art. 26 - A Diretoria Executiva, órgão de administração executiva da sociedade, será composta de 06 (seis) a 09 (nove) membros, sendo um deles o Diretor-Presidente, e os demais, Diretores Executivos.

- §1º - O Diretor-Presidente submeterá ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos à Diretoria Executiva com notório conhecimento e especialização sobre a matéria de responsabilidade de sua área de atuação, podendo, inclusive, propor ao Conselho de Administração sua destituição a qualquer tempo.
- §2º - Os Diretores Executivos terão suas atribuições individuais definidas pelo Conselho de Administração.
- §3º - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Subseção II – Do Funcionamento

Art. 27 - Em caso de impedimento temporário do Diretor-Presidente, este será substituído por outro Diretor Executivo designado pela maioria dos votos dos membros da Diretoria Executiva, sendo que no caso de ausência, o Diretor-Presidente poderá designar o seu próprio substituto, o qual assumirá todas as suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares.

- §1º - Em caso de impedimento temporário ou ausência de qualquer outro Diretor Executivo, este será substituído por um dos Diretores Executivos indicado pelo Diretor-Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do Diretor Executivo ausente ou impedido, enquanto no exercício do cargo do Diretor Executivo substituído, excluído o direito de voto nas reuniões da Diretoria Executiva.
- § 2º - Em caso de vacância no cargo de Diretor Executivo, o membro substituto será selecionado e o seu nome será submetido pelo Diretor-Presidente ao Conselho de Administração que o elegerá para completar o prazo de gestão remanescente do substituído.
- § 3º - Em caso de vacância do Diretor-Presidente, o Diretor Executivo responsável pela área de Finanças substituirá o Diretor-Presidente, acumulando as suas atribuições, direitos e responsabilidades com as do Diretor-Presidente até que o Conselho de Administração realize nova eleição para o cargo de Diretor-Presidente.

Art. 28 - Respeitados os limites de alçada estabelecidos para cada Diretor Executivo, as decisões sobre as matérias afetas a área específica de sua atuação, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Executivo, serão tomadas por ele próprio ou em conjunto com o Diretor-Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último.

Art. 29 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quinzena, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Único - O Diretor-Presidente deverá convocar reunião extraordinária da Diretoria Executiva em virtude de solicitação de pelo menos 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

Art. 30 - As reuniões da Diretoria Executiva somente se instalarão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 31 - O Diretor-Presidente conduzirá as reuniões da Diretoria Executiva de modo a priorizar as deliberações consensuais dentre os seus membros.

§1º - Não obtido o consenso dentre os membros da Diretoria, o Diretor-Presidente poderá (i) retirar a matéria da pauta, (ii) articular a formação da maioria, inclusive fazendo uso do voto de qualidade ou, (iii) no interesse da sociedade e mediante exposição fundamentada, decidir individualmente sobre matérias de deliberação colegiada, inclusive aquelas relacionadas no **Art. 32**, e não excetuadas no **§2º** a seguir.

§2º - As decisões relativas aos orçamentos anual e plurianual e ao plano estratégico e ao Relatório Anual de Administração da sociedade serão tomadas pela maioria dos votos, quando considerados todos os Diretores Executivos, desde que dentre os quais conste o voto favorável do Diretor-Presidente.

§3º O Diretor-Presidente deverá dar ciência ao Conselho de Administração da utilização da prerrogativa de que trata o item (iii) do §1º acima, na primeira reunião do Conselho de Administração que suceder à decisão correspondente.

Subseção III – Das Atribuições

Art. 32 - Compete à Diretoria Executiva:

- I** - deliberar sobre a criação e a eliminação das Diretorias de Departamento subordinadas a cada Diretor Executivo;
- II** - elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas gerais de recursos humanos da sociedade, e executar as políticas aprovadas;

- III -** cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração;
- IV -** elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da sociedade, e executar o plano estratégico aprovado;
- V -** elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual da sociedade, e executar os orçamentos aprovados;
- VI -** planejar e conduzir as operações da sociedade e reportar ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da sociedade, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos;
- VII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração oportunidades de investimento e/ou desinvestimento que ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva estabelecidos pelo Conselho de Administração, e executar os investimentos e/ou desinvestimentos aprovados;
- VIII -** identificar, avaliar e propor ao Conselho de Administração operações de fusão, cisão e incorporação em que a sociedade seja parte, bem como aquisições de participações acionárias, e conduzir as fusões, cisões, incorporações e aquisições aprovadas;
- IX -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas financeiras da sociedade, e executar as políticas aprovadas;
- X -** propor ao Conselho de Administração a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XI -** definir e propor ao Conselho de Administração, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da sociedade e, quando necessário, o orçamento de capital;
- XII -** elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas ao Conselho de Administração e, posteriormente, à assembléia geral;
- XIII -** aderir e promover a adesão dos empregados ao código de ética da sociedade, estabelecido pelo Conselho de Administração;
- XIV -** elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas de responsabilidade institucional da sociedade, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da sociedade e implementar as políticas aprovadas;

- XV** - autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis ou imóveis, inclusive valores mobiliários, contratação de serviços, sendo a sociedade prestadora ou tomadora dos mesmos, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVI** - autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a sociedade, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XVII** - propor ao Conselho de Administração quaisquer reformulações, alterações, ou aditamentos de acordos de acionistas ou entre acionistas, ou de contratos de consórcio ou entre consorciados, de sociedades ou consórcios dos quais a sociedade participe e, ainda, propor a celebração de novos acordos e contratos de consórcio que contemplem matérias desta natureza;
- XVIII** - autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritório de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento no País e no exterior;
- XIX** - autorizar a celebração de compromissos, renúncia de direitos e transações de qualquer natureza, exceto quanto à renúncia aos direitos de preferência na subscrição e na aquisição, nos termos do **inciso XII do Art. 14**, podendo estabelecer normas e delegar poderes, tudo conforme as alçadas da Diretoria Executiva estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- XX** - estabelecer e informar ao Conselho de Administração os limites de alçada individual de Diretores Executivos, respeitados os limites de alçadas da Diretoria Executiva colegiada estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- XXI** - estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade.
- §1º** - Caberá à Diretoria Executiva a fixação da orientação de voto a ser seguida por seus representantes, em assembleias gerais ou equivalentes nas sociedades, fundações e outras entidades de que participa a sociedade, direta ou indiretamente, respeitadas as oportunidades de investimento da sociedade e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como o respectivo orçamento, e observado sempre o limite de sua alçada com respeito, dentre outros, ao endividamento, à alienação ou oneração de ativos, à renúncia de direitos e ao aumento ou redução de participação societária.
- § 2º** - Caberá à Diretoria Executiva indicar para deliberação do Conselho de Administração as pessoas que devam integrar órgãos da administração,

consultivo e fiscal das sociedades e entidades em que a sociedade tenha participação, inclusive indireta.

Art. 33 - São atribuições do Diretor-Presidente:

- I** - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- II** - exercer a direção executiva da sociedade, cumprindo-lhe, para tanto, a coordenação e a supervisão das atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela assembléia geral;
- III** - coordenar e supervisionar as atividades das áreas e unidades de negócio que lhe estiverem diretamente subordinadas;
- IV** - selecionar e submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos a cargos de Diretor Executivo, a serem eleitos pelo Conselho de Administração, bem como propor a respectiva destituição;
- V** - coordenar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva, conforme disposto no **Art. 31** da **Subseção II – Do Funcionamento**;
- VI** - conceder licenças aos membros da Diretoria Executiva, e designar outros Diretores Executivos como seus substitutos;
- VII** - manter o Conselho de Administração informado das atividades da sociedade;
- VIII** - elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o Relatório Anual de Administração e levantar as demonstrações financeiras;

Art. 34 - São atribuições dos Diretores Executivos:

- I** - executar as atribuições relativas à sua área de atuação;
- II** - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- III** - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;
- IV** - contratar os serviços previstos no §2º do Artigo 39, em atendimento às determinações do Conselho Fiscal.

Art. 35 - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do § 1º deste Artigo, ou por 01 (um) procurador em conjunto com um Diretor Executivo.

§ 1º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “*ad negotia*” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração.

§ 2º - Pode, ainda, a sociedade ser representada por um único procurador nas assembleias gerais de acionistas, ou equivalentes, de sociedades, consórcios e outras entidades das quais participe a sociedade, ou em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração “*ad judicia*” ou: (a) perante órgãos de qualquer esfera de governo, alfândega e concessionárias de serviço público para atos específicos nos quais não seja necessária ou até permitida a presença do segundo procurador; (b) na assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo procurador; e (c) na assinatura de documentos de qualquer espécie que importem em obrigação para a sociedade cujos limites de valores sejam estabelecidos pela Diretoria Executiva.

§ 3º - No caso de obrigações a serem assumidas no exterior, a sociedade poderá ser representada por apenas um membro da Diretoria Executiva, ou por um único procurador com poderes específicos e limitados, nos termos deste Estatuto Social.

§ 4º - As citações e notificações judiciais ou extra-judiciais serão feitas na pessoa do Diretor Executivo responsável pelas funções de Relações com Investidores, ou por procurador constituído na forma do § 1º deste Artigo.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal, órgão de funcionamento permanente, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a sua remuneração.

Art. 37 - Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

Art. 38 - Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 39 - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação aplicável em vigor, neste estatuto social, e regulamentadas em Regimento Interno próprio a ser aprovado por seus membros.

§ 1º- O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá regulamentar, além das atribuições já estabelecidas na Lei 6.404/76, necessariamente, as seguintes:

- (i) estabelecer procedimentos a serem utilizados pela sociedade para receber, processar e tratar denúncias e reclamações relacionadas a questões contábeis, de controles contábeis e matérias de auditoria, bem como assegurar que os mecanismos de recebimento de denúncias garantam sigilo e anonimato aos denunciantes;
- (ii) recomendar e auxiliar o Conselho de Administração na escolha, remuneração e destituição dos auditores externos da sociedade;
- (iii) deliberar sobre a contratação de novos serviços passíveis de serem prestados pelos auditores externos da sociedade;
- (iv) supervisionar e avaliar os trabalhos dos auditores externos, e determinar à administração da sociedade a eventual retenção da remuneração do auditor externo, bem como mediar eventuais divergências entre a administração e os auditores externos sobre as demonstrações financeiras da sociedade.

§ 2º - Para o adequado desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá determinar a contratação de serviços de advogados, consultores e analistas, e outros recursos que sejam necessários ao desempenho de suas funções, observado o orçamento, proposto pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo do estabelecido no § 8º do Artigo 163 da Lei 6.404/76.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal deverão disponibilizar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à realização da Assembleia Geral Ordinária, manifestação sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VI - DO PESSOAL DA SOCIEDADE

Art. 40 - A sociedade manterá um plano de seguridade social para os empregados, gerido por fundação instituída para este fim, observado o disposto na legislação específica.

CAPÍTULO VII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Art. 41 - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 42 - Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social (que coincidirá com o ano civil) será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O valor dos juros, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, § 7º da lei nº 9249, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório e ao dividendo anual mínimo para as ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais.

Art. 43 - Deverá ser considerada na proposta para distribuição de lucros, a constituição das seguintes reservas:

- I. Reserva de Exaustão, a ser constituída na forma da legislação fiscal;
- II. Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades principais que compõem o objeto social da sociedade, em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido distribuível até o limite máximo do capital social da sociedade.

Art. 44 - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

Art. 45 - O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

Art. 46 - Os dividendos e os juros sobre capital próprio de que trata o **Parágrafo único do Art. 42** serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria Executiva, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 (três) anos após a data do início do pagamento.

O presente Estatuto Social faz parte integrante da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia Vale do Rio Doce realizadas em 27 de abril de 2006.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2006.

Jorge Luiz Pacheco
Presidente

Kátia Christina V. Rabelo de Melo
Secretária

Este documento consolida as alterações do Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce, a partir da última consolidação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2002 até a presente data, listadas a seguir: (i) artigos 5º e 6º - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (ii) incisos VIII, XIII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, e XXXIII do artigo 14 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (iii) caput do artigo 15 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (iv) artigo 16 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (v) inclusão de inciso IV ao artigo 21 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (vi) inciso I do artigo 23 redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (vii) caput e inciso I do artigo 24 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (viii) caput do artigo 25 e supressão do seu inciso III - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2006; (ix) inciso V do artigo 32 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; (x) inciso IV do artigo 34 - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005; e (xi) artigo 39, com inclusão dos parágrafos 1º, 2º e 3º - redação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/07/2005.

Relação de Subsidiárias

	Subsidiária	Jurisdição da Organização	Comumente Conhecido como
1.	Alumina do Norte do Brasil S.A. — Alunorte	Brasil	Alunorte
2.	Alumínio Brasileiro S. A . — Albras	Brasil	Albras
3.	CADAM S.A.	Brasil	CADAM
4.	Caemi Mineração e Metalurgia S.A.	Brasil	Caemi
5.	Companhia Portuária Baía de Sepetiba	Brasil	CPBS
6.	CVRD Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	CVRD Over
7.	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Brasil	FCA
8.	CVRD International S.A.	Suíça	CVRD International
9.	Minerações Brasileiras Reunidas S.A. — MBR	Brasil	MBR
10.	Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE	Brasil	DOCENAVE
11.	Pará Pigmentos S.A.	Brasil	PPSA
12.	Rio Doce International Finance Ltd. - RDIF	Ilhas Cayman	RDIF
13.	Rio Doce Limited	EUA	RDL
14.	Rio Doce Manganês S.A.	Brasil	RDM
15.	Rio Doce Manganèse Europe — RDME	França	RDME
16.	Rio Doce Manganese Norway AS — RDMN	Noruega	RDMN
17.	Salobo Metais S.A.	Brasil	Salobo
18.	TVV — Terminal de Vila Velha S.A.	Brasil	TVV
19.	Urucum Mineração S.A.	Brasil	Urucum
20.	Vale Overseas Limited	Ilhas Cayman	Vale Overseas
21.	DCNDB Overseas S.A.	Brasil	DCNDB
22.	Mineração Onça Puma Ltda.	Brasil	Mineração Onça Puma

Eu, Roger Agnelli, certifico que:

1. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Companhia Vale do Rio Doce;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logramos com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
5. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 25 de maio de 2006

Nome:	Roger Agnelli
Cargo:	Diretor Presidente

Eu, Fábio de Oliveira Barbosa, certifico que:

1. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Companhia Vale do Rio Doce;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logamos com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
5. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 25 de maio de 2006

Nome:	Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo:	Diretor Executivo de Finanças

Eu, Fábio de Oliveira Barbosa, certifico que:

1. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Vale Overseas Limited;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logamos com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
5. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 25 de maio de 2006

Nome:	Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo:	Diretor e Principal Diretor Executivo

Eu, Leonardo Moretzsohn de Andrade, certifico que:

1. Revisei este relatório anual sobre o Form 20-F da Vale Overseas Limited;
2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém nenhuma afirmação incorreta de fato relevante, nem omite nenhum fato relevante necessário para fazer tais afirmações, considerando as circunstâncias sob as quais tais afirmações são feitas, não logamos com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações contábeis e outras informações financeiras incluídas neste relatório, fielmente apresentam, em todos os respeitos relevantes à condição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da companhia a partir, e para os períodos apresentados neste relatório;
4. Os demais diretores certificantes desta declaração e eu somos responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido no *Exchange Act Rules 13a-15(e)* e *15d-15(e)*) para a companhia e também:
 - a. Designamos tais controles e procedimentos de divulgação ou fizemos com que tais controles e procedimentos de divulgação fossem designados sob nossa supervisão, para assegurar que informações relevantes relacionadas à companhia, inclusive suas controladas consolidadas, se tornassem de nosso conhecimento através de outros dentro destas entidades, particularmente durante o período no qual este relatório está sendo preparado;
 - b. Avaliamos a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação da companhia e apresentamos neste relatório nossas conclusões sobre a efetividade dos controles e procedimentos de divulgação, a partir do final do período coberto por este relatório com base em tal avaliação; e
 - c. Divulgamos neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro ocorridas durante o período coberto pelo relatório anual que afetaram consideravelmente, ou podem afetar consideravelmente o controle interno da companhia sobre o relatório financeiro; e
5. Os demais diretores certificamos e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente do controle interno da companhia sobre o relatório financeiro, aos auditores da empresa e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou às pessoas que executam funções semelhantes):
 - a. Todas as deficiências relevantes e fraquezas materiais no projeto e operação do controle interno sobre o relatório financeiro que tenham certa probabilidade de afetar adversamente a capacidade da companhia de registrar, processar, sintetizar e relatar informações contábeis; e
 - b. Qualquer fraude, seja ela material ou não, que envolva a gerência ou outros funcionários que desempenhem papéis significativos no controle interno da companhia sobre o relatório financeiro.

Data: 25 de maio de 2006

Nome:	Leonardo Moretzsohn de Andrade
Cargo:	Diretor e Principal Diretor Financeiro

Anexo 13.1

Certificado

Consoante com a *Section 906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002*
(*Subsections (a) and (b) of Section 1350, Chapter 63 of Title 18, United States Code*)

Consoante com a seção 906 of the *Sarbanes-Oxley Act of 2002 (subsections (a) and (b) of section 1350, chapter 63 of Title 18, United States Code)*, cada um dos diretores abaixo assinados da Companhia Vale do Rio Doce (a “Companhia”), certifica por meio deste, ao conhecimento de tais diretores, que:

O Relatório Anual sobre o Form 20-F para o ano findo em 31 de dezembro de 2005 da Companhia atende a todas as exigências da seção 13(a) ou 15(d) do *Securities Exchange Act of 1934* e as informações contidas no Form 20-F apresenta imparcialmente, em todos os respeitos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 25 de maio de 2006

Nome: Roger Agnelli
Cargo: Diretor Presidente

Data: 25 de maio de 2006

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor Executivo de Finanças

Anexo 13.2

Certificado

Consoante com a *Section 906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002*
(*Subsections (a) and (b) of Section 1350, Chapter 63 of Title 18, United States Code*)

Consoante com a *seção 906 of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 (subsections (a) and (b) of section 1350, chapter 63 of Title 18, United States Code)*, cada um dos diretores abaixo assinados da Vale Overseas Limited (a “Companhia”), certifica por meio deste, ao conhecimento de tais diretores, que:

O Relatório Anual sobre o Form 20-F para o ano findo em 31 de dezembro de 2005 da Companhia atende a todas as exigências da seção 13(a) ou 15(d) do *Securities Exchange Act of 1934* e as informações contidas no Form 20-F apresenta imparcialmente, em todos os respeitos relevantes, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Data: 25 de maio de 2006

Nome: Fábio de Oliveira Barbosa
Cargo: Diretor e Principal Diretor
Executivo

Data: 25 de maio de 2006

Nome: Leonardo Moretzsohn de Andrade
Cargo: Diretor e Principal Diretor de
Finanças

CONSENTIMENTO DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”) e
Vale Overseas Limited (“Vale Overseas”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas, de nossos pareceres datados de 06 de março de 2006, sobre as demonstrações contábeis consolidadas da CVRD e sobre as demonstrações contábeis da Vale Overseas, que aparecem no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2006.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil

CONSENTIMENTO DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da Vale Overseas Limited e da Companhia Vale do Rio Doce, de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Albras - Alumínio Brasileiro S.A. referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2003 que aparecem no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

Rio de Janeiro, Brasil
25 de maio de 2006.

BDO TREVISAN AUDITORES
INDEPENDENTES

CONSENTIMENTO DA FIRMA INDEPENDENTE REGISTRADA DE CONTADORES PÚBLICOS

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da Vale Overseas Limited e da Companhia Vale do Rio Doce, de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2003 que aparecem no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

Rio de Janeiro, Brasil
25 de maio de 2006.

BDO TREVISAN AUDITORES
INDEPENDENTES

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Navegação Vale do Rio Doce - DOCENAVE que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Mineração Rio do Norte - MRN que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Valesul Alumínio S.A., que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Rio Doce Manganês S.A., que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

CONSENTIMENTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração da
Companhia Vale do Rio Doce (“CVRD”)

Nos aqui consentimos, a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da CVRD e da Vale Overseas de nosso parecer datado de 21 de janeiro de 2004, sobre as demonstrações contábeis da Mineração Urucum S.A., que aparece no Relatório Anual Formulário 20-F da CVRD e da Vale Overseas para o ano findo em 31 de dezembro de 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
25 de maio de 2006

25 de maio de 2006

Companhia Vale do Rio Doce
Avenida Graça Aranha, No. 26
20030-900 Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Assunto: Carta de consentimento em referencia Relatório Anual Formulário 20-F

Senhores:

AMEC E&C Services, Inc (AMEC) consente ser mencionada no Relatório Anual Formulário 20-F da Companhia Vale do Rio Doce e da Vale Overseas Limited para o ano findo em 31 de dezembro de 2005, e consente a incorporação da Declaração de Registro no formulário F-3 (Arquivos Nos. 333-110867; 333-110867-01) da Companhia Vale do Rio Doce e da Vale Overseas Limited. Esse consentimento é dado em relação a revisão feita pela AMEC das reservas minerais em 31 de dezembro de 2005, realizado em março e abril de 2006.

Atenciosamente,

AMEC E&C SERVICES INC.

Larry B. Smith
Gerente, Mining & Metals Consulting